



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

CÍCERO DANTAS DE QUEIROZ

**CORREIO DO CARIRY X O REBATE:
O CONFLITO JORNALÍSTICO PELA INDEPENDÊNCIA DE JUAZEIRO**

**FORTALEZA - CE
2018**

CÍCERO DANTAS DE QUEIROZ

**CORREIO DO CARIRY X O REBATE:
O CONFLITO JORNALÍSTICO PELA INDEPENDÊNCIA DE JUAZEIRO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em comunicação.
Área de concentração: Comunicação e Linguagens

Orientador: Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho.

FORTALEZA
2018

CÍCERO DANTAS DE QUEIROZ

**CORREIO DO CARIRY X O REBATE:
O CONFLITO JORNALÍSTICO PELA INDEPENDÊNCIA DE JUAZEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em comunicação.
Área de concentração: Comunicação e Linguagens.

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dra. Maria Érica de Oliveira Lima
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dra. Maria do Socorro Furtado Veloso
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- Q43c Queiroz, Cícero Dantas de.
Correio do Cariry x O Rebate : o conflito jornalístico pela independência de Juazeiro / Cícero Dantas de Queiroz. – 2018.
218 f. : il.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Edgard Patrício de Almeida Filho.
1. Correio do Cariry. 2. O Rebate. 3. Emancipação de Juazeiro do Norte. 4. História do Jornalismo. I.
Título.

CDD 302.23

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço para agradecer aqueles que contribuíram para a construção desta pesquisa e na minha formação ao longo dos dois anos de mestrando.

Ao meu orientador, professor Edgard Patrício, pelo incentivo, confiança e conselhos durante o desenvolvimento desta pesquisa.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. À Lidiane Vasconcelos e Gabriela Oliveira, secretárias do mestrado, pela gentileza e presteza constante.

Aos docentes da PPGCOM/UFC, especialmente a Márcia Vital, Alexandre Barbalho e Maria Érica, pela contribuição no desenvolvimento desta pesquisa, e a todos os que ministraram disciplinas cursadas por mim.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que deixou mais sossegada minha permanência em Fortaleza.

Ao pesquisador Renato Casimiro, por me repassar o acervo do jornal *O Rebate*; aos funcionários do Instituto Cultural do Cariri (ICC) - local onde pesquisei o jornal *Correio do Cariry* - pela receptividade; e, aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Ceará e do setor de microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, em Fortaleza, onde também pesquisei.

À Maria Iara Henrique Palácio por abrir as portas de sua casa e me proporcionar maior comodidade durante minha estada em Fortaleza. Ao meu amigo Marciano Palácio pelo convite, parceria, confiança e conselhos de sempre. Vocês são minha segunda família e carregarei para sempre os ensinamentos e momentos compartilhados nesses dois anos.

Aos colegas do mestrado da turma 2016, especialmente aos amigos da “panela mestra”: Lilian Bartira, Rosa Nascimento, Sérgio Sousa, Luizete Vicente, André Araújo e Edson Silva pelos, risos, conselhos, incentivo e ótimos momentos juntos. Vocês tornaram minha jornada por Fortaleza mais divertida e leve.

À minha família, em especial aos meus pais, Maria Celma e José Dantas (*In Memoriam*), pela vida, educação e apoio que me deram ao longo de minha história.

Por fim, a Deus!

Agradecido.

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar dois jornais impressos fundados no início do século XX, a fim de observar a presença e atuação dos jornais na construção dos acontecimentos em torno da emancipação de Juazeiro. Foram analisados os jornais *Correio do Cariry* (1904 - 1912), da cidade do Crato (CE), e *O Rebate* (1909 – 1911), considerado o primeiro periódico de Juazeiro do Norte (CE). Ambos os impressos protagonizaram um intenso embate político, durante o período que o então distrito de Juazeiro formulou seu pedido de autonomia municipal do Crato (1910). A partir de uma reflexão teórica sobre a análise da influência das mídias na construção dos sentidos, analisamos como o discurso jornalístico, daqueles jornais, contribuiu no processo de constituição de novas representatividades (CHARTIER, 2012) e identidades (BHABHA, 1998; HALL, 2003, 2007; WOODWARD, 2007) daquelas localidades. Analisou-se também como os jornais utilizaram de estratégias retóricas (PERELMAN; TYTECA, 2005) e ideológicas (THOMPSON, 2011) para orientar simbolicamente os acontecimentos no decorrer do embate em torno da emancipação do povoado juazeirense. O método selecionado foi a Análise do Discurso, de tradição francesa, pois permite observar os discursos como construções inseparáveis de produção, relacionando tanto o âmbito interno quanto o externo. A partir dos conceitos metodológicos de autores como CHARAUDEAU (2006, 2012), ORLANDI (1996, 1999), MAINGUENEAU (2008, 2011), VERÓN (1980, 2004), para Análise do Discurso, buscou-se, a partir da leitura e da interpretação das estratégias empregadas no discurso dos jornais, tornar possível traduzir a maneira como os jornalistas perceberam os acontecimentos e como interagiram com seus adversários, durante o período de embate entre os jornalísticos. Ao final do trabalho, conclui-se que *O Rebate* concentrou seu discurso na defesa pela emancipação de Juazeiro da cidade do Crato, ao articular a ideia de desenvolvimento econômico local e exaltar a força de seu principal líder, padre Cícero. Por sua vez, o *Correio do Cariry* defendeu a manutenção de Juazeiro como distrito cratense, ao criar um imaginário do terror acerca do povoado e de rejeição ao seu “patriarca” (padre Cícero).

Palavras-chave: Correio do Cariry. O Rebate. Emancipação de Juazeiro do Norte. História do Jornalismo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze two printed newspapers founded at the beginning of the 20th century, in order to observe the presence and the performance of these newspapers in the construction of events around the emancipation of Juazeiro. We analyzed the newspapers *Correio do Cariry* (1904-1912), from the city of Crato (CE), and *O Rebate* (1909-1911), considered the first periodical of Juazeiro do Norte (CE). Both the vehicles starred an intense political clash, during the period that the, at that time, district of Juazeiro formulated its request of municipal autonomy from Crato (1910). From a theoretical reflection on the analysis of the influence of the media in the construction of the senses, it was analyzed how the journalistic discourse of those newspapers contributed to the process of constitution of new representations (CHARTIER, 2012) and identities (BHABHA, 1998), (HALL, 2003, 2007), (WOODWARD, 2007) of those localities. It was also analyzed how newspapers used rhetorical (PERELMAN; TYTECA, 2005) and ideological strategies (THOMPSON, 2011) to guide events in the course of the struggle around the emancipation of Juazeiro. The methodology selected was Discourse Analysis, of French tradition, because it allows the observation of discourses as inseparable constructions of production, relating both the internal scope and the external one. From the methodological concepts of some authors such as CHARAUDEAU (2006, 2012), ORLANDI (1996, 1999), MAINGUENEAU (2008, 2011), VERÓN (1980, 2004), for Discourse Analysis, we seek, from reading and interpretation of the strategies used in the discourse of the newspapers, make it possible to translate the way that the journalists perceived the events and how they interacted with their opponents during the period of the clash between the vehicles. At the end of the work, it is concluded that *O Rebate* discourse focused his defense on the emancipation of Juazeiro from the city of Crato, articulating the idea of local economic development and exalting the strength of its main leader, Father Cicero. In its turn, the *Correio do Cariry* defended the maintenance of Juazeiro as a district of Crato, creating an imagery of terror about the village and rejecting its "patriarch" (father Cicero).

Keywords: *Correio do Cariry*. *O Rebate*. Emancipation of Juazeiro do Norte. History of Journalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Primeira página do <i>Correio do Cariry</i>	59
Figura 2 - jornal <i>29 de junho</i>	63
Figura 3 - Capa da primeira edição de <i>O Rebate</i>	67
Figura 4 - Boletim: <i>Attitude do povo do Joaseiro, qualquer que seja a solução</i>	88
Figura 5 - Boletim: <i>Povo</i>	94
Figura 6 - Passeata do 7 de setembro	96
Figura 7 - Trecho do artigo <i>Plagios Indecentissimos</i> comparando os textos publicados pelo padre Peixoto (01/01/1911)	132
Figura 8 - Boletim <i>Caricata</i>	148
Figura 9 - Edições do <i>Correio do Cariry</i> e <i>O Rebate</i> de 29 de janeiro de 1911	167

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BREVE HISTÓRIA DE UMA PESQUISA	17
3 JORNALISMO, ESTRATÉGIAS E REPRESENTAÇÕES	26
3.1 Imprensa em pauta	26
3.2 Por trás dos discursos: as estratégias simbólicas	34
3.3 Palavras, representações e identidades	39
4 ANÁLISE DO DISCURSO: CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE	45
4.1 Por que a Análise do Discurso?	46
4.2 Recortes do tempo na escrita dos jornais	53
4.3 O embate entre <i>Correio do Cariry</i> e <i>O Rebate</i>	55
4.3.1 <i>Correio do Cariry</i>	57
4.3.1.1 <i>O Correio do Cariry na nova política cratense</i>	62
4.3.2 <i>O Rebate</i>	66
5 ESTRATÉGIAS SIMBÓLICAS EM DISPUTA: O JORNALISMO NA MEDIAÇÃO (CONFLITUOSA) PELA INDEPENDÊNCIA DE JUAZEIRO	76
5.1 Os bastidores da Assembleia Legislativa do Ceará de 1910	77
5.2 O grito de independência, haja o que houver... ..	91
5.3 Juazeiro pós-independência e uma circular provocatória	97
5.4 Entrega o furto, ladrão! A herança de José Marrocos em pauta	104
6 ENTRE REBATES: JUAZEIRO D'AGUA ABAIXO OU DE ÁGUA ABAIXO, NÃO IRÁ O JUAZEIRO?	131
6.1 Uma campanha contra os padres de Juazeiro	131
6.2 Os dizeres da imprensa na disputa pelo sentido	152
6.3 Das ameaças ao acordo de paz	175
6.4 Os cavaleiros da paz e a oficialização da independência de Juazeiro	192
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
REFERÊNCIAS	207

1 INTRODUÇÃO

Sim! O povo de Joaseiro acaba de proclamar a sua autonomia declarando-se independente do município do Crato, não se sujeitando de hoje em diante a desorientação política d'um irreflectido que, não satisfeito com ter abusado de sua índole altamente pacífica e ordeira, martysando-o tanto, procurava a todos o transe arrastal-o às vilanias da degradação e da miséria a mais baixa, a mais vil, a mais abjecta, a mais abominável.¹

Em 04 de setembro de 1910 era publicada a 59ª edição do jornal *O Rebate*, uma das edições mais singulares daquele que é considerado o primeiro jornal impresso de Juazeiro do Norte. O periódico divulgou uma carta aberta assinada pelo “o povo” juazeirense que veio a público comunicar sua emancipação política da cidade do Crato. Aquele manifesto foi consequência de mais uma negativa² do coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, intendente do Crato, ao pedido de autonomia dos juazeirenses. Cansada dos “mandos e desmandos” do oligarca, a população, juntamente com os redatores de *O Rebate*, organizou um protesto pelas ruas do povoado e declarou a independência, não-oficial, de Juazeiro em 30 de agosto de 1910.

Anos antes, o pequeno distrito de Juazeiro presenciou um rápido desenvolvimento econômico e populacional, a partir de 1889, após os fenômenos extraordinários ocorridos no local, conhecidos popularmente como “o milagre da hóstia”. Na primeira sexta-feira da Quaresma, 1º de março de 1889, após uma madrugada de orações e penitências, padre Cícero Romão Batista encerrou a vigília ministrando a comunhão da sagrada Eucaristia às pessoas que lá estavam. Uma delas era a beata Maria de Araújo³ que, ao receber a comunhão, “caiu por terra e a Imaculada hóstia branca que acabava de receber tingiu-se sangue. O fato extraordinário repetiu-se todas as quartas-feiras e sextas-feiras da Quaresma, durante dois meses” (DELLA CAVA, 1976, p. 45).

¹ AO PÚBLICO. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de setembro de 1910, Boletins, p. 2.

² Antônio Luiz negou por duas vezes a proposta de emancipação do povoado de Juazeiro: a primeira em 1909 e a segunda em 1910. Em ambas as ocasiões, o coronel cratense não apresentou o projeto para a Assembleia Legislativa do Ceará, o que impossibilitou a mesma de ir à votação.

³ Maria de Araújo nasceu em 24 de março de 1862, era costureira por profissão e, segundo ela, beata por inspiração divina, já que desde os oito anos ao fazer sua primeira comunhão se consagrou como “verdadeira esposa de Cristo” (NOBRE, 2011).

Após os fatos extraordinários, Juazeiro foi alvo de rápida expansão demográfica,⁴ fato que influenciou positivamente a economia⁵ local. Os novos moradores passaram a trabalhar no campo, nos engenhos e nas indústrias artesanais. A pequena vila estava ganhando vida própria e os juazeirenses começaram a acalentar a ideia de independência. Do outro lado, a cidade do Crato, considerada o maior centro econômico e populacional do Vale do Cariri e do interior do Ceará à época, sentiu sua hegemonia ameaçada e se opôs à emancipação de Juazeiro. A cidade não queria perder a grande fonte de impostos proveniente de seu distrito mais próspero.

O sangramento da hóstia está no cerne da formulação do que chamamos de história oficial de Juazeiro, fundada oficialmente em 22 de julho de 1911. No entanto, é necessário ressaltar que em nosso trabalho “Juazeiro do Norte” ainda não existe. Em seu lugar, havia um povoado que possuía pouco mais de 25 mil habitantes⁶ em 1910 e se encontrava dentro dos limites e, portanto, sob jurisdição civil e religiosa da cidade do Crato, distante 580 km da capital cearense, Fortaleza.

É a partir da transubstanciação da eucaristia que, segundo Della Cava (1976), tem início a rivalidade entre o povoado de Juazeiro e a cidade do Crato. Essa animosidade ressurgiu com mais força em 1909, quando o povoado iniciou a campanha por sua emancipação. O conflito, pautado pelo pedido de independência, ganhou os jornais impressos das duas localidades: *O Rebate* se firmou como importante instrumento na empreitada juazeirense e o *Correio do Cariry* defendeu os anseios cratenses. O embate entre os dois povos não envolveria armas e exércitos, mas sim ideias, formas, imagens e representações.

Este estudo tem como objetivo recuperar uma história singular entre as cidades de Crato e Juazeiro do Norte: o debate em torno da emancipação política do distrito de Juazeiro, a partir de uma fonte que sobreviveu ao tempo, o jornal impresso. Trata-se de uma análise que parte dos processos midiáticos do início do século XX, a fim de observar a presença e atuação dos jornais *Correio do Cariry*, jornal do Partido Republicano Cratense (PRC), fundado por Antônio Luiz Alves Pequeno em setembro de 1904; e *O Rebate*, fundado em julho de 1909 pelo padre Joaquim de Alencar Peixoto, na construção

⁴ Entre 1890 e 1898, a população de Juazeiro mais que duplicou, ultrapassando 5 mil habitantes; em 1905, subiu para 12 mil; e, em 1909, chegou a 15 mil (DELLA CAVA, 1976).

⁵ Juazeiro lucrou com a chegada dos romeiros do padre Cícero, adquirindo quase sua independência econômica apenas com as plantações agrícolas (OLIVEIRA, 2001).

⁶ A informação foi retirada do artigo JUSTA defesa. In: **O Rebate**, Juazeiro, 29 de agosto de 1909, p. 3.

dos acontecimentos. É importante ressaltar que as pesquisas relacionadas a Juazeiro, em absoluta maioria, antes de sua emancipação política em 1911, são centradas na figura do padre Cícero. A própria história de construção da cidade é aliada à bibliografia/hagiografia⁷ do padre.

A discussão política entre os jornais contribuiu para inflamar a rivalidade entre os dois povos. Os juazeirenses chegaram a realizar um boicote econômico ao Crato, ao abandonar a feira da cidade, que entrou em crise sem seus principais compradores. *O Rebate*, por sua vez, exaltou o desenvolvimento econômico do povoado para legitimar o desejo de independência local:

Porque conservar ainda Joaseiro, quase duas vezes maior que a cidade do Crato, que é considerada a primeira nestes sertões torridos de quatro ou cinco estados vizinhos, dando ao fisco um rendimento superior desta na sombra do desprezo com alcunha de povoação?⁸

Em contrapartida, os cratenses acreditavam que sem a tutela do Crato, Juazeiro iria de “água abaixo”. *O Correio do Cariry* passou a representar o distrito vizinho, como uma “pocilga asquerosa, lugarejo retrógrado, aldeia que abrigava corjas de bandidos, assassinos e desordeiros”.⁹ Foi nesse choque de ideias que nasceu a maior luta impressa do jornalismo caririense, e, durante os anos de 1910 e 1911, Crato e Juazeiro viveriam em estado de alerta, utilizando o discurso jornalístico para divulgar e ganhar adeptos para suas respectivas campanhas.

Este trabalho pode, a princípio, soar como um tipo de revisionismo da história e, por isso, parecer pouco pertinente para discutir os processos comunicacionais mais de cem anos depois do ocorrido. No entanto, entendemos que a análise da imprensa é capaz de revelar muito mais do que a tradução dos acontecimentos de um tempo. “As materialidades dos impressos podem nos informar sobre as habilidades e os códigos que o público partilha. Indicam hábitos e práticas revelando modos de transmissão que se encontram invariavelmente inscritos no texto” (BARBOSA, 2010, p. 63). Ou seja, o

⁷ Biografia ou estudo sobre biografia de santos.

⁸ MELHORAMENTO. *O Rebate*, Juazeiro, 06 de novembro de 1910, p. 1.

⁹ Trecho retirado do artigo INFAMES e covardes. *In: O Rebate*, Juazeiro, 12 de junho de 1910, p. 1. Era comum os jornais citarem-se mutuamente para construir suas defesas e réplicas. Não encontramos edições do *Correio do Cariry* do início de 1910. No entanto, deixamos claro que a pesquisa se desenvolverá com artigos publicados a partir de setembro de 1910. Logo após as manifestações de 30 de agosto daquele ano no povoado de Juazeiro, culminando na sua independência de forma não oficiosa.

impresso é um registro escrito que narra os possíveis comportamentos e desencadeamentos de acontecimentos considerados relevantes por uma determinada sociedade.

A abordagem histórica é uma das muitas possíveis para a pesquisa em comunicação, mais especificamente no âmbito do jornalismo. Essa relação constitui-se em uma via de mão dupla, pois tanto os historiadores utilizam os jornais como fonte de pesquisa, como os jornalistas valem-se dos métodos historiográficos para desenvolver pesquisas acerca da história da imprensa. De acordo com Morel (2010, p. 5), a imprensa:

[...] passou a ser considerada como fonte documental na perspectiva de um testemunho, na medida em que enuncia expressões de protagonistas. E, também, como protagonista ela mesma, peculiar e complexo agente histórico que intervém nos embates e episódios, não mero “reflexo” de uma realidade já definida. O que implica, portanto, verificar como os impressos periódicos interagem na complexidade de um contexto.

Buscando achar a medida entre o histórico e o jornalístico, em uma pesquisa que compreende a cobertura da imprensa sobre um fato histórico, elaboramos perguntas próprias ao campo midiático para chegar às especificidades da construção do debate político entre os jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*: em que medida as vozes, presentes nos dois periódicos, traduziam processos polissêmicos oriundos da luta política? Como as duas localidades apareciam nas representações sociais construídas pelos dois periódicos? Quais as estratégias retóricas e ideológicas articuladas pelos redatores durante o embate? São questões como essas que orientam a análise das edições dessas folhas jornalísticas, com o intuito de perceber como aquelas redações construíram o debate em torno da emancipação política do povoado de Juazeiro.

Buscamos, nesta pesquisa, descrever o funcionamento das estratégias discursivas do jornalismo impresso na enunciação de acontecimentos do passado, partindo do pressuposto de que o sentido não se doa, mas é construído pelo trabalho das enunciações discursivas. Para isso, temos por base a análise dos discursos sociais, a partir de perspectivas teóricas sobre as práticas discursivas midiáticas. Portanto, o fator que norteia este estudo parte da compreensão do jornalismo como produtor de discursos sociais. A análise de artigos dessas fontes históricas são capazes de construir cotidianamente a história, estabelecendo a mediação entre falas, pensamentos e contexto social. Desse

modo, o intuito desta pesquisa é apresentar uma dimensão processual da produção de sentidos tal como se deu nos textos jornalísticos ao longo do tempo.

É na perspectiva descrita acima que se encontra este trabalho de mestrado, tendo como objeto de estudo os discursos e representações divulgadas pelos órgãos jornalísticos *Correio do Cariry* e *O Rebate* acerca do processo emancipatório do povoado de Juazeiro, tendo como recorte as edições de setembro de 1910 a fevereiro de 1911. A escolha desse período justificava-se por ter ocorrido em Juazeiro, em 30 de agosto de 1910, uma manifestação popular que culminou na proclamação da independência do povoado, mesmo sem o consentimento dos poderes municipal e estadual, no caso, o Crato e Ceará, respectivamente. A partir daquela data, ficou determinada que a população do povoado não pagaria mais impostos à cidade cratense e não estaria mais submetida ao controle administrativo do coronel Antônio Luiz Alves Pequeno.

O interesse em discutir as questões anteriormente levantadas foi despertado em virtude de dar continuidade a uma pesquisa iniciada durante a Graduação do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Na monografia, trabalhamos com *O Rebate* e realizamos um levantamento sobre o panorama histórico, estrutural e de produção do primeiro periódico juazeirense. No entanto, o projeto não se propôs a trabalhar com o *Correio do Cariry*, devido à dificuldade de acesso a essa fonte histórica. Alguns historiadores do Centro de Documentação do Cariri (CEDOC) da Universidade Regional do Cariri (URCA), responsáveis por alguns dos acervos de jornais caririenses, apontaram a inexistência dos arquivos do jornal. Assim sendo, acreditamos que a ausência do semanário cratense em pesquisas que discorrem sobre a emancipação de Juazeiro se deve a esse fator. Apenas no final do desenvolvimento daquela pesquisa, encontramos uma coleção não-completa do *Correio do Cariry* (1904-1912) no Instituto Cultural do Cariri (ICC), na cidade do Crato.

A relevância desse projeto nasce a partir dessa ausência bibliográfica na historiografia oficial das cidades de Crato e Juazeiro do Norte. Principalmente por se tratar de um episódio relevante na história de Juazeiro, sua independência, e também para a região do Cariri e do Ceará, uma vez que a cidade é um dos principais polos industriais, culturais e econômicos do Estado. Além disso, a utilização do *Correio do Cariry*, como fonte, permitirá revisitar este episódio de uma forma mais ampla. Sendo que apenas o conteúdo do jornal *O Rebate* é utilizado, em sua ampla maioria, em fontes historiográficas

e bibliográficas sobre Juazeiro e suas personalidades, mencionando apenas a versão dos juazeirenses e deixando a perspectiva cratense apagada na história.

A pesquisa está estruturada em sete capítulos. No primeiro, apresentamos a introdução do trabalho. Nos três seguintes, segundo, terceiro e quarto capítulos, apresentamos informações sobre nosso objeto, estado da arte e os referenciais teóricos e metodológicos adotados nesta pesquisa. No quinto e sexto, apresenta-se a análise propriamente dita, elucidando as estratégias discursivas adotadas pelos periódicos durante o embate jornalístico pela emancipação de Juazeiro. Por fim, no sétimo, apresentamos nossas considerações finais.

O segundo capítulo, intitulado de **Breve história de uma pesquisa**, apresenta o estado da arte do objeto de estudo desta dissertação. O terceiro, **Jornalismo, estratégias e representações**, sintetiza o referencial teórico da pesquisa. A priori, discutimos sobre a história do jornalismo brasileiro e cearense, a partir do seu surgimento em 1808 até as primeiras década do Regime Republicano instaurado no país; na sequência, conceituamos os elementos argumentativos que se fundamentam na construção da forma e do conteúdo do discurso, que são utilizados na análise do discursos dos jornais aqui analisados, a partir da retórica (PERELMAN; TYTECA, 2005) e das estratégias simbólicas (THOMPSON, 2011); por fim, conceituamos as noções de identidade, *ethos* e representação, que será aplicado durante a análise, elucidando as construções simbólicas desenvolvidas pelos jornais durante suas respectivas campanhas.

No quarto capítulo, **Análise do discurso: construção de estratégias de análise**, explanamos a metodologia adotada nesta pesquisa. A partir da Análise de Discurso, de tradição francesa, observamos os discursos como construções inseparáveis de produção, relacionando-os tanto com o âmbito interno quanto o externo. Posteriormente, apresentamos os objetos desta pesquisa, os jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*, descrevendo suas histórias, estrutura técnica e quadro de colaboradores.

No quinto e sexto capítulo, analisamos o embate protagonizados entre o *Correio do Cariry* e *O Rebate*, acerca da problemática em torno do pedido de emancipação de Juazeiro. No quinto, **Estratégias simbólicas em disputa: o jornalismo na mediação (conflituosa) pela independência de Juazeiro**, analisamos os artigos publicados entre setembro e dezembro de 1910 e contextualizamos o início do debate político para elevar Juazeiro à categoria de vila independente; no sexto, **Entre rebates: Juazeiro D'água**

abaixo ou De água abaixo, não irá o Juazeiro? Analisamos as edições de janeiro a fevereiro de 1911 e contextualizamos o futuro daqueles periódicos, após o termino do embate e a oficialização de Juazeiro como vila independente.

Nos capítulos acima citados, aliamos os referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa, a fim de identificar a relação estabelecida entre a linguagem dos discursos dos jornais com o contexto político, social e comunicacional do Cariri cearense na primeira década do século XX. Buscamos perceber, a partir dessa conexão, de que maneira os jornais interagem com os acontecimentos e até que ponto estes os pautavam na forma e no conteúdo dos seus respectivos discursos.

Nesta perspectiva, concordamos com Maingueneau (2011) e Orlandi (1999) que concebem a interação entre texto e contexto como parte fundamental para entender o conteúdo e a forma do discurso. Não existe discurso senão contextualizado e não se atribui um sentido a um discurso fora de contexto. Desse modo, analisamos os mecanismos retóricos e ideológicos empregados pelos jornalistas do *Correio do Cariry* e *O Rebate* para legitimar suas campanhas e contrariar a do adversário, bem como suas estratégias de interação com os leitores, a fim de persuadir e convencê-los a aderirem a seus ideais, em um complexo bate e rebate discursivo sobre a problemática em torno da emancipação política de Juazeiro entre os anos de 1910 e 1911.

2. BREVE HISTÓRIA DE UMA PESQUISA

Juazeiro do Norte teve sua história fortemente assinalada pela chamada Questão Religiosa de 1889. No aspecto político foi, igualmente, protagonista de acontecimentos que marcaram a história política do Ceará. Atualmente, a cidade é polo de uma das regiões mais importantes do estado. Localizada na área central da Região Metropolitana do Cariri, sul do Ceará, o município, conhecido popularmente como *Terra do padre Cícero*, construiu sua história aliando a fé e o trabalho, lema do seu “patriarca” Cícero Romão Batista.

Iniciadas em 07 de julho de 1889, quatro meses depois do fenômeno miraculoso, as romarias se tornaram as fomentadoras do crescimento populacional e econômico da antiga vila. Mais de um século depois, a intensa visitação de romeiros continua a movimentar a economia da cidade e elevar sua receita municipal. Segundo dados da Secretária de Turismo e Romaria (SETUR), Juazeiro recebe mais de 1,5 milhão de fiéis ao longo do ano, tornado a cidade o segundo maior polo romeiro do Brasil, atrás apenas de Aparecida do Norte, no interior de São Paulo.¹⁰

A cidade continua a alinhar os traços de fé e trabalho, mais de cem anos depois de sua independência, tanto é que o atual slogan da prefeitura municipal (2017 - 2020) é “Juazeiro do Norte: cidade da Fé e Trabalho”. Todavia, Juazeiro já não sofre com as censuras de outrora da Igreja Católica e organiza anualmente três grandes romarias.¹¹ A pujança econômica, principal fator elucidado para legitimar sua emancipação no passado, continua a soerguer o município que possui o 5º Produto Interno Bruto (PIB) do estado do Ceará, avaliado em 3,9 bilhões de reais.¹²

Porém, para chegar ao status que adquiriu atualmente, o antigo vilarejo teve que vencer a repressão da Igreja Católica e dos governos cratense e estadual. Com um considerável número de habitantes, 25 mil, de acordo com *O Rebate*,¹³ em 1910, e um

¹⁰ Dados extraídos do site oficial da prefeitura de Juazeiro do Norte: <<http://www.juazeiro.ce.gov.br>>. Acesso em 18/07/2018.

¹¹ Atualmente a cidade conta com três grandes romarias. O Chamado “ciclo de romaria” inicia-se em setembro com a festa de Nossa Senhora das Dores, padroeira da cidade; em novembro ocorre a romaria de finados; em janeiro, fecha-se o ciclo de romarias com as homenagens à Nossa Senhora das Candeias. Durante todo o ano, em datas efêmeras, Juazeiro recebe outras romarias, como acontece na data do falecimento do padre Cícero, em 20 de julho.

¹² Juazeiro do Norte fica atrás das cidades de Fortaleza (57 bilhões); Maracanaú (7,8 bilhões); Caucaia (5,6 bilhões) e Sobral (4,0 bilhões). A cidade do Crato encontra-se na 9ª posição com um montante de 1,4 bilhão, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2015.

¹³ A informação foi retirada do artigo JUSTA defesa. In: **O Rebate**, Juazeiro, 29 de agosto de 1909, p. 3.

intenso fluxo deromeiros e de pessoas interessadas em fixar residência e estabelecer algum tipo de comércio no lugar, Juazeiro conseguiu resistir às censuras das autoridades do município do Crato, durante os trâmites que culminaram na sua emancipação política em 1911, e vencer o governo estadual na chamada sedição de 1914.¹⁴ Vitórias que deram ao município de Juazeiro status de “Cidade da Fé e do Trabalho”.

Uma dessas conquistas, a independência política de Juazeiro, será desenvolvida nesta dissertação, a partir de outras perspectivas que não somente a política ou religiosa. Mas, também, sob o viés da comunicação, por meio dos relatos dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*. O interesse que norteia este estudo parte da compreensão do jornalismo como produtor de discursos sociais, sendo capaz de construir cotidianamente a história – estabelecendo a mediação entre falas, pensamentos e questões contextuais, registrando fatos e emitindo sua própria voz. Essa percepção consensual do jornalismo, como mero registro dos fatos, coincide com a utilização do jornal, na maioria das vezes, como fonte para a compreensão ou explicação de um fato histórico.

Foi por meio da imprensa que o debate político em torno da emancipação do povoado de Juazeiro da cidade do Crato foi repercutido. *Correio do Cariry*, jornal do Crato, fundado em 1904 pelo coronel Antônio Luiz Alves Pequeno,¹⁵ e *O Rebate*, jornal juazeirense, fundado em julho de 1909 pelo padre cratense Joaquim de Alencar Peixoto, repercutiram e defenderam os interesses dos seus líderes sobre o caso. O primeiro veículo apresentou uma visão contrária à emancipação dos vizinhos, enquanto o último defendeu o desmembramento de Juazeiro da cidade cratense. O que se busca neste estudo é

¹⁴ A sedição de 1914 ou Guerra de 14 foi uma revolta popular, embora liderada pelos coronéis caririenses, contra as forças governistas do coronel Marcos Franco Rabelo. O embrião da revolta iniciou com a queda da oligarquia Accioly em janeiro de 1912. Franco Rabelo ascendeu ao poder do governo do Ceará graças ao apoio da “política salvacionista”, implementada pelo presidente Hermes da Fonseca, em nome do combate aos grupos que, em seus Estados, desenvolviam práticas oligárquicas. No Ceará, o plano foi instalado com objetivo de depor a oligarquia de Nogueira Accioly que, desde o final do século XIX, ditava a ordem no Estado. Franco Rabelo golpeou a fundo o mais articulado núcleo de apoio ao “acciolyismo”: o Cariri. Exonerou todos os chefes políticos municipais da região, entre eles Antônio Luiz, no Crato, e padre Cícero, em Juazeiro. A exoneração do padre Cícero da prefeitura revoltou os juazeirenses. O novo governante José André de Figueiredo não conseguiu governar a cidade por sua impopularidade, sendo substituído por João Bezerra de Menezes que também não obteve sucesso na administração do município. Por esse motivo, Franco Rabelo decidiu pela Luta armada. Mais de quinhentas praças foram enviadas à região, com o intuito de arrasar Juazeiro em um único golpe. Enquanto isso, cangaceiros, sertanejos e beatos dirigiam-se à Juazeiro para defender a “terra do padre Cícero”. Como estratégia de defesa, foi construído um valado ao redor da malha central de Juazeiro. Durante seis dias a população juazeirense trabalhou naquele que se tornaria o “círculo da mãe de Deus”, um enorme fosso de 9 km de extensão, com 8m de largura e em alguns locais com até 5m de profundidade. Em janeiro de 1914, sob a liderança de Floro Bartolomeu, Juazeiro derrotou as forças do governo estadual e iniciou uma “peregrinação” que só teve fim em Fortaleza. Em março de 1914, foi decretada intervenção federal no Ceará, Hermes da Fonseca depôs Franco Rabelo e nomeou o General Setembrino de Carvalho como interventor do Estado. Meses depois, em junho do mesmo ano, o também general Benjamin Liberato Barroso é eleito governador do Estado e padre Cícero o seu vice (RAMOS, 2014).

¹⁵ Filho de Antônio Luiz Alves Pequeno II (Segundo de sua linhagem, no total de três homônimos), Antônio Luiz III, o terceiro dos homônimos, dominou o panorama político do Crato por muitos anos - 1904 a 1912 e 1914 a 1928 - (FARIAS, 2008).

descobrir e analisar as estratégias discursivas dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*, durante a discussão em torno da emancipação política do povoado de Juazeiro. Desse modo, como o jornalismo, praticado no início do século XX no interior cearense, se comportou ao informar, opinar e produzir representações sobre o fato referenciado?

A importância em abordar esta temática justifica-se pelo fato de não haver na produção historiografia do Cariri ou, mais especificamente, do Crato e de Juazeiro do Norte, pesquisas que deem ênfase ao sentido empregado nas estratégias discursivas construídas pelos jornais mencionados durante a discussão em torno da emancipação política do até então povoado de Juazeiro em 1910. Os trabalhos acadêmicos que tomam o discurso dos jornais como objeto de estudo o encaram, na maioria das vezes, como fonte documental que permite responder e apresentar informações sobre o contexto político daquele período. Contudo, é importante ressaltar que o jornal *O Rebate* é o mais utilizado para essa finalidade. O conteúdo do *Correio do Cariry*, na absoluta maioria das vezes, ficou restringido às citações presentes no periódico de Juazeiro.

Analisando especificamente nosso objeto de estudo, não encontramos bibliografia que aprofunde as discussões jornalísticas dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*. Quando averiguado os anais das sociedades científicas¹⁶ e o banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Universidade Federal do Ceará (UFC), encontramos um vasto número de pesquisas que tratam sobre a cidade de Juazeiro, em especial, o âmbito religioso centrado na figura do padre Cícero. Ao utilizar a nomenclatura “Padre Cícero”, “Juazeiro do Norte”, “O Rebate”, “Correio do Cariry”, encontramos pesquisas com temáticas variadas: catolicismo popular, romarias, religiosidade, territorialização e cultura popular. Em relação a nomenclatura dos jornais as pesquisas encontradas foram zero.

Contudo, com a instalação do Curso de Jornalismo em Juazeiro do Norte em 2010, pela até então UFC, campus Cariri, hoje Universidade Federal do Cariri (UFCA), o número de pesquisas com a temática vem crescendo. Surge a partir da implementação do curso de Jornalismo, na UFCA, duas pesquisas que englobam o jornal *O Rebate*, ambos trabalhos de conclusão de curso: *O Rebate: editoriais na luta pela independência de Juazeiro* (2013), de autoria de Naiara Carneiro de Oliveira; e *O Rebate: o poder da*

¹⁶ **Alcar** (Associação Brasileira de Pesquisadores em História da Mídia), **Compós** (Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação), **Intercom** (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação) e **SBPJor** (Associação Brasileira dos Pesquisadores em Jornalismo).

palavra na luta pela independência de Juazeiro (2014), de autoria do pesquisador desta dissertação.

O trabalho de Oliveira (2013) realizou uma Análise Documental e de Conteúdo dos editoriais de *O Rebate*, publicados em 1910. A partir disso, a autora identificou as estratégias utilizados pelo jornal para discutir a questão da independência do povoado. Baseando-se nos conceitos de S. Moreira; Wilson C. Junior e M. Benneti, acerca de técnicas de pesquisa em comunicação, Oliveira (2013) apresentou resumidamente o tema de cada edição analisada, 46 capas¹⁷ de *O Rebate*, para em seguida, destacar as características de produção do jornal, justificando e contextualizando-o com base nos estudos sobre a história da imprensa no Brasil no início do século XX.

Já Queiroz (2014) realizou um levantamento sobre o panorama histórico, estrutural e de produção de *O Rebate*, ao analisar 99 edições, das 104 possíveis. Explanou-se o pioneirismo do periódico na imprensa juazeirense, ao apresentar suas fases como prestadora de serviços (1909), política (1910) e literária (1911). No último capítulo, explanou-se sobre o embate protagonizado pelo *O Rebate* com o jornal *Correio do Cariry*, apresentando os personagens envolvidos, o tipo de linguagem empregada pelos articulistas e os temas discutidos entre os mesmos.

Porém, assim como as inúmeras obras que discorrem sobre a história de Juazeiro do Norte ou sobre o processo de emancipação do até então povoado cratense, o trabalho contou, em sua maioria, com a versão do jornal *O Rebate* sobre o fato. Não foi o objetivo daquela pesquisa apresentar o *Correio do Cariry*, devido à ausência de bibliografia e dificuldade de acesso ao acervo do periódico. Apenas no final da análise, foi encontrado parte do acervo do *Correio do Cariry* no Instituto de Cultura do Cariri (ICC), o que nos deu a possibilidade de utilizar parte de seu conteúdo no trabalho especificado. Com essa fonte histórica em mãos, resolvemos aprimorar o debate em torno do processo de emancipação do povoado de Juazeiro nesta dissertação.

Esses dois trabalhos de conclusão de curso foram posteriormente publicados em formato de artigo nos anais de eventos da Intercom/NE. O primeiro, *O Rebate – um relato sobre o primeiro jornal impresso de Juazeiro do Norte*,¹⁸ de autoria de Oliveira (2014), objetivou por meio de revisão bibliográfica e de Análise Documental, apresentar a história

¹⁷ Os editoriais de *O Rebate* constavam sempre na primeira página do jornal.

¹⁸ OLIVEIRA, Naiara. **O Rebate – um relato sobre o primeiro jornal impresso de Juazeiro do Norte**. In: XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, João Pessoa – PB, 15 a 17 de maio de 2014.

do jornal *O Rebate* e suas características jornalísticas, buscando identificar nele características marcantes do jornalismo produzido no Brasil durante a transição do século XIX para o século XX.

O segundo, *O Rebate: A influência do jornalismo na independência política de Juazeiro do Norte*,¹⁹ de autoria de Queiroz (2015), analisou os editoriais publicados pelo *O Rebate* entre 1909 e 1911, elencando as temáticas publicadas pelo jornal na busca de incentivar e divulgar sua campanha pela emancipação política do povoado de Juazeiro.

O professor mestre José Anderson Freire Sandes, orientador dos trabalhos de conclusão de curso apresentados anteriormente, desenvolveu artigo sobre *O Rebate* intitulado *Representação e estratégias do jornal “O Rebate” na emancipação de Juazeiro*.²⁰ Sandes (2016) analisou alguns artigos publicados no ano de 1910 e apresentou como os articulistas de *O Rebate* trataram a discussão sobre o processo de emancipação de Juazeiro, em um momento de mudanças políticas no Cariri e de transição no fazer jornalístico do país.

A Universidade Regional do Cariri (URCA) também tem contribuído no desenvolvimento de pesquisas em torno da mídia impressa jornalística do século XIX e XX no Cariri cearense. A universidade conta com o Centro de Documentação (CEDOC) e possui acervo de jornais da cidade do Crato dos séculos XIX e XX, o que tem fomentado pesquisas de teor histórico desses impressos. Uma dessas pesquisas é *O Rebate: História e literatura: a seção “Lyra popular” no jornal o “Rebate” de “Joaseiro” (1909-1910)*,²¹ de autoria de Assis Daniel Gomes. Gomes (2013) analisou as poesias divulgadas pelo jornal na seção *Lyra Popular*, com o intuito de perceber quais as temáticas presentes em suas publicações.

Não encontramos trabalhos específicos sobre o *Correio do Cariry*. Um dos poucos trabalhos que utilizam o discurso do periódico cratense é a dissertação de mestrado de Antonia Otonite de Oliveira Cortez, *A construção da “cidade da cultura”: Crato (1889-1960)*. Em partes desse estudo, Cortez (2000) utilizou algumas edições do *Correio do Cariry*, entre 1904 e 1905, para analisar a ascensão de Antônio Luiz ao cargo de chefe

¹⁹ QUEIROZ, Cícero D. **O Rebate**. A influência do jornalismo na independência política de Juazeiro do Norte. In: XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Natal – RN, 02 a 04 de julho de 2015.

²⁰ SANDES, José A. **O Rebate intitulado Representação e estratégias do jornal “O Rebate” na emancipação de Juazeiro**. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Caruaru – PE, 07 a 09 de julho de 2016

²¹ GOMES, Assis Daniel. **História e Literatura: a seção “Lyra Popular” no jornal “Rebate” de “Joaseiro” (1909-1910)**. Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli, Crato, v. 2, n. 3, p. 27-44, dez. 2013.

político da cidade do Crato e a construção do marco celebrativo da conquista do poder pela civilização ancorada nos ideais liberais.²² A dissertação conta também com uma seção intitulada *Firmando diferenças: Crato X Juazeiro* e discorre sobre o embate entre *Correio* e *Rebate*, porém, assim como as demais pesquisas, a narrativa conta apenas com o conteúdo exposto pelo jornal juazeirense.

A carência de bibliografia acerca do *Correio do Cariry* e *O Rebate*, sob a perspectiva social e comunicacional, é uma das justificativas para a realização deste trabalho e também seu maior desafio. Nas obras que se dedicam à história de Juazeiro, *O Rebate* é apresentado como um dos agentes que impulsionaram a autonomia política do povoado; ao passo que o *Correio do Cariry* é visto como aquele que pugnou contra o jornal juazeirense. Contudo, não encontramos bibliografia que se aprofunde na discussão em torno do protagonismo de ambos no jornalismo praticado no Cariri cearense, mesmo participando ativamente de decisões políticas e sociais da região no início do século XX.

A partir da minha inserção no Programa de Pós Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (PPGCOM-UFC), publicou-se três trabalhos que analisaram comparativamente os discursos veiculados pelos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* durante o embate pela independência de Juazeiro entre 1910 e 1911.

O primeiro, intitulado *Correio do Cariry X O Rebate: as representações do padre Cícero na imprensa caririense*,²³ propôs analisar as representações dadas ao padre Cícero durante o imbróglio político entre Crato e Juazeiro. Essas representações foram veiculadas objetivando alavancar as respectivas campanhas daqueles periódicos. Nesse sentido, o lado cratense apresentou um discurso pejorativo ao sacerdote a fim de estancar a ideia de independência dos vizinhos; enquanto os juazeirenses exaltaram o seu “patriarca” objetivando defendê-lo e aderir novas alianças durante a campanha emancipatória de Juazeiro.

O segundo, *A (re)construção identitária de Juazeiro: as representações do jornal Correio do Cariry e O Rebate na sua construção social*,²⁴ analisou como o discurso jornalístico publicado pelos periódicos, durante o debate em torno da independência de

²² Sobre o surgimento do *Correio do Cariry* e a ascensão de Antônio Luiz ao poder do Crato ver a seção 3.3.1 desta pesquisa.

²³ QUEIROZ, Cícero D. *Correio do Cariry x O Rebate: as representações do padre Cícero na imprensa caririense*. In: V Simpósio Internacional: reconciliação... e agora? Juazeiro do Norte – CE, 20 a 24 de março de 2017.

²⁴ PATRÍCIO, Edgard; QUEIROZ, Cícero D. *A (re)construção identitária de Juazeiro: as representações do jornal Correio do Cariry e O Rebate na sua construção social*. Revista Brasileira de História da Mídia, v. 6, n. 1, p. 67 - 81, 2017.

Juazeiro, contribuiu para o processo de construção imagética de Juazeiro a partir de suas respectivas ideologias. Enquanto o *Correio* criou uma representação de foro da barbárie, para deslegitimar a ideia de independência dos vizinhos; *O Rebate* pautou-se na construção do progresso econômico para legitimar sua emancipação.

O terceiro, *O embate jornalístico entre Correio do Cariry e O Rebate: os discursos pela independência de Juazeiro*,²⁵ analisou alguns artigos publicados pelos jornais para definir as estratégias simbólicas (THOMPSON, 2011) utilizadas durante o debate pela emancipação de Juazeiro, entre 1910 e 1911.

Como destacado anteriormente, a história que se construiu no século XX sobre o surgimento, fundação e construção de Juazeiro é uma história diretamente centrada na figura de Cícero Romão Batista. A maioria das pesquisas/obras são situadas, especialmente, em dois eixos de análise: a bibliografia do padre Cícero e as romarias realizadas em Juazeiro do Norte. Seria impossível, nesse primeiro momento, elencar todas as pesquisas em torno desses eixos de análise. Caberia uma pesquisa somente para esse fim.

No entanto, localizamos algumas obras que constroem um discurso de santidade do padre, mas também aqueles que tratam da vida religiosa e político-econômica da cidade, articulando-a com a biografia/hagiografia de Cícero Romão Batista. Entre eles, *Milagre em Joazeiro* (1976), do antropólogo norte-americano Ralf Della Cava; *Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão* (2009), do jornalista e biógrafo Lira Neto; *A terra da mãe de Deus* (1988) e *Autonomia em Juazeiro* (2011), da antropóloga e professora Luitgarde Barros; *O Padre Cícero que eu conheci* (2001), da professora/memorialista Amália Xavier de Oliveira; e, *O meio do mundo: territórios do sagrado em Juazeiro do Padre Cícero* (2014), do historiador Francisco Régis Lopes Ramos.

As obras citadas acima apresentam em seu conteúdo alguns artigos do jornal *O Rebate*, porém, não apresentam trechos do *Correio do Cariry*.²⁶ É comum apresentarem os jornais como duas folhas que protagonizaram um intenso “embate insultuoso”, onde semanalmente discutia-se, de forma intensa, sobre a emancipação do povoado de Juazeiro. Algumas obras como *A marcha da insurreição* (2011), do tabelião Paulo

²⁵ QUEIROZ, Cícero D. **O embate jornalístico entre Correio do Cariry e O Rebate: os discursos pela independência de Juazeiro.** In: 15º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, São Paulo – SP, 08 a 10 de novembro de 2017.

²⁶ Com exceção dos trechos retirados do jornal *O Rebate*. Durante o embate entre as folhas, foi comum os articulistas de *O Rebate* citarem trechos de artigos do *Correio do Cariry* para elaborar suas defesas e contra-argumentar a posição cratense naquele debate político.

Machado, e *História da Independência de Juazeiro do Norte* (2010), do professor e jornalista Daniel Walker, apresentam de forma mais clara o discurso do primeiro periódico de Juazeiro. Porém, não confrontam o discurso entre cratenses e juazeirenses, salientando apenas a construção dos fatos imposta pelos articulistas de Juazeiro.

Portanto, propomos a realização deste estudo como uma forma de incentivar e ampliar as pesquisas em torno da análise da história do jornalismo e suas contribuições para as sociedades contemporâneas, além de apresentar uma nova perspectiva sociopolítica e comunicacional dessa história singular entre as cidades de Crato e Juazeiro do Norte. A importância de abordar esta temática se justifica pelo fato de não existir, na produção historiográfica e jornalística do Ceará, pesquisas que deem ênfase ao sentido empregado nas estratégias discursivas dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*, acerca do debate em torno da emancipação política do povoado de Juazeiro. Como já assinalado, os trabalhos acadêmicos, que tomam por fonte os discursos dos jornais analisados nesta pesquisa, os encaram apenas como fonte documental, evitando o aprofundamento na leitura e interpretação, da forma e dos sentidos, das linguagens evocadas no texto.

Dessa forma, esta pesquisa busca identificar as estratégias discursivas dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*, durante o período em que se discutiu sobre a emancipação política do distrito de Juazeiro da cidade do Crato; averiguar quais as representações formuladas pelos jornais durante o embate jornalístico; e como os articulistas utilizaram o espaço do jornal para legitimar seus ideais. Para responder esses e outros questionamentos utilizamos um referencial teórico voltado para a análise do discurso, em diálogo com as teorias do jornalismo, tendo sempre presente a relação entre texto, contexto e outros textos.

3. JORNALISMO, ESTRATÉGIAS E REPRESENTAÇÕES

O impresso é um registro escrito que narra os possíveis comportamentos e o desenvolvimento dos fatos considerados relevantes por uma determinada sociedade. Albert e Terrou (1990, p. 10) apontam que “de todos os objetos de pesquisa histórica, o jornal é, talvez, o que mantém as mais estreitas relações com o estado político, a situação econômica, a organização social e o nível cultural do país e da época dos quais constitui o reflexo”. Enquanto fonte, o jornal torna possível a recuperação de representações dos acontecimentos e, pelo seu fazer, informa sobre um contexto. Porém, nesta pesquisa os jornais ultrapassam a função de registro dos acontecimentos para se enquadrarem como agentes do processo histórico.

A partir dessa perspectiva, entendemos que tanto o *Correio do Cariry* quanto *O Rebate* foram instrumentos na constituição dos modos de viver e pensar durante o período em que foram publicados no Cariri cearense. Procura-se, portanto, analisar as principais características (tanto de forma quanto de conteúdo) desses jornais, a fim de compreender o espaço constituído pelo jornalismo, do início do século XX, para dizer a realidade em meio às discussões políticas entre a cidade do Crato e o povoado de Juazeiro.

Para melhor compreender as formas de ser e de dizer da imprensa caririense, no período estudado, é importante ter presente um cenário amplo da prática jornalística realizada no Brasil na primeira década do século XX, quando o país vivenciou um crescimento demográfico e um processo de urbanização das cidades, bem como a imprensa passou por um processo de modernização saindo de um caráter artesanal para um industrial. Nesse sentido, questionamos: a cidade do Crato e o povoado de Juazeiro apresentaram esse processo de urbanização? Os jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* acompanharam o desenvolvimento da imprensa, presenciado nos grandes centros do país?

Torna-se indispensável resgatar algumas referências que permitam compreender as práticas jornalísticas do início do século XX, para que se possa traçar as principais marcas do fazer jornalístico nas páginas do *Correio do Cariry* e *O Rebate*, percebendo em que medida a imprensa repercutiu o debate em torno daquele conflito político. Ao levar em conta esse contexto histórico e social representativo para a imprensa e a sociedade da época, entende-se que, para elaborar uma análise dos discursos midiáticos, se faz necessário mapear algumas características comuns à imprensa no período, assim

como o modo de fazer jornalismo em meio às transformações sociais nas localidades referidas.

Reforçamos que o nosso objetivo é analisar como os jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* utilizaram seus discursos para legitimar suas respectivas campanhas, contra e a favor da emancipação política do povoado de Juazeiro, entre 1910 e 1911. Neste capítulo, apresentamos o embasamento teórico da nossa análise, a partir do percurso pela história do jornalismo brasileiro e cearense, com o seu surgimento em 1808 até 1911, quando se encerra as discussões em torno da emancipação de Juazeiro; e, conceituamos os elementos argumentativos que se fundamentam na construção da forma e do conteúdo do discurso dos jornais.

3.1 Imprensa em pauta: o jornalismo no Brasil entre os séculos XIX e XX

A história da imprensa brasileira está relacionada diretamente com a colonização portuguesa no Brasil. Durante sua fase colonial, a até então colônia proibiu o uso das letras impressas no país, pelo receio da propagação de ideias contrárias à corte.

Imprensa, universidade, fábricas – nada disso convinha, na opinião do colonizador. Temiam os portugueses deixar entrar aqui essa novidade e verem, por influencias delas, escapa-lhes das mãos a galinha dos ovos de ouro que era para eles o Brasil (LUSTOSA, 2003, p. 7).

Ao contrário do Brasil, a mídia impressa já estava se estabelecendo no mundo, países da América Latina, como México e o Peru, viram o nascimento da imprensa em 1539 e 1583, respectivamente (SODRÉ, 1999, p. 10). A imprensa brasileira seria criada apenas em 1808, com a chegada da família real portuguesa²⁷ ao país, por meio da implantação da Imprensa Régia.²⁸ No mesmo ano, foi impresso no Rio de Janeiro o primeiro periódico brasileiro e oficial da monarquia: *A Gazeta do Rio de Janeiro*,²⁹

²⁷ A mudança da corte portuguesa ao Brasil foi consequência da invasão do exército do imperador francês Napoleão Bonaparte, que conquistava aos poucos toda a Europa. O imperador ameaçou invadir Portugal, a fim de controlar suas ricas colônias, dentre elas o Brasil. Em 27 de novembro de 1807, embarcou ao país toda a corte portuguesa, fugindo, assim, das tropas napoleônicas (LUSTOSA, 2003).

²⁸ Primeira editora brasileira criada por Dom João VI em 13 de maio de 1808. Constituiu uma atividade administrativa importante para a corte portuguesa, à qual compete o monopólio da impressão de qualquer obra tipográfica no país (BARBOSA, 2010).

²⁹ Circulou entre 1808 e 1822, serviu aos interesses da corte portuguesa, informava mais sobre a Europa do que o Brasil, reforçando a ideia de colonizado e colonizador (SODRÉ, 1999).

publicado em 10 de setembro. Todavia, três meses antes, em 1º de junho, circulou em Londres – Inglaterra – o *Correio Braziliense*.³⁰

É importante ressaltar que, entre os pesquisadores da história da imprensa brasileira, há controvérsias quanto ao periódico que marcou o surgimento da imprensa no Brasil. Para alguns deles, o *Correio* não pode ser visto como jornal precursor, por ter sido editado e impresso em Londres. Dessa forma, *A Gazeta* é considerada como o pioneiro, como destaca Sodré:

A *Gazeta* era embrião do jornal, com a periodicidade curta, intenção informativa mais do que doutrinária, formato peculiar aos órgãos impressos do tempo, poucas folhas, preço baixo; o *Correio* era brochura de mais de cem páginas, geralmente 140, de capa azul escuro, mensal, doutrinário muito mais do que informativo, preço muito mais caro [...] Em tudo, *A Gazeta* se aproximava do tipo de periodismo que hoje conhecemos como jornal – embora fosse exemplo rudimentar desse tipo (SODRÉ, 1999, p. 22).

A priori, o jornalismo brasileiro foi direcionado às elites, os jornais do primeiro período da imprensa (1808-1860) apresentavam uma linguagem rebuscada e com forte caráter político. Com a instalação de diversas tipografias no Brasil, a partir de 1808, impulsionou-se a produção de folhetos, escritos, a grande maioria, por membros do poder eclesiástico. Nesse momento, como os jornais tinham uma estrutura artesanal, fundá-los não exigia investimentos iniciais altos. Para os padrões da época, abrir um jornal era relativamente barato, o que facilitou a proliferação de diversos títulos. “Qualquer indivíduo letrado – fosse literato, médico, clérigo, militar etc. – que desejasse atuar na vida pública encontrava relativa facilidade para rodar o seu jornal” (RIBEIRO, 2007).

As disputas políticas que antecederam a independência do Brasil, em setembro de 1822, refletiram-se na imprensa. Os impressos foram utilizados como armas de seus redatores, “os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos [e] abrigou um debate de características democráticas, porém sem regras definidas” (LUSTOSA, 2000, p.16). A luta pela independência do Brasil, por exemplo, elevou as disputas veiculadas nos impressos para o campo da violência. Insultos, palavrões, ataques pessoais, descrições deturpadas, de aspectos morais ou físicos, e até agressões corporais, foram comuns naquele momento histórico.

³⁰ Idealizado e editado por Hipólito José da Costa, o *Correio Braziliense* foi publicado ininterruptamente e mensalmente até dezembro de 1822, sempre em Londres. Hipólito tinha como objetivo informar aos brasileiros o que se passava no mundo, além de criticar as autoridades portuguesas e defender a separação entre Brasil e Portugal (LUSTOSA, 2003).

Nas últimas décadas do século XIX (1870-1900), a imprensa brasileira passou a atuar ativamente em debates políticos e sociais no país, como a Abolição dos Escravos, em 1888, e a Proclamação da República, em 1889. Seabra (2006, p. 122) destaca que, tanto a campanha abolicionista quanto a campanha republicana voltaram “a exigir um jornalismo engajado, menos panfletário do que aquele feito nas primeiras décadas do século, mas com a mesma capacidade de mobilização”. O jornalismo havia se transformado num teatro performático, no qual temas da atualidade eram discutidos e debatidos entre os jornais (BARBOSA, 2010).

Esse caráter militante provocou um verdadeiro surto de pequenos jornais em todo o país. Foi nessa época que surgiram os chamados pasquins e impressos panfletários, que, segundo Barbosa (2010), possuíam caráter apelativo, com pequenas tiragens e de curta duração, que conclamavam a adesão pública a determinada causa ou atitude. Possuíam vida efêmera, apareciam e desapareciam conforme conflitos de seu interesse iam surgindo ou cessando. Ou seja, tinham cunho opinativo e doutrinário e, antes de informar, tomavam posição àquilo que defendiam.

Outra característica que ressaltamos na história da imprensa no Brasil é o encontro do jornalismo com a literatura. Esse momento é marcado pela entrada de literatos na imprensa e, conseqüentemente, a adoção de uma linguagem/escrita mais leve e, em alguns momentos, poética.

Um personagem exemplar do período foi José de Alencar, que começou por escrever artigos na seção forense do Correio Mercantil, passou a cronista, em seguida iniciou a publicação de folhetins literários na imprensa, entre os quais o estrondoso sucesso O Guarani, e que chegou a ocupar uma cadeira no senado. Outro personagem do período e que estreou timidamente em 1855, foi Machado de Assis. Machado era redator do Diário do Rio de Janeiro e cobria o que acontecia nas câmaras na companhia do também escritor Bernardo Guimarães, que representava o tradicional Jornal do Comércio, e Pedro Luís, do Correio Mercantil (SEABRA, 2006, p. 122-123).

Somente 16 anos depois de inaugurado o primeiro jornal impresso do país, o Ceará³¹ contaria com uma publicação própria. Mesmo assim, a província cearense seria a sétima a conquistar esse feito entre as dezenove que compunha inicialmente o Império do

³¹ A circulação de periódicos intensificou-se no Ceará com o aparecimento dos primeiros jornais pernambucanos, a partir de 1821. Estes, contaram com leitores principalmente no Cariri, então mais relacionado com Recife do que com Fortaleza (NOBRE, 2006, p. 51).

Brasil.³² O *Diário de Governo do Ceará*³³ inaugurou os serviços da Tipografia Nacional Cearense e contribuiu para tornar a província um dos locais mais produtivos para criação de jornais no país, atrás apenas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia, que contavam com maior número de periódicos.

A atividade da imprensa no Ceará, como em todo o Império, foi caracterizada pelo compromisso partidário. O jornalismo político sobressaiu-se sobre qualquer outro gênero no Estado.

A imprensa do Ceará no período monárquico foi predominantemente opinativa, servindo para comunicar aos adeptos de uma determinada agremiação política o pensamento dos respectivos dirigentes e para escandalizar publicamente os erros e as perseguições, reais ou presumidos, do governo, quando confiado ao outro partido. De início, não houve interesse das folhas provinciais em praticar um jornalismo digno desse nome, com caráter informativo (NOBRE, 2006, p. 75).

Estabelecido o jornalismo partidário,³⁴ a imprensa cearense permaneceu estável e propagou-se no interior do estado, na segunda metade do século XIX. No Cariri, o primeiro jornal impresso da região foi *O Araripe*,³⁵ jornal do Partido Liberal Cratense, redigido e publicado pelo político e jornalista João Brígido dos Santos.³⁶ Segundo Nobre (2006), o Ceará se tornou uma das províncias do Império onde a atividade jornalística mais se recomendou, senão pelo esmero tipográfico, ao menos pelo valor intelectual dos seus redatores.

De acordo com Alves (2010, p.18), o Crato se destacou no período como uma das mais ricas tradições jornalísticas do Ceará,³⁷ conseguindo “manter [suas] folhas em circulação durante anos”. Ainda segundo a historiadora, esses periódicos representavam

³² Inicialmente, o Império do Brasil (1822-1889) era composto pelas províncias de: Alagoas, Bahia, Ceará, Cisplatina (atual Uruguai), Espírito Santo, Goiás, Grão-Pará, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

³³ Inaugurada em 1º de abril de 1824, na capital cearense, Fortaleza (BARBOSA, 2010).

³⁴ Representado durante o Brasil Império por dois partidos: o Liberal e o Conservador. Os liberais eram favoráveis à descentralização política, o que significaria ampliar os poderes das províncias e dos municípios – ideias a que se opunham, em sua grande maioria, os conservadores. No Ceará, dois periódicos destacavam-se: o *Pedro II* (1840-1889), do partido Conservador, e *O Cearense* (1846-1891), do partido Liberal, ambos editados e publicados na capital, Fortaleza (NOBRE, 2006).

³⁵ Veiculado na cidade do Crato, entre os anos de 1855 a 1864, apresentava em seus artigos a necessidade de civilizar a região caririense, a fim de criar a Província dos Cariris Novos, cuja capital seria o Crato, por ser esta a cidade mais desenvolvida do Cariri (ALVES, 2010).

³⁶ João Brígido nasceu na Província do Rio de Janeiro. Mudou-se para o Ceará onde exerceu atividade de jornalista, político, cronista e historiador. Foi porta-voz ativo do grupo liberal provincial e cratense, onde fundou e dirigiu *O Araripe* (ALVES, 2010, p.16).

³⁷ Muitos periódicos cratenses foram políticos como o *Araripe, a Cidade do Crato* (1860-1864) e o *Correio do Cariry* (1904-1912); outros foram religiosos como *A Voz da Religião* (1868-1872). Outros, críticos, literários e humorísticos. Ver PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**: seu descobrimento, povoamento, costumes. Fortaleza: 1950 – Ceará, p. 178 a 186. Nessa obra, o autor realiza um levantamento histórico dos jornais cratenses publicados entre 1855 ao início do século XX.

principalmente os ideais e interesses particulares de grupos e famílias da elite cearense, formada por produtores agrícolas e comerciantes.

A província cearense foi destaque na imprensa nacional durante a década de 1880, quando se estabeleceu uma intensa campanha abolicionista. Em 25 de março de 1884, o Ceará se tornou a primeira província brasileira a declarar o fim da escravidão, e muito dessa conquista se deve, segundo Nobre (2006), à sociedade cearense libertadora, fundadora do jornal *O Libertador*.³⁸ O episódio foi amplamente difundido pela imprensa abolicionista em todo o país, fato que motivou a multiplicação de órgãos que defendiam a causa libertadora. Em maio de 1888, o movimento atingiu seu clímax, “os periódicos de todas as capitais publicaram edições inteiramente dedicadas à Abolição³⁹” (BARBOSA, 2010, p.108).

Com o advento da República, em 1889, os jornais assumiram uma nova configuração, “as letras impressas que se esparramavam há décadas pelas mais importantes cidades do país, criam, gradativamente, um público letrado” (BARBOSA, 2010, p. 117). A leitura dos jornais passou a ser um hábito cotidiano da população, que, por sua vez, tornou-se mais exigente (LUCA, 2008).

Se anteriormente os impressos nacionais constituíram-se, exclusivamente, de lutas políticas ou doutrinárias, no final do século XIX as folhas jornalísticas começaram a se transformar em negócio. Deixou-se de lado o caráter panfletário e doutrinário e adotou-se o informativo. Os embates políticos, antes realizados por meio de produção textual repleta de ofensas, passaram a ser publicados por meio de caricaturas, dessa vez para criticar questões políticas e sociais.

A adoção de novos métodos de distribuição e gerenciamento das folhas permitiram o aumento da tiragem e o número de páginas dos impressos. Essa novidade permitiu o barateamento dos exemplares e o desenvolvimento de um *layout*⁴⁰ mais aprimorado, ou seja, uma mercadoria mais atraente. Iniciava-se, portanto, a febre da modernização jornalística no país.

De acordo com Sodré (1999, p.261), “a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco,

³⁸ Fundado em 1º de janeiro de 1881 como órgão da Sociedade Cearense Libertadora.

³⁹ Em 13 de maio de 1888 por meio da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, foi concedida a liberdade total e definitiva aos negros brasileiros, abolindo de vez a escravidão no Brasil.

⁴⁰ Segundo Hurlburt (2002), layout é a forma, arranjo ou composição de uma página impressa.

dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa”. A entrada de modernos aparelhos tecnológicos nas redações produziu alterações significativas na estrutura dos periódicos nacionais.

O cinematógrafo, o fonógrafo, o gramofone, os daguereótipos, a linotipo, as Marinonis são algumas das tecnologias que invadem a cena urbana e o imaginário social na virada do século XIX para o XX, introduzindo amplas transformações [...] nos periódicos [que] transformam gradativamente seus modos de produção e [...] passam a ser cada vez mais ícones de modernidade (BARBOSA, 2007, p. 21-22).

Sodré (1999, p. 275) assinala que a transição da pequena à grande imprensa “está naturalmente ligada às transformações do país, [...] à ascensão burguesa [e] ao avanço das relações capitalistas”. A economia brasileira, pautada, principalmente, nas atividades agrícolas no período colonial e imperial, foi substituída, mesmo que lentamente, por modelos de produção capitalistas. Ainda segundo Sodré (1999), esse desenvolvimento do capitalismo, além de contribuir para modernização da imprensa, condicionou, também, a integração de anúncios publicitários nos periódicos nacionais.

A ascendência das agências de publicidade sobre a imprensa transformou os jornais em meros subordinados das empresas, já que estes dependiam financeiramente das primeiras.

A publicação de anúncios é fundamental para a sobrevivência do periódico e determina o enfoque da matéria. O jornal não pode ser contra uma empresa que insere publicidade nas suas páginas [...]. Além disso, faz parte de sua receita a publicação de matérias subvencionadas (BARBOSA, 2010, p. 192).

O processo de modernização no Brasil, com a prosperidade trazida pelo café, contribuiu para o crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços. O aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e do serviço dos correios, recorrentes da abertura de novas ferrovias e estradas, possibilitou uma distribuição mais rápida dos periódicos e permitiu que estes chegassem a mais regiões. O desenvolvimento do sistema telegráfico garantiu a instalação da primeira agência de notícias do Brasil, a *Havas*⁴¹, e promoveu a difusão de notícias internacionais nas folhas brasileiras.

⁴¹ Instalou-se no Rio de Janeiro em 1874.

Outra grande transformação diz respeito ao editorial das publicações. Eliminou-se o caráter opinativo e estabeleceu-se o informativo. “Agora, [os jornais] pretendem, sobretudo, informar, com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade, sobre a realidade” (BARBOSA, 2010, p. 121). A informação ganhou prioridade nos periódicos e a valorização do caráter imparcial levou à criação das chamadas colunas de opinião, separando-se, assim, das colunas informativas.

O conteúdo publicado pelos periódicos também sofreu mudanças significativas nessa nova etapa do jornalismo brasileiro. De acordo com Barbosa (2010, p.118), a imprensa se diversificou e “ao lado dos jornais diários, proliferam revistas mundanas, periódicos críticos e literários, impressos que falam exclusivamente do mundo do trabalho, entre centenas de publicações”. Para atrair maior número de leitores, os jornais passaram a dar ênfase ao entretenimento: crônicas, poesias, contos, textos literários e peças teatrais, ganharam destaque na nova fase do jornalismo brasileiro.

Os periódicos das principais capitais do país adaptaram-se às mudanças normalmente. Elevaram a sua tiragem e passaram a circular diariamente, o ineditismo passou a ser valorizado entre os jornais e o repórter, visto como elemento principal para a composição da notícia, “se espera ‘o furo da reportagem’, a informação sensacional, todos os detalhes do fato” (BARBOSA, 2007, p. 39). Eficiência, pressa e velocidade (da informação), características do novo modo de vida urbano, tornaram-se parte, também, da nova fase da imprensa periódica.

As [notícias] tinham que ser difundidas imediatamente: já não se podia esperar até amanhã seguinte; daí a multiplicação de edições sucessivas e das folhas vespertinas, lançadas no decorrer da tarde, para dar conta do que se passara no próprio dia [...] Tratava-se de tentar manter o leitor, no mais das vezes um transeunte apressado, a par dos últimos acontecimentos. (LUCA, 2008, p. 150)

Todas essas inovações não se limitaram apenas às mudanças na estrutura de produção, organização ou financeira dos jornais, atingiram também sua ordenação interna. Estabeleceu-se, assim, a divisão do trabalho nas redações. “As funções de proprietário, redator, editor, gerente e impressor, que antes, não raro, concentravam-se num único indivíduo, separaram-se e especializaram-se” (LUCA, 2008, p. 150). A partir de então, cada empregado teria uma função exclusiva: de redator, crítico, repórter, revisor, desenhista, fotógrafo, além dos cargos administrativos.

Portanto, de acordo com Sodré (1999, p. 275), o periodismo brasileiro, na passagem do século XIX para o XX, viveu a:

[...] transição da pequena à grande imprensa. Os pequenos jornais, de estrutura simples, as folhas tipográficas, cedem lugar às empresas jornalísticas [...]. O jornal como empreendimento individual, como aventura isolada, desaparece, nas grandes cidades. Será relegado ao interior [...].

Em contrapartida, as cidades interioranas do país estagnaram-se no tempo e não seguiram os passos de modernização das grandes cidades. Os antigos equipamentos dos jornais das capitais eram vendidos às folhas do interior (SODRÉ, 1999). Estas cidades tornaram-se obsoletas, tanto no campo da imprensa quanto política e economicamente. Essa característica teve influência da política dos governadores implementada pelo presidente Campos Sales, para conservar os interesses das oligarquias rurais. Em suma, “a [imprensa] de caráter artesanal subsistia no interior, nas pequenas cidades, nas folhas semanais feitas em tipografias, pelos velhos processos e servindo às lutas locais, geralmente virulentas” (Idem, p. 275). Desse modo, permaneceram no interior os periódicos de vida efêmera e de natureza política, contexto que se enquadram as redações do *Correio do Cariry* e *O Rebate*. E é a partir dele que os mesmos serão analisados.

No Ceará, o jornalismo ainda não havia adentrado ao modelo empresarial⁴² e continuou como munição em batalhas políticas e ideológicas. Apesar disso, foi durante o primeiro decênio do governo republicano que o periodismo cearense viveu um dos seus momentos mais expressivos. De acordo com Nobre (2006), foi registrado um aumento significativo no número de publicações cearenses, tanto na capital quanto no interior, chegando ao número de mais de 340 novos títulos. No interior, “a imprensa [cearense], apesar de suas limitações, teve, no período de 1900 a 1909, uma fase verdadeiramente áurea [...]” (NOBRE, 2006, p. 130). Entre 1900 e 1910, apareceram 28 jornais em apenas

⁴² Lançado em 1915, o *Correio do Ceará* mudou, completamente, a forma de fazer jornal no estado. Fundado por Álvaro da Cunha Mendes, o periódico rompeu com a linha partidária tradicional e adotou uma outra, mais independente. Assim, surgiu um órgão noticioso e publicitário tornando o jornalismo, no Ceará, uma atividade profissional e não apenas partidária ou ideológica. (NOBRÉ, 2006).

três cidades do vale do Cariri. Deles, dezessete⁴³ no Crato, nove⁴⁴ em Barbalha e dois⁴⁵ em Juazeiro, entre eles, *O Rebate* (STUDART, 1924).

Em 1909, *O Rebate* inaugurou a imprensa no povoado de Juazeiro, tornando-se um dos protagonistas da luta pela independência política da pequena vila ao travar um fervoroso embate com o semanário *Correio do Cariry*, redigido e editado no Crato. O pequeno distrito se rebelou contra a cidade sede e utilizou da imprensa para difundir os anseios de um grupo que tentava proclamar a independência local.

3.2 Por trás dos discursos: as estratégias simbólicas

No campo da abordagem discursiva há elementos argumentativos que se fundamentam na construção da forma e do conteúdo do discurso, para legitimar as opiniões e confrontar os interlocutores. Trata-se da arte de persuadir, de se defender e discordar das opiniões dos outros. Este estudo visa identificar o conflito entre os jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* que utilizaram do discurso jornalístico para orientar, simbolicamente, os acontecimentos ao longo da discussão em torno da emancipação política do povoado de Juazeiro da cidade do Crato.

Para realizar a análise dos textos veiculados nos jornais estudados, tomamos algumas noções de jornalismo e a construção dos discursos midiáticos, a fim de investigar como o *Correio do Cariry* e *O Rebate* repercutiram o processo emancipatório de Juazeiro, a partir de três formas distintas: pela produção de relatos e estratégias durante o embate; o posicionamento dos articulistas sobre a problemática; e, o debate promovido pela imprensa sobre o fato e suas diferentes versões.

Como discutido anteriormente, os jornais, durante o século XIX e início do XX, especialmente no interior, foram os principais veículos de propagação de ideologias, seja de partidos políticos ou do Estado. Suas páginas eram utilizadas para publicações de estratégias ideológicas a fim de conquistar a adesão dos leitores e legitimar a permanência

⁴³ Em 1901: *A Semana, Sul do Ceará, O Estimulo, Cidade do Crato e Coração do Ceará*; 1902: *Girumba e Passatempo*; 1904: *Correio do Cariry, Gazeta do Crato e Folha Christã*; 1905: *Auras e 29 de junho*; 1906: *A Coisa*; 1907: *Peitica*; 1908: *O Povir e A Bala*; 1909: *A Cruz* (STUDART, 1924).

⁴⁴ 1904: *Jornal do Cariry*; 1905: *A Aranha e O Instrutor*; 1906: *O Luctador*; 1907: *O Livro*; 1908: *Cetama e A Pátria*; 1909: *O Centro e O Philantropico* (Idem.)

⁴⁵ 1909: *O Rebate*; 1910: *Lapis*. Não há muitos dados sobre o *jornalzinho Lapis*. *O Rebate* chegou a noticiar sua fundação em abril de 1910, caracterizando-o como “pequeno periódico humorístico, noticioso e recreativo”. Ver: JORNALZINHO. **O Rebate**, Juazeiro, 10 de abril de 1910, Varias, p. 2.

do partido, ou grupo político, no poder. Todavia, essa prática ocasionou o surgimento de oposições, em torno dos mesmos interesses, a formação dos debates e o desenvolvimento de estratégias para atingir e combater os adversários.

Os discursos dos jornais se estruturaram a partir de uma linguagem persuasiva. Através de diferentes técnicas retóricas, os jornalistas exaltavam seus líderes e atacavam seus adversários, a fim de conquistar o apoio e convencer os leitores a aderirem a seus ideais e desqualificar seus opositores. Para analisar essa interação, utilizamos os conceitos de Perelman e Tyteca (2005) que apresentam três modelos de técnicas argumentativas que atuam no discurso para persuadir e convencer o auditório: os *argumentos quase-lógicos*, de natureza não-formal, que se fundamentam em noções plausíveis, possíveis e prováveis; os *argumentos baseados na estrutura do real*, que se apoiam na experiência e estabelecem um acordo com o auditório ao basear-se em elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções; e as *ligações que se fundamentam na estrutura do real*, que concebe o real a partir do caso particular e o raciocínio por analogia.

Assim, por meio da teoria da argumentação de Perelman e Tyteca (2005), será possível traduzir a maneira como os jornalistas perceberam os acontecimentos políticos entre as localidades, entre os anos de 1910 e 1911, e como eles interagiam com seus opositores e leitores.

Para discorrer sobre os conceitos de ideologia e de estratégias simbólicas empregados pelos periódicos, utilizamos a concepção aplicada por Thompson (2011). O autor conceitualiza a ideologia a partir do modo como o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas para estabelecer e sustentar relações de poder e dominação. As formas simbólicas são definidas por todo ato, ação e fala, imagens e textos, produzido e entendidos pelos próprios sujeitos e outros. Para o autor, ideologia é sentido a serviço do poder.

Thompson formulou sua teoria a partir do conceito definido por Karl Marx,⁴⁶ ao considerar como critério definidor da ideologia as relações de dominação. Porém, Thompson difere de Marx em dois pontos: enquanto Marx se refere ao critério para sustentar relações de dominação, geralmente entendido, explícita ou implicitamente, em termos de relações de classe, Thompson (2011), pelo contrário, chamou atenção para

⁴⁶ Ao apresentar essa relação entre os conceitos de ideologia de Karl Marx, Thompson (2011) não utilizou uma única obra daquele autor. Para chegar a essa conclusão, Thompson utilizou de um conjunto de obras escritas por Marx e em parceria com outros teóricos.

outros eixos em que as relações de poder e dominação transparecem nas estruturas sociais, como, por exemplo, as relações entre sexos, entre grupos étnicos, entre indivíduos e o Estado e entre estado-nação; Outro aspecto da concepção de Marx que Thompson difere é o fato de Marx menosprezar as formas simbólicas como partes constituintes da realidade social, que mobilizam sentidos e que podem servir para manter e reproduzir relações de dominação. Thompson propõe conceituar ideologia a partir da análise do sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação (THOMPSON, 2011, p. 77-79).

Em busca de identificar as estratégias simbólicas empregadas pelos articulistas, do *Correio e Rebate*, para sensibilizar e influenciar seus leitores, utilizamos o conceito de modos de operação da ideologia, proposto por Thompson (2011). A partir da concepção de “interação e ação social”, o autor concebe as estruturas simbólicas empregadas no discurso como mecanismos ideológicos próprios para estabelecer e sustentar relações de poder e dominação. Trata-se de cinco modos de operação da ideologia: Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação e Reificação. Thompson (2011, p. 80) afirma que seu “objetivo não é apresentar uma teoria compreensiva de como os sentidos podem estabelecer e sustentar relações de dominação”, mas, sim, esboçar um campo rico de análise para permitir maiores reflexões sobre a temática. Além disso, os cinco modos pelos quais a ideologia pode operar podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente, pois não são únicos e independentes um do outro.

O primeiro modo de operação da ideologia é a **Legitimação**. As relações de dominação são apresentadas como justas e, por isso, dignas de apoio. Nesse modo de operação, estratégias típicas da construção simbólica, como a *Racionalização*, *Universalização* e *Narrativação*, são empregadas com o objetivo de conquistar a confiança da população com discursos que demonstrem autenticidade e veracidade (idem, p. 82-83).

A *Racionalização* caracteriza-se pela produção de estratégias na construção simbólica, com o objetivo de defender ou justificar um conjunto de relações, e como isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio. Na *Universalização*, acordos institucionais, que servem aos interesses de alguns grupos/indivíduos, são apresentados como servindo de interesse de todos. Já na *Narrativação*, o produtor retrata o mundo a partir de sua ótica, ao inserir em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. A partir disso, busca-se justificar e sustentar suas

ideologias, tanto por parte de quem possui o poder, bem como, por quem não está no poder (idem, p. 82-83).

O segundo modo de operação é a **Dissimulação**, forma em que o indivíduo busca a relação de poder por meio de fatos implícitos, negados ou obscurecidos, desviando a atenção de seu público ou transpondo relações e processos existentes. A Dissimulação pode ser expressa em formas simbólicas de diferentes maneiras: *Deslocamento*, *Eufemização* e *Tropo* (idem, p. 83-84).

Na estratégia de *Deslocamento*, um termo usado para referir-se a um determinado sujeito/objeto é usado para referir-se a um outro. Com isso, os atributos positivos ou negativos são também transferidos para esse outro sujeito/objeto. Na *Eufemização*, as ações, instituições ou relações sociais são descritas ou reescritas de modo a despertar uma valorização positiva das ideologias apresentadas. O *Tropo* é outro conjunto, ou grupo, de estratégias basicamente formado por construções simbólicas empregando o uso figurativo da linguagem (idem, p. 83-84).

O terceiro modo de operação da ideologia é a **Unificação**. As estratégias utilizadas aqui são estabelecidas a partir da construção simbólica, de uma forma unitária, que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. A Unificação divide-se em duas estratégias expressas em formas simbólicas de *Padronização* e *Simbolização da unidade* (idem, p. 86).

Na *Padronização*, as formas simbólicas são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica. Esse fato pode contribuir para a criação e uma identidade coletiva entre os diversos grupos da sociedade. A *Simbolização da unidade* visa à construção de símbolos de unidade, de identidade e de identificação coletiva, que são difundidas por um grupo ou uma pluralidade de grupos (idem, p. 86).

Na **Fragmentação**, outro modo de operação de ideologia, as relações de dominação podem ser mantidas não unificando indivíduos/grupos em uma coletividade, mas, segmentando-os, dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador. A Fragmentação tem duas típicas estratégias de construção simbólica: *Diferenciação* e *Expurgo do outro* (idem, p. 87).

A *Diferenciação* enfatiza as diferenças, ou seja, cria-se uma espécie de divisão entre indivíduos e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo no exercício de poder. Já a estratégia de *Expurgo do outro*, constitui a criação de um inimigo, seja interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados para resistir coletivamente ou expurgá-lo (idem, p. 87).

Por fim, na **Reificação** as relações de poder são sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural ou atemporal. Suas estratégias são a *Naturalização*, *Eternalização* e a *Nominalização/Passivização* (idem, p. 88).

A *Naturalização* torna os fatos sociais e históricos como simples acontecimentos naturais, desencadeados de acordo com suas respectivas ações passadas. Na *Eternalização*, as ideologias são propagadas ao tornar fatos sócio históricos apresentados como permanentes, imutáveis e recorrentes, em estruturas rígidas que não podem ser facilmente derrubadas. Isso ocorre por meio de uma construção simbólica que busca reafirmar e “eternalizar” o contingente. Por fim, a *Nominalização* ocorre quando as ações, ou parte delas, tornam-se sujeitos dessas ações e a *Passivização* ocorre quando os agentes das ações são colocados como agentes passivos dessas ações. Essas estratégias buscam concentrar a atenção do ouvinte ou leitor em certos temas com prejuízo de outros. Elas buscam, sobretudo, apagar os atores e as ações e apresentar processos como acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que a produziu (idem, p. 88).

As estratégias ideológicas foram utilizadas no discurso dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* com o objetivo de implantar no imaginário social um sentimento de adoração ou rejeição à causa política, seja contra a emancipação política de Juazeiro defendida pelo *Correio*, ou a favor como defendida pelo *O Rebate*. Ambos os jornais utilizaram, na propagação de suas ideologias, construções simbólicas inspiradas em valores, crenças e concepções de mundo, objetivando legitimar suas respectivas campanhas.

3.3 Palavras, representações e identidades

Uma das principais estratégias dos redatores de *O Rebate* foi instigar o orgulho e a autoestima dos juazeirenses, que vinham sendo feridos pelos cratenses, principalmente com a ideia de pujança econômica. Os cratenses buscaram desconstruir a ideia de progresso dos vizinhos, representando-os como uma sociedade atrasada. Nesse caso, a ideologia está associada à ação e a interação das formas simbólicas de poder e dominação, por ser um fenômeno marcado pelas circunstâncias sócio históricas particulares que definem os tipos de estratégias discursivas a serem aplicadas no processo de convencimento e legitimação. O discurso emitido pelos jornais foi constituído de conteúdos simbólicos que remeteram a significados valorativos e buscaram aproximar os leitores dos articulistas, com o intuito de sensibilizá-los e convencê-los a aderirem a seus ideais, num misto de aceitação, devoção ou revolta.

Durante o embate entre as folhas jornalísticas, as redações/articulistas buscaram construir uma imagem de si e do outro para (des)legitimar suas respectivas campanhas. Desse modo, levando em consideração tanto os conceitos de Foucault (2006), para quem os sujeitos sociais se constroem discursivamente, quanto de Charaudeau (2006), para quem todo ato de linguagem implica a construção de uma imagem de si, viu-se a importância de discutir sobre a construção de *ethos* nesse conflito impresso.

A noção de *ethos* pertence à tradição retórica. Dentre os representantes desta tradição, destaca-se Aristóteles. Na obra intitulada *Retórica*,⁴⁷ Aristóteles propôs dividir os elementos discursivos que influenciam para o caráter persuasivo em três categorias: *logos*, *ethos* e *phatos*. O *logos* estaria ligado à argumentação, o *phatos* à emoção e o *ethos* ao caráter individual ou institucional. Ao apresentar o *ethos* como um dos elementos que contribuem para a persuasão, Aristóteles afasta-se das concepções de seus predecessores, que não reconheciam essa contribuição (CHARAUDEAU, 2006).

No âmbito do jornalismo, os traços do *ethos* aparecem em diversos gêneros. Nesta pesquisa e por tratar-se de um jornalismo praticado no início do século XX, fortemente doutrinário, em sua regionalidade, esses indícios se mostram de forma mais incisiva. Nesse período, o jornalismo se destacou como um discurso mais argumentativo, pois representava o ponto de vista do grupo jornalístico ou partido ao qual o jornal estava

⁴⁷ Ressalta-se que, neste trabalho não se aprofundará a discussão acerca da “retórica aristotélica”, pois o propósito aqui é apenas abordar a construção do *ethos* do jornal.

vinculado. Por esse motivo, os jornais procuraram estabelecer traços identitários que fossem facilmente reconhecidos por seus leitores, mostrados por meio de *ethos* que são construídos discursivamente e devem funcionar como um suporte de identificação.

O *ethos*, enquanto imagem que se liga àquele que fala, não é uma propriedade exclusiva dele; ele é antes de tudo a imagem de que se transveste o interlocutor a partir daquilo que diz. O *ethos* relaciona-se ao cruzamento de olhares: olhar do outro sobre aquele que fala, olhar daquele que fala sobre a maneira como ele pensa que o outro o vê. Ou seja, para construir a imagem do sujeito que fala, esse outro se apoia ao mesmo tempo nos dados preexistentes ao discurso – o que ele sabe a priori do locutor – e nos dados trazidos pelo próprio ato de linguagem (CHARAUDEAU, 2006).

É importante acrescentar que o *ethos* não é dito explicitamente, mas mostrado através das escolhas efetuadas pelo enunciador. Ou seja, relaciona-se mais com a maneira escolhida para se dizer algo do que propriamente com o que é dito. Sendo assim, uma das características do *ethos* é revelar a personalidade do enunciador para sua audiência, com o objetivo de causar boa impressão, e demonstrar ao mesmo tempo: “eu sou isto, eu não sou aquilo” (MAINGUENEAU, 2011, p. 98). Ou seja, o *ethos* é a personalidade do locutor revelada na enunciação (na articulação verbal e do não-verbal) e não seus reais atributos.

Apesar do *ethos* não ser necessariamente dito, o mesmo pode se mostrar antes do enunciado ser concluído e permitir refletir sobre o processo mais geral de adesão dos sujeitos a uma posição discursiva. Para isso, entra em cena o conhecimento do público sobre o gênero de tal discurso, o posicionamento ideológico e tudo o que induza expectativas. Desse modo, levando em consideração Charaudeau (2012), comunicar, informar é essencialmente uma escolha no modo de operar. Não apenas escolha de conteúdos a transmitir, mas escolha de efeitos de sentidos para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas.

O debate em torno da questão política de Juazeiro incidiu também sobre a busca e/ou afirmação de uma identidade local. Em meio aos discursos jornalísticos que polemizaram a discursão, a referência a um sentimento de pertencimento ao Crato ou ao Juazeiro reuniu características e defesas aos interesses dos grupos durante o embate político. Nesse âmbito, buscamos compreender e desvendar como essas identidades

foram produzidas/inventadas e ativadas/reivindicadas, por esses veículos de comunicação.

De acordo com Stuart Hall (2007), as discussões sobre a questão da identidade são complexas. O próprio conceito tem sido submetido a severas críticas, por suas ambiguidades teóricas e políticas. Para o autor, só é possível estudar sobre a temática a partir de uma rasura. “A identidade é um desses conceitos que operam ‘sob rasura’, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas” (HALL, 2007, p. 104). Portanto, a identidade não pode ser entendida como relacionada apenas ao Estado-Nação, pois esta relação é muito restrita ao potencial de compreensão nos estudos culturais e políticos.

Segundo Woodward (2007), as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação, quanto por meio de formas de exclusão social. No caso estudado, a ação principal que dividiu as duas localidades foi o simbolismo religioso arraigado em Juazeiro e renegado pela alta sociedade cratense. Foi a partir dessa diferença cultural que se constituíram as representações imagéticas das duas localidades, aplicando um “princípio de diferença a uma população de uma forma tal que seja capaz de dividi-la (a todas as suas características) em ao menos dois grupos opostos – nós/eles” (WOODWARD, 2007, p. 40).

Para Bhabha (1998), as identidades são fixadas, parcialmente, por meio da diferença, em um processo deslizante de significados e posições de sujeito. Nesse caso, a identidade é um processo problemático de acesso a uma imagem da totalidade. Por meio das condições discursivas, essa imagem é construída como representação, sendo a marca de uma diferença, mas também lugar de uma ambivalência, uma vez que sua representação é “espacialmente fendida – ela torna presente algo que está ausente – e temporalmente adiada: é a representação de um tempo que está sempre em outro lugar, uma repetição” (BHABHA, 1998, p. 85).

Dessa forma, as reivindicações de identidade são nominativas e normativas, em um dado momento, que é preliminar e passageiro. As identidades não são produções historicamente progressivas com os mesmos conteúdos; mudam seus discursos através do tempo e no espaço de acordo com a situação e interesse. Portanto, “as formas de

identidade social devem ser capazes de surgir dentro-e-come a diferença de um-outro e fazer do direito de significar um ato de tradução cultural” (Idem, p. 322).

Damatta (2004) afirma que a construção das identidades implica relações. Para o autor, “qualquer identidade, mesmo aquelas que se definem como ‘individuais’, realiza-se por referências internas e externas, por meio de comparações com outras comunidades que se situam no seu âmbito histórico-social” (DAMATTA, 2004, p. 20). Citando o antropólogo francês Louis Dumont, o autor completa: “Uma cultura jamais existe em isolamento, mas deve ser vista em relação ao seu ambiente” (idem, p. 20). Dessa forma, as identidades, internas ou externas, são buriladas, acentuadas, negadas, construídas ou inibidas em situações de contato que agenciam a comparação e a flexibilidade.

A identidade, tal como a diferença, também é uma relação social. Isso significa que sua definição, discursiva e linguística, está sujeita a vetores de força e relações de poder. Ou seja, eles não são definidos, mas, sim, impostos. O processo de produção da identidade oscila entre dois momentos: de um lado, aqueles processos que tendem a fixar e estabilizar a identidade; de outro, os processos que tendem a subvertê-los e desestabilizá-los (SILVA, 2007). Caso, este, que vai ao encontro do embate presenciado nos jornais impressos de Crato e Juazeiro. Enquanto *O Rebate* buscou fixar uma nova representatividade do povoado de Juazeiro, focado na pujança econômica, o *Correio do Cariry* buscou desestabilizar o povoado rememorando a imagem negativa construída após os fenômenos religiosos, outrora conhecido como terra de retirantes fanáticos.

Para Hall (2003, p. 30), a identidade é irrevogavelmente uma questão histórica. Para o autor, as sociedades são compostas não de um, mas de muitos povos. Aqueles sujeitos que estão em um lugar hoje, pertenciam, originalmente, a outro. Por isso, longe de constituir uma continuidade com o nosso passado, nossa relação com a história é marcada pelas rupturas, pelos silêncios, que são, muitas vezes, violentos e abruptos.

Ainda para Hall (2007), as identidades parecem invocar, para suas práticas discursivas, uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas mantêm certa correspondência. O autor acena que as identidades se utilizam dos “recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 2007, p. 109). Por isso, as identidades relacionam-se não tanto com as questões ‘quem nós somos?’ ou ‘de onde nós viemos?’, mas, muito mais com as questões ‘quem nós podemos nos tomar?’, ‘como nós temos sido

representados?’ e ‘como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios?’ (Idem, p. 109).

As identidades, portanto, surgem da narrativação do “eu”, mas que não diminui sua eficácia discursiva, material ou política. Mesmo que essas identidades sejam, em parte, construídas pelo imaginário e/ou na fantasia, elas terão êxito na relação de pertencimento. Dessa forma, o discurso toma centralidade importante para a produção das identidades, e, por isso, “precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas” (Idem, p. 109).

As identidades são construções históricas dos significados sociais e culturais que referenciam o processo de distinção e identificação do Outro. Nesse caso, são estabelecidas culturalmente e organizadas em torno de um conjunto de valores, cujo significado de uso compartilhado é marcado “por códigos específicos de auto-identificação: a comunidade de fiéis, os ícones de nacionalismo, a geografia local” (CASTELLS, 1999, p. 84). Portanto, as identidades são constituídas discursivamente, em torno de reações e projetos determinados por fatores históricos e geográficos.

Assim, a construção identitária é uma constante disputa pelo poder, como aponta Bauman (2005). É uma luta, uma guerra discursiva e legitimadora de um consenso, de uma “naturalização” das relações. As identidades são construídas no interior das relações de poder, nas disputas, nos campos de força entre a legitimação e a não legitimação, entre a identidade hegemônica e a identidade subalterna, num jogo de anúnciação e aceitação da “verdade” historicamente construída.

Assim como a contração de identidades e das estratégias simbólicas, a partir da conceituação de Thompson (2011), o campo das representações está colocado em um âmbito de concorrência e de competição, cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. Tomando como base os conceitos de Roger Chartier, as representações devem ser entendidas como “as classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real” (CHARTIER, 2002, p. 17), sendo sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Nesse caso, as representações são formas de ler o mundo, próprias de determinados grupos sociais, o que significa afirmar que estão longe de ser discursos neutros.

Ainda para o autor, as lutas pelas representações são tão relevantes quando as lutas econômicas, pois é a partir delas que podemos compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social. Portanto, as representações “produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (Idem, p.17).

Para discorrer sobre a construção das representações, pensamos em conformidade com Chartier (2002), que propõe que se tome este conceito num sentido mais particular e historicamente mais determinado e diz que os objetos tratados resultam de duas ordens de razões:

A representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém (CHARTIER, 2012, p. 20).

Dessa forma, por meio das inferências propostas por Chartier (2002), podemos entender o embate ideológico entre os articulistas do *Correio do Cariry* e *O Rebate*, durante as discussões em torno da emancipação do povoado de Juazeiro. Observando os mecanismos impostos, pelos jornais citados, na tentativa de impor a sua concepção de mundo social, seus valores e domínio. Portanto, como já assinalado, as representações nunca são neutras e refletem as posturas que um determinado grupo de pessoas tem diante do mundo. Assim, consideramos os jornais como lugares sociais, em que as opiniões, as condutas e posturas de uma determinada sociedade são expressas na tentativa de “convencer” o outro de seus argumentos.

4. ANÁLISE DO DISCURSO: CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE

Os produtos jornalísticos constituem material profícuo para a interpretação da vida social de uma época, fornecendo mapas das crenças e dos consensos constituídos historicamente (HALL, 1999, p. 226). Consideramos o jornal como um espaço privilegiado para a construção de sentidos, de identidades e de representações sociais capazes de gerar e fixar representações acerca de fatos, pessoas, espaços e datas. Na era moderna, os meios de comunicação de massa deram nova dimensão ao fluxo discursivo, o que contribuiu para a ampliação e aceleração das trocas simbólicas por meio de diferentes canais e linguagens.

“Gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos dos outros, como em um jogo ou uma batalha” (STRELOW, 2010, p. 211). A forma escolhida para se dizer algo pode contribuir tanto para a popularização quanto para a rejeição de uma temática, ou até mesmo do próprio órgão jornalístico. Ao optar por enfatizar um ponto ou omitir outro, põem-se em prática certas estratégias⁴⁸ que colaboram para atrair e/ou persuadir a interpretação de determinada leitura.

Os discursos presentes nos meios de comunicação de massa, a partir da articulação de outros discursos presentes na sociedade, reconfiguram o espaço social atribuindo valores e criando sentidos que organizam as relações de poder presentes na sociedade (SIMONETTI Jr., 2000). Conforme McCombs e Shaw (*apud.* TRAQUINA, 2001, p. 14), a capacidade da mídia em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu papel relevante na figuração da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado a partir dos *mass média*.

A questão essencial desta pesquisa é responder como os jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* apropriaram-se das estratégias discursivas para materializar e legitimar seu discurso político e ideológico, contra ou a favor da emancipação política do povoado de Juazeiro, respectivamente. Para discorrer acerca de como o jornalismo produz efeitos na constituição de representações sociopolíticas, adotaremos o caminho da linguagem e do discurso, apropriando, assim, algumas reflexões teóricas empreendidas no campo da Análise do Discurso, da tradição francesa, pois permite observar os discursos como

⁴⁸ Por estratégias, estão sendo consideradas as diferentes formas de “dizer” os acontecimentos e as opiniões dos periódicos em análise.

construções inseparáveis das suas condições de produção, relacionando-os tanto ao âmbito externo, quanto à dimensão interna (MAINGUENEAU, 1998).

4.1 Por que a Análise do Discurso?

Há muitas correntes e diferentes enfoques da análise do discurso, resumidos em duas perspectivas: a americana e a europeia (esta, mais conhecida como a escola francesa de Análise do Discurso). De acordo com Brandão (2004, p. 15), a primeira trabalha como estudos de conversação e seria uma extensão da linguística, a partir da qual “vê-se o texto de uma forma redutora, não se preocupando com as formas de instituição do sentido, mas com as formas de organização dos elementos que o constituem”. Já a “linha francesa” é associada a conceitos interdisciplinares e “exteriores ao domínio de uma linguística imanente para dar conta da análise de unidades mais complexas da linguagem” (Idem, p. 15).

Segundo Courtine (2006), o aparecimento da problemática do discurso no interior da linguística francesa é contemporâneo à conjuntura política dos anos 1968 – 1970. A Análise do Discurso (AD) trabalhava, então, quase exclusivamente com um *corpus* extraído de discursos políticos. Ainda na década de 1960, a AD volta-se para o exterior linguístico, procurando superar o quadro teórico de uma linguística frasal e inerente que não dava conta de toda complexidade do texto, procurando apreender como o linguístico inscreve as condições sócio históricas de produção (BRANDÃO, 2004).

Apesar disso, segundo Orlandi (1999), embora a Análise do Discurso tenha tomado o discurso como objeto próprio nos anos de 1960, essa característica já se apresentou de forma não sistemática em diferentes épocas.

Sem pensarmos na Antiguidade e nos estudos retóricos, temos estudos do texto, em sua materialidade linguística, em M. Bréal, por exemplo, no século XIX, com sua semântica histórica. Situando-nos no século XX, temos os estudos dos formalistas russos (anos 1920/30), que já pressentiam no texto uma estrutura. Embora o interesse dos formalistas fosse sobretudo literário, os seus trabalhos, buscando uma lógica interna do texto, prenunciavam uma análise que não era a análise de conteúdo, maneira tradicional de abordagem (ORLANDI, 1999, p. 17).

A Análise do Discurso se diferencia da Análise de Conteúdo porque “não se interessa tanto pelo que o texto diz e mostra [...] mas sim em como e por que diz e mostra” (VERÓN, 2004, p. 216). Ou seja, procura extrair dos sentidos dos textos, respondendo a questão: o que este texto quer dizer? Para a AD, o dito é importante, mas não é visado como na Análise de Conteúdo. A AD visa ao plano da enunciação, ou seja, a “relação do locutor ao que ele diz, as modalidades de seu dizer” (Idem, p. 216). Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa?

No final dos anos 1970, a Análise do Discurso é ancorada pela efervescência dos estudos linguísticos, principalmente com as releituras de Saussure, nos trabalhos de Lacan (releituras de Freud) e de Althusser (revisando Marx). Logo, a AD se constitui no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são ao mesmo tempo uma ruptura com o século XIX: a Linguística, com debates sobre estrutura, acontecimento e enunciação; História / Marxismo e seus estudos sobre ideologia; por fim Psicanálise e os deslocamento da noção de homem para a de sujeito (ORLANDI, 1999).

A partir dos anos 1980, a noção de máquina discursiva é extinta e surge um novo olhar sobre o sujeito e a memória,⁴⁹ uma vez que pela memória se atualiza os dizeres (“já ditos”) no momento da enunciação. Nesse mesmo período, Pêcheux (1995) criticou duramente a política e as posições derivadas da luta na teoria e, assim, abriu várias problemáticas sobre o discurso, a interpretação, a estrutura e o acontecimento. É também nesse cenário que observou-se o enriquecimento do debate sobre a heterogeneidade, após reconhecer que as heterogeneidades e anterioridades do interdiscurso⁵⁰ se inscrevem no próprio interior do intradiscurso. Elas não constituem o contexto. Ou, como explica Orlandi (1999, p. 33), “pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade, como tal, para inscrevê-la no interior da textualidade”. Vale ressaltar no interdiscurso que os discursos possuem uma relação de dependência uns com os outros.

Atualmente, de acordo com Pinheiro (2012, p. 137), destacam-se três centros de estudos em Análise do Discurso na França: o CEDITEC (Centre d’Études des Discours, Images, Textes, Écrits, Communications – Université Paris XII), o CEDISCOR (Centre

⁴⁹ Conforme Pêcheux (1995), o conceito de memória discursiva se reporta a um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo constituído por série de tecidos de índices legíveis constituindo um corpus sócio histórico dos traços.

⁵⁰ Interdiscurso é “um processo de produção de discurso essencialmente diacrônico que aceita o caráter fundamentalmente dialógico de todo enunciado de um discurso com enunciados anteriores, produzidos na história de uma formação social” (SOUZA, 2006, p. 102).

de Recherches sur les Discours Ordinaires et Spécialisés – Université Paris III) e o CAD (Centre d'Analyse du Discours – Université Paris XIII). Mas a AD ultrapassou as fronteiras do continente europeu e ganhou espaço no “novo mundo”, particularmente na América Latina, especialmente no Brasil, onde a análise do discurso é uma referência privilegiada.

Ao pesquisarmos o discurso jornalístico sobre a problemática em torno da emancipação política do povoado de Juazeiro, entre 1910 e 1911, não promoveremos uma redução empirista de separá-lo em dois: a ocorrência ou a realidade dada/interpretada pelos sujeitos. Interessa-nos analisar o acontecimento constituído jornalisticamente, ao qual temos acesso tão somente por meio da atribuição de sentido, pois apenas pode ser estudado pela sua manifestação no discurso.

Ao identificar as marcas de fazer jornalismo da época (década de 1900), procuramos perceber como esses jornais especificaram as formas de veicular e redirecionar valores e estruturas em torno do debate político, observando as táticas e estratégias utilizadas pelos articulistas ao longo da discussão. Para analisar as marcas desse processo, tomamos como aporte teórico as concepções de discursividade de Verón (1980), que compreende os objetos ao mesmo tempo nos níveis interno (discursivização) e externo (relação enunciado/enunciação) dos discursos, objetivando compreender o modo de produção e a relação do discurso no efeito dos sentidos.

Nesta abordagem, a produção do sentido é resultado da prática discursiva, operando noções de ideologia de poder como dimensões que repercutem e orientam a sociedade. Quando se fala em discurso, fala-se em jogos ou efeitos de sentidos. Verón (1980) acrescenta que a linguagem não é um lugar de consenso, mas do conflito entre diversas vozes. E é nos jornais o lugar onde ressoa esse concerto de vozes que, segundo Mouillaud (1997), sem eles, não teriam eco: “vozes discordantes por suas origens, seus conteúdos e seus locutores, caso sejam e devam ser autorizadas para se fazer escutar” (MOUILLAUD, 1997, p. 117). É nessa mediação de vozes que são reveladas, por meio dos discursos, parte da construção do embate entre *Correio do Cariry* e *O Rebate*, ao mesmo tempo que são inseridos na história os atores e argumentos que participaram direta ou indiretamente da discussão.

Maingueneau (1997) e Pêchêux (1997) concordam ao afirmarem que não há razão para considerar o discurso como mera transmissão de informação, mas sim como efeito

de sentidos. É por meio da identificação de determinadas alianças ou antagonismos, da exposição ou do silenciamento, de eventos e personagens, que se torna possível analisar os discursos que projetam sentidos e atuam simbolicamente na problemática em torno da emancipação política do povoado de Juazeiro.

Pêcheux (1995) acrescenta ainda que os sentidos se constituem de acordo com as posições ocupadas pelo sujeito do discurso, determinadas pelas condições sócio históricas e ideológicas. Desta forma, o sentido não é dado a partir da compreensão de significados isolados, contidos em palavras ou expressões. Os sentidos são constituídos pelas formações discursivas, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com as posições sustentadas por aqueles que as empregam, adquirindo seu sentido de acordo com sua referência ideológica.

A ideia de noção discursiva foi formulada por Foucault, em *A Arqueologia do saber*. Para o autor, o discurso é um conjunto de enunciados diferentes, dispersos no tempo, mas que se referem a um único e mesmo objeto. Nesse conjunto de enunciados, que forma e individualiza um discurso, pode haver interesses inconciliáveis, estratégias opostas, e não simplesmente uma permanência de temas, imagens e opiniões no tempo. Ou seja:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* (FOUCAULT, 2008, p. 43, grifo do autor).

A noção de formação discursiva é básica na Análise do Discurso, pois permite compreender o processo de produção de sentidos e dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Contudo, buscando um conceito mais atual e menos abstrato, concordamos com Orlandi (1999) que pensa as formações discursivas como unidades delimitadas por fronteiras estabelecidas pelo pesquisador e especificadas histórica e ideologicamente. Diferentes gêneros e posicionamentos podem estar nelas contidos; mas elas se diferenciam dos tipos de discursos (administrativo, jornalístico, político etc.), pois estes são agrupamentos com fronteiras socialmente preestabelecidas.

De acordo com Orlandi (1999, p. 15), a Análise do Discurso não trata da língua e nem da gramática, embora ambos lhe interessem. Ela trata do discurso, está interessada em como um texto adquire sentido e não o que ele significa. Nesse caso, a AD visa à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos e como ele está investido de significância para e por sujeitos.

Para a autora, a língua, na Análise do Discurso, não transmite apenas uma informação, ela assegura uma forma de ação individual que pode acarretar mudanças sociais. Orlandi (1999) dialoga com a teoria dos atos de linguagem (ou atos de fala, ou ainda atos de discurso), proposta na década de 1960 por Austin⁵¹ (1962) e Searle⁵² (1969). Segundo essa teoria, a língua não é utilizada para representar um pensamento. No “falar” há uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo.

Os discursos são práticas sociais determinadas pelo contexto sócio histórico, os modos de dizer, interagir e seduzir de um jornal mostram possíveis motivações que o fazem dizer algo (VERÓN, 1980). Nesta perspectiva, Maingueneau (1997, p. 29) comenta que “cada ato de fala (batizar, permitir, mas também prometer, afirmar, interrogar, etc.) é inseparável de uma instituição, aquele que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado”. Esses atos elementares se integram em discursos de um gênero determinado, como um jornal, por exemplo, e visam produzir uma modificação nos destinatários. Nesse caso, como explica Maingueneau (2011), o discurso é interativo. Não há a figura do destinatário, que seria um ente passivo; mas, sim, a do co-enunciador que vai (re)construir o sentido de um enunciado e, por consequência, criar outro enunciado.

Para Foucault (2008, p. 133), todo enunciado supõe outros enunciados, com os quais coexiste. O próprio discurso, para o autor, é um conjunto de enunciados “para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência” que se apoia em um mesmo sistema de formação discursiva. Ainda segundo Foucault (2008), não há enunciados livres, neutros ou independentes, mas enunciados que fazem parte de um conjunto que desempenha um papel no meio dos outros, distinguindo-se e integrando-se em um jogo enunciativo. Por isso, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006, p. 10).

⁵¹ AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer**, 1962 (*apud.* Orlandi, 1999)

⁵² SEARLE, John. R. **Os atos de linguagem**, 1969 (*apud.* Orlandi, 1999)

A discussão entre *Correio do Cariry* e *O Rebate* foi caracterizada pelas constantes referências entre os jornais. Os articulistas citavam um ao outro para constituírem suas defesas e contra argumentar o jornal opositor, reproduzindo textos divulgados anteriormente pelo outro ou comentando algo já publicado. É nessa interação entre autor e interlocutor que os discursos movimentam sentido e posicionam os sujeitos socialmente, pois “quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação” (ORLANDI, 1996, p. 26). É a partir dessa interação com o social no qual são constituídas as representações do “Outro”.

É importante ressaltar que não existe a concepção do enunciado com um sentido estável, pois o contexto adquire extrema importância na Análise do Discurso, na realidade “não existe discurso senão contextualizado” (MAINGUENEAU, 2011, p. 52). Orlandi (1999) destaca que não se pode atribuir um sentido a um discurso fora de contexto, o “mesmo” enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos.

No caso *Correio X O Rebate*, as notícias eram divulgadas a partir de suas características ideológicas, apresentavam-se os fatos com o intuito de fomentar suas respectivas visões políticas. Não importava o fato, os articulistas de ambas as redações buscavam depreciar seus adversários para legitimar, perante a sociedade, suas referidas campanhas. Para exemplificar essa situação, eis a forma como o *Correio do Cariry* e *O Rebate* noticiaram a ida de três juazeirenses à cidade do Crato, na busca dos haveres de José Marrocos, momentos antes do seu falecimento em agosto de 1910.

[...] maneira criminoso como, após escandaloso arrombamento, penetraram os dois individuos incumbidos da embaixada de trasladarem á terra santa, sem nenhuma forma de Direito, os bens de José Marrocos, cujo corpo ainda quente reclamava sepultura. Não necessita, e quase nem dizemos, pois, só em recordal-o treme-nos a penna, perplexos ante a scena três vezes vandalica que de vergonha e de opprobio encheu a alma cratense ao ver a sua terra, radiante de tradições gloriosas, torpemente nivelada a uma simples aldeia da Guiné africana.⁵³

Foi um aparato formidável, nunca visto n'aquella cidade! E sem mais, ante a força armada, a mesnada do Sr. Antonio Luiz e o batalhão patriótico em linha de combate tocando corneta, rufando tambores... E sem esperarem pela vez do embargo que seria tonitruante de entontecer, entregaram as chaves do sobrado aos mercenários do quaze ex-chefe e se retiraram cheios de... escândalo.⁵⁴

⁵³ LUZ no quadro. **Correio do Cariry**, cidade do Crato, 04 de dezembro de 1910, p. 1.

⁵⁴ SEMPRE o mesmo covarde e safado! **O Rebate**, Juazeiro, 27 de novembro de 1910, p. 2.

Ressaltamos que, “o contexto não é, necessariamente, o ambiente físico, o momento e o lugar da enunciação” (MAINGUENEAU, 2011, p. 26). De acordo como o autor, três tipos de contextos podem fornecer elementos necessários para a interpretação do enunciado. São eles: o ambiente físico da enunciação, o contexto (contexto linguístico) e os saberes anteriores á enunciação (conhecimento de mundo do interlocutor). Iñiguez (2005) concorda com Maingueneau (2011) ao propor que a comunicação seria impossível sem se levar em consideração o contexto da enunciação. “Não é possível se comunicar sem dispor de uma ancoragem linguística nesses contextos físicos, relacionais e sociais, e essa operação linguística tem que ser decodificada, porque, se não se produz essa decodificação, a compreensão é impossível” (IÑIGUEZ, 2005, p. 65).

Como já ressaltado, o documento impresso não deve possuir o status de portador da verdade absoluta. É uma versão dos fatos que precisa ser interpretada pelo pesquisador. Por mais que os discursos proferidos pelos jornais busquem assumir foros de verdade e instituir praticas que afirmem a identidade social de determinados grupos, é necessário considerar o contexto que eles estão inseridos. Deve-se buscar saber quem escreveu, quando escreveu, para quem escreveu e qual seu interesse por detrás do texto.

Visamos, portanto, investigar as formas como os fatos, que fomentaram o embate entre *Correio X O Rebate*, foram apresentados e marcaram o pensamento social da época, a fim de compreender não apenas a inter-relação do contexto com a imprensa e a atuação de cada grupo social, mas o modo como a imprensa tematizou e veiculou representações estabelecidas em função de interesses em jogo.

Assim, trabalhamos com o discurso considerado como um sistema de regras que define a especificidade de uma enunciação, por seu modo de inscrição histórica e por regularidades enunciativas. Seguindo os conceitos de Maingueneau (2011), o discurso é: uma forma de ação (e não apenas uma representação do mundo), orientado (constrói-se em função de uma finalidade), interativo (dialógica), contextualizado (contexto não é apenas um cenário do discurso e este não existe sem contexto). O discurso é, ainda, assumido por um sujeito (fonte de referência, indica que atitude está tomando em relação ao que diz e a quem diz), regido por normas (cabe aos interlocutores respeitar, quando participam de um ato de linguagem) e considerado um bojo de um interdiscurso (conjunto de ditos e discursos anteriores).

4.2 Recortes do tempo na escrita dos jornais

Nosso *corpus*, como já apresentado, é formado pelas edições dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* de 1910 a 1911, especificamente setembro de 1910 a fevereiro de 1911. Esse recorte é justificado por ter ocorrido em Juazeiro, em 30 de agosto de 1910, um manifesto popular que culminou na “independência” não oficial do povoado em relação à cidade do Crato. A partir daquela data, ficou determinado que a população do povoado não pagaria mais impostos à cidade cratense e não estaria mais submetida ao controle administrativo do coronel Antônio Luiz. Nesse cenário, acreditamos encontrar, no período referido, um ambiente de maior hostilidade entre os periódicos, durante o debate pela independência político-administrativa de Juazeiro.

O recorte foi definido também pela ausência do acervo do jornal *Correio do Cariry* do ano de 1910. No Instituto de Cultura do Cariri (ICC), encontra-se um acervo, versão em papel disponibilizada para pesquisa, incompleto de edições de 1904 a 1912. Contudo, nem todas as edições estão aptas para leitura; muitas, inclusive, apresentam rasgos no meio das páginas. O acervo conta com as edições de 1904 a 1908 completas, porém com algumas edições mutiladas e outras em perfeito estado; as publicações do ano de 1909 não foram localizadas no ICC; já as edições do ano de 1910 estão incompletas. Não foram encontradas as edições de janeiro a agosto daquele ano. O recorte delimitado nessa pesquisa, de setembro a fevereiro, encontra-se em bom estado e apto para leitura, com exceção dos meses de setembro e outubro que contam com edições deterioradas. Entre 1911 e 1912, ano do encerramento das atividades do *Correio*, as edições encontram-se em bom estado.

Diferentemente do *Correio do Cariry*, *O Rebate* possui um acervo mais completo e em excelente estado. Esta pesquisa conta com o acervo digital disponibilizado pelo pesquisador Renato Casimiro. O jornal possuiu ainda um acervo disponibilizado na Hemeroteca da Biblioteca Nacional,⁵⁵ de julho de 1909 a junho de 1910; no acervo digital da *University of Florida*,⁵⁶ uma coleção quase completa digitalizada pelo antropólogo e historiador Ralph Della Cava; além de uma coleção impressa incompleta no Memorial

⁵⁵ Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>.

⁵⁶ Disponível em: <<http://ufdc.ufl.edu/AA00001672/allvolumes2>>.

padre Cícero, em Juazeiro do Norte (CE), e no CEDOC da Universidade Regional do Cariri – URCA, no Crato (CE).

Trabalhando com enunciados do início do século XX, a partir de jornais caracterizados pelo caráter doutrinário e opinativo, analisamos os periódicos a fim de encontrar artigos que se relacionem com a temática proposta nesta pesquisa: a emancipação política de Juazeiro. Fazem parte da análise da pesquisa cerca de 13 exemplares do *Correio do Cariry* e 16 do *Rebate*, referentes ao período delimitado entre setembro de 1910 e fevereiro de 1911. Ressaltamos que edições anteriores e posteriores, ao período delimitado, foram usadas para contextualização de alguns fatos rememorados pelos jornais, durante aquela discussão política, e para explicar a continuação das atividades editoriais dos periódicos após o encerramento do embate jornalístico. Ao todo, percorremos 65 edições dos jornais analisados, 30 do *Correio do Cariry* e 35 do *O Rebate*.

Neste estudo, foram selecionados os textos⁵⁷ mais significativos, encontrados nas quatro páginas de ambos os periódicos, que trataram dos diversos ângulos referentes ao embate político, dividindo-os e organizando-os em temáticas específicas, a fim de discutir o modo como os articulistas daqueles jornais construíram aquele fato histórico. Textos longos, de uma linguagem incendiária carregadas de marcas opinativas, foram encontrados em ambos os periódicos, o que possibilitou a descoberta de diferenciados tratamentos naquele embate político. Ressaltamos que nesse percurso foi mantido o conteúdo original dos textos, para que o estilo e o sentido dos discursos jornalísticos fossem preservados.

Para realização desta análise, seguiremos o percurso metodológico apresentado no início dessa seção e nos referenciais teóricos sobre jornalismo, identidade, representação e discurso apresentados no capítulo três do presente trabalho. O estudo busca identificar os conflitos entre os diferentes campos dos saberes e de poderes, que se utilizam de estratégias do jornalismo para orientar simbolicamente os acontecimentos no decorrer do embate em torno da emancipação do povoado de Juazeiro. Dessa forma, buscamos identificar as formas como os fatos foram apresentados e marcaram o pensamento social de cratenses e juazeirenses, a fim de compreender não apenas a inter-relação do contexto da imprensa e a atuação de cada redação jornalística, mas o modo como a imprensa

⁵⁷ Entre eles editoriais, artigos, telegramas, poemas

tematizou e veiculou representações, estratégias e identidades em função de interesses em jogo.

4.3 O embate entre *Correio do Cariry* e *O Rebate*

O marco zero da campanha pela emancipação de Juazeiro, do ponto de vista cronológico, é o dia 18 de agosto de 1907. Foi nessa data em que se realizou oficialmente a primeira reunião política para tratar especialmente do assunto. Convocada pelo major João Bezerra de Menezes,⁵⁸ fazendeiro e descendente da família fundadora de Juazeiro, o evento redundou ao fracasso pois não obteve consentimento do padre Cícero. O sacerdote, até então, buscou não contrariar o coronel Antônio Luiz, que havia sido signatário de uma petição ao bispo de Fortaleza Dom Joaquim⁵⁹ pedindo a sua reintegração⁶⁰ ao clero.

A população, embora desejosa de ver o povoado livre, estava dividida devido a divergências ideológicas, o que culminou na formação de dois grupos hostis: os filhos da terra ou naturais, nascidos em Juazeiro; e os adventícios, romeiros que ali fixaram moradia. Os “adventícios”, maioria da população, não aderiram à campanha por sentirem-se discriminados pelos “filhos da terra”, que os chamavam de fanáticos, rabos-de-burro e romeiros,⁶¹ termo, até então, considerado pejorativo. Em contrapartida, os forasteiros rotulavam os naturais de cacaritos ou simplesmente nativos.

A ausência do padre Cícero contribuiu para a não adesão dos “adventícios” à causa, pois o major representava os ricos fazendeiros do povoado, que eram, em sua maioria, aliados das elites regionais e principalmente da hierarquia da Igreja (DANTAS, 2011). Além disso, a reunião não teve grande repercussão, já que, somente em 18 de julho de 1909, dois anos depois, surgiu um fator decisivo para dar continuidade à luta pela

⁵⁸ João Bezerra de Menezes foi político militante no município. Filiado ao Partido Rabelista, exerceu mandato de vereador (1912-1926) e chegou a ocupar o cargo de prefeito de Juazeiro, em substituição a José André de Figueiredo, entre 1912 e 1913 (WALKER, 2010).

⁵⁹ Dom Joaquim José Vieira, natural de São Paulo, assumiu a Diocese cearense em 1884. Promoveu o primeiro Sínodo Diocesano cearense (também, o primeiro brasileiro) que incorporou as decisões do Concílio Vaticano I (1869-1870) e deu forma à romanização do clero (NOBRE, 2011).

⁶⁰ Padre Cícero foi punido pelo bispo Dom Joaquim em agosto de 1892 após o resultado do II inquérito (processo episcopal instaurado em 1891, cujo objetivo foi investigar a veracidade ou não do Milagre da hóstia). Cícero foi suspenso das atividades da Igreja católica por propagar pretensos milagres e expor ao ridículo a fé católica, além de contribuir para o furto dos panos ensanguentados da matriz do Crato. Desde aquela data, o sacerdote não poderia pregar, confessar ou conceder qualquer um dos sacramentos da Igreja aos fiéis (DELLA CAVA, 1976).

⁶¹ Na época, “romeiro” era considerado um termo pejorativo, associado ao mais puro fanatismo, à ignorância, à pobreza e à falta de higiene.

emancipação de Juazeiro, a fundação do jornal *O Rebate*. Durante o período de dois anos (1907-1909) não há registro de nenhum ato importante, como reunião, passeata ou concentração pública em prol da independência local.

A chegada do padre cratense Joaquim de Alencar Peixoto, em 1907, e do médico baiano Floro Bartolomeu da Costa, em 1908, iriam modificar o pensamento de dependência em relação ao Crato. Juntos, o padre e o médico, uniriam os dois Juazeiros e passariam a advogar junto ao padre Cícero a necessidade do movimento pela emancipação a partir de 1909. Cícero daria seu primeiro passo rumo à política e Juazeiro passaria a ser um só, englobando romeiros e nativos.

De acordo com Della Cava (1976), a política de neutralidade do padre Cícero chegou ao fim no final de 1907, ao receber informações de que Roma estaria planejando instalar um novo bispado no interior do Ceará. Em 1908, havia fortes indícios que a escolha provável da sede da nova diocese recairia sobre o Crato, de onde emanavam, desde 1892, censuras e sanções eclesiásticas contra Juazeiro. Um bispado no Crato poderia vir a destruir as esperanças do padre Cícero de reintegração ao sacerdócio, a menos que a nova Sé fosse instalada em Juazeiro. A partir de então, Cícero Romão Batista integrou o movimento emancipacionista, objetivando erigir Juazeiro em Sé episcopal.⁶²

O pedido de autonomia de Juazeiro em relação ao Crato desencadeou uma feroz rivalidade entre os dois povos. De acordo com Della Cava (1976), a rivalidade entre as localidades originou-se com a Questão religiosa de Juazeiro, em 1889. Um dos episódios que alimentou, ainda mais, a discórdia entre as duas populações foi o discurso realizado pelo padre Antônio Tabosa Braga, durante a visita pastoral⁶³ diocesana à cidade do Crato, em agosto de 1909. No evento, o sacerdote proferiu a seguinte homilia⁶⁴: “Povo nobre e altivo do Crato, peço permissão para falar sobre o povo imundo do Joaseiro que vive guiado por satanás” (DELLA CAVA, 1976, p. 168). Os cratenses aplaudiram, os juazeirenses ficaram indignados.

⁶² Apesar dos esforços do padre Cícero tornar Juazeiro a nova Diocese cearense, a mesma acabou ficando com o Crato. Em 20 de outubro de 1914 por intercessão da Nunciatura no Brasil, o papa Bento XV assinou o documento que autorizava a fundação da Diocese do Crato (DELLA CAVA, 1976).

⁶³ As Visitas Pastorais empreendidas pelos bispos diocesanos, em suas dioceses, funcionavam como um instrumento fundamental de controle, provocando, sobretudo, medo nos padres e sacerdotes que seriam visitados, pois estariam sob o olhar direto, julgador e culpabilizador do seu superior (NOBRE, 2011).

⁶⁴ Para Della Cava (1976, p. 168), o discurso do padre Tabosa foi a declaração de guerra da hierarquia católica do estado ao “Satanás de Joaseiro” (provavelmente referindo-se ao padre Cícero), com a intensão de derrotá-lo no projeto de bispado do Cariri.

Aquele discurso provocou a divisão entre as localidades. Os juazeirenses que trabalhavam no Crato abandonaram seus postos e passaram a boicotar a feira da cidade, que entrou em crise sem seus principais compradores. Em contrapartida, os cratenses apontaram o padre Cícero como o responsável por incentivar o boicote ao comércio local e de manipular de forma capciosa a fé e a ingenuidade do povo.

A relação estremecida entre Crato e Juazeiro agravou-se com a negativa⁶⁵ do coronel Antônio Luiz à proposta de emancipação de Juazeiro na Assembleia Legislativa do Ceará, também em agosto daquele ano. A decisão do coronel revoltou os juazeirenses e os redatores de *O Rebate* ingressaram de vez na campanha pela autonomia político-administrativa do distrito. Iniciou-se, a partir de então, uma disputa política entre os líderes locais nos respectivos jornais: *Correio do Cariry*, do Crato, e *O Rebate*, de Juazeiro.

4.3.1 *Correio do Cariry*

O *Correio do Cariry* foi um semanário do Partido Republicano Cratense (PRC), publicado entre os anos de 1904 a 1912, teve como diretor político o coronel Antônio Luiz Alves Pequeno e na gerência Antônio Nogueira Pinheiro. Durante sua trajetória, o *Correio do Cariry* manteve colaboradores em 43 cidades brasileiras, dentre as quais destacamos: Fortaleza, Recife, Salvador e Rio de Janeiro (NASCIMENTO, 1998). Encerrou suas atividades editoriais em 21 de janeiro de 1912, com 366 edições, após a deposição de Antônio Luiz do cargo de chefe político da cidade do Crato.

O *Correio* era publicado semanalmente aos domingos. Sua assinatura anual ou semestral custava respectivamente 10\$000 (dez mil réis) e 6\$000 (seis mil réis). Era impresso em quatro páginas, organizado em cinco colunas, divididas por um fino traço. Suas dimensões aproximavam-se do formato de jornal impresso que hoje conhecemos como *berliner*.⁶⁶ Na capa do jornal, apresentava-se o título de seu cabeçalho em caixa alta e baixa, com tipografia de serifas egípcias (quadradas) e em negrito. Abaixo do título, constava o nome do partido veiculado ao *Correio* “Orgam do Partido Republicano” e o

⁶⁵ Antônio Luiz decidiu não apresentar a proposta de elevação do povoado de Juazeiro à categoria de município, o que impossibilitou a mesma de ir à votação na Assembleia Legislativa do Ceará.

⁶⁶ De acordo com Pacheco (2011), o formato berliner apresenta dimensões de aproximadamente 48,2 cm de altura por 27,9 cm de largura, podendo apresentar variações.

nome do seu diretor-político. Em seguida, separados pelo uso de fios duplos, expunha-se os dados da edição: o “ano” de publicação, à esquerda; nome da cidade e estado em caixa alta, “cidade do Crato, (estado do Ceará)”, seguido pela data de publicação, ao centro; e, por fim, o número da edição, à direita. Ainda na capa, a primeira coluna trazia o expediente com os dizeres: “O Correio do Cariry publica-se semanalmente”, os custos das assinaturas anual e semestral, o nome do gerente e o endereço da “redação e typographia à Rua do Commercio número 13 e 15”.

Ao se mostrar integrante do Partido Republicano, percebe-se que o jornalismo do interior permaneceu com viés da imprensa partidária, mesmo com o processo de modernização da imprensa nacional no início do século XX, como sugerido por Sodré (1999). A preocupação fundamental dos jornais interioranos, como o *Correio* e o *Rebate*, foi o fato político. De acordo com Sodré (1999, p. 277), o fato político ocorre em “área restrita, a área ocupada pelos políticos, por aqueles que estão ligados ao problema do poder. Assim, nessa dimensão reduzida, as questões são pessoais, giram em torno de atos, pensamentos ou decisões de indivíduos [...] que protagonizam o fato político”. Ou seja, o jornalismo no interior continuava a servir às lutas locais e partidárias.

Após um ano de publicação, o *Correio* apresentou poucas alterações visuais em sua primeira página (Figura 1). A principal mudança encontra-se no título do jornal, apresentado em letras góticas, e na exclusão do expediente. Na nova versão, o topo da página era composta pelos dados da edição: o ano de publicação, à esquerda; o nome do estado, da cidade e data de publicação, ao centro; e, o número da edição, à direita. Logo abaixo, separado por fios duplos, constava-se o nome do jornal, apresentado em letras góticas, em caixa alta e baixa, e do Partido Republicano. Abaixo do nome do jornal e separado por caixas, apresentava-se o endereço da redação, à esquerda; o nome do seu diretor-político e da gerência, ao centro, com os dizeres: “publica-se aos domingos”; e, por fim, o preço das assinaturas anual e semestral, à direita.

Em geral, a primeira página do jornal continha o editorial e alguns artigos; na segunda, publicavam-se poemas, telegramas e pequenas notas de âmbito regional e nacional; na terceira, correspondências, notas internacionais e pequenos anúncios; e, na última página, veiculavam-se notas publicitárias.

Figura 1 – primeira página do *Correio do Cariry*: 30 de outubro de 1904 (esquerda) e 11 de setembro de 1905 (direita)



Fonte: biblioteca do Instituto Cultural do Cariri – ICC (2016).

No corpo editorial participaram os juizes Soriano de Albuquerque, Hermínio de Lima Botelho⁶⁷ e Raul de Sousa Carvalho, o coronel José Francisco Alves Teixeira⁶⁸ e o jornalista e farmacêutico José Alves de Figueiredo. Salientamos que foram Raul de Carvalho e José de Figueiredo os principais redatores do jornal durante o embate com *O Rebate*. O padre Alencar Peixoto também colaborou no *Correio do Cariry*, entre os anos de 1904 a 1906, publicando textos de cunho literário e religioso. Após desentendimento com Antônio Luiz, Peixoto encerrou sua participação na redação e mudou-se para Juazeiro, onde fundou o jornal *O Rebate*, em 1909.

Nos primeiros anos do *Correio do Cariry*, a redação foi comandada pelo intelectual pernambucano Manoel Soriano de Albuquerque. Formado em Ciências

⁶⁷ Não conseguimos ter acesso a dados bibliográficos de Hermínio de Lima Botelho. Sabemos que o mesmo exerceu o cargo de Juiz de Direito da cidade do Crato na primeira década do século XX e colaborou com a redação do *Correio do Cariry* desde sua fundação. Durante os anos de 1904 a 1906 seus artigos eram direcionados a assuntos políticos de âmbito regional e estadual. Não encontramos artigos assinados pelo juiz durante o embate com *O Rebate*.

⁶⁸ Também não conseguimos ter acesso a dados bibliográficos do coronel José Teixeira. Seus artigos no *Correio do Cariry* tinham um caráter especialmente político. Protagonizou um embate com o doutor Floro Bartolomeu durante o ano de 1909 pela problemática dos terrenos do Coxá, que será discutido posteriormente.

Jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1899, Soriano chegou ao Crato em 1901 onde assumiu o cargo de Juiz substituto municipal. De acordo com Cortez (2000), a chegada de Soriano entusiasmou o mundo das letras e das artes da cidade no início daquele século. No mesmo ano, fundou juntamente com o padre Severiano Vasconcelos o colégio Leão XIII⁶⁹ e colaborou com a criação dos jornais *Cidade do Crato*⁷⁰ e *A Semana*⁷¹ (posteriormente transformado no jornal *Sul do Ceará*). Em 1903 transferiu-se para Barbalha onde assumiu o cargo de Juiz de Direito da cidade, dois anos depois, em 1905, mudou-se para Fortaleza, onde entrou para o corpo docente da Faculdade de Direito do Ceará, encerrando sua participação⁷² no periódico cratense.

Soriano foi um grande entusiasta do regime republicano instaurado no país em 1889. Em seus artigos pelo *Correio do Cariry*, entre 1904 e 1905, o juiz exaltou o novo regime e considerava a República como o “governo do povo”.⁷³ É importante destacar que Soriano teve uma participação ativa no jornal *Cidade do Crato*, cujo diretor-político era o coronel José Belém de Figueiredo, intendente cratense até 1904. Após a queda de Belém e o fechamento daquela redação, Soriano passou a colaborar no *Correio do Cariry*, cujo diretor-político foi Antônio Luiz, opositor do coronel deposto.

Apesar de colaborar com seu antecessor, Soriano não teve problemas de ordem ideológica com Antônio Luiz, colaborou com o mando dos coronéis, que, por sua vez, davam sustentação às oligarquias. O mesmo acreditava que “a oligarquia que existe entre nós como em outros Estados é a representação natural dos elementos mais hábeis e vigorosos que trabalham pelo bem do paiz pela solidificação do regimem”.⁷⁴

Outro importante articulista do *Correio* foi o cratense José Alves de Figueiredo, popularmente conhecido como Zuzá da Botica. Figueiredo foi jornalista, escritor, político, farmacêutico e dono da Farmácia Central do Cariri, local referência de encontro de inúmeros políticos e intelectuais cratenses. Como jornalista, fundou os jornais *O Sul do Ceará* (1901) e *O Araripe* (1919) e colaborou para outros órgãos da imprensa como

⁶⁹ O colégio ministrava os cursos primário e secundário para meninos (CORTEZ, 2000)

⁷⁰ Publicado em 27 de outubro de 1901. Teve como diretor político o coronel José Belém de Figueiredo (STUDART, 1924).

⁷¹ Jornal publicado pelo Colégio Leão XIII em 28 de abril de 1901. Tinha como redatores Dr. Soriano de Albuquerque e Esmeraldo Sobrinho. A partir de 3 de julho do mesmo ano, transformou-se no jornal **Sul do Ceará**, sob a responsabilidade do farmacêutico José Alves de Figueiredo (STUDART, 1924).

⁷² O *Correio do Cariry* publicou uma nota anunciando a saída de Soriano do grupo de colaboradores do jornal. Ver: DR. SORIANO de Albuquerque. **Correio do Cariry**, Crato, 26 de março de 1905, p. 1.

⁷³ SIMPLES reflexões. **Correio do Cariry**, Crato, 20 de novembro de 1904, p. 1.

⁷⁴ EDITORIAL. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de Fevereiro de 1905. p. 1

Cidade do Crato, *Correio do Cariry*, *Gazeta do Cariri* (1930) e *A Ação* (1939), todos da cidade do Crato. Seus textos também foram publicados em jornais e revistas da imprensa de Fortaleza e do Rio de Janeiro. Como escritor, publicou os livros *O Beato José Lourenço* (1935) e *Ana Mulata* (1959). No campo político, foi vereador e prefeito do Crato, de forma interina, nos anos de 1925 e 1926.

Ao fundar o jornal *Sul do Ceará*, José de Figueiredo liderou um grupo de intelectuais cratenses e retomou a mobilização pelo processo de autonomia político administrativa do Cariri. A justificativa do projeto de criação do estado seguiu as mesmas diretrizes da primeira versão de 1828,⁷⁵ mesmo com a nova conjuntura política do país, iniciada com a instauração do regime republicano. Porém, o movimento separatista de Juazeiro representou uma fissura que ameaçou a tão sonhada unidade do Cariri, fato que pode ter levado Figueiredo a combater a ideia de emancipação do distrito.

Durante o embate com *O Rebate*, entre 1910 e 1911, Figueiredo auxiliou Raul de Carvalho a revidar as provocações proferidas pelos articulistas juazeirenses às personalidades cratenses. Um dos principais alvos daquela dupla foi o padre Alencar Peixoto, com quem Figueiredo trabalhou junto, por cinco anos, nas redações do *Cidade do Crato*, *Sul do Ceará* e *Correio do Cariry*. Aqueles anos de parceria permitiu ao farmacêutico conhecer detalhes da vida do religioso como cidadão, como veremos nos próximos capítulos.

Como já apresentado, Raul de Sousa Carvalho foi outro importante articulista durante o imbróglio com a folha juazeirense. Natural de Ipu, região da Ibiapaba cearense, formou-se em Ciências Jurídicas e sociais pela Faculdade de Fortaleza em 1910. Logo após sua formação, foi imediatamente exercer o cargo de juiz substituto da cidade do Crato. Raul de Carvalho foi também deputado estadual do Ceará, entre 1925 e 1929 (GUIMARÃES, 1952, p. 489).

Como jornalista, colaborou para os jornais *Correio do Cariry* e *O Pharol* (1913), do Crato; *A razão* (1929), de Fortaleza; e a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Decidiu

⁷⁵ A ideia de estabelecer uma província no Crato, surgiu em julho de 1828. O projeto era acalentado pelas elites cratenses e na década de 1840 chegou a ser avalizada pela Assembleia Legislativa do Ceará e pelo Senado. O projeto de lei previa a instauração da Província do Cariri Novo que congregaria os municípios próximos de Riacho do Sangue, Icó, Inhamuns, São Mateus, Lavras, Jardim, Crato (província do Ceará), Rio do Peixe, Piancó (da Paraíba), Pajéu das Flores, Cabrobó (de Pernambuco) e Piranhas (Piauí). A criação da Província do Cariri contribuiria para um maior desenvolvimento local, controle da ordem e da justiça, bem como uma aceleração do projeto civilizador. O projeto justificava que a distância de Fortaleza em relação ao Cariri inviabilizava a ação governativa da presidência e que a presença de tal aparato institucional na região poderia contribuir para seu progresso (ALVES, 2010).

entrar no campo jornalístico após o grito de independência de Juazeiro em agosto de 1910. O juiz foi um dos protagonistas do fato que alavancou ainda mais a rivalidade entre os representantes cratense e juazeirense: o furto de parte da herança de José Marrocos, falecido no dia 14 daquele mês.

Raul de Carvalho foi o responsável pelo arrolamento da herança de José Marrocos, o que levou o padre Alencar Peixoto a acusá-lo de furtar importantes materiais de Marrocos, em benefício ao coronel Antônio Luiz. A acusação foi preponderante para entrada do juiz na redação do *Correio do Cariry*: “resolvi [Raul de Carvalho] revidar-lhe os desaforos e dei-lhe uma tunda em regra pela páginas do Correio do Cariry, cuja direção assumi unicamente para esse fim” (CARVALHO, 1961, p. 21).

4.3.1.1 O *Correio do Cariry* na nova política cratense

O *Correio do Cariry* circulou pela primeira vez em 11 de setembro de 1904, pouco mais de dois meses depois da vitória das forças de Antônio Luiz, em 29 de junho, contra as forças do coronel Belém,⁷⁶ intendente municipal e chefe do Partido Republicano Cratense, até então. A vitória de Antônio Luiz pôs fim a administração política de quatorze anos de Belém frente à cidade do Crato e elevou o seu nome ao cargo máximo de chefe político do município. O *Correio* surgiu, portanto, para fincar a nova política municipal, no qual teria seu diretor político como intendente. Antônio Luiz, por sua vez, utilizou sua folha para exaltar sua administração e o novo momento político da cidade.

Agora com o novo intendente podem os cratenses acarinhar a certeza de que medidas importantes serão tomadas não só para que esta cidade goze realmente dos foros duma das primeiras do Estado, como também em prol deste povo altivo abnegado e bom que ansioso esperava um regime de liberdade para poder progredir.⁷⁷

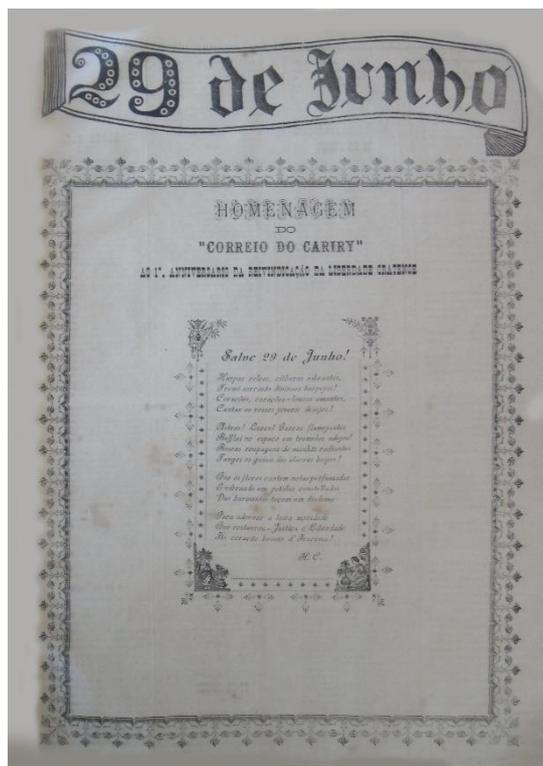
Na busca por fincar na memória popular cratense o dia 29 de junho de 1904, Antônio Luiz incluiu a data no calendário cívico da cidade, sendo comemorado anualmente durante seu governo. O *Correio do Cariry*, em seus oito anos de publicação, relembrou o episódio com edições especiais. Em 29 de junho de 1905, um ano depois da

⁷⁶ Mais sobre a deposição do coronel José Belém de Figueiredo (1853-1925) ver: MACEDO, Joaryvar. Império do Bacamarte (1990); BORGES, Raimundo de Oliveira. O Coronel Belém do Crato. O injustiçado (1998).

⁷⁷ A ALMA cratense. *Correio do Cariry*, Crato, 18 de setembro de 1904, p. 1.

deposição do coronel Belém, o jornal lançou uma folha especial intitulado de “29 de junho” (Figura 2), para comemorar, em quatro páginas, o 1º aniversário da reivindicação da liberdade cratense. O jornal teve uma única edição e contou com a colaboração dos redatores do *Correio* e de outros intelectuais da cidade.

Figura 2 – jornal 29 de junho



Fonte: biblioteca do Instituto Cultural do Cariri – ICC (2016).

As representações desse movimento investiram fortemente na construção das características políticas dos dois coronéis. Para o *Correio do Cariry*, a deposição de Belém constituiu-se no marco celebrativo da conquista do poder pela civilização ancorada nos ideais liberais. Em seu discurso, os redatores consideravam Belém como “o homem que se constituiu nesta terra [Crato] um elemento de completa desordem e terror”,⁷⁸ uma “bastilha de carne que aprisionava o espírito de liberdade dum povo, [...] matava o progresso e reprimia os surtos de seu engrandecimento”.⁷⁹

⁷⁸ OS ACONTECIMENTOS do Crato. *Correio do Cariry*, Crato, 25 de setembro de 1904, p. 3.

⁷⁹ IMPRENSA no Cariry. *Correio do Cariry*, Crato, 11 de setembro de 1905. p. 1.

Em contrapartida, Antônio Luiz passou a ser considerado como o defensor dos direitos cratenses, aquele que prometeu um regime de maior liberdade e colocou sua folha jornalística como “genuíno representante do povo [cratense]”.⁸⁰ Seu jornal o representava como o salvador, um “luctador de rija enfibratura, o patriota denodado, a encarnação forte e viril de quem sabe trabalhar para o engrandecimento de uma terra hospitaleira e abençoada”.⁸¹ E mais, “era [Antônio Luiz] o futuro do Crato, retemperando-nos a alma ao calor do mais justo dos entusiasmos, acenando-nos promessas pompeiantes de paz, de amor e de justiça”.⁸²

A partir dessas representações, o *Correio do Cariry* construiu a ideia de que a ascensão de Antônio Luiz, ao poder, levou o Crato a entrar em sintonia com a república e reencontrar a civilidade política. Fato exaltado pela redação que acreditava estar “consolidada a obra de regeneração do Crato [...] o Crato digno a par do Crato heroico, povo cioso de suas glórias”.⁸³

É importante ressaltar que o advento da República foi saudado pelos intelectuais cratenses, defensores do ideário liberal e positivista, como uma solução de continuidade no processo civilizador. Compreendiam esse modelo como intrinsecamente propulsor da ordem, do desenvolvimento, e, sobretudo, do resguardo ao direito de proteção do Estado ao cidadão e do direito de participação na vida política da cidade (CORTEZ, 2000). Assim, em sua edição inaugural, a redação do *Correio* prometeu “advogar as causas santas e educar o character coletivo tornando-se um ninho intelectual, servindo o direito, a moral, a verdade, a lei e as instituições”.⁸⁴

Destacamos também o papel da imprensa naquele contexto político do Cariry cearense. Para o *Correio do Cariry*, “foi preponderante, foi salutar a influencia da imprensa no renascimento dos nossos ideais de liberdade; pelo que de certo modo a liberdade que hoje o Crato frue não deixa de ser também uma conquista da imprensa”.⁸⁵ Todavia, nem tudo ocorreu como representado pelo jornal cratense. Em uma época marcada pelo fenômeno do coronelismo,⁸⁶ o coronel representava o poder das armas e da

⁸⁰ Idem.

⁸¹ OS ACONTECIMENTOS do Crato. *Correio do Cariry*, Crato, 25 de setembro de 1904, p. 3.

⁸² IMPRENSA no Cariry. *Correio do Cariry*, Crato, 11 de setembro de 1905, p. 1.

⁸³ A ALMA cratense. *Correio do Cariry*, Crato, 18 de setembro de 1904, p. 1.

⁸⁴ BASES e aspirações. *Correio do Cariry*, Crato, 11 de setembro de 1904, p. 1.

⁸⁵ IMPRENSA no Cariry. *Correio do Cariry*, Crato, 11 de setembro de 1905, p. 1.

⁸⁶ O fenômeno do mandonismo e coronelismo ou política dos coronéis foi um sistema político-social originário no período colonial brasileiro, delineando-se no Império e consolidando-se na República Velha (1889-1930). A estrutura

autoridade política, e a imprensa foi um excelente recurso para manter sua “ordem”. Nesse contexto sócio histórico onde o coronel é a representação do poder, falar mal dele, direta ou abertamente, constituía-se uma transgressão, passível de perseguições e retaliações violentas por parte dessas autoridades.

Nas primeiras décadas do regime republicano, os principais jornais cratenses eram vinculados aos partidos políticos dos respectivos coronéis, o que justifica o silenciamento dos problemas administrativos e de abuso de poder daquelas autoridades. Em contrapartida, publicavam-se representações de bem-estar social concebido como obra dos chefes políticos e dos homens do governo.

Durante os quatorze anos que esteve à frente da política cratense, o coronel Belém solidificou sua oligarquia “submetendo a seu arbítrio a justiça, a polícia, o poder legislativo e o fisco” (MACEDO, 1990, p. 61). Tornou-se o político mais influente do Cariri, expandiu suas terras e possuiu uma invejável posição política-financeira no estado. “Bem alicerçado, pois, e transformado em chefe caudilhismo regional, a prepotência e as arbitrariedades do coronel Belém concretizaram-se, notadamente, no comportamento truculento nos soldados da sua polícia” (Idem, p. 62). Os combatentes de Belém andavam pelas ruas cratenses exibindo suas armas, “durante o dia, ‘armados de garrucha, cartucheira e punhal’. À noite ‘conduziam mais um bacamarte’” (Idem, p. 63), agredindo qualquer um contrário ao governo do intendente.

Assim como seu antecessor deposto, o coronel Antônio Luiz também foi acusado de incorrer das mesmas práticas políticas do seu adversário. O clima de repressão e medo, ao qual estava submetida a população durante o governo de Belém, permaneceu o mesmo. “Mudaram apenas os agentes. Os métodos permaneceram inalterados. Repetiram-se os mesmo erros das soberanias absolutas. Ao novo cacique não faltou sequer a tradicional corte de capangas” (Idem, p.71). Contudo, as acusações não tiveram ressonância naquele momento em que se intentava marcar um novo tempo no fazer político do Crato.

Os métodos truculentos de ação política utilizado por Antônio Luiz e Belém de Figueiredo ficaram registrados na memória, mas não ganharam visibilidade nos jornais

agrária brasileira, vigente desde o Brasil colônia, serviu como base para o surgimento da figura do coronel que “comandava discricionariamente um lote considerado de *votos de cabrestos* (os coronéis exigiam que os eleitores votassem nele e/ou nos candidatos apoiados por ele, com base no autoritarismo ou compra de voto). A força eleitoral empresta-lhe prestígio político, natural coroamento de sua privilegiada situação econômica e especial de dono de terras (LEAL, 1997, p. 42).

impressos. Certamente “apostou-se no desgaste que o tempo poderia provocar na memória e, contrariamente, no poder que a escrituração poderia assegurar acerca das representações daquilo que se convencionou denominar ‘o novo tempo do Crato’” (CORTEZ, 2000, p. 61). Apenas com o surgimento do jornal *O Rebate*, opositor do governo de Antônio Luiz, os problemas sociais cratenses e críticas à política do oligarca ganhariam os jornais impressos. Um clara estratégia da redação juazeirense visando sua emancipação política e a derrocada do seu principal opositor.

4.3.2 *O Rebate*

O semanário *O Rebate*, primeiro jornal impresso de Juazeiro do Norte, foi fundado pelo padre Joaquim de Alencar Peixoto. Sua primeira edição circulou em 18 de julho de 1909, e, a partir de então, com poucas exceções, foi publicado semanalmente aos domingos até setembro de 1911, somando 104 edições. Semelhante ao *Correio do Cariry*, era impresso em quatro páginas e tinha dimensões que se aproximam do formato de jornal impresso chamado *berliner*. Na capa do semanário (Figura 3), constava, ao topo de cada edição, o título do jornal em caixa alta e negrito. A letra “R” (*Rebate*) envolvia a ilustração de uma pena-tinteiro.

Abaixo do título, apresentava-se o cabeçalho do jornal com o nome do estado e do país “Ceará – Brazil”, seguidos pela data de publicação, ao centro, e logo após, o número da edição. É importante destacar que, tanto naquela edição quanto em todas as 104 publicações, *O Rebate* nunca se referiu ao Crato como sede do município, ao qual o povoado, conhecido como Joaseiro do Crato, pertencia naquele momento. O periódico se apresentava como pertencente à cidade “Joaseiro do Cariry”; e a partir de 1911, como “Joaseiro do Padre Cícero”. A ausência do nome do município sede pode ser considerada um indicativo da aspiração dos redatores pela emancipação política do povoado.

Figura 3 – Capa da primeira edição de *O Rebate* (18/07/1909)



Fonte: acervo digital do pesquisador Renato Casimiro.

Para adquirir o semanário era necessário realizar uma assinatura anual ou semestral que custavam respectivamente 5\$000 (cinco mil réis) e 3\$500 (três mil e quinhentos réis). No entanto, de acordo com Machado (2011, p. 28), não se pode descartar a ideia de algumas edições serem distribuídas gratuitamente:

[...] principalmente aqueles nos quais se impunha uma maior divulgação em proveito da causa maior a que se destinava o jornal: a emancipação política de Juazeiro. Esses números gratuitos de *O Rebate* eram verdadeiras convocações a passeatas, à divulgação de boletins de advertências às alegadas ameaças de “Crato” a Juazeiro, ao Padre Alencar Peixoto e ao Padre Cícero.

O Rebate era organizado em cinco colunas separadas por um fino traço. Na primeira coluna, da esquerda para a direita, apresentava-se o expediente com as seguintes informações: “O REBATE publica-se semanalmente”; os nomes do redator-chefe (padre Joaquim de Alencar Peixoto) e do gerente (Felismino de Alencar Peixoto); os valores das assinaturas anual e semestral; os dizeres “aceitamos artigos de religião, sciencia,

litteratural preenchendo certas condições”; e, por fim, o endereço da “redação, gerencia e typographia – Rua padre Cícero - nº 343”.

Ainda na primeira coluna publicava-se o editorial, podendo ocupar todas as colunas da primeira página, caso não, além do editorial, a primeira página poderia contar com alguns artigos e textos diversos, que vão de contos, poemas, canções e até telegramas. Na segunda e terceira páginas publicavam-se colunas⁸⁷ diversas, algumas fixas outras não. A quarta, e última, página dedicava-se aos anúncios publicitários,⁸⁸ de lojas, armarinhos, escolas, farmácias, gados desaparecidos, etc.

A direção de *O Rebate* era composta pelo redator-chefe, o padre Joaquim de Alencar Peixoto, o gerente Felismino de Alencar Peixoto (irmão de padre Alencar Peixoto), cargo assumido em novembro de 1910 por Francisco L. Tourinho⁸⁹; no corpo editorial participaram o médico baiano Floro Bartolomeu da Costa, o jornalista e professor cratense José Joaquim Telles Marrocos e o comerciante juazeirense José Ferreira de Menezes.

No comando da redação estava o padre cratense Alencar Peixoto, que foi também o fundador e diretor da folha juazeirense. Ora caracterizado como “homem culto, poliglota, com pendor às letras e autor de poemas em latim” (NETO, 2009, p. 301), ora caracterizado como um sacerdote de gênio forte, corajoso e de temperamento arrebatado (MACEDO, 1990). Passou a residir em Juazeiro em agosto de 1907. Porém, sua chegada ao vilarejo é cheio de controvérsias.

Historiadores acreditam que o religioso dirigiu-se ao povoado, sem a autorização do bispo Dom Joaquim, logo após romper relações políticas⁹⁰ com Antônio Luiz, com quem se aliou ardorosamente pelo banimento do coronel José Belém de Figueiredo. Para Della Cava (1976), a mudança de Peixoto para Juazeiro e seu incentivo pela emancipação política do povoado faziam parte de sua vingança pessoal contra Antônio Luiz. Porém,

⁸⁷ A coluna é uma seção especializada do jornal de estilo livre e pessoal. “Compõe-se de notas, sueltos, crônicas, artigos ou textos-legendas, podendo adotar, lado a lado, várias dessas formas”, ou seja, trata-se “de um mosaico, estruturado por unidades curtíssimas de informação e de opinião caracterizando-se pela agilidade e pela abrangência” (MARQUES DE MELO, 2003, p. 140).

⁸⁸ Os anúncios publicitários eram veiculados em uma coluna exclusiva intitulada de *Commercio do Cariry*, no qual se anunciava produtos e serviços das cidades de Crato, Barbalha, Milagres e de Juazeiro.

⁸⁹ A saída de Felismino Peixoto de Alencar da redação foi publicado em 20 de novembro de 1910, sob a justificativa que o irmão de Peixoto passaria a residir em Fortaleza. Ver: FELISMINO P. de Alencar. **O Rebate**, Juazeiro, 20 de novembro de 1910, Várias, p. 2.

⁹⁰ Após ajudar Antônio Luiz na deposição do coronel Belém em 1904, Peixoto esperou ser nomeado a algum cargo político na cidade do Crato, o que não ocorreu. Por essa divergência, o religioso dirigiu-se ao distrito vizinho e encontrou abrigo na casa do Padre Cícero Romão Batista (DELLA CAVA, 1976).

segundo versão publicada pelo *O Rebate*,⁹¹ Peixoto se dirigiu ao povoado a pedido do padre Ágio, na época capelão do lugar, que, por problemas de saúde, pediu-lhe que o substituísse nas atividades da capela de Nossa Senhora das Dores. Com a morte do padre Ágio, em maio de 1908, Peixoto tornou-se capelão de Juazeiro, “por vontade do povo”,⁹² justificando, assim, sua mudança definitiva para o lugarejo.

Controvérsias à parte, fixando residência no povoado em agosto de 1907, Peixoto já demonstrava seu interesse em participar da campanha pela emancipação do povoado. Naquele ano, o movimento pró-autonomia de Juazeiro ganhou forma. O major Joaquim Bezerra de Menezes convocou os moradores para uma reunião, divulgada por meio de um boletim impresso de autoria do padre Alencar Peixoto. Intitulado de *Ao povo do Joaseiro*, o boletim instigou a população:

É chegado o momento de pugnarmos com alta energia e valor pela nossa elevação social, elevando Joaseiro à categoria de Município, aumentando assim a importância de toda zona do Cariri que bem merece os vossos serviços para chegar ao grau de prosperidade de que é digno. Tenhamos confiança no futuro e podemos aguardar os louros de uma esplendente vitória (OLIVEIRA, 2001, p. 160).

Por divergências⁹³ internas entre os habitantes do lugar, a causa não teve repercussão. Apenas em julho de 1909, dois anos depois, Alencar Peixoto impulsionou a campanha emancipatória de Juazeiro com a fundação do jornal *O Rebate*. Antes de assumir o periódico juazeirense, Alencar Peixoto já acumulava uma vasta experiência como jornalista. Integrou a redação do jornal *Sul do Ceará*, por quatro anos, e colaborou nas redações do *Cidade do Crato*, *Correio do Cariry*, *Porvir* e *Jornal do Cariry*. Segundo Machado (2011, p. 267), Peixoto “redigiu [seus artigos] com precisão, riqueza estilística, criatividade e versatilidade [...] mesclava ações com açodada determinação à causa que

⁹¹ PADRE Joaquim de Alencar Peixoto. **O Rebate**, Juazeiro, 26 de abril de 1911, p. 4.

⁹² *Idem*.

⁹³ A população de Juazeiro dividiu-se em dois grupos: os filhos da terra, naturais de Juazeiro e da região do Cariri; e os adventícios, romeiros que fixariam residência no povoado. A distinção entre os grupos tornou-se patente desde 1894, no momento em que a condenação de Roma aos possíveis milagres religiosos presenciados no povoado em 1889. O fato levou vários naturais da localidade, sobretudo os ricos fazendeiros, a descreer dos milagres e do padre Cícero. Outro aspecto foi a questão econômica. Os comerciantes adventícios mostravam-se mais bem sucedidos nos negócios do que os filhos da terra. Em 1907, a divisão se tornou mais rígida como a criação de apelidos desrespeitosos. Os filhos da terra chamavam os adventícios de fanáticos, rabos-de-burro e, o mais pejorativo de todos, romeiros, no lugar da palavra usual peregrinos. Em contrapartida, os adventícios rotulavam os naturais de cacaritos ou nativos, que tinha uma conotação indelicada (DELLA CAVA, 1976).

abraçava”. Lira Neto (2010, p. 304) definiu seus escritos como “um tanto quanto empolados, sempre recheados de referências literárias e citações filosóficas”.

Em *O Rebate* transformou-se em um dos principais propagadores pela autonomia político-administrativa do povoado. Oliveira (2001, p. 162), o definiu como um “homem atrabiliário, de caráter violentíssimo” que se aproveitou de *O Rebate* para descarregar “o vírus de seu ódio pessoal aos outros contendores”. Já para Pinheiro (2010, p. 176), a “má orientação que [Peixoto] imprimiu à campanha [...] resultou [na] acre polêmica entre o órgão juazeirense e o ‘Correio do Cariri’”.

Religioso, intelectual ou rancoroso, seja qual for sua personalidade, Alencar Peixoto foi um importante personagem na luta pela emancipação política de Juazeiro e, juntamente com Floro Bartolomeu, conferiu publicações de alto teor explosivo em prol da independência de Juazeiro.

Seguindo a temática de Alencar Peixoto, o médico baiano Floro Bartolomeu da Costa também incentivou veementemente a autonomia de Juazeiro. Floro chegou ao povoado em 1908, atraído pela descoberta de jazidas de cobre na região e para negociar, com o padre Cícero, a provável exploração do minério. O terreno comprado pelo sacerdote, na fronteira dos municípios de Milagres e Aurora, chamado de sítio Coxá, carecia de um registro cartorial e era alvo de uma disputa litigiosa com a família Alves Teixeira, a mesma do coronel José Francisco Alves Teixeira,⁹⁴ articulista do *Correio do Cariry*. Mesmo com a oposição das autoridades cratenses, Floro iniciou o processo de demarcação daquelas terras. A maneira desassombrada do médico em lidar com a problemática o fez conquistar a liderança junto aos adventícios (DANTAS, 2011).

Em sua participação nas páginas de *O Rebate*, representou um Juazeiro “moderno” e “civilizado”, longe de qualquer predicado referente ao “fanatismo”. Representação que seguiu nos artigos escritos pelo médico nos jornais *Unitário*, de Fortaleza, *Gazeta de Joazeiro* (1912) e durante suas falas como deputado estadual, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, e federal, na Câmara de Deputados. Em todos esses casos, Floro se pautou na ideia de valorização do progresso.

⁹⁴ Floro Bartolomeu e Francisco Alves protagonizaram um embate nas páginas do *Rebate* e *Correio do Cariry* durante 1909 sobre a problemática do Coxá. Entre 22 de agosto de 1909 e 25 de julho de 1910 foram publicados doze artigos, pelo *O Rebate*, para tratar da disputa pela terra de Coxá com o título MINAS DO COXÁ.

Além dos ideais de progresso, Floro foi árduo defensor de Juazeiro e do padre Cícero. Passou a redigir no semanário após o polêmico discurso do padre Tabosa, no qual chamou a população de Juazeiro de povo imundo e guiado por Satanás. Para revidar a crítica, o médico escreveu três artigos combativos em defesa dos *juazeirenses*: “povo, que só trabalha cheio de fé, pela elevação da nossa religião, guiado pela segura orientação do virtuoso padre Cícero [...] povo nobre, que só tem o defeito de crer fervorosamente em Deus, e não revoltar-se contra agressões tão covardes”⁹⁵; dos *romeiros* “se não fosse a existência do romeiros – o elemento produtor d’essas zonas, concentrando suas energias em prol do desenvolvimento material, conseqüentemente teríamos o sinistro domínio do cangaceiro – o elemento destruidor”⁹⁶; do *padre Cícero* “que só se esforça para beneficiar os miseráveis [...] sustenta grande número de famílias, zelando-as na saúde, na moléstia”; e, por fim, de *Juazeiro* “uma povoação que possui quatro mil e tantas casas e uma população de vinte e cinco mil almas”⁹⁷, podendo se dizer, que é um ponto comercial e, conseqüentemente, uma fonte de rendimento para o Estado”⁹⁸.

A partir de então, Floro passou a advogar a favor de Cícero e da população de Juazeiro, por muitas vezes, “atacadas com injúrias” nas publicações do *Correio do Cariry*. Em seus artigos, o médico baiano criticou com veemência a política cratense, caracterizando-a como “detestável, mesquinha, egoísta e toupeira”.⁹⁹ Sua série de artigos intitulada *De água abaixo, não irá o Joazeiro*¹⁰⁰ é considerada a mais famosa defesa de Juazeiro à independência a qualquer preço.

Contrariando a temática explosiva de Floro e Peixoto, José Marrocos utilizou *O Rebate* para defender os fatos milagrosos de Juazeiro, ocorridos em 1889, e conseqüentemente o padre Cícero e a beata Maria de Araújo. Primo e amigo íntimo do padre Cícero, José Marrocos atuou como professor e jornalista na região do Cariri, além de ter participado ativamente do movimento abolicionista no Ceará.

Fundou junto com o padre José Ibiapina o primeiro jornal cratense de cunho religioso, *A voz da Religião no Cariri* em 1868. A partir dali, Marrocos construiu uma

⁹⁵ OLHO por olho – dente por dente. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de setembro de 1909, p. 1.

⁹⁶ EFEITOS da imprudência. **O Rebate**, Juazeiro, 26 de setembro de 1909, p. 2.

⁹⁷ Floro Bartolomeu foi o responsável pela realização do primeiro censo em Juazeiro em janeiro de 1909 (CASIMIRO, 2000).

⁹⁸ JUSTA defesa. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de agosto de 1909, p. 3.

⁹⁹ JOASEIRO. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de maio de 1910, p.1

¹⁰⁰ Ver **O Rebate**, DE ÁGUA abaixo, não irá o Juazeiro, 08, 22, 29 de janeiro, e 05 de fevereiro de 1911.

vasta experiência no Jornalismo. Colaborou nos jornais *Cidade do Rio* e *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, pela causa abolicionista; redigiu nos jornais *A vanguarda*, do Crato, *Jornal do Cariry*, em Barbalha, *O Libertador*, de Fortaleza, e *O Rebate*.

Antes de se tornar um dos redatores do *Rebate*, Marrocos ficou magoado por não ter sido convidado para festa de inauguração do semanário. Após a solenidade, o jornalista enviou uma carta ao padre Cícero lastimando o ocorrido; após receber a lamentação do amigo, Cícero pediu a Alencar Peixoto a integração de Marrocos à direção do jornal. José Marrocos teve uma participação discreta no que diz respeito a construção de um discurso emancipacionista no jornal *O Rebate*. Seus artigos tratavam exclusivamente da questão religiosa de Juazeiro, não havendo questionamento ou alguma abordagem direcionada com o tema emancipação política. Todavia, política não era um tema alheio ao jornalista. No final do século XIX, Marrocos havia erguido a bandeira da abolição da escravatura, nos jornais *O Libertador* e *Cidade do Rio*.

Apesar de fugir da linha editorial dos principais redatores de *O Rebate*, José Marrocos foi importante personagem na defesa pela autonomia do povoado. Integrou a Comissão de Engrandecimento¹⁰¹ de Juazeiro e trabalhou no desenvolvimento educacional¹⁰² dos jovens juazeirenses com a fundação de escolas e da Beneficência Pública.¹⁰³ Participaria do importante ato político marcado para o dia 15 de agosto de 1910, o qual decidiria os rumos do movimento emancipacionista. No entanto, às vésperas do evento, o jornalista faleceu diagnosticado com pneumonia dupla.

A morte repentina de Marrocos levantou suspeitas de um possível envenenamento por parte de Floro Bartolomeu.¹⁰⁴ Após passar mal na manhã do dia 14, Floro receitou alguns comprimidos ao jornalista e partiu para Missão Velha, deixando o professor sob os cuidados do padre Cícero. De forma inesperada, horas depois, Marrocos sofreu um lapso e entrou em agonia, chegando a falecer em seguida. Conjecturou-se que, para tirar Marrocos do caminho de Cícero, o médico não ministrou-lhe remédios, mas sim uma

¹⁰¹ Entidade criada pelos filhos da terra (nativos de Juazeiro) e presidida pelo coronel José André de Figueiredo, para consecução dos objetivos de tornar Juazeiro independente do Crato (WALKER, 2010).

¹⁰² Em 1908, fundou o Colégio São José - Pedagógico em Juazeiro, com educação matutina para as meninas, vespertina para meninos, com aulas de português, latim, francês e alemão e, à noite, para alfabetização de adultos. Criou, junto ao Colégio Pedagógico, o curso de teoria musical e fundou uma banda de música (OLIVEIRA, 2001).

¹⁰³ Sociedade literária que prometia instruir a população juazeirense por meio de atividades educativas.

¹⁰⁴ A acusação foi veiculada pelo padre Alencar Peixoto no livro *Joazeiro do Cariry*, de autoria do próprio autor. Ver: ALENCAR PEIXOTO, Joaquim (Pe.). **Joazeiro do Cariry**. Fortaleza: editora IMEPH, 2011.

dose letal de veneno. Porém, tal hipótese jamais foi confirmada e nada foi provado contra Floro.

Apesar do seu falecimento, Marrocos permaneceria vivo nas páginas de *O Rebate*. O processo de arrolamento da herança do jornalista tornou-se alvo de uma fervorosa discussão entre *O Rebate* e *Correio do Cariry*, fato que alavancou ainda mais a animosidade entre as redações e seus colaboradores. Analisaremos esse episódio, no capítulo seguinte.

Seguindo linhas editoriais diferentes, Floro Bartolomeu e José Marrocos tinham algo em comum: costumavam assinar alguns de seus artigos sob pseudônimos, fato comum no jornalismo brasileiro entre os séculos XIX e XX, onde buscava-se evitar perseguições e retaliações violentas de chefes políticos. Floro assinou seus primeiros artigos em *O Rebate* sob o pseudônimo de Manoel Ferreira de Figueiredo e Flávio Gouveia. José Marrocos assinou como Bignon.

O último dos redatores, o comerciante e jornalista José Ferreira de Meneses, aparece timidamente nos artigos de *O Rebate*. Sua participação cresceu, principalmente, a partir do momento que Juazeiro decidiu não pagar mais impostos à cidade do Crato, em setembro de 1910. Ferreira teve uma participação frequente na seção *Cantando e Rindo*, veiculada sempre na primeira página, na qual se publicavam canções e rimas ridicularizando as autoridades cratenses.

A fundação de um jornal impresso foi considerado um marco em Juazeiro. Em sua edição inaugural, os articulistas de *O Rebate* garantiram que aquele impresso seria a “alavanca que vae levantar o nível social de toda uma população”.¹⁰⁵ O advento da imprensa foi enaltecido como conquista e início do progresso no povoado: “o Joazeiro do Cariry também já deu o seu grito de alarma na senda progressiva, que se agita, creando um jornal, que tomou no baptismo da imprensa o sympathico e significativo nome de Rebate e que hoje sabe a publicidade, refulgente e audaz!”.¹⁰⁶

Em seu primeiro editorial, intitulado *Nossa Missão*, *O Rebate* se apresentou como apolítico, um jornal que iria “trabalhar pelo ideal das letras, da religião, da pátria e da

¹⁰⁵ NOSSA Missão. *O Rebate*, Juazeiro, 18 de julho de 1909, p. 1.

¹⁰⁶ O REBATE. *O Rebate*, Juazeiro, 18 de julho de 1909, p. 1.

humanidade, *sem se envolver com politicagem que tudo avilta e rebaixa*".¹⁰⁷ Em outro artigo da primeira edição, o jornal reafirmou o seu não envolvimento com a política, "O Rebate [...] não é político, e por isto mesmo deve-se tornar mais digno de apreciação dos espíritos, educados, reflectidos, que veem, sem duvida, na política, um estorvo a ordem".¹⁰⁸

Contudo, mesmo se posicionando como apolítico, *O Rebate* fez política desde sua primeira edição. A redação expôs a necessidade de elevar o povoado à categoria de vila, considerando o ato como um "grande bem para esta multidão de milhares de almas, e de grande interesse para o governo estadual; vendo agora que esta é, de há muito, a aspiração ardente de todo o povo joazeirense".¹⁰⁹ Ainda em sua edição inaugural, o jornal publicou os telegramas escritos pelo padre Cícero ao coronel cratense Antônio Luiz e ao governador¹¹⁰ do estado, Antônio Pinto Nogueira Accioly,¹¹¹ comunicando seu desejo e a necessidade de elevar Juazeiro à categoria de vila independente.

Com a negativa de Antônio Luiz ao projeto de emancipação de Juazeiro, *O Rebate* inflamou seus artigos contra os chefes cratenses. Um crime ocorrido no Crato revelava-se não apenas como um fato para elevada indignação de todos, era transformado em produto de negligência de suas autoridades. O aumento da criminalidade e o avanço da impunidade no Crato e no Cariri estavam ligados, para *O Rebate*, às omissões e desvios políticos cometidos pelo coronel Antônio Luiz.

Ao passo que *O Rebate* fomentava uma campanha contra Antônio Luiz, o *Correio do Cariry* buscou contrapor o jornal vizinho. Apostos, o padre Alencar Peixoto e Floro Bartolomeu rebateriam qualquer injúria provida pelos jornalistas cratenses. Não foi à toa que o semanário se chamou "Rebate", em alusão ao ato de rebater. Durante toda a história do periódico juazeirense, uma das principais ocupações dos seus redatores seria rebater

¹⁰⁷ NOSSA Missão. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de julho de 1909, p. 1. Grifos meus.

¹⁰⁸ O REBATE. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de julho de 1909, p. 1.

¹⁰⁹ PELO JOASEIRO. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de julho de 1909, Várias, p. 2.

¹¹⁰ Destacamos que durante a República Velha, o cargo de governador do estado denominava-se "presidente de estado". Porém, para melhor compreensão utilizaremos nesta pesquisa o termo usado atualmente: "governador do estado".

¹¹¹ Natural de Icó, região centro-sul do Ceará, Accioly foi por quatro vezes presidente do Ceará, entre 1892 a 1912. Nenhuma outra oligarquia foi tão acentuada, no Ceará, com a dos Aciólis. Constituindo uma base governista com numerosos membros da própria família, Accioly constituiu um dos modelos mais perfeitos de "governo oligárquico, de base patriarcal". Foi a partir da era oligárquica aciolina que o coronelismo do Ceará viveu sua fase de fastígio. No Cariri, o coronelismo atingiu seu ápice e exaltou ainda mais o espírito político. Sob a égide do comendador Accioly, as oligarquias sul-cearenses fortificaram-se tanto que tiveram continuidade mesmo após a deposição do 'todo-poderoso' cearense em 1912 (MACEDO, 1990).

qualquer injúria proferida contra o povoado e seus habitantes. Em seu editorial inaugural, sua redação deixava claro:

O Rebate, eil-o aí. Desassombrado, e sem temer os homens da sombra, horríveis noctivagos, soterradas toupeiras, almas frias de ophybio que, evocando o passado, pretendem arvorar, sobre a base do futuro, farrapos d'uma bandeira maculada de iniquidades e torpesas, de sangue e de lágrimas, eil-o, ainda o repetimos cheios de ufanía.¹¹²

Nascido com um discurso contraditório logo em sua primeira edição, o jornal *O Rebate* não demorou em disseminar seu principal propósito: lutar pela emancipação política de Juazeiro. O desejo de ver o distrito emancipado levou os redatores de *O Rebate* a publicar árduos e polêmicos discursos contra as autoridades cratenses, principalmente ao coronel Antônio Luiz. O jornal impresso se transformou no “armamento” de Juazeiro na disputa pela sua autonomia política. No próximo capítulo, analisaremos como ocorreu o confronto impresso entre os jornais cratense e juazeirense, uma batalha editorial onde acusações, calúnias, insultos e intrigas se transformaram na munição dos redatores contra seus inimigos.

¹¹² NOSSA Missão. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de julho de 1909, p. 1.

5. ESTRATÉGIAS SIMBÓLICAS EM DISPUTA: O JORNALISMO NA MEDIAÇÃO (CONFLITUOSA) PELA INDEPENDÊNCIA DE JUAZEIRO

O embate entre jornais impressos foi comum desde o Brasil Império, quando o caráter doutrinário vigorou na imprensa brasileira. No período, os impressos foram utilizados como armas de seus redatores, “os jornais não noticiavam: produziam acontecimentos [e] abrigou um debate de características democráticas, porém sem regras definidas” (LUSTOSA, 2000, p. 16). Para Ribeiro (2007), a linguagem utilizada no período, em geral, era extremamente agressiva e virulenta, constituindo uma verdadeira artilharia verbal marcada pela paixão dos debates e polêmicas, por eles, travados. De acordo com Lustosa (2000), três circunstâncias daquele período contribuíram para disseminação dos insultos nas folhas impressas: a instabilidade e indefinição política que o país vivia, sem lei e sem rei (Dom João VI retornou a Portugal em abril de 1821); a democratização do prelo, trazendo para a forma impressa elementos da oralidade no que tinha de mais popular e coloquial; e, por fim, sem hábitos de vida pública, a elite brasileira, ao inserir-se nos debates políticos impressos, levam consigo, também, as atitudes da sua vida privada.

Mais de cem anos depois de instaurada a imprensa no Brasil, os jornais continuaram a ser utilizados como munição de batalhas políticas. No Ceará, especificamente na região do Cariri, o jornalismo impresso foi utilizado para propagar a campanha emancipatória, contrária e a favor, de Juazeiro, até então distrito do Crato. Desse modo, o padre Joaquim de Alencar Peixoto e o médico Floro Bartolomeu da Costa, jornalistas de *O Rebate*, responderiam as represálias provindas da cidade cratense e articulariam ações para fortalecer a representação de um Juazeiro autônomo. Na defesa dos interesses da manutenção do Juazeiro como distrito do Crato, ficaram os articulistas do *Correio do Cariry*, José Alves de Figueiredo e Raul de Sousa de Carvalho, e o chefe cratense Antônio Luiz Alves Pequeno.

O embate entre os referidos jornais pode ser dividido em três momentos: o primeiro surgiu no final de 1909, quando o *Correio do Cariry* anunciou que Juazeiro planejava suspender o pagamento de impostos municipais, “um sinal de clara ameaça de derrubar as autoridades legalmente constituídas do Crato e do governo estadual” (DELLA CAVA, 1976, p. 188). Para *O Rebate*, o boato não passava de uma “mentira monstruosa”,

concebida com o intuito de indispor o governador do Estado, Nogueira Accioly, contra Juazeiro, dando ao coronel Antônio Luiz o pretexto de “invadir [Juazeiro] de soldados, inunda-lo de sangue, saqueá-lo, rouba-lo e reduzi-lo à nada”.¹¹³ Foi a primeira troca de farpas entre os dois semanários que, a partir de então, construíram seus discursos para exaltar e defender suas respectivas campanhas.

O segundo momento iniciou-se em abril de 1910, após a cidade de Lavras da Mangabeira ser invadida e saqueada por cangaceiros. O assunto foi amplamente discutido pelo periódico juazeirense na série de cinco artigos intitulados de *Os horrores de Lavras e São Pedro*.¹¹⁴ Ao utilizar-se de depoimentos de populares e jagunços, presentes na invasão, os jornalistas levantaram a hipótese da autoria do coronel Antônio Luiz naquela ação. Acreditou-se também que o próximo alvo do oligarca seria o povoado de Juazeiro. No Crato, as acusações causaram um mal-estar generalizado entre as autoridades locais que, tomando uma decisão drástica, passaram a rasgar e a proibir a circulação de *O Rebate* na cidade.

O terceiro e último momento tem início a partir da emancipação não oficial de Juazeiro, em agosto de 1910. Os jornais, aqui analisados, tornaram-se os principais veículos de propagação ideológica, dos representantes locais, colocando em prática estratégias discursivas para legitimar suas respectivas campanhas e conquistar a adesão dos leitores. E será esse momento que iremos analisar neste capítulo.

5.1 Os bastidores da Assembleia Legislativa do Ceará de 1910

Era julho de 1910. A poucas semanas da abertura das sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a Comissão de Engrandecimento, como ficou conhecida a equipe de ativistas de Juazeiro, reuniu-se a fim de estabelecer um cronograma e dar início à campanha de emancipação política do povoado. O grupo pautou-se da promessa feita por Antônio Luiz, ao final da Assembleia Legislativa de 1909, no qual se comprometeu em dar um parecer favorável à causa juazeirense no ano seguinte.

¹¹³ ABAIXO a intriga. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de dezembro de 1909, p. 1.

¹¹⁴ Série de **O Rebate**: Os horrores de Lavras e São Pedro I, II, III, IV, V, foram veiculados nas respectivas datas 17 e 24 de abril de 1910 e 1º, 08 e 15 de maio de 1910

Antes de entrarmos nos trâmites da campanha política de 1910, relembremos do processo de 1909. Antes do início da Assembleia, em julho de 1909, padre Cícero telegrafou para o governador do estado, Nogueira Accioly, e comunicou sobre o projeto de elevar a povoação de Juazeiro, pertencente à cidade do Crato, à categoria de vila independente. O governador, primo de Antônio Luiz, e, esse, um dos principais responsáveis pelos votos de Accioly no Cariri, buscou não entrar nessa discussão. Manteve-se neutro. “Pedido respeitável amigo, tem pra mim todo valor, entretanto para deliberar sobre o assumpto acho conveniente entender-se primeiro cel. Antonio Luiz. Combinando com elle melhor meio de resolver questão”.¹¹⁵

Seguindo o conselho do governador, o sacerdote encaminhou o projeto ao coronel cratense que recusou a lidar, de pronto, com a questão, mas, tática e diplomaticamente, prometeu considerá-la no ano seguinte. Todavia, Antônio Luiz não possuía o menor interesse em consentir a independência de Juazeiro. A emancipação do povoado traria sérios prejuízos à cidade do Crato, perderia terras e uma boa fonte de impostos. Os próprios “cratenses fizeram barreira a esta justa aspiração dos juazeirenses, não queriam perder aquela verba que tanto ajudava o progresso da cidade, sede do município” (OLIVEIRA, 2001, p. 162).

Voltemos para julho de 1910. A Comissão juazeirense decidiu iniciar a campanha pela emancipação no dia 15 de agosto, com um manifesto político no colégio administrado e fundado por José Marrocos, *São José – O pedagógico*. O objetivo era convocar a população às ruas e criar um ambiente de pressão, na tentativa de convencer o prefeito Antônio Luiz a dar parecer favorável ao projeto na Assembleia estadual. Para isso, o grupo contou com o apoio de uma relevante personalidade da região do Cariri: padre Cícero Romão Batista.

Durante a semana que abriu os trabalhos legislativos, no final de julho e início de agosto daquele ano, padre Cícero e a Comissão de Engrandecimento enviaram telegramas para Antônio Luiz, a fim de lembrá-lo do projeto emancipatório, e ao governador do Estado, visando conquistar seu apoio formal. Enquanto isso, os jornalistas de *O Rebate*

¹¹⁵ Telegrama escrito por Nogueira Accioly e publicado em **O Rebate** na seção TELEGRAMMA, 25 julho de 1909, p.2.

ingressaram na campanha e tornaram o periódico o porta-voz de um grupo de pessoas ansiosas por enveredar e imprimir o programa emancipacionista do povoado.

“Dentro de poucos dias, reunir-se-á a câmara Legislativa do Estado para ouvir da boca de seus representantes as necessidades do povo e resolver conscienciosamente os problemas de maior importância”,¹¹⁶ publicou *O Rebate*. A redação deixou claro que a “grande necessidade” dos juazeirenses seria sua emancipação política da cidade do Crato. Emancipação definida pelo articulista como “a aspiração mais nobilitante d’um povo, por isso que ella resulta da convicção de suas forças, dos seus recursos, de suas responsabilidades, de seus direitos, de sua coragem, de seu civismo, e, mais que tudo, da segura compreensão do ideal dos povos livres”.¹¹⁷ Era necessário, portanto, que a população se unisse, naturais e romeiros, a fim de lutar pelo seu direito de ‘liberdade’.

Torna-se preciso que *todos nós*, naturaes e romeiros acalentados pelo mesmo ideal, cheios da mesma aspiração, identificados pelo sentimento de patriotismo, tendo, enfim, o mesmo pensamento, tornando-nos dignos um do outro, na altura de nossos brios, e dentro dos princípios da ordem, recorramos nos poderes constituídos dos Estados, fazendo-lhes valer os direitos que possuímos e que eles nos garantiram e nos garantem na constituição estadual, solicitando a nossa emancipação política, a elevação de Joazeiro a categoria de vila.¹¹⁸

Nesse enunciado o redator utilizou de um elemento basilar na constituição da pessoa que discursa, o ‘eu’ do jornalista, que foi intencionalmente disfarçado no pronome pessoal ‘nós’, que denotou o envolvimento do ‘eu’ com o ‘tu’ que revelou a subjetividade da linguagem. Nesse ponto, é importante considerar Marco Prado (2005, p. 54) para quem a “Identidade coletiva garante uma continuidade da experiência nomeada como NÓS e revela nossa pertença a um determinado grupo”. Dessa forma, o ‘nós’ não refere-se somente ao *Rebate*, mas, também, aos leitores e cidadãos juazeirenses (nativos e romeiros). O jornalista demonstrou, portanto, um sentimento de pertencer àquela luta, buscando desenvolver expectativas de futuro coletivamente traçado com aquela comunidade.

Para destacar a “força” do povoado, o semanário apresentou números que demonstrassem a superioridade econômica de Juazeiro em relação às cidades da região. Superioridade essa alavancada pelas romarias realizadas na pequena vila desde os fatos

¹¹⁶ A NOSSA aspiração. *O Rebate*, Juazeiro, 03 de julho de 1910, p. 1.

¹¹⁷ *Idem*.

¹¹⁸ *Idem*. Grifos nossos.

extraordinários de 1889. Os visitantes que lá chegavam, em sua maioria, decidiam por fixar moradia, passando a trabalhar no campo, nos engenhos e nas indústrias artesanais. Ao passo que seu contingente populacional aumentava, Juazeiro foi conquistando sua independência econômica. Em pouco mais de uma década, o povoado já não era mais considerado um mero distrito cratense, e, por esse motivo, *O Rebate* justificou o porquê Juazeiro estava apto a conquistar sua autonomia.

Joaseiro – localidade superior em população a todos do Cariry, cujo commercio só não excede ao do Crato e ao de Barbalha, mas também de um e outro se não acha tão distanciado; localidade, cujo imposto de feira, somente o de feira! É arrematado por sete contos de reis (7:000:000) – não pode continuar reduzida a ínfima condição de povoação, sem que tal justiça não desperte o clamor público, *convencendo-nos* da realidade d’uma perseguição.¹¹⁹

O enunciador utilizou de um elemento que denota o sentido de comunhão com os leitores, a partir do emprego do “convencendo-nos”. De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 202), o uso do ‘vós’, ‘nós’, ‘eu’ pode representar uma figura de comunhão, pois, no discurso, o enunciador se assimila com seu público. Ainda nesse enunciado, o articulista contestou seus adversários com a estratégia ideológica de racionalização (THOMPSON, 2011, p. 82), ao construir uma cadeia de raciocínios que validavam a campanha juazeirense pela independência. Nessa argumentação, portanto, o jornal buscou convencer seu público que a emancipação do povoado era real e necessária, permanecer como distrito cratense estava afetando a todos (nós/eles).

Enquanto *O Rebate* preenchia suas folhas exaltando a força do povoado, a rotina da Assembleia estadual era ‘bombardeada’ por telegramas escritos pelos ativistas juazeirenses. Cientes da promessa de Antônio Luiz, a Comissão de Engrandecimento telegrafou para o oligarca, em 25 de julho de 1910, a fim de lembrá-lo do projeto de emancipação do distrito. A carta continha 34 assinaturas,¹²⁰ entre elas a do padre Cícero e do jornalista José Marrocos.

¹¹⁹ Idem. Grifos nossos.

¹²⁰ A maioria dos integrantes da Comissão de Engrandecimento eram comerciantes locais que posteriormente conquistaram cargos políticos na cidade. Descrevemos a seguinte o nome dos 34 participantes e suas respectivas ocupações. Para melhor visualização, segmentamos o grupo em *comerciantes*; *comerciantes/políticos*, (após a emancipação de Juazeiro esses cidadãos ocuparam cargos políticos que serão especificados nos parentes), *Outros* e *Não identificados*: **Comerciantes**: Diomedes de Siqueira Passos, Domingos Gomes da Silva, Ernesto Rabello, Francisco da Cruz Neves, João Batista de Oliveira, João de Siqueira Passos, João Duarte Pinheiro, João Vitorino da Silva, Joaquim Paulo da Silva, José Alves da Silva, José Lourenço da Silva (Zuza), Manoel Sabino, Pedro Fernandes Coutinho; **Comerciantes/Políticos**: Cincinato José da Silva (vereador 1912-1923), Fausto da Costa Guimarães (vereador 1912-1916), Fenelon Gonçalves Pitta (vereador 1912-1923), Firmino Teixeira Lima (vereador 1928-1932),

Ilmo. Sr. Cel. Antonio Luiz Alves Pequeno; Digno chefe do Município do Crato

Nos abaixo assignados representando o povo de Joaseiro, vimos, respeitosamente, neste momento, em que se acha funcionando a Assembleia Legislativa do Estado, solicitar de V.S, não somente como chefe político deste município [Crato], mas também como deputado, o valiosíssimo auxilio em prol da nossa emancipação política, isto é, da elevação desta povoação à categoria de villa.

[...] Ninguém mais do que V.S, que é filho desta zona e sabe como esta povoação se formou e tem evoluído, e hoje, como nosso chefe político, a par se acha do seu adiantamento, poderá conhecer a necessidade de sua elevação a tal cathegoria. Não é, pode VS sinceramente acreditar, que nós, tomando tal resolução, queiramos distanciar-nos politicamente ou mesmo enfraquecer a estimada consideração e respeito que tributamos a VS como político e como cidadão, nem que interferências de outrem tenham influído em nosso espirito para assim resolver-mos; mas tão somente porque, em face do desenvolvimento desta localidade, conhecemos a necessidade deste melhoramento.

[...] Reiteramos ainda que a nossa intenção, que é a do povo desta terra, estabelecer com V.S a união mais decidida, pessoal e politicamente falando, e esforçarmo-nos o quanto poderem as nossas forças para que o Joaseiro e o Crato sejam dois municípios unidos por laços mútuos de estima consideração e respeito, e possamos progredir mais e mais.¹²¹

O pedido daqueles 34 cidadãos, a maioria de ricos comerciantes e fazendeiros do povoado, contrariou os últimos meses de constante animosidade¹²² entre os representantes do Crato e de Juazeiro. O desejo pela emancipação pareceu revestido de uma proposta de paz. A Comissão deixou claro que aquela separação não necessariamente significaria “romper” as relações políticas com os vizinhos. Mas, sim, o início de um novo ciclo, uma união em prol do progresso de ambas as localidades. Naquele mesmo dia, padre Cícero enviou um telegrama pessoal ao oligarca cratense.

Amigo Cel. Antonio Luiz.
Cordeaes saudações.

Confiado na promessa a mim feita o anno passado, de que este anno [1910], de boa vontade trataria da elevação do nosso Joaseiro a Villa, ordenei aos amigos que lhe pedissem o seu consentimento e com elles assignei o respectivo pedido, querendo, desde modo, dar-lhe a prova mais irrefragável da segurança do compromisso e da verdadeira paz futura.

Como amigo me animo aponderar-lhe que a elevação do Joaseiro á Villa, não trará a marcha política do Crato nenhuma perturbação; ao contrario,

Francisco Nery da Costa (interventor 1935-1936); João Bezerra de Menezes (vereador 1912-1926), José André de Figueiredo (prefeito em 1912), José Eleuterio de Figueiredo (vereador 1912-1932), José Xavier de Oliveira (vereador 1917-1923), Manuel Vitorio da Silva (vereador 1912-1936), Raymundo Nonato de Oliveira (vereador 1912-1916); **Outros:** Cícero Romão Batista (sacerdote), José Joaquim Telles Marrocos (professor e jornalista) José Sebastião de Carvalho (Farmacêutico), Pelusio Correia de Macedo (mecânico e músico). **Não identificamos:** José Ferreira Pires, J. de Mattos e Silva, José Leandro de Menezes, João Rocha, Jacinto da Rocha Sobreira, Theodomiro Rodrigues.

¹²¹ A QUESTÃO do Joazeiro... Telegrama escrito pelos ativistas de Juazeiro e publicado em **O Rebate** de 04 de setembro de 1910, p. 1.

¹²² Animosidade citada refere-se as acusações de *O Rebate* acerca da participação de Antônio Luiz nas invasões a cidade de Lavras da Mangabeira.

sinceramente creio e garanto, mais se estreitarão os laços de cordealidade e de consideração.

E como cratense que eu o sou e de que muito me honro, sentirei sempre, em silencio, é verdade, os dissabores resultantes das interpretações inconvenientes, que choques imprevistos tem determinado; e por isso, no intuito de vê-lo impor-se á real sympathia deste povo [juazeirenses], pelo esforço empregado a favor do seu melhoramento, para deste modo, ambos nós, conseguir-mos a decidida harmonia entre todos, desejo, se realice esta aspiração.

[...] A minha idade auxiliada pela experiência que os soffrimentos me tem conferido, permite ainda esforçar-me junto a si, para realização de um acontecimento notável na sua administração política do Crato, e que há de recomendar-o, e tornal-o alvo das sympathias geraes. E unicamente o que eu desejo, pode crer. Deste modo todo commentário injusto feito a si, será suffocado pela defesa expontanea de povo agradecido. Assim, peço, como amigo, consinta, e se esforce para que seja este anno elevado a villa o Joazeiro.

Si resolver satisfazer-me, dando-me este prazer, responda-me por telegramma, para que eu lhe envie as informações sobre os limites de Missão-Velha e Barbalha, pois os que referem ao Crato e S. Pedro você melhor poderá dar.¹²³

Assim como o comunicado da Comissão de Engrandecimento, Cícero deixou claro que um Juazeiro autônomo apaziguaria os ânimos, entre as duas localidades, e sanaria qualquer mal-entendido de outrora. Ao expor seu sofrimento, com as perseguições religiosas que vinha sofrendo, o sacerdote demonstrou a importância de ter o povo ao seu lado. E assim seria, na perspectiva do padre, com Antônio Luiz, alvo de inúmeras polêmicas e inimizades na região, ao dar seu parecer favorável ao projeto, conquistaria para si o apoio e proteção de um povo agradecido.

No dia seguinte (26/07/1910), foi a vez do governador Nogueira Accioly receber um telegrama do sacerdote.

Exmo amigo Dr. Accioli
Respeitosas saudações.

[...] Quero mais uma vez dar-lhe um testemunho de que sou o mesmo amigo de sempre, d'elle [Antônio Luís]; e mais, que desejo, pelo modo mais honroso para todos, terminar todas as prevenções sem razão existentes, restabelecendo entre todos a harmonia necessária. Só eu sei o resultado proveitoso, si o nosso amigo Cel. Antonio Luiz, resolver-se á acceder ao nosso pedido.

[...] Não há, pode crer, nenhuma odiosidade deste povo contra elle; o que existe apenas, é um simples ressentimento por não ter sido ainda satisfeito no seu justo desejo.

Justamente acabar com isto tornando-o sinceramente querido, é que, procuro o meio. E como creio na bôa intenção d'elle, que incontestavelmente é um môço sensato e um bom amigo, creio, Vossa Excellencia não encontrará dificuldade em obter d'elle o consentimento para a bôa consecução.

¹²³ A QUESTÃO do Joazeiro... Telegrama escrito pelo padre Cícero e publicado em **O Rebate** de 04 de setembro de 1910, p. 1.

Quanto a permanência do batalhão de volante aqui no Cariry, para o nobre fim de acabar com o infeliz elemento de cangaceiros, estou de accordo com Vossa Excellencia, produzirá os melhores resultados. É indispensável a continuação d'elle aqui nesta zona por longo tempo, até acabar, por completo, com este elemento pernicioso, pois já se nota grande melhoramento.¹²⁴

De maneira simples, e semelhante ao comunicado destinado a Antônio Luiz, padre Cícero voltou a representar a emancipação de Juazeiro como uma ação que resultaria na paz entre as localidades. Ao dar parecer favorável à presença do batalhão policial na região, para combater os cangaceiros, o sacerdote, possivelmente, buscou agradar o político a fim de conquistar seu apoio formal na causa.

A sorte estava lançada. Restava aos juazeirenses aguardar e torcer para que a proposta fosse apresentada e aprovada na Assembleia do Estado. Enquanto isso, a Comissão de Engrandecimento planejou diversos comícios ao longo do mês de agosto, com o objetivo de exercer pressão sobre Antônio Luiz. José Marrocos, até então residente no Crato, mudou-se para o Juazeiro e passou a participar ativamente da empreitada. O jornalista confirmou sua presença no ato do dia 15 de agosto, quando iniciaria as atividades do movimento emancipacionista no povoado.

A data marcaria também a inauguração da Beneficência Pública, que funcionaria como anexo do colégio *São José – O pedagógico* sob a inspeção de Marrocos, sociedade literária que prometia instruir a população juazeirense por meio de atividades e lições de “agricultura, preceitos de educação, regras de hygiene. Noções de moral e princípios de direito – tudo lhe será explicado de modo a deixar-lhe no espirito e no coração a consciência do dever e o conhecimento da verdade”.¹²⁵ Instituição que buscava então soerguer a vida intelectual de Juazeiro.

No entanto, às vésperas do manifesto e daquela inauguração,¹²⁶ em 14 de agosto, José Marrocos faleceu repentinamente diagnosticado com pneumonia dupla. Os festejos e o ato político transformaram-se em funeral e homenagens ao colega ativista. Juntamente com a comoção da morte de Marrocos, outra notícia abalou o povo juazeirense. Por

¹²⁴ A QUESTÃO do Joazeiro... Telegrama escrito por Padre Cícero e publicado em **O Rebate** de 04 de setembro de 1910, p. 1.

¹²⁵ EM BENEFICIO de todos. **O Rebate**, Juazeiro, 14 de agosto de 1910, p. 1.

¹²⁶ O projeto foi posteriormente inaugurado em 28 de agosto de 1910, com o nome de Beneficência Pública – José Marrocos. Ver: BENEFICIENCIA Publica José Marrocos. **O Rebate**, Juazeiro, 28 de agosto de 1910, p. 1.

telegrama, havia chegado a resposta do coronel Antônio Luiz ao pedido de emancipação do povoado.

Fortaleza, 15 de agosto.

Recebi carta. Sinto não poder este anno [1910] satisfazer vosso pedido e dos amigos na elevação Joazeiro a villa porque não vim preparado para tal fim pois não estou apár dos limites que devo dar. Além disto circunstancias se deram que impossibilitaram-me dar meu consentimento. Para o anno, correndo as coisas sem alterações será possível satisfazer pedido. Peço obzequio scientificar amigos. Saudações, Antonio Luiz.¹²⁷

O luto alastrou-se pelo povoado. Além da morte do jornalista, Juazeiro continuaria sob a subordinação de Antônio Luiz por pelo menos mais um ano. Em 16 de agosto, um dia após os sepultamento de Marrocos, padre Cícero enviou um novo telegrama e carta ao oligarca, lamentando sua decisão e buscando convencê-lo do contrário.

Antônio Luiz,

Sciente. Entretanto, lamento ressentido que V. segunda vez não queira ajudar-me em uma obra tão meritória que traria definitivamente a paz geral, gloria de seu nome, seu triumpho sobre seus desaffectedos.

Admira V. preferir os ressentimentos de um povo não satisfeito, á real sympathia de um povo agradecido, para satisfazer um capricho. Estou certo, não compreendeu bem minha carta.

Padre Cícero.¹²⁸

Cel. Antônio Luiz,

Respeitosas saudações.

Foi para mim grande surpresa a sua resposta, recusando o consentimento para a criação do município de Juazeiro, depois da carta que lhe escrevi.

Sempre pensei que V. reflectindo bem sobre o que eu dizia-lhe, me ajudasse a suavizar todas as dificuldades, consentindo e se empenhando; entretanto, V. deixando o capricho lhe sufocar, respondeu-me de um modo desatencioso, negando-se pela segunda vez, á me satisfazer.

Não poderá desconhecer que as alegações que V. fez no telegramma de hontem, tem por fim, não somente, colocar-me em um plano a que nunca fiz jus e muito menos hoje que não sou uma criança, que sou um homem velho que me respeito, como também lançar-me positivamente uma ameaça, sem perceber que a minha dignidade, apesar de ser seu amigo, não permittia nem permite que com ella me conformasse...

Na carta que lhe escrevi, bem como no pedido que o povo lhe fez, o qual também em assignei, dei-lhe uma prova decidida da amizade e consideração; provei, com franqueza, o meu desejo de vel-o triumphar sobre seus desaffectedos, desmentindo todos os boatos de indisposição minha contra si, boatos que só a maledicência podia gerar.

A elevação do Joazeiro a município é uma necessidade que se impõe há muito tempo, e para a qual V. já deveria ter-se esforçado para conseguil-a. Esta localidade não pode mais continuar a ser reduzida a humilhante condição de povoação.

¹²⁷ A QUESTÃO do Joazeiro... Telegrama escrito por Antônio Luiz e publicado em **O Rebate** de 04 de setembro de 1910, p. 1.

¹²⁸ A QUESTÃO do Joazeiro... Telegrama escrito pelo Padre Cícero e publicado em **O Rebate** de 11 de setembro de 1910, p. 1.

‘V., como amigo meu, que diz ser, não devia me expor a choques e desgostos, concorrendo para interromper a nossa amizade que não devia ser estremecida, tal é a sua antiguidade e a sua origem.

Por isso, ainda lhe pondero sobre a necessidade da elevação do Joazeiro á município, este ano, não sendo possível continuar mais como povoação.

Quanto aos limites lhe enviarei com brevidade por telegramma, afim de que este obstáculo seja removido.

Ainda é tempo de v. me ajudar. Disponha sempre de seu amigo.

Padre Cicero Romão Batista.¹²⁹

Padre Cícero recebeu com surpresa a mais uma negativa de Antônio Luiz. Como alguém poderia negar um pedido de paz? Ou até mesmo, rejeitar um “ato de triunfo” perante seus adversários políticos? Possivelmente a perda econômica para o Crato pesou na decisão do oligarca, ou, até mesmo, o receio de criar mais uma cidade inimiga para seu governo. Como última tentativa de convencer seu “amigo”, padre Cícero buscou lembrá-lo do desenvolvimento do povoado, já maior que outras cidades da região, o que normalmente obrigava a cidade sede encetar a divisão territorial do seu município em favor do seu distrito, ação, até então, frequente no Ceará (DANTAS, 2011); bem como sua amizade com a família Pequeno, iniciada desde a sua infância quando o pai do oligarca cratense, o também Antônio Luiz Alves Pequeno,¹³⁰ tornou-se seu padrinho.

Mesmo com o parecer negativo do coronel cratense, padre Cícero entrou em contato com o governador Nogueira Accioly (também em 16 de agosto), por meio de carta e telegrama, a fim de reverter aquele cenário desfavorável aos juazeirenses.

Exmo. Snr. Dr. Accioly

Coronel Antonio Luiz pela segunda vez recusa consentimento elevação Villa Joazeiro. Já que não posso conseguir delle tão justo melhoramento para esta terra, peço a V. Excia. como mais influencia, empenhar-se, conseguir delle consentimento. É o único meio que eu vejo de evitar desgostos e choques ulteriores, que só trarão prejuízos e dificuldades boa marcha das cousas. Ajude-me Dr. Accioly conseguir verdadeira paz, meu único desejo.

Cordeaes saudações, padre Cícero.¹³¹

Respeitosas e cordiaes saudações.

Tendo recebido hontem o telegramma do Cel. Ant. Luiz recusando, pela segunda vez, o consentimento para à elevação do Joazeiro a villa, suprehendi-me com tal recusa e convenci-me de que um capricho mal entendido é a causa única. Este procedimento me desperta muitos receios, me preocupando bastante, depois da

¹²⁹ A QUESTÃO do Joazeiro... Carta escrita pelo Padre Cícero e publicado em **O Rebate** de 11 de setembro de 1910, p. 1. Grifos nossos.

¹³⁰ Natural de Icó, Antônio Luiz Alves Pequeno II (segundo de sua linhagem, no total de três homônimos) foi um rico fazendeiro e comerciante. Chegou à cidade do Crato na segunda metade do século XIX. Participou ativamente das démarches que culminaram na elevação do Crato à categoria de cidade em 1853, com arrojo e pioneirismo impôs à cidade um mínimo de civilidade. Faleceu em 1884 (FARIAS, 2008).

¹³¹ A QUESTÃO do Joazeiro... Telegrama escrito pelo Padre Cícero e publicado em **O Rebate** de 11 de setembro de 1910, p. 1.

carta que a elle escrevi e na qual dava-lhe a entender com a maior franqueza a minha intenção, que era e é única e exclusivamente ver a paz e harmonia entre todos, tornal-o alvo das sympathias do povo e encontrar um campo mais largo para melhor agir a favor d'elle mesmo.

Qualquer pessoa que aqui vem e vê as proporções e adiantamento desta localidade, que é maior do Cariry, e mais habitada e de commercio superior, se admira sabendo que é ainda povoação.

Como se explica essa opposição em consentir que seja elevada à Villa, quando não poderá negar que ella tem condições de ser cidade!

Disse-me elle, o Cel Antonio Luiz, conforme V. Exma. Verá lendo a copia do telegramma que junto envio, que *para o anno si não houverem alterações talvez seja possível dar o consentimento*. Esta foi a mesma resposta do ano passado com a qual contrariado me conformei, e esta será a mesma para o anno vindouro, se por ventura V.E agora não poder conseguir d'elle o consentimento, ou não resolver conforme o caso exige. Não sei quaes foram as alterações da parte d'este povo que vive reduzido à condição de implorar, sem ser satisfeito, aquillo á que tem direito, e que deveria já ter sido feito, como um acto de justiça, sem que fosse pedido. Como se explica quererem que eu neutralize os choques e desgostos, quando não me ajudam a evital-os.

Meu caro amigo Sr. Dr. Accioly. O que posso garantir à V.E é que diante d'estas e de outras irreflexões, se minha presença aqui não fosse útil e necessária à tantas pessoas que me cercam, já teria-me retirado d'aqui. Pois soffro bastante, moralmente, com a impressão que me causa tal attitude do cel. Antonio Luiz, preferindo propositalmente os ressentimentos deste povo ás suas sympathias.

[...] Enfim, escrevi-lhe ainda uma carta, como amigo que sou, tudo fazendo para que elle se sahisse bem, como eu desejava; entretanto, responde-me de um modo desatencioso, parecendo considerar-nos como crianças, resposta esta que envolve mais uma ameaça do que uma promessa, e como a qual confesso não posso conformar-me. O que anima-me ainda, em face de tudo isto, é a confiança que tenho de que V.E que possui alto tino politico e sensatez superior, bem compreendendo e reconhecendo o direito que nos assiste e a razão de ser do nosso pedido, providenciará de modo a demovel-o deste proposito, e a resolver como pedimos, fazendo criar o Municipio do Joazeiro este anno. Repito ainda, espero que V.E não consentirá que fique para o anno vindouro, como quer o cel. Ant. Luiz, a criação do Municipio de Joazeiro.

E na qualidade de amigo e de interessado pela manutenção da ordem que peço a V.E atender-me.¹³²

Padre Cícero tinha conhecimento do poder superior de Accioly, sabia que conquistando o parecer do governador do Estado a situação poderia virar a favor de Juazeiro. Além disso, o sacerdote mostrou-se preocupado com os possíveis conflitos entre as localidades. Fato que poderia levar Accioly, que prezava pela ordem regional, a contrariar a decisão de Antônio Luiz.

Esse imbróglio poderia causar também certos prejuízos para Accioly e seu Partido Republicano Conservador (PRC) nas eleições de 1912. Continuar a apoiar Antônio Luiz significaria deixar de resolver a refrega entre Crato e Juazeiro e, possivelmente, perder o apoio do eleitorado de Milagres, Missão Velha, Barbalha e Aurora, contrários a política

¹³² A QUESTÃO do Joazeiro... Carta escrita pelo Padre Cícero e publicado em **O Rebate** de 11 de setembro de 1910, p. 2.

de Antônio Luiz e a favor da causa juazeirense. De acordo com Della Cava (1976), se essas cidades se unissem, para vingar-se do oligarca cratense, Accioly seria facilmente derrotado no vale caririense.

Apesar da negativa de Antônio Luiz, a Comissão continuou com a mobilização em prol da emancipação local. As esperanças se renovaram, em 17 de agosto, após a resposta do governador do Estado ao telegrama do padre Cícero:

Padre Cícero,
Accordo seu desejo.
Será apresentado o projecto.
Cordeaes saudações. Nogueira Accioly.¹³³

Já vislumbrando estratégias políticas para as eleições de 1912, ou até mesmo a concordância do padre na questão do batalhão policial no Cariri, fez o governador refletir sobre a causa ao ponto de confrontar o oligarca cratense na decisão de elevar Juazeiro à categoria de vila independente. Dias depois, em 23 de agosto, a Câmara Municipal de Missão Velha comunicou oficialmente à Assembleia Legislativa do Estado que aceitaria ceder um pedaço do seu território para a formação do município de Juazeiro (WALKER, 2010).

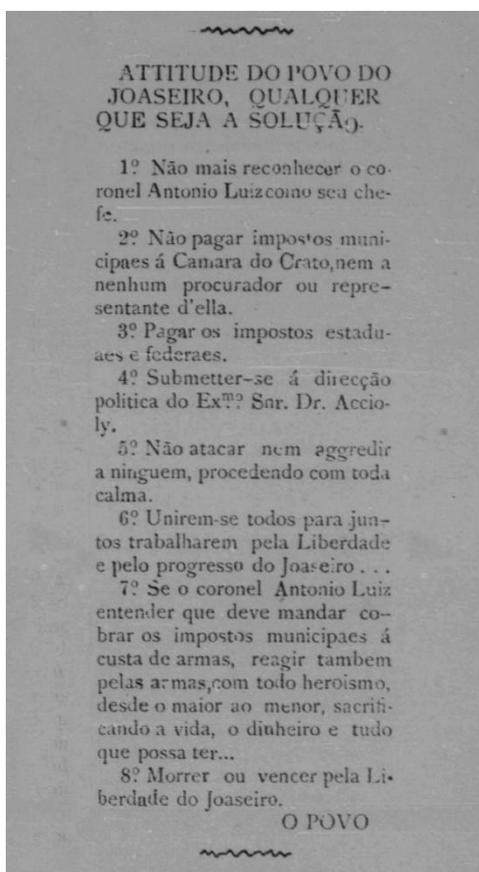
A medida, claro, irritou Antônio Luiz que viu a pressão em torno da causa aumentar. Ao tomar conhecimento da decisão de Accioly recusou-se a aceitá-la. Alegou que não estava preparado para fixar os limites do futuro município e a Assembleia, em deferência à sua pessoa, concordou em adiar a decisão sobre o assunto. De acordo com Camurça (2011), esse ato de procrastinação de Antônio Luiz contou, mais uma vez, com a concordância do seu parente, o governador Accioly.

Em 30 de agosto, após receberem a notícia da negativa da Assembleia Estadual, os juazeirenses foram às ruas atraídos pela divulgação de um pequeno boletim impresso pelo *O Rebate* (Figura 4). Juazeiro havia declarado sua independência política mesmo sem o aval dos poderes estadual e municipal. A partir daquela data, o povoado não reconheceria mais o coronel Antônio Luiz como seu chefe político, deixaria de pagar impostos municipais à Câmara cratense e lutariam até a morte pela liberdade do povoado.

¹³³ Telegrama publicado em **O Rebate** de 11 de setembro de 1910, p. 2.

A Comissão de Engrandecimento encontrou nas manifestações populares um espaço para ‘dizer’ o ‘sim’ rejeitado na Assembleia Legislativa. É nessa data que aconteceu a mais importante ação popular de Juazeiro na busca pela sua independência política. O jornal *O Rebate*, a partir de então, figurou como protagonista dos acontecimentos, ao incitar debates e mobilizações, divulgando opiniões e servindo como porta-voz da campanha emancipatória. O jornalismo revelou, portanto, seu papel na construção dos episódios, assumindo um caráter de oficialidade diante dos acontecimentos.

Figura 4 – Boletim: *Attitude do povo do Joaseiro, qualquer que seja a solução*¹³⁴



Fonte: acervo digital do pesquisador Renato Casimiro.

Ao assumir a ‘fala’ do “Povo”, *O Rebate* elaborou seus sentidos a partir do lugar de fala dado por sua inscrição na sociedade. De acordo com Woitowicz (2015), O

¹³⁴ ATTITUDE do povo do Joaseiro, qualquer que seja a solução. *O Rebate*, Juazeiro, 04 de setembro de 1910, p. 2.

jornalismo, na virada do século XX, construiu um espaço próprio para testemunhar os acontecimentos – seja pela opinião expressa pelos editores, seja mesmo impulsionando campanhas e definindo, por diversas vozes, as tendências e conflitos de determinados grupos sociais. O jornalismo se tornou, portanto, o porta-voz de tensões políticas e, de modo geral, palco de divulgação de ideias que “extravasam em outras vozes que, mesmo sem acesso direto ao jornal, não podem não ser referidas por este (Idem, p. 13)”.

E como aquelas notícias chegavam ao público? Fazer uma avaliação mais exata sobre a difusão da imprensa, naquele período em Juazeiro, apresenta-se difícil de ser realizada, uma vez que dados sobre a circulação do jornal são, de modo geral, raros. A imprecisão desses dados são encontrados também nas análises da história da imprensa nacional, como narra Cruz (2013, p. 85):

A avaliação mais exata sobre a difusão da pequena imprensa na virada do século, em termos da formação de um público leitor e significações sociais da leitura, é bastante difícil de ser realizada. Os dados quantitativos sobre a difusão e circulação dessa imprensa são raros e descontínuos. Via de regra, principalmente até a segunda década do século XX, as folhas e revistas culturais e de variedades não traziam quaisquer informações sobre circulação e difusão, como tiragens, assinaturas distribuídas, venda avulsa, etc. Muito raramente, a partir da virada do século, alguns periódicos passaram a informar suas tiragens.

Levando em consideração o analfabetismo¹³⁵ quase total da população brasileira na virada daquele século, a hipótese mais visada, nas análises da imprensa nacional, para a difusão das informações de conteúdo impresso, foi por meio da leitura oralizada.

Enquanto suporte de informação e cultura, o jornal pode suprir as necessidades intelectuais do leitor. Mesmo em sua fase inicial, no Brasil do século XIX, ele poderia ser lido em qualquer lugar, por uma ou por várias pessoas, poderia ser alvo de uma leitura coletiva, alcançando, assim, até mesmo receptores analfabetos – poderia ser, também, emprestado, vencendo limites, imposições e dificuldades financeiras (PINA, 2005, p. 7-8).

Mesmo com um público vasto de iletrados, a leitura era um desejo mesmo dos analfabetos. É possível inferir que a leitura fazia parte do cotidiano dos cidadãos de Crato e Juazeiro que, sentados às calçadas, nas praças ou em outros espaços públicos, compunham um público leitor. Por meio da leitura em voz alta essas pessoas tomavam

¹³⁵ De acordo com Woitowicz (2015) a população brasileira na virada do século XX era estimada em 14.333.915 habitantes, sendo 12.213.356 analfabetos. Ou seja, sabiam ler apenas 16 ou 17 em 100 brasileiros.

conhecimento dos textos de jornais, revistas, oráculos e de outros gêneros. Cortez (2000, p. 46) descreveu os espaços onde realiza-se esse tipo de leitura na cidade do Crato:

Lia-se em calçadas das ruas do Fogo, do Comércio, da Pedra Lavrada e das Laranjeiras. Lia-se ainda nos cafés de Mané Pança, de siá Puça, de Luiza Gogó; nas mercearias de Zé André e de Dr. Henrique e, sobretudo, na botica de Zuza [José Alves de Figueiredo] e na do Coronel Joaquim Secundo Chaves.

Infelizmente não encontramos dados sobre a ocorrência de leitura nos espaços públicos de Juazeiro, no período analisado. Porém, acreditamos que o conteúdo do periódico juazeirense chegava à população. No livro *O padre Cícero que eu conheci*, da memorialista Amália Xavier de Oliveira, a autora narrou a transmissão do sentimento emancipacionista nas escolas, afirmando a ciência dos habitantes locais sobre o momento político do povoado.

Um belo dia, “Minha Mestra” [Isabel da Luz], toda radiante, explicou às alunas que não se devia mais escrever “Juazeiro, povoação do Crato” e sim, “Vila de Juazeiro”. Os acontecimentos, não era necessário explicar; todos sabiam que o movimento que sacudia toda a população era no sentido de separar do Crato a “nossa terrinha”, já capaz de viver livre do tacho daquela cidade, que já naquele tempo vivia em greve com Juazeiro (OLIVEIRA, 2001, p. 290).

As escolas, aparentemente, foram um excelente espaço para divulgar o jornal. Ainda segundo Oliveira (2001, p. 276), havia uma espécie de parceria entre os estabelecimentos de ensino e o periódico, no qual alguns trabalhos de alunos eram “visados e ampliados pelo Mestre para publicar os melhores no ‘O Rebate’”, especialmente nas datas festivas como, por exemplo, no aniversário do padre Cícero. A própria redação de *O Rebate* pode ter servido para difundir seu conteúdo. Lá ministravam-se aulas noturnas de português e aritmética, “uma exigência dos empregados do commercio desta praça [Juazeiro]”.¹³⁶ Aulas estas ministradas pelo redator-chefe do jornal, padre Alencar Peixoto.

A partir de então, ao encontrar respaldo na manifestação popular, *o Rebate* tornou-se o porta-voz de um Juazeiro emancipado e construiu um espaço próprio para “dizer” a realidade, assumindo um caráter de oficialidade diante dos acontecimentos. Através da opinião dos seus articulistas, impulsionando a formalização daquela campanha ou

¹³⁶ AULA noturna Pe. Cícero. **O Rebate**, Juazeiro, 25 de julho de 1909, p. 2.

inflamando o povo a ir às ruas, o jornal figurou como mediador da vida pública do novo momento político de Juazeiro.

5.2 O Grito de Independência, haja o que houver...

Aquele 30 de agosto de 1910, uma terça-feira, ficou conhecido com o dia da libertação. “Foi por entre aclamações delirantes, em uma estrondosa passeiata, que o povo do Joaseiro, á tarde do 30 do mez pr. findo, deu o grito de independência municipal!”¹³⁷ De acordo com *O Rebate*,¹³⁸ 15 mil pessoas concentraram-se na praça da Liberdade (hoje padre Cícero); marcharam para capela de Nossa Senhora das Dores, onde oraram pela vitória e pela paz de Juazeiro; em seguida, fizeram a caminhada até a redação do jornal, onde ouviram os discursos de independência proferida por Floro Bartolomeu e Alencar Peixoto. O último, durante seu discurso, empunhou a flâmula de *O Rebate* e afirmou que “aquelle retalho de panno seria a sua mortalha se porventura na defesa do Joaseiro morresse elle atravessado pela bala do cangaceiro inimigo ou pelo punhal do assassino”.¹³⁹ A multidão finalizou o ato caminhando até as residências do padre Cícero, Cincinato Silva,¹⁴⁰ Major João Bezerra¹⁴¹ e de José André de Figueiredo,¹⁴² aclamado como o novo chefe político local.

A Comissão de ativistas foi a responsável por emitir o comunicado para os principais centros do estado. Foram enviados telegramas ao comércio do Crato e as associações comerciais de Fortaleza e Recife...

Joaseiro, 30 de agosto de 1910

Povo do Joaseiro cansado prepotência Cel Antonio Luiz, oppondo-se a elevação villa Joaseiro, proclamou sua independência, se não sujeitando mais sua direcção política, nem resolução município Crato. Pode tranquilizar-se que não atacaremos o Crato, unicamente aqui reagiremos toda e qualquer agressão. Communicue povo. É esse direito que nos assiste.¹⁴³

¹³⁷ INDEPENDENCIA do Joazeiro passeiatas e discursos. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de setembro de 1910, p. 3.

¹³⁸ Idem.

¹³⁹ Idem.

¹⁴⁰ Cincinato José da Silva: Político e um dos mais ricos comerciantes de Juazeiro. Fez parte do Conselho Municipal, foi vice-presidente da Câmara Municipal (1912-1916), e reeleito na legislatura seguinte, para o mandato de 1917-1923, quando também ocupou a presidência do Poder Legislativo (WALKER, 2010).

¹⁴¹ Ver nota n. 58.

¹⁴² José André de Figueiredo: Rico comerciante, um dos maiores do povoado à época. Ingressou na política, elegendo-se vereador. Foi presidente da Câmara Municipal. Chegou a ocupar o cargo de prefeito da cidade de Juazeiro, mesmo por pouco tempo, após o padre Cícero ser destituído do cargo pelo governador Franco Rabelo em dezembro de 1912 (WALKER, 2010).

¹⁴³ TELEGRAMMAS. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de setembro de 1910, p. 2.

... e as redações dos jornais *Republica*, *Unitário* e *Jornal do Ceará*, todos da capital cearense Fortaleza.

Joaseiro, 30 de agosto 1910

Afim de evitar falsas noticias nome povo Joaseiro como seus solidários, comunicamos que não podendo suportar opressão prepotência Cel. Antonio Luiz, Chefe Crato, recusando elevar esta localidade Villa, localidade maior, mais commercio, mais populosa que Crato, proclamamos nossa independência municipal. Reacção funda-se somente não reconhecer Cel. Antonio Luiz como seu chefe, nem pagar impostos municipaes.

Nos submettemos satisfeitos direcção politica Dr. Accioly. Não atacaremos Crato. Neste sentido telegrafamos commercio Crato tranquillizando.

Queremos nossa liberdade somente. Só reagiremos aqui caso Chefe Crato mande-nos espingardiar conforme consta para obedecermos contra vontade.¹⁴⁴

O ato de emitir um comunicado oficial, aos principais centros econômicos do Ceará e de Pernambuco, pode soar como uma prevenção de possíveis publicações inconvenientes do chefe cratense. Neste sentido, é indispensável resgatar algumas referências que permitem compreender o fazer jornalístico no início do século XX, para que se possa visualizar as principais características desta prática na construção dos acontecimentos durante o embate jornalístico pela emancipação de Juazeiro.

Apesar da imprensa estar vivenciando, naquele período, a sua fase de transição, saindo do caráter político para o informativo, a atividade jornalística no interior do país permaneceu virulenta (SODRÉ, 1999). No Ceará, o jornalismo continuou marcado pelo caráter doutrinário, servindo como munição em batalhas políticas, fato que contribuiu para os relatos impressos serem marcados, por exemplo, pelo olhar individual ou da empresa jornalística. Nesse sentido, justifica-se a circulação de diferentes versões de um mesmo acontecimento, marcado, em prol de divulgar os interesses e concepções particulares de mundo (BARBOSA, 2013).

Como já assinalado no início desse capítulo, o primeiro choque de ideias entre o *Correio do Cariry* e *O Rebate* ocorreu após o periódico cratense publicar, em dezembro de 1909, que Juazeiro planejava suspender o pagamento de impostos, como forma de represália contra as autoridades cratenses e do governo estadual. A acusação foi negada pelo *O Rebate* que classificou a publicação como uma “mentira monstruosa”, concebida

¹⁴⁴ TELEGRAMMAS. *O Rebate*, Juazeiro, 04 de setembro de 1910, p. 2.

com o intuito de indispor o governador Accioly contra o povoado e dar a Antônio Luiz o pretexto de “invadir-o [Juazeiro] de soldados, inundá-lo de sangue saqueá-lo, roubá-lo, e reduzi-lo à nada”.¹⁴⁵

Ao emitirem um comunicado oficial e, conseqüentemente, as resoluções políticas do grito de independência, a Comissão de ativistas buscou prevenir-se de qualquer interpretação mal-intencionada, especialmente de possíveis rumores de invasões ou ataques de juazeirenses ao Crato. Outra característica marcante do jornalismo praticado no interior, e também no Brasil Império, foi a reprodução de telegramas oficiais. Por muitas vezes reproduzidos na íntegra, eram considerados como fontes fidedignas e reforçavam determinado ponto de vista das empresas jornalísticas. *O Rebate*, ao publicar a troca de telegramas e cartas, entre as personalidades locais e os principais chefes políticos do estado, construiu um espaço para “dizer” a realidade e “fazer a opinião” diante dos acontecimentos.

Somente com o retorno ao Crato, em 31 de agosto, que Antônio Luiz tomou conhecimento do “grito de independência” de Juazeiro. De acordo com *O Rebate*, o coronel recebeu com surpresa aquela notícia: “*que independência? ... Eu mostrarei!*”.¹⁴⁶ Após obter êxito em recuar, por duas vezes, o compromisso em conceder a emancipação do distrito, certamente o oligarca cratense buscava de qualquer maneira ‘abafar’ aquela manifestação.

O retorno de Antônio Luiz deixou os ânimos locais exaltados (NETO, 2009). Floro e Peixoto passaram a discursar com mais cautela, pedindo “calma e prudência” aos mais entusiasmados, o movimento não podia ser conduzido precipitadamente ao impulso de paixões desenfreadas. Além disso, para enfraquecer o poderio do oligarca cratense, perante Accioly, era necessário que os ativistas se unissem com os rivais do intendente. Assim, as passeatas da liberdade, de 30 e 31 de agosto, contaram com a participação dos chefes políticos de Milagres (Domingos Furtado), Missão Velha (Antônio Santana) e Barbalha (Joca do Brejão), os mesmos da coligação que havia tentando depor Antônio Luiz do posto de chefe municipal da cidade do Crato em maio de 1909.¹⁴⁷

¹⁴⁵ ABAIXO a intriga. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de dezembro de 1909, p. 1.

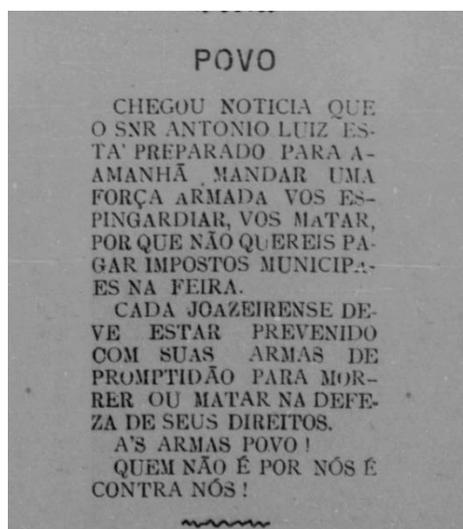
¹⁴⁶ A QUESTÃO do Joazeiro... **O Rebate**, Juazeiro, 18 de setembro de 1910, p. 1.

¹⁴⁷ Os chefes políticos de Milagres e Missão Velha, fizeram uma coligação com Barbalha objetivando a deposição, no Crato, do coronel Antônio Luiz. O mais importante mentor dessa coligação era o coronel Domingos Furtado, chefe político de Milagres. A causa real da briga de Furtado com Antônio Luiz começou em 1904. Naquele ano, Antônio Luiz, em aliança com fazendeiros cratenses, depôs, por meio de luta armada, o então prefeito da cidade o coronel José Belém de Figueiredo, natural de Milagres e que tinha o coronel Furtado como seu mentor político. Em busca de

Os três chefes municipais defendiam a reivindicação de Juazeiro. Barbalha e Missão Velha, cujos limites territoriais eram contíguos com o povoado, concordaram em ceder um pedaço de seus respectivos territórios ao aspirante a município. Uma clara tentativa de pressionar Antônio Luiz a admitir que parte das terras cratenses passassem à futura cidade. Porém, para Della Cava (1976, p. 193), a perda territorial das duas localidades seria pequena em comparação aos ganhos esperados. “As comunidades mercantis da prospera Barbalha e da decadente Missão Velha vislumbravam, com a concessão que fizeram, maior acesso ao crescente mercado de Joazeiro, até então manipulado pela pressão comercial do Crato, rival e superior”.

Apenas em 1º de setembro, padre Cicero recebeu a confirmação da negativa de Nogueira Accioly à emancipação de Juazeiro: “*não era possível ser este anno o Joazeiro elevado à municipio por terem se encerrado os trabalhos legislativos*”.¹⁴⁸ No Crato, a fim de controlar as declarações de independência, o coronel Antônio Luiz ordenou que o batalhão estacionado na cidade, o mesmo cujo objetivo era combater os cangaceiros na região, marchasse a passo acelerado para o Juazeiro. A probabilidade de um possível conflito armado deixou o povoado em alerta. E, um novo boletim (Figura 5) foi divulgado pelas ruas de Juazeiro:

Figura 5 – Boletim: *Povo*¹⁴⁹



Fonte: acervo digital do pesquisador Renato Casimiro.

vingança, Furtado chegou a reunir 800 homens com a finalidade de invadir o Crato, porém antes que o ato se concretizasse, Antônio Luiz reuniu um exército de mais de mil homens e levou Furtado a recuar (DELLA CAVA, 1976).

¹⁴⁸ A QUESTÃO do Joazeiro... **O Rebate**, Juazeiro, 18 de setembro de 1910, p. 1.

¹⁴⁹ O POVO. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de setembro de 1910, Boletim, p. 2.

Receoso, padre Cícero telegrafou para Nogueira Accioly a fim que lhe “comunicasse se resolvesse auxiliar o Snr. Antonio Luiz à cobrança dos referidos impostos municipaes”.¹⁵⁰ Caso a resposta fosse positiva, o sacerdote prometeu se retirar de Juazeiro, “a fim de não assistir a scenas de sangue, dizendo mais, que a sua retirada serviria de um protesto perante a nação e o clero contra tamanha barbaridade”.¹⁵¹

Diferentemente do padre, a população local “encontrava[-se] em estado de vigília política permanente, situação sustentada pelos boletins que não paravam de ser rodados, dia e noite, na tipografia de O Rebate” (NETO, 2009, p. 319). “É mais fácil derrotar um exército por mais formidável que elle seja, do que escravizar um povo que não quer ser escravo e que por isso é que se debate corajosamente pelo ideal santo de sua liberdade, e debater-se á heroicamente até a morte!”,¹⁵² emitiu mais um informativo.

O triunfo do oligarca na Assembleia do Estado parece ter esgotado todo o limite de tolerância dos juazeirenses. “E no doce e ledó engano de que o povo ainda obedeceria ao padre Cicero em não reagir contra [Antônio Luiz e] seu autoritarismo, voltou para o Crato, convencido que, ainda, continuaria a opprimir este povo”.¹⁵³ Nesse trecho, percebe-se que ninguém mais, nem mesmo o padre Cícero, e sua atitude de cautela, poderia intimidar ou evitar que o padre Peixoto, Floro Bartolomeu, comerciantes e populares em geral optassem pela independência.

Em poucos dias, o tom alarmista foi substituído pelo otimismo. Na semana seguinte, os temores de um possível conflito armado diminuiram e *O Rebate* comunicava: *Percam o Receio!*

O boato que circula de que o Sr Antonio Luiz e seus poucos amigos garantem que hão de acabar o Joazeiro, reduzindo-o a um outro “canudos”, arraial dos Sertões da Bahia, com auxilio da força federal, não tem fundamento ninguém se assuste, nem tenha receio.

O caso não permite intervenção de força federal, nem o governo da Republica tem o seu exercito a disposição dos caprichos do Sr. Antonio Luiz, que é um simples chefe do município e dos mais fracos, porque dos demais chefes vive isolado... e é o que conta hoje com maior opposição no seu município.¹⁵⁴

¹⁵⁰ Idem, grifos do autor.

¹⁵¹ Idem, grifos do autor.

¹⁵² AO PUBLICO. *O Rebate*, Juazeiro, 04 de setembro de 1910, Boletins, p. 2.

¹⁵³ A QUESTÃO do Joazeiro... *O Rebate*, Juazeiro, 18 de setembro de 1910, p. 1.

¹⁵⁴ PERCAM o receio. *O Rebate*, Juazeiro, 11 de setembro de 1910, Boletim, p. 2.

É importante destacar que, no período, havia uma sociedade em que as informações eram transmitidas pela força da palavra oral e o entendimento de que o escrito, sob a forma de jornal, servia para aplacar os rumores (BARBOSA, 2013). Nessa perspectiva, os jornais ganharam status de informação oficial, no qual os boatos e burburinhos seriam definitivamente esclarecidos pela palavra impressa.

Os dias de vigília penduraram no povoado até o 07 de setembro, dia da independência do Brasil. Na ocasião, comemorou-se também a independência de Juazeiro e marcou o hasteamento da bandeira da independência (Figura 6). “Pelo numero e pelo traje, meninas e moças vestidas de branco, conduziam a bandeira da Independencia do Joazeiro – bandeira azul atravessada por uma faixa branca com os dizeres – Viva a Independencia do Joazeiro”.¹⁵⁵

Figura 6 – Passeata do 7 de setembro¹⁵⁶



Fonte: Daniel Walker (2010).

Na semana seguinte, a situação já se mostrava favorável a Juazeiro. Padre Cícero esqueceu a ideia de se afastar do povoado e enviou uma mensagem ousada à Accioly. Além de reiterar o não pagamento de impostos municipais à Câmara do Crato, o sacerdote deu um ultimado ao governador estadual: ou o oligarca obrigava Antônio Luiz a retirar

¹⁵⁵ ESPLENDIDA festividade. **O Rebate**, Juazeiro, 11 de setembro de 1910, p. 2.

¹⁵⁶ Tela do artista plástico Francisco Mattos representando o comício no qual Juazeiro dava seu grito de independência. A obra foi desenvolvida a partir do depoimento de Odílio Figueiredo, pai do artista, que participou do manifesto realizado em 07 de setembro de 1910 (DANTAS, 2011).

imediatamente o batalhão de polícia estacionado na entrada do povoado, ou então, assumisse “a inteira responsabilidade das consequências funestas do capricho mal-entendido e da desorientação política do Sr. Antônio Luiz” (DELLA CAVA, 1976, p. 192).

O sacerdote, que anteriormente mostrou-se acuado e cauteloso, esforçou-se para passar uma imagem de estudada altivez. Talvez temesse continuar demonstrando uma atitude mais branda e, por consequência, seu comportamento fosse confundido pelo adversário com uma espécie de capitulação antecipada. A postura mais firme do padre incentivou o *Rebate* a redobrar a campanha emancipacionista. Embora a emancipação ainda não houvesse sido oficializada, o jornal passou a considerar que Juazeiro, para todos os efeitos, não pertencia mais ao Crato (NETO, 2009).

As manifestações cessaram, os juazeirenses seguiriam, a partir de setembro, como uma ‘vila independente’ e responderiam a administração política do coronel José André de Figueiredo. Os redatores de *O Rebate* continuariam com a campanha política, apresentariam os avanços econômicos e sociais do povoado e não poupariam críticas ao oligarca cratense. Apesar do silêncio do *Correio do Cariry* e de Antônio Luiz, o sentimento era de cautela. O que vem por aí?

5.3 Juazeiro pós-independência e uma circular provocatória

Após mais de um mês desde o grito de independência do povoado de Juazeiro, Antônio Luiz e seu jornal, *Correio do Cariry*, permaneciam em absoluto silêncio¹⁵⁷ perante aquele ato político. O não posicionamento do chefe cratense pareceu revelar uma crise de opinião sobre o acontecido, classificado pelo articulista de *O Rebate* como fruto da vergonha.

[...] Quando o individuo, sitiado pelas censuras, não pode defender-se, nem encontra quem o defenda quando coagido pelos commentarios deprimentes sobre os seus actos, procura os que se dizem seus amigos, e estes envergonhados da sua ridícula attitude, e não querendo nivelar-se no mesmo plano de decadência, d’elle fogem, nada revelando publicamente, lamentando, porem, na intimidade, a consequência fatal de seus desvios, pode-se dizer, attingiu ao ultimo termo de redução moral.¹⁵⁸

¹⁵⁷ As principais publicações do *Correio do Cariry* no mês de setembro foram as auto-homenagens aos seis anos do jornal. Com publicações de congratulações de personalidades cratenses aos anos de circulação daquele periódico.

¹⁵⁸ ENTRE a parede e a espada. **O Rebate**, Juazeiro, 16 de outubro de 1910, p. 1.

No artigo *Entre a parede e a espada*, publicado em 16 de outubro, o redator juazeirense elencou as possíveis hipóteses que teriam levado Antônio Luiz a negar o direito de independência do povoado. Entre essas hipóteses estavam: vingar-se contra o povo de Juazeiro e os chefes caririenses que manifestaram-se a favor da causa; humilhar o padre Cícero e assim confirmar que o mesmo não tinha mais nenhuma influência na região; e, por fim, sustentar a integridade no funcionamento do comércio do Crato. Para todas essas hipóteses o jornalista julgou não haver fundamento. Pelo contrário, a “perseguição” contra os juazeirenses estava ocasionando a derrocada econômica do município cratense...

...pois nunca o commercio d’essa localidade reduziu-se tanto como se acha agora. As feiras estão quase desaparecidas, segundo informação geral; os gêneros, encostados, sem preço satisfatório, por falta de compradores; as casas commerciaes, que eram até então de grande movimento, estão em estado lastimável, quase sem nenhuma concorrência.¹⁵⁹

Os argumentos de *O Rebate* foram construídos com a finalidade de desqualificar a política de Antônio Luiz, classificada como “detestável, mesquinha, egoísta, toupeira”.¹⁶⁰ O redator buscou contestar os possíveis fatores que teriam levado o oligarca cratense a negar a emancipação do povoado com a estratégia ideológica de racionalização (THOMPSON, 2011, p. 82), ao construir uma cadeia de raciocínios que invalidava a ação do adversário (Antônio Luiz). Além disso, ao apresentar a crise econômica do Crato, como fruto da negativa pela emancipação de Juazeiro, o articulista pretendeu convencer os leitores, especialmente os cratenses, que a independência do povoado era o melhor caminho para combater aquela instabilidade econômica, fomentada com o boicote de Juazeiro.

Ainda para o articulista juazeirense, todo o imbróglio político entre Crato e Juazeiro causou a derrocada moral de Antônio Luiz. “Um homem desmoralizado, aniquilado é um homem moralmente morto para a sociedade, para a política”,¹⁶¹ cujo o único recurso de salvação seria, na percepção de *O Rebate*, “renunciar a chefia do Crato”.¹⁶² A representação da “morte” de Antônio Luiz traduziu a intensidade de aludir o

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ JOASEIRO. *O Rebate*, Juazeiro, 29 de maio de 1910, p. 1.

¹⁶¹ FATUIDADE? Estupidez ou loucura? *O Rebate*, Juazeiro, 30 de outubro de 1910, p. 1.

¹⁶² ENTRE a parede e a espada. *O Rebate*, Juazeiro, 16 de outubro de 1910, p. 1

fim do chefe cratense e desqualificar sua administração política, incapaz de guiar e manter a ordem na região, marcada por fortes contendidas.

Enquanto Antônio Luiz era representado como “morto politicamente”, o governador do Estado, Nogueira Accioly, mesmo agindo passivamente nos trâmites do projeto político de Juazeiro, recebeu homenagens por parte da Comissão de Engrandecimento do povoado. O artigo *Joaseiro em festas*, publicado em 16 de outubro,¹⁶³ descreveu as homenagens dos populares ao governador pelo seu aniversário natalício, ocorrido no dia 11 do citado mês. Um dia marcado por salvas, passeatas e discursos dos coronéis locais em prol do governador estadual. A Comissão separou também um item exclusivo para Accioly no manifesto de independência: “submitter-se à direcção politica do Exmo. Snr. Dr. Accioly”.

Após dois meses do “dia da libertação”, *O Rebate* traçou os *melhoramentos* presenciados no povoado após o rompimento político com Antônio Luiz. O texto, apresentado abaixo, buscou legitimar o manifesto pró-independência, ao apresentar o crescimento econômico do povoado.

Foi sem aparato de armas, que as tem de sobra para repelir todo e qualquer agressão do Snr. Antonio Luiz, em todo e qualquer tempo que elle pretender agredil-o; foi sem aparato de armas, repetimol-o, que o povo do Joaseiro, á nítida compreensão de seu valor e de seu civismo, proclamou bem alto, com todo o desassombro, a sua emancipação politica do município do Crato.
 [...] É grande, e muito, a paz, a ordem, a harmonia de vistas, de sentimentos e de ideas que existe entre todos. Naturaes e romeiros cada vez mais se amalgamam e prontos estão á derriça pela manutenção de sua liberdade, dê, porém, no que der.
 [...] O Joaseiro, agora, com a sua autonomia, mais e mais progride! Augmenta, de dia para dia, consideravelmente, admiravelmente, a sua população.
 A sua febre de construcção, ah! não cedeu ás ameaças de capitão pé-ôco [Antônio Luiz], nos primeiros dias que decorreram de sua independência, e hoje, mais que nunca, parece um delírio.
 As suas feiras actualmente excedem as do Crato; são e promettem continuar a ser as maiores do Cariry.
 Todos esses melhoramentos que todos nós notamos, são, não há negar são devidos já á liberdade, á sua liberdade que proclamara á despeito d’um tyramente de opa bufa e como aplauso geral de todos – a liberdade de sua terra.¹⁶⁴

¹⁶³ Destacamos uma curiosidade do jornal *O Rebate*. O dia 16 de outubro de 1910 marcou a publicação de duas edições, 64ª e 65ª. Não há nas edições anteriores uma justificativa para essa publicação dupla. Uma das hipóteses seja um erro de grafia devido ao relato a seguir: “Tendo esta nossa folha, em suas ultimas edições de começo de setembro à esta parte, sahindo com bastante incorreções devido isto à ausência d’um de nossos collegas, encarregados exclusivamente da revisão” (O REBATE, 16 out. 1910, ed. 65, várias, p. 2). Ressaltamos ainda que, a edição de número 64 publicou o artigo *Entre a parede e a espada*; enquanto a 65 publicou *Joaseiro em festas*, ambas em primeira página.

¹⁶⁴ MELHORAMENTO. *O Rebate*, Juazeiro, 06 de novembro de 1910, p. 1.

O enunciado se destaca pela forte exaltação nas palavras e pela excessiva representação positiva de Juazeiro após o grito de independência, em 30 de agosto. O uso de palavras como *paz*, *ordem*, *harmonia* e *progride* (progresso) objetivou apresentar a importância daquele acontecimento para a comunidade juazeirense. A pequena vila de Juazeiro, sem a tutela de Antônio Luiz, pode finalmente usufruir de sua liberdade e assim progredir. A narrativa encontra-se no espírito positivista de Augusto Comte, o mesmo utilizado na fase de transição do regime monárquico para o republicano do Brasil. Ideal que tinha como mote a *Ordem* e o *Progresso* em benefício do bem comum, do desenvolvimento coletivo e científico dos juazeirenses.

Outro aspecto relevante foi a utilização do elemento que denota sentido de comunhão com os leitores, no emprego do “todos nós notamos”. O uso do ‘nós’ é caracterizado pela figura de comunhão (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 202), relativo às condições que aproximam os sujeitos, leitores e redação, a um determinado acontecimento, por afetarem a todos (nós/eles), nesse caso, os melhoramentos no povoado. Nessa perspectiva argumentativa, o articulista de *O Rebate* construiu uma cadeia de raciocínio que validou o ato dos juazeirenses, em 30 de agosto de 1910, com a estratégia ideológica de racionalização (THOMPSON, 2011, p. 82).

Na sequência, o jornalista utilizou do dispositivo de interação com os leitores, por meio do uso dialético de pergunta e resposta (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 123). Ao indagar-se sobre os próximos melhoramentos do povoado, o enunciador dirigiu-se especificamente para os leitores de Juazeiro, envolvendo-os naquele contexto de trabalho, para que juntos, o povo e os chefes juazeirenses, elevassem ainda mais o nível de progresso da futura cidade.

E que melhoramentos d’ora em diante se não hão de desdobrar?
 O venerado padre Cicero, dentro em pouco, vae começar os trabalhos do calçamento das principaes ruas desta futura cidade.
 O distinctos capitalistas, coronel José Lourenço da Silva zuza e Major João Bezerra de Menezes já projectaram construir um novo mercado para o talhe da carne, ao lado nascente da praça da Independencia e não tardarão a metter mãos á obra. A illuminação publica, que ainda não nos satisfaz, vae-se tornar á contento de todos. [...] Mãos, pois, á obra!¹⁶⁵

Dessa forma, com o movimento emancipacionista, Juazeiro incorporou de modo mais implícito, imagens ligadas ao progresso da civilização. Enquanto os juazeirenses

¹⁶⁵ Idem.

comemoravam seu nítido progresso, o dia 06 de novembro marcou também o fim do silêncio¹⁶⁶ do *Correio do Cariry*. Foram dois meses sem nenhum manifesto contrário ao grito dos juazeirenses do dia 30 de agosto, as ameaças não concretizaram-se, os impostos não foram cobrados e o batalhão da polícia não invadiu o povoado. No momento em que Juazeiro alcançou sua autonomia, mesmo de forma não oficiosa, os jornalistas cratenses retomaram o processo da questão dos milagres para recrudescer as acusações contra o padre Cícero e o povoado.

O semanário cratense publicou uma circular escrita, em agosto daquele ano, pelo bispo de Olinda, Dom Luiz Brito, direcionada aos vigários pernambucanos sob sua jurisdição. A carta reprovava a atitude dos fiéis pernambucanos que iam em peregrinação a Juazeiro e ao padre Cícero por incitá-los a permanecer em romaria ao povoado.

Revdm. Sr. Vigário. – Chegando ao nosso conhecimento a confirmação de que infelizmente se tem alastrado pelo interior desta diocese a superstição, já pela Santa Sé condenada, dos embustes do Juaseiro, no Ceará, a qual tem obcecado os espíritos de nossos filhos, que justamente com os habitantes de outros Estados, em constantes romarias, não só abandonam suas casas e trabalhos, mas chegaram a tal ponto de cegueira que recusam crer e receber senão o que enganadamente julgam lhes impor o padre Cícero, que devia ser o primeiro a lhes ensinar como se acham em erro, dando assim prova da sua obediência á S. Congregação que condemnou seu desvio; somos obrigado a chamar a atenção de v. rvdma [sacerdotes da diocese]. Encarregando-o em consciência de esclarecer esses pobres iludidos, não consentindo em praticas tão prejudiciaes. Outro sim, recomendamos que não aceite para baptismo o nome de Cícero, que é signal de arraigado fanatismo.¹⁶⁷

Apesar da publicação, o *Correio do Cariry* isentou-se da responsabilidade daquelas informações ao colocá-las ‘na boca’ da fonte. No entanto, observa-se uma evidente apropriação do discurso pela redação, usado para corroborar com a sua visão perante o povoado juazeirense, tendo em vista que a citada circular é datada de agosto de 1910. Todavia, a publicação repercutiu na região. Dias depois, outros periódicos¹⁶⁸ de localidades adjuntas divulgaram o texto do diocesano. O jornal *Cetama*,¹⁶⁹ de Barbalha, foi um deles, atitude que rendeu elogios do jornalista cratense “O nosso distinto collega

¹⁶⁶ Durante o mês de outubro, as principais publicações do *Correio do Cariry* foram as homenagens ao aniversário do governador Accioly e os preparativos para eleições municipais.

¹⁶⁷ OS MILAGRES do Joaseiro. **Correio do Cariry**, Crato, 06 de novembro de 1910, p. 1.

¹⁶⁸ Além do *Correio do Cariry*, publicaram a circular os jornais: *Cetama*, de Barbalha; *Jornal Pequeno*, de Recife.

¹⁶⁹ Jornal barbalhense fundado em 13 de maio de 1908 por Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, também seu diretor responsável. Publicava-se duas vezes por mês (STUDART, 1924).

O Cetama, de Barbalha, fez como nós, transcreveu em suas páginas a pastoral do bispo de Olinda sobre o fanatismo do Juazeiro”.¹⁷⁰

Os jornalistas cratenses ressurgiram no campo do debate com a estratégia de rememorar a imagem de comunidade fanática, construída após os fenômenos religiosos de 1889, buscando, dessa maneira, desestabilizar a ideia de progresso dos vizinhos. Segundo eles, uma cidade atrasada intelectualmente e fanática não teria condições de progredir. Esse discurso, de acordo com Woitowicz (2015), condenando as formas de cultura e religiosidade populares, foi típico do jornalismo praticado após a instauração do regime republicano. Os jornais tornaram-se o porta-voz do discurso científico no processo de (re)construção da nação (logo após a abolição da escravatura e queda do Império), na tentativa de igualar a jovem nação aos países considerados civilizados.

Em Juazeiro, aquela publicação não foi bem recebida pelos editorialistas de *O Rebate*. Criou-se uma expectativa pela reposta da redação a citada circular:

Chamamos a atenção de nossos leitores para os edictoriaes de nossa folha de domingo próximo [20 de novembro]¹⁷¹, em resposta a circular do exmo. sr. Bispo de Olinda, datada de 26 de agosto d’este anno [1910], e à covardia do sr. Antonio Luiz, mandando a transcrever em seu morphetico corsário – o Correio do Cariry.¹⁷²

Sob o título *INCOHERENCIAS da circular do Exmo. snr. Bispo de Olinda contra Joazeiro e o Rev. Padre Cicero*, o periódico juazeirense lançou suas considerações acerca do manifesto do diocesano. O editorial¹⁷³ considerou a circular “nada mais nem menos do que a repetição das banalidades já muitas vezes proferidas por alguns padres despeitados”,¹⁷⁴ cuja única preocupação é “ridicularizarem a Religião Catholica Apostolica Romana, com apreciações calumniosas contra o Joazeiro e o virtuoso padre Cicero”.¹⁷⁵ Além de contrapor o religioso, a publicação juazeirense pode soar, também, como uma resposta às autoridades cratenses que constantemente criticavam os atos religiosos presenciados em Juazeiro desde a ocorrência do Milagre da hóstia:

¹⁷⁰ MILAGRES do Joaseiro. **Correio do Cariry**, Crato, 20 de novembro de 1910, p. 1.

¹⁷¹ Por motivos não explicados, o editorial prometido deixou de sair naquela edição, sendo publicado apenas no dia 27 do citado mês.

¹⁷² ATENÇÃO! **O Rebate**, Juazeiro, 13 de novembro de 1910, p. 1.

¹⁷³ De acordo com Marques de Melo (2003, p.103), editorial ou artigo de fundo é “o gênero jornalístico que expressa a opinião oficial da empresa diante dos fatos de maior repercussão no momento”.

¹⁷⁴ INCOHERENCIAS da circular do Exmo. snr. Bispo de Olinda... **O Rebate**, Juazeiro, 27 de novembro de 1910, p.1.

¹⁷⁵ Idem.

É preciso que o publico saiba e se convença de que nenhum padre, nenhum bispo, bem alguma autoridade eclesiastica pode impor aos fieis não fazerem romarias para venerarem a imagem da virgem Mãe das Dores do Joazeiro; pois ella, a d'aqui, como a de outra qualquer capella é sempre a imagem da santíssima virgem e pode e deve ser venerada.¹⁷⁶

Na sequência, o jornalista utilizou a técnica dialética de perguntas e respostas (PERELMAN; TYTECA, 2005) para desenvolver sua narrativa, pautando-se das afirmativas de Dom Luiz, de modo a demonstrar aos leitores, e aos próprios fiéis, a contradição do pensamento do religioso. Os questionamentos além de atuarem como um dispositivo de interação com o público, serviram como um dispositivo de indução à reflexão sobre os atos religiosos praticados em Juazeiro.

A que embustes, porventura, queria S. Exci. Referir-se?
Aos milagres da Eucharistia que aqui se dera [?]
Não, porque, desde que a perseguição movida escandalosamente não permitiu pólos á limpo como cumpria, nunca mais aqui se fallou sobre elles.
[...] Serão as romarias do povo à capella de Joaseiro [?]
Também não, porque não podemos acreditar que s. excia entenda de classificar embustes essas romarias feitas á capella onde se acha exposta á veneração dos fieis a imagem da santíssima virgem. Se é embuste fazer promessas à Virgem Mãe de Deus e cumpri-las [...] junto ao altar de sua Santa imagem, não sabemos então o que seja dever religioso.¹⁷⁷

Percebe-se também o uso do modo de operação ideológica de unificação (THOMPSON, 2011, p. 86), cuja construção simbólica estabeleceu uma forma unitária que interliga os indivíduos, numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los. Ou seja, as romarias, destinadas à Nossa Senhora das Dores em Juazeiro, estavam corretas e de acordo com as tradições católicas e não poderiam sofrer censuras por parte de nenhuma autoridade política ou religiosa.

Por fim, o redator demonstrou que os sertanejos iam a Juazeiro não apenas pelo ato de fé, mas também buscando escapar da seca e da fome que se alastrava pelos sertões do Nordeste:

Os sertanejos que abandonam os seus lares e saem para aqui são: ou os que estando em condições regulares preferem vir negociar nesta localidade onde o commercio offerece maior vantagem, na expectativa de melhor lucro, ou os que batidos pela necessidade e pela fome, sem nenhum recurso encontrarem na localidade onde moram, para não morrerem inanidos, estatelados, vem procurar

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Idem.

o arrimo certo que o caridoso Padre Cicero lhes dá. [...]. Se S. Exci. Ordenasse aos respectivos vigários que os auxiliassem com recursos para não morrerem de fome, como faz espontaneamente o virtuoso Padre Cicero, estamos certos de que eles não abandonariam as suas casas para virem residir aqui.¹⁷⁸

Na busca por defender o padre Cícero das críticas do diocesano, o enunciador propôs a construção de um discurso pautado pelo emprego de estratégias de qualidade, no qual o sacerdote foi retratado positivamente por meio da construção do *ethos* de credibilidade e humanidade (CHARAUDEAU, 2006). O primeiro por ter em sua personalidade características de seriedade, virtude e competência; e, o último por demonstrar sentimentos de compaixão para com aqueles que sofriam. Para *O Rebate*, tamanhas “incoerências” só prejudicavam a religião e a fé católica, principalmente quando eram propaladas por bispos e sacerdotes. “Os padre que clamam contra a vinda de romeiros aqui [Juazeiro] é que estão em erro e em completo desvio e que são dignos de censura por tentarem corromper o sentimento de fé dos fiéis”.¹⁷⁹

Em outra publicação daquela edição (27/11/1910), intitulada *Sempre o mesmo covarde e safado*, o articulista juazeirense voltou a comentar sobre o caso, porém, direcionando sua crítica ao coronel Antônio Luiz. Acreditou-se que a publicação da circular teve como objetivo desmoralizar o povoado de Juazeiro e o padre Cícero, com a finalidade de criar uma antipatia geral ao ato político daquela população. Porém, as críticas ao oligarca cratense, já recorrentes no jornal, não chamariam tanta atenção. A descrição de um episódio, ocorrido após a morte de José Marrocos, mudaria os rumos da discussão entre *O Rebate* e o *Correio do Cariry*.

5.4 Entrega o furto, ladrão! A herança de José Marrocos em pauta

Aos nossos leitores, ah! não sabemos como começar a narra-lhes o facto de que, só agora, pela bigorilhice do sr. Antonio Luiz, somos obrigados a fallar, tão vil e tão revoltante elle é; tanta infâmia e tanta baixesa elle revela. Trata-se, nem mais nem menos dum crime perpetrado pelo rombo do sr. Antonio Luiz, atravez de seus capachos e allogados, e de cuja gravidade os nossos leitores vão avaliar pelo seu simples enunciado.¹⁸⁰

¹⁷⁸ INCOHERENCIAS da circular do Exmo. snr. Bispo de Olinda... **O Rebate**, Juazeiro, 27 de novembro de 1910, p.1.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ SEMPRE o mesmo covarde e safado! **O Rebate**, Juazeiro, 27 de novembro de 1910, p. 2.

O fato ou crime, como representado pelo *O Rebate*, refere-se ao furto de parte da herança de José Marrocos, destinada ao padre Cícero. O ato aconteceu após o falecimento do jornalista em agosto de 1910. Possivelmente o episódio só se tornou público devido à publicação da circular do bispo Dom Luiz Brito pelo *Correio do Cariry*, o que tornaria a publicação uma espécie de ação vingativa contra o intendente cratense. Antes de adentrar ao artigo propriamente dito, contextualizemos o fato.

Voltemos para agosto de 1910. Como já explanado, os ativistas juazeirenses planejaram uma série de manifestações no povoado a fim de exercer pressão sobre Antônio Luiz em relação ao projeto de emancipação de Juazeiro. O primeiro ato político, anunciado para o dia 15, marcaria o início da campanha emancipatória e a inauguração da sociedade literária Beneficência Pública, desenvolvida por Marrocos. Porém, a morte repentina do jornalista, às vésperas daquele encontro, deixou a campanha, momentaneamente, em segundo plano.

Antes de morrer, José Marrocos entregou as chaves do sobrado onde residia, no Crato, ao padre Cícero. O jornalista, durante sua trajetória pelas redações jornalísticas do Ceará, foi um árduo defensor da Questão religiosa de Juazeiro e tinha em seu acervo livros, documentos e objetos relevantes sobre o caso. Era necessário, portanto, buscar esses materiais com certa urgência, antes que caísse na mão do adversário, nesse caso, de Antônio Luiz. Nas mãos do “inimigo” de Juazeiro, aquele material, provavelmente, seria utilizado para rememorar a ideia de uma localidade fanática e de embusteiros, representação criada principalmente pelo alto clero cearense e cratense no final na última década do século XIX.

De posse das chaves, Cícero enviou Manuel Vitorino, Cincinato Silva, comerciantes, e Felismino de Alencar Peixoto, gerente de *O Rebate*, ao Crato para buscarem os objetos deixados pelo jornalista. Ao chegarem na casa do falecido, o trio de enviados cuidaram de encaixotar tudo que encontraram no lugar. Contudo, aquela movimentação chamou atenção dos vizinhos que, ao saberem que se tratavam de emissários de Juazeiro, informaram rapidamente ao juiz da comarca e redator do *Correio do Cariry*, Raul de Sousa de Carvalho, que determinou uma batida imediata ao lugar. Acompanhado do delegado da cidade, o major Ranulfo Lyra, o juiz cratense comunicou que a casa estava interditada pela justiça até que fosse providenciado o devido inventário, seguindo os trâmites jurídicos necessários. Até lá, ficaria impedido o acesso e a entrega dos bens de Marrocos a pessoas estranhas e inabilitadas ao espólio.

Ao saber do entrevero, padre Cícero foi pessoalmente ao Crato convencer Raul de Carvalho a liberar o acesso ao espólio de Marrocos. Segundo o sacerdote, o jornalista, momentos antes de falecer, havia deixado para ele todos seus pertences, por meio de um testamento nuncupativo. Não se trata de um testamento escrito, mas de um testamento oral/falado, normalmente feito momentos antes do falecimento do indivíduo. Porém, o depoimento do religioso foi rejeitado pelo juiz. Para ter acesso aos bens de Marrocos, seria necessário seguir as formalidades previstas pela lei e impostas pelo magistrado.

Dias depois, após entrar em contato com Deusdedit Marrocos, irmão do jornalista, Cícero enviou um telegrama assinado pelo mesmo, no qual autorizava o repasse de todos os pertences do irmão ao sacerdote. Porém, o telegrama não convenceu Raul de Carvalho: “mero pedaço de papel não valia coisa alguma. Não era uma procuração formal, com firma reconhecida pelo tabelião, como previa a lei. Podia muito bem ser um documento falso”.¹⁸¹

Levou mais alguns dias até o padre Cícero providenciar a documentação exigida. Nesse tempo, o próprio juiz cratense realizou o inventário dos objetos de Marrocos. Durante o arrolamento, Raul de Carvalho encontrou alguns documentos e objetos intrigantes e resolveu repassá-los para Antônio Luiz.¹⁸² Nas mãos do inimigo, o que esses documentos poderiam representar para o futuro do povoado?

Não há uma exatidão nas datas do percurso do padre Cícero até o seu acesso ao espólio de Marrocos. Porém, acreditamos que o sacerdote conseguiu a liberação em meados de setembro de 1910. Inferimos também que, a publicação desse fato do passado, ocorreu devido a publicação da circular, emitida por Dom Luiz, com críticas às manifestações religiosas presenciadas em Juazeiro, pelo *Correio do Cariry*. O conteúdo daquele manifesto somado com os documentos furtados, em sua maioria, escritos sobre a Questão religiosa de Juazeiro, criou o possível temor do resgate da imagem de localidade fanática, outrora imposta pela alta hierarquia da Igreja Católica. O fato poderia ocasionar prejuízos ao padre Cícero, que buscava reaver seus direitos sacerdotais perdidos em 1892, ou até mesmo para Juazeiro, que buscava sua oficialização como vila emancipada.

Retornando para o mês de novembro, o artigo *Sempre o mesmo covarde e safado* descreveu a ação do batalhão cratense na interdição da casa de José Marrocos.

¹⁸¹ UM CAPÍTULO inédito sobre o padre Cícero. *O Povo*, Fortaleza, 22 de julho de 1961, p. 20.

¹⁸² Idem.

Foi um aparato formidável, nunca visto n'aquella cidade!... E sem mais, ante a força armada, a mesnada do Sr. Antonio Luiz e o batalhão *patriótico* em linha de *combate* tocando corneta, rufando tambores... E sem esperarem pela vez do embargo que seria tonitruante de entontecer, entregaram as chaves do sobrado aos mercenários do *quaze ex-chefe* e se retiraram cheios de... escândalo. Guardado o prédio pela força do referido major Lyra seladas, com o selo dos imperadores, as feixaduras de suas portas, trataram de, no dia seguinte, as taes de autoridades do sr. Antônio Luiz, fazer o arrolamento do espólio do grande morto.¹⁸³

Mesmo ausente no momento da ação, o jornal buscou deixar clara a participação de Antônio Luiz no caso. Ao inserir o coronel na narrativa, o redator reiterou seu descrédito como político e perseguidor do povo de Juazeiro. Ao utilizar-se dos tropos linguísticos (THOMPSON, 2011), o enunciador apresentou de maneira irônica à ação do batalhão cratense no caso, por meio da sinédoque. Na narrativa os termos “patriótico”, “quaze ex-chefe”, “imperadores” caracterizaram e denominaram ironicamente os adversários juazeirenses. Com essa estratégia, buscou-se criar um discurso que qualificava negativamente aqueles sujeitos, para, posteriormente, acusá-los de terem confiscado materiais relevantes do espólio de Marrocos.

E o que mais é, ou antes o que é mais vil e mais baixo e mais degradante, é que fazendo tanto alarde de justiça, tanto espavento de honestidade, furtaram, ou o que é a mesma cousa, deixaram furtar documentos de importância que fazia parte do espólio de JOSÉ MARROCOS!!!

E a prova de que acabamos de dizer é que, arrolando livros velhos, ceroulas rôtas, camisas rasgadas e até collarinhos esfiapados. Não arrolaram sequer a existência d'um só documento.¹⁸⁴

Reivindicou-se a presença de livros e documentos que discutiam sobre a Questão religiosa de Juazeiro. A ausência de tais documentos levantou a hipótese de algum ‘ataque difamatório’: “Por que não fizeram o arrolamento de tudo o que encontraram? Porque? Como explicar esse procedimento miserável, ou melhor, essa miserabilidade das autoridades do Crato, ou antes do sr. Antônio Luiz, que é quem as dirige?”.¹⁸⁵ Como já elucidado, o possível ataque difamatório seria destinado ao padre Cícero, buscando desmoralizá-lo perante a região, ao reviver, possivelmente, a ideia dos “falsos milagres”, alimentados principalmente, durante o final do século XIX, pelo alto clero cearense. Porém, *O Rebate* é enfático:

¹⁸³ SEMPRE o mesmo covarde e safado! **O Rebate**, Juazeiro, 27 de novembro de 1910, p. 2. Grifos do jornal.

¹⁸⁴ Idem.

¹⁸⁵ Idem.

A sombra das perseguições que o pequenez animal do sr. Antônio Luiz procura arremessar-a contra o padre Cícero, lá no covacho de sua cobardia e safadeza onde se acocora, não obumbra, bem obumbrará, nem poderá jamais obumbrar o brilho de suas virtudes excepcionaes.¹⁸⁶

Além de utilizar-se de questionamentos como dispositivo de interação com os leitores, o jornalista desenvolveu um argumento pragmático¹⁸⁷ (PERELMAN; TYTECA, 2005), ao chamar atenção para as possíveis consequências do furto de documentos de José Marrocos. Percebe-se uma certa construção de temor para um possível ataque à honra do padre Cícero, uma vez que as autoridades cratenses tinham em mãos documentos considerados importantes para o sacerdote e poderiam usá-los para difamá-lo ou derrubar de uma vez por todas a ideia de emancipação de Juazeiro.

O artigo evidência também a desmoralização do adversário (Antônio Luiz) pelo emprego de juízos de valores, que enfatizam os aspectos negativos do oligarca, na perspectiva de desqualificar moralmente sua personalidade política, característica que assemelha-se ao argumento *ad persona*¹⁸⁸ (PERELMAN; TYTECA, 2005). A acusação estava pronta! Onde foram parar os documentos considerados importantes na questão religiosa de Juazeiro? De quais documentos estavam eles falando? E, por fim, como os chefes cratenses lidariam com tal acusação?

A resposta veio rápida. Na semana seguinte (04 de dezembro), o *Correio do Cariry* publicou o artigo *Luz do Quadro*, escrito por Raul de Carvalho. Além de mostrar sua versão no caso do arrolamento da herança de Marrocos, aproveitou-se também para justificar o silêncio mantido pela redação ao grito de independência dos vizinhos. Assim, começou aquele articulista:

Não é de hoje, mas de ha muito, o silencio que temos religiosamente mantido, desprezando as diatribes, as assuadas estultas de um foliculario ralé que vale pela negação plena, absoluta, do jornalismo e da honra.

Ciosos de nosso nome, de nossa responsabilidade na arena da imprensa, trouxemos até hoje sempre fechados os nossos ouvidos á barraceira do periodiqueiro saloio cujo programma há sido até o presente cobrir de ápodos, de

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 303), o **argumento pragmático** está inserido nas modalidades retóricas dos argumentos baseado na estrutura do real, que apoiam-se na experiência e estabelecem um acordo com o público ao basear-se em elementos reconhecidos como fatos, verdades e presunções. O argumento pragmático caracteriza-se por apreciar um ato ou acontecimento consoante suas consequência, presente ou futuras, favoráveis ou desfavoráveis.

¹⁸⁸ De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 126) o argumento *ad persona* está associado a um ataque contra a pessoa do adversário, que visa, essencialmente, desqualifica-lo. Trata-se de um acordo retórico que se apoia na opinião do público sobre o ideal de moralidade, honestidade e equidade.

injúrias e de insultos o exm. Sr. Bispo Diocesano, o Virtuoso vigário desta freguesia [Crato], todo o clero emfim, e outros distintos cavalheiros, entre os quaes o nosso benemérito director político coronel Antonio Luiz Alves Pequeno.¹⁸⁹

De início, o artigo excitou a desmoralização do *Rebate*, pelo emprego de juízos de valores que ressaltam aspectos negativos do periódico. Por meio da estratégia ideológica de racionalização (THOMPSON, 2011, p. 82), o articulista pretendeu criar uma imagem de descrédito do *O Rebate* perante seu público. Em seguida, o juiz cratense censurou a linguagem, energética e insultuosa, utilizada pelo padre Alencar Peixoto e a ação dos emissários de Cícero na casa de Marrocos.

O rabiscador da estrada insultuosa, desbandeirado, ás cabriolas, numa linguagem a tresandar o fedor do lixo dos monturos, esquecendo-se de sua inullidade em materia jurídica, quiçá em tudo mais, despresando assim o *nec sutor crepidam*¹⁹⁰..., enveredou-se parvamente por caminhos tortuosos, fazendo-nos lembrar, no seu fiasco de *clown* desengonçado, Budião a orar ás massas pedindo jús a uma coroa de ramas de melão.

O publico não necessita que algo digamos mais sobre a maneira criminosa como, após escandaloso arrombamento, penetraram os dois individuos incumbidos da embaixada de trasladarem à terra santa, sem nenhuma forma de Direito, os bens de José Marrocos, cujo corpo ainda quente reclamava sepultura.

Não necessita, e quase nem dizemos, pois, só em recordal-o treme-nos a penna, perplexos ante a scena três vezes vandalica que de vergonha e de opprobio encheu a alma cratense ao ver a sua terra, radiante de tradições gloriosas, torpemente nivelada a uma simples aldeia da Guiné africana.¹⁹¹

Foi comum tanto o *Correio* quanto o *Rebate* emitirem seus discursos com alto teor de adjetivos negativos para representar o adversário. Um completo ritual discursivo que atuava para desmoralizar, invalidar e combater seus rivais, característica típica do estilo jornalístico regional do período, marcado por uma linguagem combativa, verificada pelo uso abusivo de adjetivos e ironias para reforçar um determinado ponto de vista (WOITOWICZ, 2015). No enunciado acima, as representações simbólicas atuaram com objetivo de influenciar os leitores a terem parecer negativo sobre o jornal *O Rebate* e o ato de “invasão” dos enviados do padre Cícero.

Em seu discurso, Raul de Carvalho representou o comportamento discrepante dos redatores e enviados de Juazeiro. Comportamento, este, contrário ao modelo ideal proposto pela elite cratense, inspirado no projeto civilizador, cientificista e nas diretrizes

¹⁸⁹ LUZ no quadro. *Correio do Cariry*, Crato, 04 de dezembro de 1910, p. 1.

¹⁹⁰ Traduzindo do latim: *Sapateiro, não vá além do sapato*.

¹⁹¹ LUZ no quadro. *Correio do Cariry*, Crato, 04 de dezembro de 1910, p. 1. Grifos do autor

do catolicismo romanizado¹⁹² (CORTEZ, 2000). Explicitamente, o jornalista cratense buscou sublinhar uma identidade cratense com uma cidade de “tradições gloriosas”, do foro de civilidade, que naquele momento foi ferida pelo foro da barbárie juazeirense.

Para complementar, Raul de Carvalho utilizou da estratégia dialética de perguntas e respostas¹⁹³ (PERELMAN; TYTECA, 2005) para contra-argumentar as críticas providas de Juazeiro. Especialmente ao modo como ele e o batalhão cratense agiram ao interditar a casa de José Marrocos. Assim, questionou:

Sanccionar, aprovar, consentir que se consummasse tamanho attentado aos brios de um povo civilizado?
 Calar ante a perpetração de um crime previsto perfeitamente pelo Codigo em seu art. [rasurado] combinado com o 368 [...] Claro está que uma alma só não existirá, bem limpa e equilibrada, que não haja approved e batido palmas ao procedimento correcto e honrosíssimo de nossas autoridades.
 E porque não fazem assim? Com que direito apossavam-se dos bens do defuncto? Armados de que titulo?
 Não vale a blague de que lançaram a mão.¹⁹⁴

Raul de Carvalho buscou, por meio desses questionamentos, se comunicar diretamente com seu leitor. A estratégia dialética serviu como dispositivo argumentativo para transparecer verdade e legitimidade na sua ação, principalmente por estar condizente com as leis que regem a sociedade. Por fim, ao lançar essas indagações, o articulista pressupôs uma resposta ao seu leitor: a ação e arrolamento dos bens de Marrocos seguiram conforme o que ordena a lei!

O não dito no discurso do *Correio* se configurou na modalidade ideológica de dissimulação (THOMPSON, 2011), a partir do deslocamento dos argumentos, com o propósito de mascarar os aspectos apontados e criticados pelo adversário, acusados de furtar a herança de Marrocos, ao dar destaque à valorização a atuação do batalhão cratense no caso, demonstrando que os emissários do padre Cícero estavam dissonantes com a lei.

¹⁹² Processo de romanização, política ultramontana que a Igreja estava colocando em prática em todo o mundo católico desde o Concílio Vaticano I (1869-1870). Liderado pelo bispo Dom Luiz, o projeto consistiu em substituir o catolicismo colonial do Brasil pelo catolicismo natural de Roma. Ou seja, remodelar o clero, tornando-o exemplar, de modo que as práticas e crenças religiosas no Brasil pudessem ficar de acordo com a fé da Igreja Católica Apostólica Romana, sediada em Roma (NOBRE, 2011).

¹⁹³ De acordo com Perelman e Tyteca (2005, p. 123) o uso dialético das perguntas e das respostas é uma técnica socrática. Tende essencialmente assegurar acordos explícitos, dos quais se poderá tirar partido em seguida. Uma das aplicações desse método consiste na busca de um acordo explícito sobre o ponto a ser julgado, aquele de que o adversário fará depender o desfecho do debate, ou sobre as provas que ele admitirá e considerará concludentes.

¹⁹⁴ LUZ no quadro. *Correio do Cariry*, Crato, 04 de dezembro de 1910, p. 1.

Na construção de todo o seu discurso, Raul de Carvalho se utilizou da lei para justificar todas as suas ações. Seja em não aceitar de início a ideia de testamento nuncupativo...

Tivesse mesmo José Marrocos, antes da agonia, autorizado a quem quer que seja de apoderar-se de seus bens, qualquer que fosse o numero de testemunhas presentes, este jamais poderia fazel-o, pois a lei não reconhece este meio de expressar vontade, mas sim os testamentos, e neste caso cumpridos restrictamente todos os requisitos de que os reveste a nossa legislação.¹⁹⁵

...seja na recusa do telegrama de Deusdedit Marrocos, repassando a herança ao padre Cicero, afirmando que a mesma não preenchia “absolutamente as exigências da lei, estando além do mais balda do principal requesito que é a assignação de duas testemunhas no despacho telegráfico”;¹⁹⁶ e, por fim, na justificativa da ausência de determinados documentos e objetos no arrolamento final:

A lei jamais ordena que se arrotem papeis velhos ou letras, sem valor monetario ou não concernentes a dívidas ou letras. O dever da justiça é inventariar somente aquillo que tem valor intrínseco, real (camisas e panos embora usados o tem) ou que pode produzil-o, como as letras, os saques etc. Que disparate, que bobice não cometeria o juiz mandando arrolar carta, copias de cartas, nota de aulas, translados, rascunhos e tuti quanti?!¹⁹⁷

Desse modo, a construção do discurso de Raul de Carvalho foi configurada sob a adoção do aspecto jurídico, objetivando dar mais consistência e credibilidade a suas ações. Nessa perspectiva, o articulista buscou se prevenir de qualquer acusação emanada de Juazeiro. Por meio da estratégia ideologia de legitimação (THOMPSON, 2011), Raul de Carvalho tinha em seu bojo a defesa de um discurso que emanou autenticidade e veracidade.

Naquele mesmo dia (04/12/1910), *O Rebate* publicou sua edição de número 71. Uma edição marcada por homenagens ao “patriarca de Juazeiro”, padre Cícero Romão Batista, que comemorou seu aniversário de sacerdócio no dia 30 de novembro.

Espirito de eleito, coração de santo, onde entram em pulcherrimo certâmen a inocência, a candura, a pureza, a bondade, o amor, a piedade, a magnanimidade, o perdão e a misericórdia, cada qual disputando a primazia, elle, o inclyto sacerdote, honra e gloria de nossa região, tem sabido impor-se como um

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ Idem.

¹⁹⁷ Idem.

verdadeiro oraculo aos seus numerosos amigos e admiradores, conquistando aplausos e as sympathias de todos os seus conterrâneos.
[...] sr. Padre Cícero um sacerdote ilustre, um sacerdote modello, um sacerdote exemplar, prototypo, consubstanciação lidima de todas as virtudes christãs.¹⁹⁸

Podemos considerar essa edição especial como uma continuação do ‘rebate’ à circular escrita pelo diocesano de Olinda, publicada pelo *Correio* no mês anterior. O articulista buscou construir uma imagem positiva, bela e apreciativa do sacerdote a partir da construção do *ethos* de identificação, ao referenciá-lo sob a imagem positiva e admirável, qualificando-o como virtuoso e solidário, revelando traços do seu caráter; e, do *ethos* de virtude, apresentando-o como um modelo a ser seguido devido à sua honestidade e lealdade (CHARAUDEAU, 2006).

O enunciador ainda lançou uma crítica ao clero cearense. Para ele, as críticas e perseguições proferidas ao padre eram fruto de inveja, uma perseguição que só trazia prejuízos à religião católica. Uma atitude “hipócrita”, já que a própria diocese não perseguia os sacerdotes que encontravam-se no pecado:

Sacerdotes de maus costumes, perversos, trampolineiros, simoníacos, stellionatarios (que mais adiante serão aproveitados para bispos) cachaceiros, jogadores, pedophilos, onanistas, defloradores, amasiados á Luçon e até assassinos, criminosos de morte, tem havido, como nesta sanctissima diocese e nenhum d’elles soffreu o que o exmo e revedmo. Sr. Padre Cicero tem soffrido e continua a soffrer sem solução de continuidade...¹⁹⁹

Com o jornalismo político ainda enraizado no interior do país, os periódicos construíram seus discursos a partir de questões e indivíduos que protagonizam as tensões governamentais. Daí o caráter pessoal que assumem algumas campanhas, como endeusar os aliados ou destruir o adversário. Tudo se personaliza e individualiza, gerando “a virulência da linguagem da imprensa política, ou o seu servilismo, com antípoda” (SODRÉ, 1999, p. 277).

Na semana seguinte (11/12/1910), a nova edição do *Correio do Cariry* voltou a exaltar a publicação da circular contra o povoado de Juazeiro e congratulou outros periódicos que tiveram a mesma atitude. Aproveitou-se também para refutar os adjetivos pejorativos dirigidos ao clero cearense pelo *O Rebate*. Em artigo²⁰⁰ publicado na segunda

¹⁹⁸ PE. CÍCERO. *O Rebate*, Juazeiro, 04 de dezembro de 1910, p. 1.

¹⁹⁹ PE. CÍCERO. *O Rebate*, Juazeiro, 04 de dezembro de 1910, p. 1.

²⁰⁰ A fascículo da edição do dia 11 de dezembro de 1910 do *Correio do Cariry* apresenta uma rasgo no título do artigo referenciado. Utilizamos o nome CORREIO DO CARIRY para referir-se ao artigo em questão.

página, o jornalista aconselhou as famílias cratenses a proibirem a entrada do jornal juazeirense em suas casas.

Eis, (horribile visa) o fluxo de obscenidades que editou o *verrineiro*, obscenidades que, embora cheios de repulsão, nos atrevemos a transcrever para mais convencidamente compreenderem os senhores paes de famílias a necessidade imperiosa e inadiável que têm de impedir que tão degradante *papel sujo* vá manchar o santuário augusto de seus lares. E dizer-se que tamanha imoralidade sahe da pena de um padre e, de onde? Da *terra santa*! É um horror, uma debacle.²⁰¹

O articulista do *Correio do Cariry* utilizou dos tropos linguísticos (THOMPSON, 2011, p. 84-85) para transmitir um sentido pejorativo e irônico à representação social do adversário e para persuadir seus leitores a censurar *O Rebate*. O emprego da sinédoque atuou no discurso pelos termos: “verrineiro”, “papel sujo” e “terra santa” que caracterizaram ironicamente o padre Alencar Peixoto, *O Rebate* e Juazeiro, respectivamente. Não seria a primeira vez que as autoridades locais buscaram censurar *O Rebate* no Crato. Em maio de 1910, Antônio Luiz chegou a proibir a circulação do periódico na cidade, após o jornal apontá-lo como o mandante das invasões as cidades de Lavras da Mangabeira e São Pedro (atual Caririaçu).

Visando dar credibilidade à campanha contra a emancipação de Juazeiro, o *Correio do Cariry* passou a apresentar outros veículos de comunicação que publicassem textos contrários à povoação. O periódico parabenizou a revista *O Malho*,²⁰² do Rio de Janeiro, pela publicação da carta de Dom Luiz Brito. A comemoração foi representada com uma pitada de ironia ao redator carioca:

Se elle [redator do *Malho*] soubesse que n'aquella povoação [Juazeiro], futuramente capital dos E.U do Brazil, havia o bicho [Peixoto] que há, dentes de bronze, longos cabelos encaracolados, língua de fogo, que num abrir e fechar de olhos de um pulito ali no Rio, e zás engole todo o pessoal da redação, oficinas de sua revista e... até a casa, seguramente nem por sonho se metia nessa camisa de onze varas. Senador Azeredo, devagar com a louça!... Não acorde o cão que dorme.²⁰³

²⁰¹ CORREIO do Cariry... *Correio do Cariry*, Crato, 11 de dezembro de 1910, p. 2. Grifos meus.

²⁰² Revista ilustrada de sátira política, que circulou no Rio de Janeiro por mais de meio século entre os anos de 1902 e 1954.

²⁰³ O MALHO. *Correio do Cariry*, Crato, 11 de dezembro de 1910, p. 1.

Já no artigo *Juazeiro dagua abaixo*, o Correio parabenizou a entrada do jornal barbalhense *O Cetama* na campanha contra o “fanatismo” juazeirense.

O Cetama, de Barbalha, anuncia em suas paginas que brevemente vae encetar a *patriótica campanha contra Juazeiro*.

Nada de mais justo e vitorioso para os seus redactores que a execução de tão sublime idea.

Reaes, considerabilíssimos serão deverás os benefícios que a conceituada folha barbalhense prestará com este inestimável alvitre ao *paiz inteiro*, que já começa a sentir os efeitos perniciosos do fanatismo com tanta indústria alimentado naquela terra infeliz.

É tempo já sobrado, de correr-se o véu que acoberta tanto desregramento e tanta fraude.

As nossas columnas ficam, desde já, franqueadas a todo aquelle que sem distincção de classes ou matizes políticos, queira atirar também a sua setta contra o alvo negro que nos envergonha e rebaixa.²⁰⁴

Ao estabelecer essa conexão entre as fontes e os jornalistas, em meio aos discursos que registraram críticas ao comportamento presenciado em Juazeiro, as notícias se tornaram um ferramenta importante para as autoridades cratenses ‘contar’ a realidade e, ao mesmo tempo, fomentar sua campanha contra o povoado. Ao revelar outras publicações, uma da mesma região e outra da capital do país,²⁰⁵ o articulista buscou ratificar o perigo eminente daquela “terra infeliz” aos caririenses.

É importante destacar também a ideia de patriotismo elaborado pelo *Correio do Cariry*. “Encetar a patriótica campanha contra Juazeiro” evidencia a presença de uma comunidade hegemônica que perpassa os ideias republicanos. Esses argumentos baseados nos sentimento de dever, civismo, ordem e patriotismo legitima um discurso e cria uma oposição entre um nós (civilizado, representado pelas virtudes intelectuais) e um eles (formado por fanáticos, não-patrióticos). Essa oposição (nós/eles) é definida por Woodward (2007) como fundamental para compreender o processo de construção cultural das identidades. Para a autora, “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença” (WOODWARD, 2007, p. 40), e, essa diferença, pode ser construída negativamente por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como os “Outros”, ou nesse caso, os fanáticos de Juazeiro.

Esse discurso enquadra-se também na modalidade operacional da fragmentação, no qual segmenta-se um coletivo, dirigindo forças de oposição potencial em direção a um

²⁰⁴ JUAZEIRO dagua abaixo. **Correio do Cariry**, Crato, 11 de dezembro de 1910, p. 1. Grifos meus.

²⁰⁵ O Rio de Janeiro – RJ foi capital da República Federativa do Brasil de 1763, antes pertencente a Salvador – BA, até 1960, quando a sede do governo foi transferido para Brasília – DF.

alvo que é projetado como mau, perigoso ou ameaçador. Nessa lógica, difundiu-se a ideia de existência de um inimigo universal, no qual o Cariri e o Brasil deveriam combater, por meio da estratégia simbólica de expurgo do outro (THOMPSON, 2011, p. 87).

O embate entre *Correio* e *Rebate* ganhou contornos mais nítidos das práticas do fazer jornalístico, no início do século XX, construindo um espaço privilegiado de luta simbólica, por meio do qual diferentes segmentos digladiavam-se em prol de seus interesses e concepções de mundo. As críticas e contestações lançadas uns aos outros influenciaram a formação dos debates, abrindo espaço para o desenvolvimento das estratégias simbólicas para atingir e combater os adversários. Distinguindo-se pelo seu matiz ideológico, expresso nas causas que abraçavam, na autoimagem que se esforçavam por construir e no público que aspiravam atingir (LUCA, 2008).

Em Juazeiro, *O Rebate* continuou a refletir sobre a circular diocesana, em decorrência da publicação do *Cetama*. Floro e Peixoto teceram críticas às redações cratense e barbalhense, acusando-as de planejarem difamar o padre Cícero, objetivando estancar o grito de emancipação de Juazeiro. A nova edição foi marcada também pela continuação do debate acerca da herança de José Marrocos.

Para Floro Bartolomeu, os jornais vizinhos visaram, com aquela publicação, “criar ao povo de localidades distantes que o Cariry está de acordo com essa atitude de perseguição assumida injustamente pelos inimigos gratuitos do venerado sacerdote”.²⁰⁶ O médico ainda propôs aos articulistas que se defendessem, dos inscritos do periódico juazeirense, sem insultar a honra do padre. “Refutem os argumentos de outra ordem do *O Rebate* mas não insultem o sacerdote que tem sido o anjo da paz nos momentos difíceis d’esta zona e de quem não devemos duvidar por um termo do destino, poderão ainda precisar”.²⁰⁷ Por fim, o articulista reiterou que *O Rebate*, “legítimo defensor dos direitos do povo do Juaseiro”,²⁰⁸ continuaria a combater, por meio de argumentos, todo e qualquer ataque contra o povo de Juazeiro e ao padre Cícero.

Com uma linguagem mais enérgica – a começar pelo título *Arreda, cachorro!* – Peixoto também criticou o *Cetama* e seu diretor Henrique Fernandes Lopes Sobrinho, a quem o chamou de testa de ferro de Antônio Luiz. “É o que podemos dizer ao redactor-chefe do Bestama [*Cetama*], de Barbalha, que, por desgraça do jornalismo d’esta zona,

²⁰⁶ SÓ MESMO assim. *O Rebate*, Juazeiro, 11 de dezembro de 1910, p. 2.

²⁰⁷ Idem.

²⁰⁸ Idem.

está comprado pelo chefe mulambo do Crato para servir de testa de ferro contra O REBATE e o nobre e altivo povo do Joazeiro”.²⁰⁹

Segundo o redator-chefe de *O Rebate*, Antônio Luiz haveria comprado o *Cetama* com objetivo de fomentar a campanha contra Juazeiro. A ideia teria partido, segundo Peixoto, de Raul de Carvalho que se dirigiu a Barbalha para firmar o acordo, sendo o mesmo autor do artigo *Para traz maluco* publicado na folha barbalhense. Infelizmente não conseguimos ter acesso a esse artigo. Porém, de acordo com as críticas de *O Rebate*, o citado texto lançou “um torpe insulto ao padre Cicero e ao povo do Joazeiro, concedido de um modo altamente capcioso uma questão religiosa com questões de outra ordem sustentadas pelo O Rebate”.²¹⁰ Sobre a publicação barbalhense, Peixoto publicou:

Em nada nos fere o desmantelado artigo do Bestama [Cetama] Para traz maluco, porquanto elle tem o valor de fraco latido d’um cão leproso deitado no meio d’uma calçada de rua, a hora do meio dia, tentando morder a quem passa distante. [...] Ora! ... Correio do Cariry e Bestama, dois jornaes que não sabem discutir assumpto algum, cujos redactores-chefes, irmanados pela cobardia, pela safadeza e pela ignorância tão somente conseguem, bajular-se mutualmente!²¹¹

Ainda segundo o artigo *Arreda, cachorro!* o jornal barbalhense prometeu publicar um “estudo especial acerca do movimento social, religioso, político e material do Joazeiro”. A autoria desse estudo ficaria na responsabilidade de Raul de Carvalho que, segundo Peixoto, utilizaria os escritos desaparecidos do espólio de Marrocos.

O Tubiba [Raul de Carvalho] é o autor do tal estudo sobre o Juazeiro de que fala e promete publicar o tal Bestama. De posse dos manuscritos do falecido José Marrocos, quer criminosamente plagiando em certos pontos e safadamente em outros falseando conceitos e calumniando; escrever sobre o movimento *social, religioso, politico e material do Joazeiro!*²¹²

Chamamos atenção para o uso dos termos “Bestama” e “Tubiba”, referentes ao jornal *Cetama* e ao Raul de Carvalho, respectivamente. Era comum a folha juazeirense propor apelidos a seus adversários. José de Figueiredo, redator do *Correio*, foi representado como Galinha D’água; Antônio Luiz recebeu outros nomes, como Tonho, coronel Palhaçada e Chico Espavento. Essas representações podem ser enquadrados na

²⁰⁹ ARREDA, cachorro! *O Rebate*, Juazeiro, 11 de dezembro de 1910, p. 3.

²¹⁰ SÓ MESMO assim. *O Rebate*, Juazeiro, 11 de dezembro de 1910, p.2.

²¹¹ ARREDA, cachorro! *O Rebate*, Juazeiro, 11 de dezembro de 1910, p. 3.

²¹² SAFADESA ou Tubibada? *O Rebate*, Juazeiro, 11 de dezembro de 1910, p. 3. Grifos do autor.

estratégia simbólica de tropos linguísticos (THOMPSON, 2011), por imprimir um sentido pejorativo e irônico aos adversários.

A linguagem utilizada pelo padre Alencar Peixoto assemelha-se muito aos discursos proferidos pelos pasquins do Brasil Império, caracterizado como uma publicação veementemente insultuosa. Era a partir dos pasquins que se definia uma posição política e se difundia, por meio de ferrenhas discussões, as lutas por emancipação (SODRÉ, 1999).

Na sequência da edição, publicou-se o *Safadesa ou Tubibada?* Um artigo resposta à Raul de Carvalho e seu artigo *Luz no quadro*. Peixoto contrariou a afirmação do juiz que *a lei jamais ordena que se arrotem papeis velhos ou letras, sem valor monetário, sendo seu dever apenas inventariar somente aquilo que tem valor intrínseco*.

Nós não protestamos contra a falta de arrolamento, nem contra o desvio de papeis velhos de cartas, de notas d'aula, de traslados inuteis, nem de rascunhos sem importancia, o que, entretanto, podiamos e deviamos fazer, visto como, não há negar, muitas vezes, da existencia desses documentos, que esse juiz pelintra considera sem importancia, resulta grande vantagem para os herdeiros, já pelo seu valor imediato. Além disso. Não conhecemos essa lei que manda e obriga um juiz a furtal-os ou consentir que sejam furtados ou desviados.²¹³

Apenas duas semanas depois da primeira publicação sobre o caso de Marrocos, *O Rebate* citou alguns dos documentos ausentes no espolio do jornalista: três volumes em manuscrito da obra *Apontamentos para história do Cariry*, que estava em fase de conclusão; *O Brasil pré-histórico*, do padre Ulysses Pennaforte; *A índia Cristã, do Monsenhor Pinto Campos*; *Os Mystérios do P. sangue de N. S. Jesus cristo*, obra rara adquirida por José Marrocos; e, finalmente, um manuscrito sobre a *Questão religiosa de Juazeiro*, teologicamente discutido e comentado por Marrocos.

Diz a-nos lá o dr. Tubiba [Raul de Carvalho], como toda a sua desfaçatez, si taes obras e taes documentos não tem, porventura, valor perante a lei? Serão elles, papeis velhos, traslados e rascunhos de eschola de primeiras letras? Diga-nos lá juiz pelintra e safadinho... Serão? [...] Si não foram furtados, como ou porque desapareceram? Quem os furtara, vamos safadinho, quem os furtara, si estavam elles sob a guarda da justiça?²¹⁴

²¹³ SAFADESA ou Tubibada? **O Rebate**, Juazeiro, 11 de dezembro de 1910, p. 3.

²¹⁴ Idem.

Nessa passagem interrogativa, é notória a predefinição de uma resposta, construída com a finalidade de questionar a credibilidade de Raul de Carvalho naquela ação. Ao anunciar os documentos ausentes, o articulista põe em descrédito a hipótese que tais documentos não tinham valor intrínseco. Além disso, criou-se uma certa predisposição de temor de possíveis perseguições dos chefes cratenses, pautadas pela Questão religiosa de Juazeiro.

Vale ressaltar que, durante o ano de 1892, a diocese do Ceará, representada pelo bispo Dom Joaquim, objetivando pôr fim à questão religiosa do povoado, decidiu punir coletivamente Juazeiro, colocando-o sob interdito parcial. “Daí por diante, nenhum ato poderia ter lugar na capela de Joazeiro. A população inteira [...] estava, portanto, obrigada a sofrer, coletivamente, privações espirituais em virtude de suas crenças não ortodoxas” (DELLA CAVA, 1976, p. 86). Assim sendo, temia-se que censuras como as de 1892 retornassem ao povoado, a partir de um possível ataque difamatório dos chefes cratenses.

Prevista para sair apenas no dia 18 de dezembro, a nova edição do *Correio do Cariry* circulou dois dias antes (16), a fim de prestar homenagem ao aniversário natalício do coronel Antônio Luiz. Diferentemente dos anos anteriores, o periódico dedicou apenas três colunas, da primeira página, para prestar tributo ao seu diretor político. Aparentemente a discussão como *O Rebate* era prioridade naquele momento.

A homenagem tornou-se, também, momento de manifestações políticas. Desse modo, o jornal buscou implicitamente responder algumas acusações de outrora publicadas em *O Rebate*, ressaltando os aspectos positivos do oligarca.

O coronel Antônio Luiz é um homem de superiores qualidades que allia a uma suave energia, grande aptidão para conciliar, tática e lucido tino para se conduzir sem malquistar se, altivo e sem se submeter a caprichos, através do labirinto de pequenos conflitos e tricas que surgem quotidianamente no seio de um grande partido, como é o seu.

Não ambicionou o supremo posto que ocupa na política dominante; elevou o á culminância do poder, mau grado seu, a sua influência real, o seu verdadeiro prestígio e muito principalmente o amor da pátria e a dedicação pelos amigos.

A intriga pequenina, a calúnia deslustrosa em luta sem tréguas tem procurado lhe macular o nome e enfraquecer-lhe o animo. Baldado esforço! Vão tentamen! Elle cada vez mais sabe se impor com altivez serena e inconfundível. A firmeza de seu carácter másculo domina e vence infames detractores que se sentem amesquinados e insignificantes, diante da superioridade do seu espirito e da magnanimidade do seu coração combatente.²¹⁵

²¹⁵ CORONEL Antonio Luiz. *Correio do Cariry*, Crato, 16 de dezembro de 1910, p. 1.

Os constantes ataques a moral de Antônio Luiz no *Rebate*, incentivou os articulistas a emitirem um discurso favorável ao oligarca. Os elogios à sua atuação política e administrativa vai ao encontro da estratégia discursiva do *ethos* de competência e de virtude, enquadrados no *ethos* de credibilidade, resultado “da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo digno de crédito” (CHARAUDEAU, 2006, p. 119).

Assim como *O Rebate*, o *Correio do Cariry* também dedicou homenagens ao seu líder. Como já assinalado, essa característica de exaltar os aliados e ‘destruir’ os adversários, como será relatado a seguir pelas críticas ao padre Peixoto, são algumas das estratégias utilizadas pelo jornalismo político praticado no período. Nas primeiras décadas do Regime republicano, os jornais foram os principais veículos de propagação de ideologias dos partidos políticos e do Estado. Por meio da imprensa, esses partidos divulgaram suas ideias, defenderam seus líderes e desqualificaram seus adversários.

Na sequência, o *Correio* contrapôs os redatores juazeirenses, especialmente o padre Alencar Peixoto. Só naquela edição, foram veiculados quatro artigos de reprovação às atitudes do redator-chefe de *O Rebate*. Ainda na primeira página, o artigo *A guisa de prevenção*, apresentou uma denúncia: “É publico e notório que a empresa do Re... porqueira, de Joazeiro pertence exclusivamente ao Sr. Revdmo. Padre Cícero Romão Baptista que alugou o Padre Joaquim de Alencar”.²¹⁶

A hipótese foi levantada já que o padre Cícero era considerado um “coronel” do povoado. Porém, não há provas nem depoimentos que comprovem essa teoria.²¹⁷ Não encontramos nenhuma publicação assinada pelo sacerdote, apenas cartas e telegramas enviados aos políticos locais e do Estado. Responsável ou não pelo periódico, se o religioso tinha o poder de influenciar o jornal, era melhor agir e executar o pedido do adversário.

[...] ao que se diz se não é por ordem de S. Revdma [Padre Cícero], é ao menos com o seu assentimento e aprovação, pois, do contrario era fazel-o calar [Peixoto] e no caso de não o querer despedil-o da redação que é propriedade de S. Revdma. Demais, que palha se move no Joazeiro sem que seja primeiro cheirado e ouvido?! A medida está cheia e já começa a extravasar; ou S. Revdma

²¹⁶ A GUISA de prevenção. *Correio do Cariry*, Crato, 16 de dezembro de 1910, p.1.

²¹⁷ Após a saída do padre Peixoto da vila de Juazeiro em setembro de 1911, o jornal do Ceará noticiou que o mesmo vendeu o prelo de *O Rebate* para adquirir recursos financeiros e realizar mudança para o norte do país. Por esse motivo, acreditamos que a responsabilidade do periódico juazeirense era do padre Alencar Peixoto. Ver: PADRE Peixoto. *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 18 de outubro de 1911, p. 1

põe terra na boca do doido ou do contrario não teremos mais considerações e tudo vae para a rua.²¹⁸

A interrogação nesse trecho atuou como um dispositivo de interação. O questionamento, porém, não buscou uma resposta, mas uma aproximação com os leitores para envolvê-los no discurso. Além disso, o enunciado propôs uma reflexão sobre a real participação do padre Cícero naquele embate. Na tese sustentada pelo *Correio do Cariry*, o sacerdote tinha ciência de toda a refrega entre cratenses e juazeirenses. O fato do padre não usar seu poder de influência para pôr um ponto final na discussão, principalmente, calar o padre Peixoto, significava, na perspectiva do *Correio*, que o sacerdote consentia com o mal-estar entre as localidades.

O enunciador cratense continuou: “Não toleraremos mais. Peixoto é um imoral. E demais não se deve culpar lacaio mas ao amo. O Lacaio é sempre um irresponsável (principalmente quando é doido) vive de seus serviços de seu officio”.²¹⁹ Por fim, concluiu o artigo com um ultimado: “É bom aceitar a prevenção. É bom!”. Nesse aspecto, o redator do *Correio* colocou em ação o caráter ideológico de dissimulação, ao empregar a estratégia simbólica de deslocamento, que objetivou transferir as conotação negativas expostas ao padre Alencar Peixoto, em edições anteriores, ao padre Cícero (THOMPSON, 2011, p. 83).

A censura ao padre Alencar Peixoto continuou no artigo *Na Corrente*. Ao servir-se da estratégia simbólica de tropos linguísticos (THOMPSON, 2011, p. 84), o articulista produziu um sentido irônico ao comportamento de Peixoto, dentro e fora da redação de *O Rebate*.

O DEGENERADO padre Joaquim Peixoto, vulgo pasquino ou Maria de Olivia, não se zangue tanto com o Correio, aplaque mais a orelha é mais bem pregada do que as outras.

As suas bestialógicas estiradas só provocam riso, porque attestam claramente o seu estado de degenerescência e corrupção. Não lhe queremos mal por isso. Si lhe tocamos na pelle é para ter o prazer de vel-o dançar na corrente, arrancando os cabellos, aos pinotes e aos gritos.

Não lhe queremos mal, acredite. Quem não perdôa as diabruras de um doido? Não imagina o sevandija como gostamos de vel-o assim... maluco, aparvalhado, aos berros, a babar-se. Gostamos. Achamos graça, principalmente em tempo de festas, quando não se tem divertimento.

Parece estarmos a vel o, olhos atravessados, boca espumejante, dentes amarelos numa fúria de cão damnado.²²⁰

²¹⁸ A GUIZA de prevenção. *Correio do Cariry*, Crato, 16 de dezembro de 1910, p. 2.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ NA CORRENTE. *Correio do Cariry*, Crato, 16 de dezembro de 1910, p. 2.

Seguindo uma linguagem combativa típica do “fazer jornalístico” doutrinário, por meio de adjetivações e ironias, o *Correio do Cariry* passou a construir a imagem de Peixoto publicamente. Os artigos do jornal cratense buscaram caracterizá-lo como um desequilibrado, corrupto e desrespeitador das doutrinas católicas. O discurso acima, resgatou situações polêmicas que envolveram o nome do redator de *O Rebate* como o caso Maria de Olivia²²¹ e de Alfredo Cleobulo,²²² uma clara construção argumentativa de *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005), caracterizada pelo julgamento do adversário, na perspectiva de desqualificar moralmente sua personalidade pública.

Destacamos também o uso da ironia pelo enunciador ao descrever seu desafeto como “louco”. De acordo com Foucault (2006), desde a alta ideia média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros. Sua palavra não deve ser levada em consideração, não tendo verdade nem importância. Ou seja, para o periódico cratense, o discurso de Peixoto não tinha relevância social.

Em outras publicações da mesma edição, *Insultos e covardia* e *Desesperado*, Peixoto voltou a ser representado com adjetivos negativos – como degenerado, padre cão, desgraçado, depravado e imoral. Os redatores buscaram desmoralizá-lo, ao representá-lo como a “vergonha do clero, não dizemos cearense, mas brasileiro ou mundial”.²²³

Raul de Carvalho, acusado de ser o autor do artigo *Para traz maluco*, publicado no *Cetama*, foi defendido pelo *Correio*. “Na redação do *Cetama*, sabe o lambisgoia [Peixoto], há moços inteligentes e muito altivos que não precisam mendigar escriptos para suas columnas”. Além disso, “ninguém, mais que o monstrengo, sabe que não é da lavra de nossos redactores o artigo Para Traz maluco do *Cetama*, e sim dos prezados confrades daquela folha que não se eximirão de levar á rosca da venta do Pasquino”.²²⁴

Já no artigo *Desesperado*, defendeu-se novamente Raul de Carvalho e o diretor do *Cetama* acusados de plagiarem documentos do acervo de José Marrocos, com a finalidade de publicarem um manuscrito sobre o *movimento social, religioso, político e*

²²¹ Maria de Olivia, de acordo o *Correio do Cariry*, foi uma moradora do povoado de Juazeiro, que teria sido deflorada pelo padre Alencar Peixoto.

²²² Em maio de 1910, o *Correio do Cariry* acusou padre Alencar Peixoto de atacar e cortar com uma navalha uma das orelhas de Alfredo Cleobulo, chefe dos cangaceiros cratenses, após o mesmo sair pelas ruas do Crato lendo uma carta em repúdio ao redator-chefe de *O Rebate*.

²²³ INSULTOS e covardia. *Correio do Cariry*, Crato, 16 de dezembro de 1910, p. 2.

²²⁴ Idem.

material do Juazeiro. O jornal buscou desqualificar qualquer afirmação ou teoria de Peixoto, pois, nas próximas edições, prometeram expor o verdadeiro plagiador.

Insultar, descompor é só o que elle sabe, embora soffra a grammatica as mais cruéis torturas, A sua mania é querer ser inteligente um talento que quando fala deita flores... de pé de muro. [...]. Si contesta o degenerado iremos rebascar as suas garatujas e *provar os seus plágios a quem ainda julga inteligente*. O mesmo faça com o nosso collega, si é capaz.²²⁵

É interessante notar a estrutura discursiva utilizada pelos jornais analisados, citando um ao outro para constituírem suas defesas e contra-atacar o adversário. Sobre isso, Barbosa (2010, p. 62) comenta que, “num sistema complexo de autorreferenciação, os jornais citam uns aos outros à exaustão, reproduzindo textos divulgados anteriormente por outro ou comentando aquilo que já fora publicado”.

Certamente, aquela edição do *Correio do Cariry* mexeu com as estratégias de Peixoto. Dias depois (18/12/1910), o redator-chefe de *O Rebate* ‘bateu o martelo’ e responsabilizou Raul de Carvalho pelo desaparecimento de parte dos haveres de José Marrocos. Peixoto questionou o modo burocrático imposto pelo juiz para o padre Cícero ter acesso ao espólio do falecido. O fato do mesmo ter rejeitado os documentos apresentados pelo sacerdote, durante as negociações, foi utilizado como pretexto, segundo Peixoto, para que os documentos fossem estudados e furtados de acordo com o interesse das autoridades cratenses.

Diga-nos lá o gafento desse Tubibinha sem vergonha, por que foi recusada, por telegramma, a procuração?! Foi pelo tal do *além do mais* que não sabemos o que significa? Foi pela falta de assinatura das duas testemunhas no despacho telegrafico o principal requisito? Ou foi porque não quis, para, durante o tempo em que viesse de Mossoró a procuração por escrito poder criminosamente, escandalosamente furtar, como furtou no character de juiz de ausentes, os livros manuscritos e documentos de importancia do falecido JOSE MARROCOS.²²⁶

Os questionamentos no discurso não buscaram respostas, tratou-se de uma figura de comunhão, a apóstrofe (interrogação), mas uma aproximação com os leitores para envolvê-los na narrativa (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 202). Peixoto acreditava que o furto de determinados documentos foi cometido de “modo calculado, obedecendo a um

²²⁵ DESESPERADO. *Correio do Cariry*, Crato, 16 de dezembro de 1910, p. 2. Grifos meus.

²²⁶ QUE SEM vergonha. *O Rebate*, Juazeiro, 18 de dezembro de 1910, p. 2. Grifos do jornal.

plano covarde e perigoso contra o Juazeiro e o Revdmo. Padre Cícero”.²²⁷ Os autores da perseguição religiosa contra o Juazeiro estariam interessados em exercer “covarde vingança” contra o sacerdote, devido a sua contribuição na campanha pela emancipação de Juazeiro.

No natal de 1910, o *Correio do Cariry* lançou uma das suas edições mais polêmicas em torno da problemática com o povoado juazeirense. Além de publicar um protesto contra Alencar Peixoto, por apontar Raul de Carvalho como autor do furto de parte da herança de Marrocos, o periódico lançou também um enérgico artigo contra o padre Cícero Romão Batista.

A capa daquela edição trouxe o artigo: *JULGAMENTO MORAL: o celeberrimo Padre Joaquim Peixoto julgado pelo povo de sua própria terra PARA QUE MAIS? O texto continha um abaixo-assinado contra o redator-chefe de O Rebate, que proferiu acusação de furto ao Raul de Carvalho. O requerimento contou com 63 assinaturas das mais diversas classes sociais e credos políticos do Crato.*

Abrilhanta hoje as nossas columnas o protesto enérgico, veemente e caloroso que a distincta e valente sociedade do Tiro Brasileiro Cratense lavrou em desagravo das infâmias e das injurias atiradas à pessoa de seu digníssimo presidente, nosso querido collega, dr. Raul de Souza Carvalho, pelo CORRUPTISSIMO, padre Joaquim de Alencar Peixoto, homem o mais pernicioso, mais desmoralizado e calumniador que abrigam os céus cearenses.²²⁸

O boletim comunicava:

Nós abaixo assignados, sócios do Tiro Cratense, protestamos formal e energicamente contra a injustiça, grosseira e torpe agressão do Rebate do Juazeiro, ao nosso digno e querido presidente efectivo, dr. Raul de Souza Carvalho, agressão que directamente nos atinge pelos laços de estima e verdadeiro apreço que nos ligam ao distincto moço, que por sua conducta irreprehensivel e raes merecimentos, postos afôra de qualquer divida, muito longe está de ser alvo dos abjectos epithetos daquela folha, digna do mais justo e solenne desprezo.²²⁹

Ainda naquela edição, outro artigo contrapôs a teoria de Peixoto, sobre os possíveis livros que foram furtados do espólio de Marrocos, através da força dos argumentos²³⁰ (PERELMAN; TYTECA, 2005).

²²⁷ Idem.

²²⁸ JULGAMENTO Moral... *Correio do Cariry*, Crato, 25 de dezembro de 1910, p. 1.

²²⁹ BOLETIM: Tiro Cratense Protesto Vehemente! *Correio do Cariry*, Crato, 25 de dezembro de 1910, p. 1.

²³⁰ Noção retórica da **força dos argumentos**, estar vinculada ao debate, a intensidade de conquistar à adesão do público e a contestar as teses do adversário. A força dos argumentos aparece no discurso quando se quer refutar a tese do outro,

Que provas tem o leviano calumniador para tão convictamente asseverar semelhante objurgatória que vae ferir em pleno a horabilidade de sua victima? De certo que nenhuma. O redactor da referida folha si pezasse a gravidade de suas palavras, jamais ousaria afirmar com tanta facilidade a existência de um desvio criminoso, sem que para isto estivesse competentemente premunido de provas irrefragáveis. Em que se estriba o infamador para proclamar que os 4 livros de que fala foram subtraídos aos espolio? Que testemunha tem para apresentar a qual tivesse visto a presença de taes livros entre os demais, por occasião de proceder-se o inventario?²³¹

O uso dialético de perguntas e respostas questionou a veracidade da tese sustentada por Peixoto, na tentativa de influenciar os leitores a acreditarem na versão cratense daquela história. O *Correio* ainda afirmou que o conteúdo daqueles livros nada interessava às autoridades cratenses “Demais, para que serviriam ás autoridades taes livros, todos estes de religião, como sejam A vida de N.S Jesus Christo etc?”.²³²

Porém, nenhum artigo, daquela edição, chamou mais atenção da redação de *O Rebate* do que o *Simplesmente Ironico*. Apontados por Floro de *cometer um abuso de confiança aproveitando-se do silencio que por conveniência guardam aos habitantes do Crato, não protestando a favor da campanha movida contra o padre Cícero*.²³³ O *Correio* se defendeu:

Era necessário que a população cratense já tivesse perdido de todo o senso e brio, para ao menos, condescender ainda como o seu maior perseguidor, como o seu maior inimigo actualmente. [...] se o padre Cícero tem direito à alguma coisa deste povo, não deve ser mais do que à piedade dos seus patrícios pela indiferença verdadeiramente fakirica com que assiste ao desmoronamento de seu nome, ao choque de ambições inconfessáveis e aos conces de quem se comprás em vel-o aniquilado perante a opinião publica.²³⁴

O articulista acreditava que a reputação de Cícero estava em declínio, pelo fato do sacerdote insistir veementemente em suas aspirações: seja em provar que os milagres de 1889 eram verídicos ou investir na emancipação do distrito de Juazeiro. As sucessivas derrotas do sacerdote naquelas causas eram, para o *Correio*, uma afirmação do desmoronamento do seu nome. O redator buscou ainda desconstruir a imagem de homem santo e virtuoso, enraizada pelos juazeirenses. O sacerdote, na visão do *Correio*, era

a fim de demonstrar que a sua tese é mais coerente e adequada do que a do outro (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 524).

²³¹ EXPLICAÇÃO necessária. *Correio do Cariry*, Crato, 25 de dezembro de 1910, p. 1.

²³² Idem.

²³³ Publicação do artigo Só mesmo assim. *O Rebate*, Juazeiro, 11 de dezembro de 1910, p. 2.

²³⁴ SIMPLEMENTE ironico. *Correio do Cariry*, Crato, 25 de dezembro de 1910, p.2-3.

inimigo do Crato e não merecia mais do que o perdão dos seus conterrâneos, pois o mesmo “lutava” contra os interesses da sua terra.

Da amizade, do respeito, da veneração que lhe podia ter este povo, fez cessão desde o anno passado, por ocasião do ultimo movimento armado²³⁵ que esteve presentes a desabar sobre essa terra. E sabido que os menos culpados foram, justamente, os acusados como tal na effervescencia do movimento. Por detraz de tudo aquillo, viu-se ruflando as azas o anjo da pás, que depois, contrariadissimo, foi pagar as despesas feitas com os concorrentes ao mollogrado assalto a esta cidade [...].

E não ficou nisto só. Desde aquelle tempo o sr. Padre Cícero, o decantado anjo da pás, tem sido a espada de Damocle sobre as nossas cabeças. Ameaçando revolucionar o Cariry, caso o governo do Estado não se curve diante do seu onnipotente poder, presenteando-lhe com uma villa – sua idea fixa nestes últimos tempos.²³⁶

A partir da dramatização de um episódio do passado, os articulistas cratenses utilizaram da estratégia de narrativização e de expurgo do outro, operado no módulo de operação da legitimação e de fragmentação, respectivamente (THOMPSON, 2011). Ao buscar no passado elementos legitimadores para a campanha contra Juazeiro, o *Correio* buscou convencer seu público da real imagem de Cícero Romão Batista, capaz de iniciar uma revolta a fim de conquistar a emancipação do povoado. Ao descrever o sacerdote como “espada de Dâmocles”, o *Correio* apontou Cícero como um perigo iminente contra a região do Cariri e o povo cratense. Essas estratégias objetivaram induzir os leitores a nutrirem um sentimento de indignação e revolta contra o sacerdote, um chamado de resistência contra um inimigo da região.

O *Correio* não poupou críticas ao padre Cícero, apesar do seu prestígio em Juazeiro e na região do Cariri, representá-lo de forma negativa poderia facilitar os planos do coronel Antônio Luiz. Uma vez que, com Cícero derrotado a campanha pela emancipação de Juazeiro enfraqueceria de uma vez por todas. Diante disso, o jornalista empregou o argumento *ad persona* (PERELEMAN; TYTECA, 2005), consolidando um ataque ao sacerdote, ao emitir uma série de críticas morais e éticas. Apresentando-o como um homem “ganancioso e manipulador”.

O Sr. Padre Cícero, tornando-se inimigo do coronel Antonio Luiz, de quem por muitos motivos devia ser amigo intimo... constituiu se perseguidor gratuito da

²³⁵ O Movimento armado ocorreu devido ao litígio nas demarcações do terreno do Coxá. Acreditava-se existir uma jazida de minérios naquelas terras. Os chefes de Milagres, Missão Velha e Barbalha ameaçaram arrasar o Crato, na época, devido à insistência de Antônio Luiz em querer tomar posse do terreno, disputado pelo Padre Cícero e J. F. Alves Teixeira, parente de Antônio Luiz (PINHEIRO, 2011).

²³⁶ SIMPLESMENTE ironico. *Correio do Cariry*, Crato, 25 de dezembro de 1910, p. 3.

classe comercial, aconselhando diariamente, nas praticas que fás, aos seus crentes que não venham ao Crato e que evitem toda e qualquer relação com o commercio daqui.

Grande fazendeiro e agricultor como é neste município, é também, *sua santidade*, um terrível adversário dos pequenos estancieiros dos nossos campos. Suas innumeradas propriedades adquiridas quase todas por presentes feitos à padroeira do Juaseiro e Às escripturas passadas ao *santo*, são competentemente demarcados pelos seus legítimos procuradores.²³⁷

Admirado pelo *Correio do Cariry* pelo seu porte intelectual, a redação cratense deixou um recado a Floro Bartolomeu:

S.s é um moço de incontestável talento, possuidor de uma solida cultura intelectual e de uma logica convincente; empregue esses brilhantes predicados com que Deus o dotou em uma obra de mais alto valor moral: ensine o caminho da verdade e do dever áquelles que andam transviados [...] Fuja do Redoido, fuja.²³⁸

O fato do *Correio* ter elogiado o adversário não significou concordar ou estar ao seu lado, ao contrário, pretendeu com isso remeter a uma autoridade discursiva, ao mostrar respeito e consideração ao outro. O que contribuiu para a “imagem de si no discurso”, para a representação de um *ethos* de benevolência, honestidade e sinceridade (CHARAUDEAU, 2006).

Em Juazeiro, as comemorações natalinas também renderam outras publicações de contra-resposta ao *Correio do Cariry*. O silêncio requerido pelo *Correio* ao padre Alencar Peixoto não veio. Pelo contrário, as investidas do redator-chefe de *O Rebate* se tornaram mais intensas. Além de reafirmar ser Raul de Carvalho o autor do furto de parte da herança de José Marrocos, Peixoto acrescentou mais uma polêmica na discussão. O material confiscado havia sido entregue ao coronel Antônio Luiz para serem “utilizados para vingars-e do padre Cicero, desmoralizand-o, por meio de calúnia e comprometer a dignidade do venerado e benemerito sacerdote.”²³⁹

De acordo com Peixoto, os autores da perseguição religiosa contra o Juazeiro estariam interessados em exercer “covarde vingança” contra o sacerdote que protagonizou os milagres no povoado em 1889, juntamente com a Beata Maria de Araújo. A sua entrada na política e forte influência na campanha de emancipação do povoado o

²³⁷ SIMPLEMENTE ironico. *Correio do Cariry*, Crato, 25 de dezembro de 1910, p. 3. Grifos do jornal.

²³⁸ Idem.

²³⁹ ENTREGA o furto ladrão. *O Rebate*, Juazeiro, 25 de dezembro de 1910, p. 2.

colocou na linha de frente de Antônio Luiz. “Agora é que o Padre Cícero está apertado, pois tenho documentos contra elle que publicados, elle se suicidará ou se mudará do Cariri, bem como já mandei por intermédio do Sr. padre Quintino, para o bispo alguns documentos que constituirão a sua desmoralização e nossa vingança”, afirmou o oligarca cratense, segundo *O Rebate*.²⁴⁰

Sobre a ameaça do *Correio*, caso padre Cícero não calasse Peixoto, – *S. Revdma põe terra na boca do doido ou do contrário não teremos mais considerações e tudo vai para a rua* – *O Rebate* foi enfático...

Que não seja covarde esse Tubiba e esvazie o seu papel! Si está cheio! Que conte logo o que sabe do reverendo padre... Perdoar-lhe-emos o furto, mas queremos e exigimos que diga o que sabe, publicando pela imprensa o que possa envergonhar ao padre Cícero. Vamos, Tubiba desgraçado! O público quer, deseja e precisa saber.²⁴¹

Provavelmente o objeto que poderia envergonhar o sacerdote ou dar início a sua desmoralização pública, como acreditava o *Correio*, tratava-se de uma pequena caixinha de madeira. Nessa caixa, estava guardado um dos objetos mais intrigantes e importantes daquele acervo, e, que em nenhum momento foi citado por ambos os jornais, tratava-se dos panos manchados de sangue, que serviram para enxugar a boca da beata após o Milagre da hóstia em 1889.²⁴²

A caixinha de madeira era o verdadeiro objeto de preocupação do padre Cícero, item que Carvalho deixou propositalmente fora da entrega do espólio. Durante a década de 1960, Raul de Carvalho escreveu um artigo intitulado *Um capítulo inédito sobre o padre Cícero*, publicado pelo jornal *O Povo*, de Fortaleza. No texto, o juiz narrou como encontrou aquele achado.

Quando já terminando se encontrava o pequeno andamento das acousas deixadas por Marrocos, já tendo eu dado ordem ao escrivão para encerná-lo descubro, escondida por baixo de uma pilha de papeis velhos, existentes num canto da sala. Uma caixinha de madeira, quadrada de pequenas dimensões puxando para baixo um pequeno gancho que a fechava facilmente. Abri-la e então, compreendi a razão por que tinha o padre tão enorme interesse em apossar-se de tão pobre e insignificante herança! Dentro daquela simples e pequenina caixa achava-se os

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Idem.

²⁴² Essa informação foi divulgada posteriormente pelo padre Alencar Peixoto no livro *Joazeiro do Cariry*, de autoria do próprio autor. Ver: ALENCAR PEIXOTO, Joaquim (Pe.). *Joazeiro do Cariry*. Fortaleza: editora IMEPH, 2011.

celebres milagres de Juazeiro, as toalhinhas das comunhões de Maria de Araújo, nas quais as hóstias se impregnavam de sangue de N. S. Jesus Cristo.²⁴³

Dentro da caixinha estavam as mesmas toalhas e paninhos manchados de sangue que foram furtados, por José Marrocos, do tabernáculo da matriz do Crato, no longínquo ano de 1892 (BARROS, 1988). E naquele momento, constituiu para o coronel Antônio Luiz uma das armas mais poderosas contra o Juazeiro. Ainda no artigo, o magistrado justificou o porquê não incluiu a “valiosa caixinha” no arrolamento dos bens de José Marrocos. Justificativa semelhante ao exposto no artigo *Luz no quadro*, quando *negou arrolar objetos sem valor monetário*.

Não se tratando de cousa de valor real (que poderiam valer uns molambos sujos e apodrecidos por 21 anos, dentro de um pequenino e insignificante receptáculo de madeira ordinária?) nenhuma falta funcional cometeria eu omitindo isso no arrolamento poderia até, se o entendesse, mandar jogar no lixo da casa toda essa sujeira. Por medida de profilaxia. Bastava que encerra-se o caso pelo lado da imundice que apresentavam esses panos velhos, impregnados de saliva e sangue podres.²⁴⁴

Porém, a explicação do juiz não conseguiu encobrir o fato de que, ao contrário do que alegava, ele tinha a exata noção da importância do conteúdo daquela caixa. Tanto é que, ao invés de consumir sua ação, “jogando no lixo” aquele achado, fez questão de repassar a caixinha para as mãos de uma terceira pessoa:

Apoiando na lei que não o tinha, se não do ponto de vista, todo particular, do padre Cícero, fato que escapava, totalmente, a minha apreciação, não pus objeção a que um terceiro ficasse com o insignificante e esquecido achado. [...]. Esse terceiro foi o cel. Antonio Luiz Alves Pequeno, prefeito da cidade e deputado da Assembleia Legislativa do Estado.²⁴⁵

O ato estava consumado! Naquela altura dos acontecimentos, pertencia a Antônio Luiz as provas do milagre ou do embuste. Nem mesmo “100 mil editoriais poderiam fazer frente a uma arma tão poderosa como aquela na mão do inimigo” (NETO, 2009, p. 314).

Ainda naquela edição ‘natalina’, Peixoto buscou provar que a empresa de *O Rebate* pertencia exclusivamente a ele, e não ao padre Cícero, como sugerido pelo

²⁴³ UM CAPÍTULO inédito sobre o padre Cícero. *O Povo*, Fortaleza, 22 de julho de 1961, p. 20.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ Idem.

Correio. O artigo *Como se desmascara...* contou como foi fundado o primeiro jornal de Juazeiro. De acordo com a publicação, José Marrocos compartilhou com Peixoto o seu desejo de fundar um jornal na cidade do Crato. O sacerdote, que possuía um número considerável de ações da empresa *Sul do Ceará*, dispôs a ajudá-lo.

Peixoto, que possuía 263 ações, de um total de pouco mais de 500 (*O Rebate* não apresenta o número exato de ações), resolveu adquirir o prelo da empresa. Antônio Luiz, ao tomar conhecimento das pretensões de Peixoto, resolveu se apossar do prelo que se achava abandonado e decidiu colocá-lo em hasta pública. O coronel, portador de 70 ações, convocou em nome da minoria de acionistas uma reunião a fim de liquidar toda a empresa. Com os interessados reunidos, Peixoto ofereceu uma proposta: “pago o resto das ações a razão de 6:000 cada uma”.²⁴⁶ Antônio Luiz, representando a minoria, haveria respondido: “Só sendo 10:000 cada ação, o justo vallor de cada uma dellas, e com a condição de também pagar aos demais acionistas que não receberam ações, mas cujos nomes constam num livro que possuo”.²⁴⁷

Na sequência, Peixoto chamou a atenção dos seus leitores: “veja o público quanta insensatez desse homem de ações pequenas quer que, em uma liquidação duma empresa, se pagassem as ações pelo seu justo vallor e ainda mais pagar a quem não tinha nenhum título que provasse ser acionista!”.²⁴⁸ O redator de *O Rebate* chegou a lançar uma outra proposta: “ofereço-lhes as minhas 263 ações à razão de 6:000 cada uma...”. Oferta, mais uma vez, negada pelo coronel que resolveu, por fim, colocar o prelo em hasta pública. Peixoto então anunciou: “Se a lei faculta-lhe esse direito, sendo portador de menor número de ações, ponha em hasta pública... arremate o prelo e seus pertences que eu lhe farei presente das minhas 263 ações; mas fique certo de que, apesar de tudo isso, FUNDAREI O JORNAL EM JUAZEIRO”.²⁴⁹

Para cumprir o que havia dito na reunião, Peixoto, segundo *O Rebate*, contou com a ajuda de amigos juazeirenses para conseguir formar um capital necessário para realização do seu desejo.

De fato conseguiu a quantia de um conto, cento e dezessete mil réis (1.117:000). E como não bastasse essa quantia, tirou do seu bolso o que precisava para as

²⁴⁶ COMO SE desmascara... **O Rebate**, Juazeiro, 25 de dezembro de 1910, p. 2.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Idem.

²⁴⁹ Idem.

primeiras despesas e para o custeio do referido prelo. De modo que tão somente ao povo desta terra [Juazeiro] e ao nosso redator-chefe [Alencar Peixoto] pertence à EMPRESA DE O REBATE.²⁵⁰

O embate entre *Correio* e *Rebate* encerrou o ano de 1910 com um acirrado debate político. Nesse primeiro momento, *O Rebate* buscou legitimar a emancipação de Juazeiro a partir da pujança econômica local; em contrapartida, o *Correio do Cariry* buscou rememorar as representações de povoado fanático para deslegitimar a ideia de independência dos vizinhos. Nessa contenda semanal entre os jornalistas, os periódicos exaltaram seus líderes e combateram seus adversários a fim de validar suas respectivas campanhas e convencer os leitores que as mesmas são dignas de apoio. A forte animosidade manteve-se viva em 1911, quando o embate ganhou contornos mais insultuosos.

²⁵⁰ Idem.

6. ENTRE REBATES: JUAZEIRO D'ÁGUA ABAIXO OU DE ÁGUA ABAIXO, NÃO IRÁ O JUAZEIRO?

O Crato e o povoado de Juazeiro entraram o ano de 1911 em alerta. Os tradicionais festejos de final de ano não proporcionou uma trégua entre os jornalistas locais e o embate entre os jornais *Correio* e *Rebate* manteve-se ativa. Rumores que Antônio Luiz utilizaria da força policial para cobrar os impostos municipais criou um ambiente de apreensão e incerteza na “Terra da mãe de Deus”. Neste capítulo, analisaremos as edições publicadas entre janeiro e fevereiro de 1911, quando o embate entre os jornalísticos assumiu um caráter mais virulento e insultuoso, apresentando características semelhantes aos jornais que circularam no país durante o século XIX.

6.1 Uma campanha contra os padres de Juazeiro

Em primeiro de janeiro de 1911, os cratenses acordaram com uma nova edição do *Correio do Cariry*. Em sua primeira página, ao invés de felicitações pela entrada do novo ano, o jornal continuou com a campanha contra Juazeiro, ao lançar artigos contrários aos padres Alencar Peixoto e Cícero Romão Batista.

Sob o título *PLAGIOS INDECENTÍSSIMOS o celeberrimo Padre Joaquim de Alencar Peixoto, o Ladrão das letras PARA QUE MAIS?* O periódico cumpriu sua promessa, anunciada no mês anterior,²⁵¹ e lançou uma série de denúncias de plágios cometidos pelo redator-chefe de *O Rebate*. A acusação foi desenvolvida ao longo de quatro artigos, sempre publicados na primeira página, durante os meses de janeiro e fevereiro.

As publicações mantiveram a mesma estrutura nas quatro edições (Figura 7). Comparavam-se textos publicados por Peixoto, durante sua participação nos jornais caririenses, com obras escritas por outros intelectuais, como Antônio Alves Mendes,²⁵² Antônio Vieira,²⁵³ Émile Zola,²⁵⁴ Joaquim Pinto de Campos²⁵⁵ e Carlos Magalhães de

²⁵¹ Publicado no artigo Desesperado de 16 de dezembro de 1910.

²⁵² Padre português natural de Penacova. Foi cônego da cidade do Porto, em Portugal no século XIX.

²⁵³ Padre português natural de Lisboa. Foi pensador e Prosador do século XVII

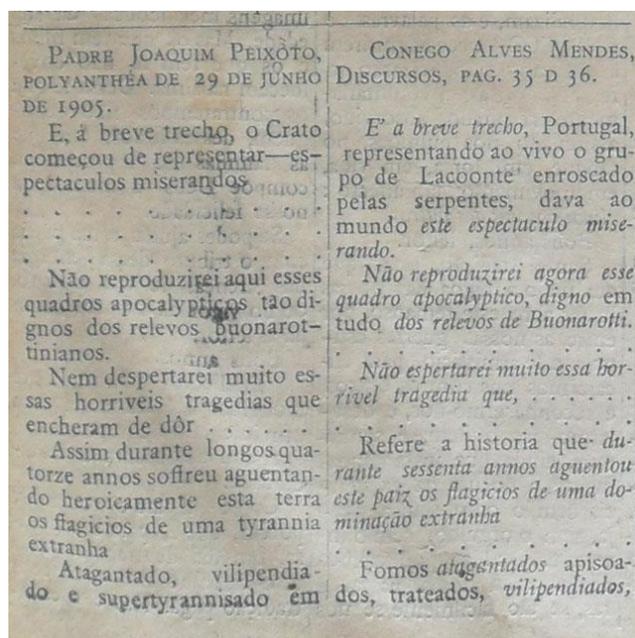
²⁵⁴ Escritor francês, considerado criador e representante mais expressivo da escola literária naturalista.

²⁵⁵ Professor pernambucano. Foi membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB).

Azeredo.²⁵⁶ Os editores cratenses vislumbraram, com essas denúncias, manchar a imagem de intelectual construída por Peixoto. A priori, utilizaram-se da estratégia ideológica de narrativização do passado (THOMPSON, 2011), para dar consistência à acusação e convencer seus leitores sobre a “farsa” intelectual do jornalista.

[Peixoto] jamais se deu ao trabalho de compulsar um livro de aula, habituado desde os tempos escolares a pescar as suas lições, como o fazia costumeiramente quando aluno do seminário desta cidade [em 1891], copiando cynicamente todos os temas de francêz que o lente ditava aos collegiais, da grammatica que os continha. [...] É uma criatura com esta que veste uma batina, celebra e confessa, prega e baptisa?! [...] Leiam-nos e depois, gritem aos ouvidos a frase de junqueso: CÃO DAS LETTRAS, CACHORRO!²⁵⁷

Figura 7 – Trecho do artigo *Plagios Indecentissimos* comparando os textos publicados pelo padre Peixoto (01/01/1911)



Fonte: biblioteca do Instituto Cultural do Cariri – ICC (2016).

Outro aspecto do enunciado foi a utilização de elementos que denotam sentido de comunhão, presente em “leiam-nos” e na interrogação. Como já assinalado, o uso da primeira pessoa do plural é caracterizado como dispositivo de interação entre o jornalista e o leitor; e, a presença do questionamento, que, aqui, não buscou uma resposta, foi utilizada para envolvê-los no discurso (PERELMAN; TYTECA, 2005). O argumento *ad*

²⁵⁶ Natural do Rio de Janeiro, foi advogado, jornalista, diplomata e escritor.

²⁵⁷ PLAGIOS Indecentissimos. *Correio do Cariry*, Crato, 1º de janeiro de 1911, p. 1.

persona também se fez presente a partir do emprego de juízos de valores – “cão das letras”, “cachorro”, “junqueso” – que objetivou desmoralizar o adversário com qualificações pejorativas, apresentando-as como “uma verdadeira morte moral”,²⁵⁸ no qual “o suicídio, [seria] o remédio mais eficaz para tamanho dissabor”.²⁵⁹

De acordo com Medeiros (2011), o conceito de plágio foi mobilizado no interior da constituição de uma crítica erudita, dedicada a desvendar os inoportunos “empréstimos” que escritores faziam de obras alheias. O plágio, propriamente dito, significava a ação de tirar trechos e traços de um ou vários pensamentos de um determinado autor. Foi exatamente essa ideia que os editores do *Correio do Cariry* buscaram expor em suas acusações, ao analisarem comparativamente os escritos de Peixoto com as obras dos intelectuais citados anteriormente.

A ideia de plágio ou transcrição de textos era considerada procedimento condenável no que diz respeito à autoria de conteúdo jornalístico. Em sua história, *O Rebate* sofreu críticas de outros periódicos pela utilização desses dois métodos. Todavia, é importante destacar que a transcrição de notícias veiculadas por outros jornais era recorrente no jornalismo praticado no período. Segundo Ribeiro (2007), dada a limitação da estrutura para cobertura jornalística, era comum um jornal comentar o que o outro publicava ou até mesmo reproduzir na íntegra um texto divulgado em primeira mão nas páginas do outro.

Porém, o excesso de transcrição era abertamente criticado. Nos primeiros meses de circulação do *Rebate*, publicou-se uma coluna intitulada “*Imprensa Regional*” com resumo de notícias veiculadas por jornais da região, entre os quais: *Correio do Cariry* e *A Cruz*, do Crato; e, *A União*, *Cetama* e *O Luctador*, de Barbalha. O ato de transcrever o conteúdo dessas folhas não agradou os editores do jornal *Luctador* que criticou²⁶⁰ abertamente os editores juazeirenses.

Seguindo com a edição cratense, o artigo *Juazeiro dagua abaixo ou Combate ao embuste* publicou fortes críticas ao padre Cícero e ao povoado vizinho. Logo na introdução, o jornalista justificou a campanha exercida contra Juazeiro. Pautado pela ideia de fanatismo, considerado sinônimo de excesso, paixão e exaltação cega, características incompatíveis com a noção de civilidade e racionalidade, propagada pelos intelectuais

²⁵⁸ PLAGIARIO. *Correio do Cariry*, Crato, 1º de janeiro de 1911, p. 3.

²⁵⁹ Idem.

²⁶⁰ A crítica foi veiculada no artigo O ESTILO é o homem. In: *O Rebate*. Juazeiro. 14 de novembro de 1909, p. 2.

cratenses, o articulista considerou como “justa e nobre” a campanha contra aqueles entregues “ao embuste, à mentira, ao erro, ao latrocínio [...] ao crime, as aberrações que sóem por vezes mil, solapar, aviltar, amesquihnar o mundo civilizado”.²⁶¹

Semelhante ao discurso publicado no texto *Juazeiro Dagua abaixo*, de 11 de dezembro, quando noticiou-se a entrada do jornal barbalhense na “patriótica campanha contra Juazeiro”, novamente o jornalista desenvolveu sua argumentação baseando-se nos sentimentos de dever e civismo, criando uma oposição entre um nós (civilizado) e um eles (não-civilizado). Enunciado que dirigiu-se ao modo operacional da fragmentação (THOMPSON, 2011, p. 87), objetivando segmentar um coletivo, dirigindo forças de oposição potencial em direção a um alvo que é projetado como mau e ameaçador.

Tomando como base, novamente, o conceito de Woodward (2007), no qual as identidades são construídas por meio da marcação da diferença e da exclusão. Os jornais analisados promoveram um ambiente excludente entre as localidades, especialmente o *Correio do Cariry* e sua segmentação entre nós/eles. Em nenhum momento houve uma tentativa de fortalecer uma identidade unificada, já que Juazeiro era uma comarca do Crato. Ser cratense era não ser juazeirense e vice-versa. Vale lembrar que essa segmentação identitária originou-se a partir do milagre da hóstia de 1889, por meio do alta hierarquia da Igreja Católica cearense e cratense. Todavia, aquelas representações ultrapassaram o campo religioso e foram também inspiradas no discurso jornalístico da nova centúria, manipulado e monopolizado por uma restrita, mas dominante, elite letrada do Crato. Era necessário, portanto, na perspectiva do *Correio*, combater aquela terra marginalizada...

Foco das mais reprováveis irregularidades, uma nódoa negra a manchar o céu da civilização brasileira, um teatro de vis explorações, cuja peça exclusiva levada quotidianamente em cena para ilaquear a boa fé dos encantos, é a *santidade do padre Cícero*, representada por *Tartufo* com eximia habilidade, mas não tanta que não deixe traír o sórdido interesse, emanado da *auri sacra fames* que devora o *sagrado* espirito de S. Revma.²⁶²

Ao resgatar a ideia de comunidade fanática, originária na última década do século XIX, o *Correio* deixou clara a estratégia a ser utilizada para deslegitimar a campanha de emancipação de Juazeiro. Ao representar o povoado como uma “terra de embusteiros”,

²⁶¹ JUAZEIRO dagua abaixo ou Combate ao embuste. *Correio do Cariry*, Crato, 1º de janeiro de 1911, p. 1.

²⁶² Idem. O segundo grifo é meu. Os demais são do jornal.

cidadela de “sectarismo e fanatismo” e ameaçador da ordem moral, o enunciador pretendeu dissipar a ideia de progresso dos vizinhos. Essa representação, assemelha-se aos conceitos de Silva (2007) no processo de produção identitária, no qual, de um lado, há aqueles que buscam estabilizar sua identidade (Juazeiro), e, do outro, há aqueles que buscam subvertê-los e desestabilizá-los (Crato).

Outra estratégia do *Correio* foi demonstrar que o considerado “foro da barbárie” fixado em Juazeiro é decorrência da má administração do padre Cícero. Ao emitir um série de juízo de valores que qualificaram o religioso negativamente, o jornalista acusa-o de “enganar (*tartufo*)” o povo romeiro, utilizando-os para fomentar sua “*insaciável busca por riqueza (auri sacra fames)*”. O sacerdote foi descrito como um “vampiro” daquela população, no qual “suga-lhe os dinheiros, e por sobre tudo, implantando a anarquia, a desordem naquela infeliz terra, digna de uma sorte melhor”.²⁶³

As representações de cunho negativo ao padre Cícero não foram emanadas gratuitamente. Vislumbrou-se criar uma rejeição do sacerdote no próprio Juazeiro, apresentando-o como inimigo daquela população.

Inimigos do povo de Juazeiro não somos e nem podemos sel-o, quando somos duas vitimas, *nós* e aquelle povo, das lábias e capeiosidade do Sr. Padre Cícero que atraz da capa de bom, de santo, de espírito ordeiro e pacificador, ocenita o seu lado verdadeiro, máu, hypocrita, desordeiro, ganancioso e mais que *tudo insultador das honras, pois si directamente não é quem faz, manda, que é peor ainda, o seu laçao padre Joaquim Peixoto trazer de roldão as pessoas mais gradas desta terra*, chegando por ultimo as farpas de seus insultos até as próprias autoridades.²⁶⁴

Ao difundir a ideia de um inimigo comum, para cratenses e juazeirenses, o articulista utilizou a estratégia simbólica de expurgo do outro (THOMPSON, 2011) juntamente com dispositivos de comunhão (PERELMAN; TYTECA, 2005), presente pelo uso do ‘nós’, que referencia o ‘eu’ do jornalista e o ‘tu’ dos leitores. O objetivo era envolver os leitores na narrativa, para que juntos, o público e o *Correio*, pudessem combater o “ambicioso” Cícero Romão Batista.

No mesmo enunciado, o sacerdote foi apontado como o verdadeiro autor ou mandante dos insultos publicados pelo *O Rebate* contra as personalidades do Crato. Por

²⁶³ Idem.

²⁶⁴ Idem. Grifos meus.

meio da estratégia simbólica de deslocamento (THOMPSON, 2011, p. 83), denotou-se um caráter negativo ao padre Cícero, fazendo referência direta ao padre Alencar Peixoto, considerado, até então, como autor das injúrias proferidas pelo periódico juazeirense. Revelou-se, portanto, a união dos dois padres em uma só pessoa, ou de acordo com o *Correio do Cariry*, em um só interesse, “insultar as honras alheias”.

As críticas contra o padre Cícero permaneceram no decorrer da edição, com os artigos *Interessante* e *Barbaridade*. O primeiro comentou uma possível censura do sacerdote contra o periódico cratense. A redação foi informada que o religioso haveria afirmado que “os redactores desta folha [*Correio do Cariry*] são inimigos da Igreja, e assim não deve aquella prestar a mínima atenção aos seus escriptos jornalísticos”.²⁶⁵ Como resposta, o enunciador cratense descreveu o que levaria um indivíduo a ser considerado inimigo da Igreja.

Inimigos da Igreja é aquelle que lhe não respeita os dogmas da autoridade [...] é aquelle, que ilaqueando a credence da plebe ignara, recebe-lhe os dinheiros, alimentando-lhe o fanatismo e o erro em que laboram.

É aquelle, enfim, que se impinge santo, mais que isto, Deus, verdadeira injuria atirada a majestade da Igreja.

Este é que é o inimigo da religião, da qual vive *excomungado*; não os redactores deste semanário que por serem verdadeiros amigos de Jesus e da Humanidade, verberam e descobrem as fraudes e a hypocrisia do *santo* que não é santo nem coisa que se lhe pareça.

Deixe-se pois de bobagem *s. santidade*. Mame calado os seus *cobritos*.²⁶⁶

Ao elencar fatos que levariam o religioso a ser considerado, na concepção do jornalista, o “verdadeiro inimigo” da Igreja, publicou-se que Cícero era um excomungado da Igreja Católica. É importante ressaltar que, até aquela data, o padre Cícero não havia sido condenado pela Igreja. Em junho de 1897, houve uma ameaça de excomunhão por parte da Santa Sé, caso o sacerdote não se retirasse de Juazeiro. Para recorrer da decisão, o sacerdote teria que ir diretamente a Roma e obedecer aos decretos impostos pela Igreja (BARROS, 1988). Em janeiro de 1898, o sacerdote embarcou para Roma no intuito de apelar pessoalmente ao papa Leão XVIII acerca da reabilitação de suas ordens sacerdotais, perdidas em 1892.

²⁶⁵ INTERESSANTE! *Correio do Cariry*, Crato, 1º de janeiro de 1911, p. 2.

²⁶⁶ Idem. O primeiro grifo é meu, os demais do jornal.

O resultado da viagem foi o seguinte: de acordo com as orientações oficiais da Santa Ofício,²⁶⁷ padre Cícero foi absolvido das “censuras em que, de qualquer modo, tenham incorrido” (BARROS, 1988, p. 251). Porém, continuava proibido de manifestar qualquer opinião sobre “os fatos de Juazeiro”. Todavia, de volta ao Ceará, Dom Joaquim ignorou a concessão feita pelo Santo Ofício e proibiu o padre de celebrar missa em Juazeiro e nas circunvizinhanças.

O segundo artigo, noticiou um fato envolvendo Cícero e os romeiros. O sacerdote, ao receber uma carta provinda do Crato, cujo conteúdo não agradou-lhe...

[...] mandou ao que nos consta como certo, um grupo de romeiros prender ao desgraçado portador, levando-o de Herodes para Pilatos, maltratando-o e insultando-o.

OPor fim, não satisfeito ainda com semelhante barbaridade, para fecho de seus instintos de homem mau, ordenou aos mesmos romeiros o fossem emboscar, depois de soltarem-lhe a margem da estrada que procura esta cidade. [...] espancando atrozmente ao pobre homem que nenhuma culpa tinha do que acusava a carta de que fora simplesmente portador.²⁶⁸

É importante destacar que o jornal cratense não publicou do que se tratava o conteúdo da carta recebida pelo religioso. Porém, ao demonstrar o poder de influência do sacerdote para com os romeiros, usando-os para a “desordem”, creditou-se o “lamentável estado de coisas da povoação do Joazeiro, entregue, por escarneio da sorte, a direção do sr padre Cícero que a tem transformado num verdadeiro barathro infernal”.²⁶⁹

O conjunto de publicações contrárias ao padre Cícero, representou uma forte oposição contra o ‘patriarca juazeirense’. Projetá-lo como um sujeito ameaçador, ganancioso e manipulador, adjetivos que se enquadra na estratégia simbólica de expurgo do outro (THOMPSON, 2011), o *Correio* constituiu a criação de um inimigo para a região, contra o qual os cidadãos caririenses precisavam combater.

Em Juazeiro, não houve a publicação do *Rebate* naquele primeiro de janeiro, a redação sequer justificou o motivo dessa ausência. O jornal voltou a circular em 08 de

²⁶⁷ O Santo Ofício voltaria a penalizar o padre Cícero com a pena máxima, a excomunhão, em 14 de abril de 1917. Porém apenas em 1920 o bispo cratense, Dom Quintino, encaminhou o decreto ao sacerdote. Já octogenário e debilitado da saúde, Floro Bartolomeu, que controlava as correspondências do religioso, devolveu o documento ao bispo preocupado com um possível agravamento da saúde de Cícero. Diante disso, o próprio Dom Quintino pediu ao papa, “em bem da paz”, a absolvição do padre Cícero da censura em que incorreu. Em 03 março de 1921, o Santo Ofício autorizou Dom Quintino a conceder absolvição ao padre, preservando no entanto a proibição de celebrar missa (BARROS, 1988). Em 20 de outubro de 2015, a Igreja Católica, através do papa Francisco, reconciliou-se com o padre Cícero perdando-o de todas as punições sofridas em vida. Com a reconciliação, a Igreja aceitou e reconheceu o trabalho sacerdotal realizado pelo padre Cícero com a nação-romeira juazeirense.

²⁶⁸ BARBARIDADE. *Correio do Cariry*, Crato, 1º de janeiro de 1911, p. 2.

²⁶⁹ Idem. *Correio do Cariry*, Crato, 1º de janeiro de 1911, p. 2.

janeiro, ‘rebatendo’, em seus artigos, os escritos do *Correio do Cariry*, veiculados entre 25 de dezembro e 1º de janeiro.

O dia 08 de janeiro de 1911 marcou também o início da série *De agua abaixo, não irá o Joazeiro*, de autoria de Floro Bartolomeu. Uma resposta direta aos textos cratenses intitulados *Juazeiro Dagua abaixo*. Ao todo, a série contou com quatro artigos, publicados entre janeiro e fevereiro daquele ano, destinados, em sua maioria, a responder o artigo *Simplemente Ironico* do *Correio do Cariry*, classificado, por Floro, como “um injusto libello accusatorio, senão injurioso contra o venerado sacerdote”,²⁷⁰ cujo objetivo era unicamente “diluir todo o seu ódio contra o Revdmo. Pe Cícero”.²⁷¹

Considerando o embate protagonizado pelos jornais como sério e de interesse público, “pela gravidade da causa [emancipação de Juazeiro] e pela importancia moral da victima [padre Cícero]”,²⁷² Floro propugnou por uma discursão sem insultos e calúnias, cujo objetivo primordial seria esclarecer aos cidadãos o que estava sendo debatido. Por esse motivo, propôs aos articulistas do *Correio* assinarem seus respectivos textos, ação já realizada pelo médico no mencionado artigo.

A estrutura do artigo foi praticamente a mesma nas quatro publicações da série. Citavam-se trechos do artigo cratense e, em seguida, rebatia-se o que foi dito. Nessa interação entre o discurso do jornal e a tese do adversário, evocada pela contestação das críticas, empregou-se a modalidade retórica da força dos argumentos²⁷³ (PERELMAN; TYTECA, 2005).

A primeira publicação da série contrariou a seguinte afirmação: *era preciso que a população cratense já tivesse perdido o senso e brio para, ao menos, condescender com seu maior perseguidor e inimigo atualmente [referindo-se ao padre Cícero] e se o sacerdote tinha algum direito daquele povo, seria apenas a piedade dos seus patrícios.*

Para Floro, o redator cratense pecou ao afirmar ser o padre Cícero o maior inimigo do Crato, pois falou “em nome de um população inteira sem que tivesse a competente autorização”. Era necessário apresentar provas e assim “justificar-se honrosamente”. Por isso, orientou o jornalista a reforçar “sua argumentação com assignaturas suficientes de

²⁷⁰ DE ÁGUA abaixo, não irá o Joazeiro. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de janeiro de 1911, p. 1.

²⁷¹ Idem.

²⁷² Idem.

²⁷³ Ver nota n. 230.

regular numero de representantes”.²⁷⁴ Na sequência, comentou da necessidade de perda do senso e brio dos cratenses, para agir com condescendência com o religioso:

Como admitir que s.s [redator do Correio do Cariry] considera a digna população cratense insensata e desbriada si porventura ainda condescender com o padre Cícero, e ao mesmo tempo admitir que s.s ache razoável e possível ela ter piedade d’elle, quando tal condescendência, conforme categoricamente affirma s.s, é a consequência inevitável da perda de senso e brio? [...] Ora, si a condescendencia da população Cratense para o padre Cícero, na opinião de s.s é o reflexo vivo da perda de senso e brio, por ser elle, o referido sacerdote, o seu maior inimigo, o seu maior perseguidor actualmente; [...] como quer que elle seja, s.s acha que ella [população do Crato] deve condescender tendo piedade, e tão somente pela *indifferença com que elle assiste o desmoranamento do seu nome*, claro está que s.s affirma que a supra citada população Cratense muito em breve perderá o senso e o brio, o que, ao meu ver, é uma enorme leviandade do illustre articulista.²⁷⁵

Floro utilizou-se da argumentação *ad hominem*²⁷⁶ (PERELMAN; TYTECA, 2005) que consistiu em colocar o jornalista vizinho em contradição com suas próprias palavras. Ao considerar que a condescendência para com o padre ocorreria com a perda do senso e brio cratense e, posteriormente, afirmar que o sacerdote tinha direito apenas à piedade dos seus patrícios, Floro considerou que o articulista propôs que muito em breve aquela população perderia seu senso e brio. Nessa perspectiva, o jornalista juazeirense concluiu que o *Correio* colocou os habitantes do Crato no “plano de inferioridade quando os considera capazes da baixeza de vingança, o que, em summa, é uma condição incompatível com a sua tradição, e que vae de encontro aos seus reaes princípios de educação”.²⁷⁷ Além disso, afirmou que o berço educacional cratense jamais permitiria um ato vingativo contra alguém de sua terra, o “povo [os cratenses], que é d’elle irmão pelo berço, saberia perdoar-lhe e não vingar-se”.²⁷⁸

A orientação dada ao *Correio* para colher assinaturas, para provar ser o padre Cícero o maior inimigo do Crato, não seria por acaso. Esse método foi utilizado pelo *O Rebate* para comprovar que a população de Juazeiro repudiou as publicações do periódico

²⁷⁴ DE ÁGUA abaixo, não irá o Joazeiro. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de janeiro de 1911, p. 1.

²⁷⁵ Idem. Grifos de Floro.

²⁷⁶ O *argumento ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126) consiste em colocar o interlocutor em contradição com suas próprias afirmações, tratando-se de um mecanismo de desqualificação, que se configura na discordância existente entre o dito no passado e o dito no presente.

²⁷⁷ DE ÁGUA abaixo, não irá o Joazeiro. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de janeiro de 1911, p. 1.

²⁷⁸ Idem.

cratense, especialmente o artigo *Juazeiro dagua abaixo ou Combate ao embuste*. O *Protesto*, em forma de abaixo-assinado, foi republicado ao longo de cinco edições.²⁷⁹

Nós, abaixo assignados, naturaes e romeiros do Joazeiro, revoltados, contra o enorme atentado à honra do nosso verdadeiro amigo, o Revdm. Sr. Padre Cícero Romão Baptista, commettido pelos redactores do Correio do Cariry, n. 318 de 1º de Janeiro corrente, protestamos energicamente em nosso nome e em nome de nossas famílias.

Este nosso protesto não é do quilate do da eschola do tiro, no Crato; é um protesto nobre e altivo expontaneamente por nós feito e de real importância, porque, além de ser d'uma população inteira, não poderá, nem será contra-protestado por nenhuma outra localidade, estamos certo, inteiramente certos.

Os insultos, as calumnias e as injurias tiradas covardemente a face do Reverendo Sacerdote não atingiram, nem o atingirão – nunca! Voltaram intactas pela força de repulsão encontrada nos rochedos de sua dignidade, ao seu ponto de origem.

De modo que protestamos não tento pelo efeito por ellas produzido na alma branca de nosso venerado amigo, como porque a covardia d'esses indivíduos sem responsabilidades permitira que elles nos envolvessem em seu grupo, apagando sermos seus amigos e estamos em harmonia com elles, quando disseram que somos também victimas do *vampiro* que nos suga o sangue.

Para desmentirmos por completo asserção tão injuriosa aos nossos brios bastava dizermos: O Reverendissimo Padre Cícero é o 'nosso único e verdadeiro amigo' e a sombra de sua sincera amizade é que a felicidade nos tem sorrido, até em a nossa própria dor.

Contra o seu nome augusto nada temos que dizer, sinão commettendo o maior dos crimes – a ingratião; entretanto à favor de seu nome imáculo, na defesa de sua pessoa empenhamos todos os nossos bens, todas as nossas forças, todas as nossas energias e até a nossa própria vida, obrigados pela gratiã a que elle tão naturalmente tem feito jús.

Eis, por tanto, a prova patente da mentira publicada, o desmentido formal ao artigo <Joazeiro d'agua abaixo> ou <Combate ao embuste> publicado no referido Correio do Cariry de 1º de Janeiro d'este anno.

Está cumprido o nosso dever.

Villa do Joazeiro do Padre Cicero, 2 de janeiro de 1911.²⁸⁰

Mais uma vez *O Rebate* utilizou-se da população de Juazeiro para contestar os jornalistas cratenses. Diferente do manifesto publicado em 04 de setembro de 1910,²⁸¹ assinado pelo “O Povo [de Juazeiro]”, o protesto acima expôs o nome de cada morador local. Apenas nessa edição foram publicadas 199 assinaturas, ao todo, somando as cinco edições em que o *Protesto* foi publicado, foram veiculadas 923. Ao utilizar-se dessa estratégia, *O Rebate* mostrou um Juazeiro unido em prol do seu patriarca, disposto a defender seu “verdadeiro amigo” e sacrificarem suas “próprias vidas” na defesa do homem que “estendeu-lhes a mão”.

A valorização desse ato, marcado pelo discurso do sacrifício, funcionou como resposta ao jornal cratense que considerou o sacerdote inimigo de Juazeiro. Ao expor as

²⁷⁹ Ver: *Protesto*. **O Rebate**, Juazeiro, 08, 22 e 29 de janeiro e 05 e 12 de fevereiro de 1911.

²⁸⁰ *PROTESTO*. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de janeiro de 1911, p. 3.

²⁸¹ Ver Figura 4 - Atitude do povo do Joazeiro, qualquer que seja a solução.

assinaturas, o periódico buscou convencer seu público das reais qualificações do religioso injuriado, já que se tratava de um manifesto popular.

Seguindo com as publicações, a discursão em torno da herança de Marrocos obteve um novo capítulo no artigo *Em fase de cynismo*. Inicialmente, a publicação respondeu os questionamentos veiculados no artigo *Explicação necessária*, do *Correio do Cariry*, que solicitou *provas ou testemunhas que comprovassem a existência dos livros citados por Peixoto no espólio de José Marrocos*.

Sobre o assunto, Peixoto respondeu: “não temos testemunhas para apresentarmos porque elle mesmo [Raul de Carvalho], o ratado e relaxado do Tubiba, não consentiu que as houvesse”.²⁸² O redator sustentou a tese que durante o período de recusa do telegrama de Deusdedit Marrocos até a aprovação da procuração do padre Cícero, para ter acesso ao espólio, foi o tempo hábil para o juiz analisar os documentos e furtar aqueles de relevância para as autoridades locais.

Peixoto também justificou o porquê daqueles *documentos de religião não interessavam as autoridades cratenses*. “Não servirão [...] porque já foi descoberto o furto e frustrado já está o plano miseravelmente architectado contra o Joazeiro e o Padre Cícero”.²⁸³ O artigo não cita explicitamente de que tais planos seriam esses. Porém, por se tratar de uma discussão sobre os documentos ausentes do espólio de Marrocos, acreditamos ser o citado plano a publicação de uma obra acerca do movimento social, religioso, político e material de Juazeiro, elucidado no artigo *Arreda Cachorro!*

Na sequência do artigo, o jornalista contestou o protesto do Tiro Cratense.²⁸⁴ Considerou que “a maior parte d’esses moços assignaram esse protesto por considerações... que bem as conhecemos, e o resto porque são empregados e parentes do chefe mulambo e por nada mais”.²⁸⁵ O redator ainda justificou que as “calúnias” e “insultos” proferidos pelo *Correio*, contra o padre Cícero e Juazeiro, foram um ato vingativo de Raul de Carvalho, pois o mesmo não conseguiu se defender das acusações de furto expostas pelo *Rebate*.

Por fim, Peixoto comemorou os “rumores” da saída do juiz cratense da região que estaria “fugindo” do embate com os jornalistas juazeirenses: “Que o Deus o tire logo e o

²⁸² EM FACE de cynismo. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

²⁸³ Idem.

²⁸⁴ Publicado em BOLETIM: Tiro Cratense Protesto Vehemente. **Correio do Cariry**, 25 de dezembro de 1910, p. 1.

²⁸⁵ Idem.

diabo o conduza aos ponta-pés macabros para bem longe [...] esse Tubiba infame e covarde, fuchiqueiro e safado e não se esqueça também de seu esmolambado parente que de pôdre na chefia do Crato os urubus já o estão beliscando”.²⁸⁶

A publicação acima, além de responder os questionamentos lançados pelo *Correio do Cariry*, buscou pôr em descrédito o discurso de Raul de Carvalho ao utilizar-se de juízos de valores que enfatizam aspectos negativos do sujeito – “ratado”, “infame”, “fuxiqueiro”, “safado” – evidenciando, desse modo, a desmoralização do juiz através da estratégia de tropos linguísticos (THOMPSON, 2011).

O citado artigo marcou também o encerramento da discussão em torno da herança de Marrocos. Ao longo de nove artigos, seis pelo *Rebate* e três pelo *Correio*, debateu-se sobre documentos e objetos desaparecidos do espólio de José Marrocos. Porém, o assunto foi encerrado sem uma resposta concreta para os leitores. O paradeiro dos documentos não arrolados permaneceram em absoluto mistério. Contudo, as acusações emanadas pelo *Rebate* proporcionaram a ‘quebra’ de silêncio dos jornalistas cratenses que, a partir de então, passaram a ‘combater’ os escritos do jornal vizinho de forma direta.

No decorrer daquela edição, foi argumentado também sobre os rumores que Antônio Luiz usaria da força policial para cobrar os impostos municipais atrasados de Juazeiro. Por meio de cartas anônimas, provenientes do Crato e de municípios vizinhos, os jornalistas juazeirenses foram informados daquela possível “invasão armada”. Em uma das mensagens, afirmou-se que o oligarca mandaria “prender o padre Cicero, empastelar O Rebate e assassinar o nosso Redactor-Chefe [padre Peixoto], bem como alguns amigos mais d’aqui, a quem elle os odeia de morte”.²⁸⁷ Apesar das denúncias, os jornalistas não acreditaram, no primeiro momento, na veracidade daquelas informações. Porém, com a chegada de mais cartas somada a acontecimentos recentes, mudaram a opinião desses articulistas.

Em uma das cartas, afirmou-se que Antônio Luiz estaria solicitando cangaceiros para “proteger” a cidade do Crato. Ao mesmo tempo, a redação tomou conhecimento que o oligarca cratense havia comunicado ao governador Accioly que Juazeiro projetava “um ataque ao Crato com força armada”. De acordo com o *Rebate*, Antônio Luiz buscou com essa declaração “obter mais soldados [do governado estadual] e com esse elemento poder

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ COMO é perverso e miserável! *O Rebate*, Juazeiro, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

realizar a sua perversidade [contra Juazeiro]”.²⁸⁸ Efetivando o pedido do correligionário, Accioly enviou uma força policial ao Crato, com objetivo de defender a cidade. Ao adquirir o contingente armado, Antônio Luiz teria posto seu plano em prática, sequenciado abaixo pelo *O Rebate*:

- 1) Deu ordem ao referido Tubiba [Raul de Carvalho] para insultar ao padre Cicero pelo seu Corsario [*Correio do Cariry*], afim de que o povo joazeirense, que o estima, respeita-o e considera-o, se revoltasse e se agitassem em attitude de sublevação;
- 2) [Procurou] alguns cavalheiros d’aqui que ainda o supunham com elementos vigorosos para suas *taimadezas*, incutindo-lhes no espirito ideas de reacção contra o chefe por nós aclamando [coronel José André], para poder conseguir aqui um partido contra nós;
- 3) [Usou o *Cetama*] como uma tribuna de declamação contra o padre Cicero [...] para provar que a Barbalha e Missão Velha estavam revoltadas contra o venerado sacerdote;
- 4) Fez o orçamento da câmara do Crato, [...] incluindo o Joazeiro;
- 5) [Por fim] era corrente em todo o Cariry que no dia 1º [de Janeiro de 1911] seria *esbagaçado* (expressão d’elle [Antônio Luiz]) o Joazeiro.²⁸⁹

Após ‘expor’ o plano do oligarca, o jornalista ‘rebateu’ o artigo *Barbaridade*, publicado pelo *Correio* na semana anterior. Diferente do artigo cratense, *O Rebate* divulgou o conteúdo da carta recebida pelo padre Cícero. Tratava-se de um questionamento do intendente cratense “perguntando si poderia cobrar os impostos de feira, e pedindo que lhe respondesse por escripto”.²⁹⁰ O sacerdote não chegou a responder a mensagem. Acreditou-se que “a resposta do referido sacerdote, negando o consentimento, servisse de documento para ser accionado como único responsável!!!”.²⁹¹

Se a confusão entre o mensageiro e os romeiros foi creditada pelo *Correio* como obra do padre Cícero, *O Rebate* apresentou uma segunda versão daquele episódio:

O padre Cícero ao receber a carta, como era natural, declarou ao portador – que se entendesse com o chefe e os negociante d’esta praça, alegando não poder responder como o tal... pedia.

O povo ao saber que chegara esse portador, agitara-se, sendo preciso que o padre Cícero providenciasse com energia para evitar algum desacato, como de facto o evitou.

Declarando todos por uma só bocca que não permitiriam intervenção da câmara do Crato, aconselharam que se retirassem continenti fazendo acompanhá-lo dois homens do povo.

Eis o que se deu.²⁹²

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ Idem.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Idem.

²⁹² Idem.

Como já assinalado, uma das características do jornalismo político, praticado no período, foi a construção de relatos marcados pelo olhar da empresa, objetivando divulgar e fomentar seus respectivos interesses partidários. O que contribuiu para circulação de diferentes versões de um mesmo acontecimento.

Visando confirmar e dar credibilidade às afirmações expostas naquele artigo, o enunciador publicou a troca de telegramas entre padre Cícero e o governador Accioly. Ao felicitá-lo pela entrada do novo ano, em 31 de dezembro, o padre Cícero recebeu, dois dias depois, as retribuições do governador do estado. Além dos cumprimentos pela entrada de 1911, Accioly declarou “estar informado de que cangaceiros [de Juazeiro] iriam atacar o Crato”. O político chegou a pedir o auxílio do clérigo “a fim de obstar todo e qualquer movimento de perturbações da ordem, alegando ser mais um valioso serviço prestado à sua administração”²⁹³. Padre Cícero respondeu garantindo que o “Joazeiro nunca pretendeu nem pretende atacar o Crato bem como que o povo estava calmo”²⁹⁴ e pediu providencias a Accioly no sentido de evitar que Antônio Luiz “continuassem a ameaçar o Joazeiro d’um ataque com força armada a titulo de cobrança de impostos”²⁹⁵.

Percebe-se a utilização do depoimento do líder político do estado, usado como a voz da “verdade”, para dar credibilidade e veracidade ao discurso do periódico. Naquele período, os depoimentos de figuras militares e líderes políticos eram apresentados como posicionamentos e opiniões praticamente inquestionáveis, tornando-se as fontes autorizadas para contar a realidade (WOITOWICZ, 2015). Desde o ‘grito de independência’ de Juazeiro, *O Rebate* utilizou desse método, transcrevendo telegramas ou cartas de personalidades locais, com a finalidade de construir um espaço para “dizer” a realidade e “fazer a opinião” diante dos acontecimentos.

Destacamos também a força dos boatos durante a refrega. As mensagens que descreviam os possíveis planos de Antônio Luiz, para cobrar os impostos em Juazeiro, nasceram a partir de cartas anônimas. De acordo com Jean-Noel Kapferer (1993, p. 4), o boato “é o mais antigo dos meios de comunicação de massa. Antes mesmo de existir a escrita, o ouvi-dizer era o único veículo de comunicação nas sociedades. O boato

²⁹³ Idem.

²⁹⁴ Idem.

²⁹⁵ Idem.

veiculava as informações, fazia e desfazia as reputações, precipitava os motins ou as guerras”.

É importante destacar que o boato nem sempre é falso ou um informe inverídico, “acredita-se neles justamente porque têm um fundo de verdade” (KAPFERER, 1993, p. 9). O próprio contexto, entre as duas localidades, poderia levar a considerar aquelas informações verdadeiras. Em um região, à época, marcada pela forte presença da disseminação de informações dadas oralmente, resultante do processo coletivo entre conversas, hipóteses e curiosidades que derivam de um determinado fato, as formas de comunicação oral transferiram-se para o mundo do impresso e foram apreendidas com a mesma clareza. Surgem, portanto, “outras verdades: a cada um a sua” (Idem, p. 9).

Naquele mesmo dia (08/01/1911), no Crato, o *Correio do Cariry* seguiu a linha editorial das edições anteriores e publicou novas apreciações contra os padre de Juazeiro. Foi a edição com o maior número de publicações contrárias aos padres Alencar Peixoto e Cícero Romão Batista.

Na primeira página, publicou-se o segundo artigo da série de denúncias dos plágios do padre Peixoto. Com o título *Novos Plágios – o celeberrimo Padre Joaquim de Alencar Peixoto, o ladrão das lettras PARA QUE MAIS?* o *Correio* comparou o artigo *A Paz Anglo Boer*, escrito por Peixoto e publicado no *Cidade do Crato* em junho de 1902, com os sermões publicado pelo padre Antônio Vieira e monsenhor Joaquim Pinto de Campos, ambos intitulados de *A guerra*. A publicação reiterou sua finalidade de destruir a imagem de intelectual do sacerdote, “que por muitos tempos conseguiu engodar os menos dotados de conhecimentos, proclamando-se TALENTO FINO, INTELLIGENCIA ROBUSTA, quando não passa de um refinado plagiário, um perfeitíssimo quadrupede na sciencia e nas lettras”.²⁹⁶

Dando continuidade às críticas ao padre Alencar Peixoto, o jornal publicou mais três artigos: *Injusto*,²⁹⁷ *Degolamento* e *Mata-sete*. O primeiro, ironizou o sacerdote que ficou “zangado” por ser chamado de *lacaio do padre Cícero*; o segundo, após informação dadas por uma fonte anônima, noticiou que Peixoto teria o prazer de “cortar 6 ou 8 cabeças a outros tantos desta pobre cidade [Crato]”.²⁹⁸ Ironizando a situação, o articulista comentou: “os ameaçados que se precavenham, ponham suas cabeças no seguro”; no

²⁹⁶ NOVOS plágios. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 1.

²⁹⁷ INJUSTO. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 1.

²⁹⁸ DEGOLAMENTO. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

último, o jornal voltou a ridicularizar a escrita do jornalista: “Vá aprender portuguez, para não escrever tão errado que ninguém tem seus arreganho”.²⁹⁹

Nos trechos expostos acima, os editores utilizaram dos tropos linguísticos (THOMPSON, 2011) com o intuito de desmoralizar e ridicularizar a imagem comportamental e intelectual de Peixoto, caracterizando também o emprego do argumento *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005), a fim de convencer o público a não confiar nas palavras do sacerdote.

Assim como no artigo *Degolamento*, outras duas publicações, *Padre Penca e Ultima hora*, apresentadas abaixo, foram desenvolvidas a partir de depoimentos anônimos. No jornalismo praticado no início do século XX, os editores recolhiam fatos e informações, que possivelmente interessariam ao público, das redes de boatos e conversas que chegavam às redações, pelo “por ouvir dizer”, “por se falar” ou “por chegar aos nossos ouvidos”, entre dezenas de outras expressões que dão conta da contaminação do mundo oral nas letras impressas (BARBOSA, 2010). O *Correio* fez referências a essas especulações e buscou demonstrar credibilidade, do que estava sendo veiculado, por tratar-se de fontes “que vieram da terra santa e que nos merecem toda fé”.³⁰⁰

Se em edições anteriores o *Correio* comentou sobre a relação do padre Cícero com os romeiros, dessa vez a relação do ‘patriarca de Juazeiro’ com os cangaceiros ganhou as páginas do periódico, por meio de três publicações. O primeiro artigo definiu o padre Cícero como “padre Penca”, uma referência ao padre Joaquim Manoel de Sousa³⁰¹ que ficou conhecido por benzer cacêtes. Segundo o *Correio*, algo semelhante havia sido presenciado no povoado: “há poucos dias *sua santidade* [padre Cícero] no fim de uma pratica anarchista, mandou que os cangaceiros que arrebanhou de toda parte, erguessem seus bacamartes lançando sobre os mesmos a sua bênção *divina*”.³⁰²

A segunda publicação noticiou que o sacerdote escolheu alguns cangaceiros para serem seus guarda-costas.

²⁹⁹ MATA-sete. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 2

³⁰⁰ PADRE Penca. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 1.

³⁰¹ Natural do Rio Grande do Norte, foi o primeiro vigário da freguesia de Jardim, no Ceará, onde permaneceu de 1816 até sua morte. Ficou conhecido como o ‘benze-cacete’ após sua participação na Revolta de Pinto Madeira, conflito entre a vila do Crato, liderada pelos liberais republicanos, e a de Jardim, dominada por Joaquim de Pinto Madeira, em 1831. O padre, aliado de Pinto Madeira, armou seus correligionários com cacetes de madeiras as quais o mesmo benzia. Devido à grande quantidade de cacetes, o sacerdote resolveu benzer uma mata inteira de onde seria retirada a madeira para confecção dos cacêtes. A partir desse fato, passou a ser chamado de Benze-Cacetes (BRITO, 1979).

³⁰² Idem. Grifos do jornal.

Referindo-se aos seus *guarda-costas* (cangaceiros que S. Rvdma, traz sempre consigo) o Sr. Padre Cícero sem se a perceber do papel que representava dizia (palavras textuais) para o nosso informante: AQUELE RAPAZ QUE ESTÁ ALI TEM 8 MORTES, AQUELL'OUTRO 6, ESTE 3. SÃO HOMENS PERVERSOS, VALENTES E ... CORAJOSOS!!!!...³⁰³

É importante ressaltar que o universo de seguidores do padre Cícero, de acordo com Barros (1988), era formado não somente de homens de bons costumes, mas de criminosos foragidos, bandidos e cangaceiros legendários na história do banditismo e do cangaço no Nordeste. Esses seguidores, para Cortez (2000), fizeram surgir na intelectualidade cratense, afeita ao modelo de estética social pautado nos cânones da civilização e do cientificismo, um imaginário do terror acerca do Juazeiro. Para eles, a aliança entre o sacerdote e os cangaceiros transformaria o povoado em um “theatro de scenas vergonhasas”.³⁰⁴

Compreendia-se que a ordem pública das cidades da região estava ameaçada pela presença daqueles malfeitores, cujo histórico contemplava todos os tipos de crime contra a vida, a propriedade, a honra e os costumes. Através do argumento pragmático³⁰⁵ (PERELMAN; TYTECA, 2005), o jornalista chamou atenção para as possíveis consequências daquela aliança que poderia culminar na invasão de cangaceiros ao Crato, como anunciado no artigo *Alea Jacta Est* (traduzindo do latim *A sorte está lançada*): “Cercado de cangaceiros, S. Rvdma [padre Cícero] ameaça engulir o Crato, proclamando-se, de viseira erguida, um chefe de bando armado, um despota que pisa a lei, um tyranno que almeja vidas”.³⁰⁶

A dupla de padres de Juazeiro, Cícero e Alencar Peixoto, voltou a ser criticada juntamente no artigo *Pasquim*. A publicação era um resposta ao *Boletim Caricata* (Figura 8) que circulou na região entre os dias 02 e 07 de janeiro. Aquele impresso trouxe uma imagem representando um bando de urubus alimentando-se de um cadáver (Antônio Luiz). A imagem continha também a representação de um homem (opinião pública) e um cachorro, com aspecto magricelo, observando o festim das aves.

³⁰³ ULTIMA hora. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁰⁴ ALEA Jacta Est. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁰⁵ Ver nota n. 187.

³⁰⁶ ALEA Jacta Est. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

Figura 8 – Boletim Caricata



Fonte: acervo digital do pesquisador Renato Casimiro.

O *Correio* definiu a imagem como um “boletim imundo, contendo uma allegoria nojenta e uns versos chucros e immoraes como tudo que sae da penna de S. Revdm [Peixoto]”.³⁰⁷ Na sequência, o jornalista descreveu sua análise acerca da citada publicação:

Tudo isso estava bem feito e muito próprio da imagem que teve, mas errou o alvo o sr. Padre Peixoto. Aquelle papel bauseabundo photographava ao vivo o drama que tem como scenario a outrora tão sossegada povoação do Juazeiro, transformada hoje em theatro das mais torpes explorações e bandalheiras onde o vandalismo infrene e a corrupção supina andam de mãos dadas sob as azas protectoras do *anjo da pas*. O cadáver putrefacto é da moralidade daquella terra devorado pelos abutres que são uma chusma de espectadores que vieram alli procurar asylo [...].³⁰⁸

Através da estratégia simbólica de deslocamento e tropo linguístico (THOMPSON, 2011), o jornalista transferiu os atributos negativo, apresentados no boletim, ao padre Cícero e seus espectadores (referindo-se aos romeiros). Ao representar ironicamente o padre Cícero como “anjo da paz”, o articulista o responsabilizou por

³⁰⁷ PASQUIM. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁰⁸ Idem.

transformar Juazeiro, outrora sossegado, em uma localidade onde impera o vandalismo e a corrupção, um ergástulo de forasteiros miseráveis e delinquentes.

A utilização de clichês pelo *O Rebate* evidencia o excelente poder aquisitivo do jornal. De acordo com Sodré (1999, p. 283), “os clichês são caríssimos, poucas as oficinas de gravuras e os jornais poupam-se de usá-los”. Relembremos também que, a partir do final do século XIX, as inovações técnicas permitiram o advento da gravura e, conseqüentemente, da caricatura, na empresa brasileira. Comumente, esse recurso era utilizado em edições comemorativas por ambos os periódicos, principalmente pelo jornal juazeirense que ilustrava até suas colunas semanais com gravuras em formato de xilogravura.

A publicação do *Boletim Caricata*, somada com a chegada de telegramas provenientes de Fortaleza, fomentou uma campanha de rejeição à linha editorial de *O Rebate*. “Tem sido muito censurada aqui a linguagem baixa e virulenta do Rebate do Juazeiro contra pessoas qualificadas dahi. Opinião geral proclama anthipatica causa juazeirense”,³⁰⁹ transcreveu o *Correio*. Com a “condenação de intelectuais” fortalezenses, o *Correio* comentou:

Vêm-se quaes os efeitos da campanha odiosa encetada há quase dous annos pelos padres do Juazeiro por meio de pasquinadas indecentes e torpes, contra pessoas das mais gradas destas terra, as quaes pelo seu caracter illibado, nobresa de sentimentos e proceder irreprehensivel estão fora de alcance das calumnias grotescas do Rebate e o publico sensato daqui e dalem os julga com isenção de animo, fazendo-lhes justiça, porque bem as conhece.

Nojo é o que sente quem lê aquelle malfadado papel, ao ver o ódio injusto daquella gente estourando em desaforos immoraes e imprecações indecentes, arrastando pelo chão os nomes de cidadãos presados geralmente pela sua honorabilidade, apurada no cadinho da verdade em que se experimentam os caracteres, não pelo vozerio de um descontente, mas pelo exame acurado do seu modo de agir prudente e moderado e pela honestidade dos seus actos.

[...] Eis os telegrammas da capital proclamando esta verdade. Não somos nós que o dizemos são as pessoas insuspeitas, de longe, que sentem o coração confrangido diante dos insultos atirados a pessoas honestas, de uma vida limpa de nodoas e cheia de boas acções, dignas do respeito dos seus coevos e que estão sendo amarrados a este leito de *Procurstas* que está sendo *O Rebate*. Ai do que cair no seu desagrado; será trazido pela rua da amargura, calumniado, injuriado!³¹⁰

Percebe-se que ao revelar outras “fontes”, cuja autoria não é dada com clareza, como seria exigido no modelo de jornalismo praticado atualmente, o articulista apropria-

³⁰⁹ O PUBLICO de Fortaleza julgando as coisas do Juazeiro. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 1.

³¹⁰ O REBATE fora do Cariry. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 2.

se daqueles escritos para corroborar com sua visão acerca da linha editorial de *O Rebate*. Ao inserirem a opinião daquelas “pessoas insuspeitas” e “de longe”, o periódico orientou seus leitores a não lerem o jornal juazeirense.

Avisamos ás famílias que não desejam conhecer o transumpto fiel da missa negra que não leiam essa folha [O Rebate], que está se tornando insuportavelmente pornográfica.

O seu redactor se esquecendo que escreve para um publico educado nos princípios da mais pura moral, viciado como está na leitura de Rebelais e dos sonetos de Bocage, solta de quando em vez tão horrendos palavrões que fazem subir o rubor até a cara lívida dos rôdeurs das praças.

[...] Os senhores paes de família cumprem um dever de vigiar do seu lar prohibindo entrada nelle desse immundo pasquim.³¹¹

Ao utilizar-se da estratégia ideológica de universalização (THOMPSON, 2011, p. 83), o jornalista apresentou a rejeição ao *Rebate* como assimilada por todos, bem como censurá-lo fez parte do interesse dos mesmos. Esse conjunto de publicações contra a linha editorial de *O Rebate* pode inferir a construção de uma superioridade intelectual dos jornalistas cratenses em relação aos juazeirenses, já acusados de plágios e de utilizarem uma linguagem virulenta em seus escritos.

Na semana seguinte (15/01/1911), *O Rebate* novamente deixou de circular, “devido a um accidente na machina”.³¹² Por sua vez, o *Correio do Cariry* continuou a combater os padres juazeirenses. No terceiro artigo da série de denúncias de plágios de Peixoto,³¹³ comparou-se o conto *A onça Nhãnhã*, de autoria de Peixoto, publicado em 06 de fevereiro de 1910 pelo *O Rebate*, com os contos *As minhas duas gatas*, de Émile Zola e *O meu gato*, de Magalhães Azeredo.

Em outra publicação, a redação contrariou ser Peixoto o único responsável pelo *O Rebate*, com afirmado pelo redator no artigo *Como se desmascara* de 25 de dezembro. A longa justificativa do jornalista vizinho não surtiu efeito na opinião dos editores cratenses, que reiteraram sua teoria em ser o padre Cícero o responsável pelo periódico de Juazeiro.

Que a empresa do Rebate lhe não pertence e sim ao sr. Cicero, todos sabem, ninguém ignora. Admittindo-se, porém, mesmo a hypothese de lhe pertencer essa futrica, pessoa não há que não conhecer ser D. Juan Peixoto um mero instrumento um bandaméco, um títere nas mãos de s. *santidade*, que tem como um serviçal ao seu dispor, pagando-lhe uns magros vintens pelo bom desempenho de seu officio.

³¹¹ O REBATE. *Correio do Cariry*, Crato, 08 de janeiro de 1911, p. 3.

³¹² O REBATE. *O Rebate*, Juazeiro, 08 de janeiro de 1911, Várias, p. 3.

³¹³ MAIS PLAGIOS: A onça Nhanhã: o celeberrimo Padre Joaquim Peixoto, o ladrão das letras. Para que mais? *Correio do Cariry*, Crato, 15 de janeiro de 1911, p. 1.

Seu nauseabundo produto o Rebate é sabido de todo mundo, não sae sem que primeiro tenha o *visto* do padre *santo*.³¹⁴

Os articulistas cratenses ainda satirizaram os acontecimentos de Juazeiro com a obra Dom Quixote de La Mancha, escrito pelo espanhol Miguel de Cervantes no século XVII. A partir da estratégia simbólica de deslocamento (THOMPSON, 2011, p. 83), o jornalista transmitiu conotações negativas do personagem espanhol aos padres juazeirenses, apresentando-os como loucos e sonhadores do impossível.

O Juazeiro vai bem não há negar.

A ordem alli é a mesma ordem das tabas selvagens no interior da Amazonas; a lei é a palavra do Sr. Cicero – vontade única, poder supremo civil e religioso.

O exemplo de humildade, submissão e amor do próximo que deram todos os santos do *Flos Santorum*, fructificou em sentido inverso na *terra santa*, onde se operam quotidianamente milagres inéditos nos annaes da thaumaturgia universal. As attribuições do Sr. Cicero não se delimitam na terra: ultrapassam os aéreos domínios.

Um dia esse *santo* homem quis fazer uma villa e encontrou obstáculos da parte de quem não quis e nem devia submeter-se a caprichos mal entendidos. Immediatamente o *santo* saltou por cima de todas as considerações e villificou, *por seu quero posso e mando*, a terra do seu coração. Amanhã tornal-a à cidade ou capital; a questão é ter tempo e querer.

Occupado como anda em ultrapassara em milhões ao sr. Sierpon Morgau e a Rochfeller transformando toda a colina do Coxá em libra sonantes e loucuras como as que trazem a effigie de rainha Victoria, entregou a direcção dos seus santos domínios ao nobre cavaleiro de Cervante D. Peixoto de La Mancha, digno filho da briosa Hespanha, homem de genio belicoso, que vive com canhões assestados sobre os muros da mystica Ciceropolis, bombardeando o vácuo, o inverossímil, metralhando as sombras, o infinito, o incoscoscivel.³¹⁵

Percebe-se no enunciado acima, uma característica marcante do jornalismo presenciado no período. A imprensa vivia tanto da literatura como esta vivia da imprensa, “o noticiário era regido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda pelos literatos é confundido com literatura” (SODRÉ, 1999, p. 283).

Ao tomarem conhecimento que o padre Cícero estaria “zangado e queixoso” com a redação, devido às publicações contrárias a sua pessoa, o *Correio* justificou o porquê da campanha movida contra o sacerdote:

Dizem por ahi afora que o sr. Padre Cicero está muito zangado e queixoso comnosco por havemos publicado em nossa folha algumas das façanhas de s. rvma. Não tem razão, porém. Somos a victima que se revoltou contra a sanha do algoz; somos o leão que acordou aos gritos e as pedradas da canalha desenfreiada.

³¹⁴ ARANZEL que não adianta. *Correio do Cariry*, Crato, 15 de janeiro de 1911, p. 1

³¹⁵ DOM Quixote. *Correio do Cariry*, 15 de janeiro de 1911, p. 1. Grifos do jornal.

Porque se queixa, pois? Porventura somos nós os agressores, atiramos-lhe a primeira pedra? Não.

O pecado cabe a s. rvma. Que por longos 2 anos, sem que déssemos um gemido, mandou insultar-nos, injuria-nos, calumniar-nos por um degenerado collega seu que est' hora devia apodrecer entre as paredes de um cárcere, si é que, doido, antes devera estar internado num manicômio dalem mar.

[...] Dois annos insultou s. rv. ao filho de seu bemfeitor,³¹⁶ sem razão que o justificasse e, por fim, cansado de uma victima só no seio da família daquele que lhe deu a mão, daquele que o fez gente, busca um neto afim do autor de seu futuro e manda que o lacaio imundo o cubra também de insultos, pelo crime único, exclusivo, de ser casado com quem é.

[...] Estamos no direito de represália e neste seremos inexoráveis, nada perdoaremos. Porque s.rv. não mudou de rumo quando avisamos? Não despediu o lacaio que há de ser a sua derrota, a sua desgraça, a sua perdição?! Porque? S.rv veja: Não tem razão, não tem razão.³¹⁷

O enunciado foi marcado por elementos que denotam o sentido de comunhão com leitores (PERELMAN; TYTECA, 2005). Seja pelo uso do emprego da forma verbal da primeira pessoa do plural, ou pelo uso dialético de perguntas e respostas, onde o jornalista buscou não apenas validar aquela campanha, mas, também, fundamentar seu argumento, ao transparecer a verdade e a legitimidade, a partir do uso da estratégia de racionalização (THOMPSON, 2011). Os questionamentos lançados diretamente ao sacerdote propõem um certo lamento, uma crítica ao padre que não atendeu ao pedido do *Correio* (despedir o padre Peixoto de *O Rebate*), o que poderia ter evitado o embate entre os dois jornais.

As primeiras semanas de janeiro foram marcadas pelas diversas publicações contrárias aos padre Alencar Peixoto e Cícero Romão Batista, emitidas pelo *Correio do Cariry*. Praticou-se mais o ataque ao adversário do que a defesa contra as acusações proferidas pelos juazeirenses. *O Rebate* que, aparentemente, teve problemas na sua máquina tipográfica nos primeiros dias de janeiro, retomou às atividades editoriais na semana seguinte. De domingo a domingo, os jornalistas de ambos os periódicos inflamaram ainda mais os ânimos já exaltados. O ininterrupto debate começou a preocupar cidadãos de municípios vizinhos que passaram a organizar estratégias para encerrar de uma vez por todas aquele imbróglio.

³¹⁶ Trata-se de Antônio Luiz Alves Pequeno II (Segundo de sua linhagem, no total de três homônimos) pai do coronel Antônio Luiz Alves Pequeno, o terceiro, e padrinho de Cícero Romão Batista.

³¹⁷ NÃO tem razão. *Correio do Cariry*, Crato, 15 de janeiro de 1911, p. 1.

6.2 Os dizeres da imprensa na disputa pelo sentido

Retomando suas atividades editoriais em 22 de janeiro, o *Rebate* veiculou novos artigos em defesa do padre Cícero. Seus jornalistas rebateram as acusações de ser o sacerdote o autor do Movimento armado, ocorrido na região, em maio de 1909, e devolveram a acusação aos seus adversários, ao construir uma linha de raciocínios que apresentou o coronel Antônio Luiz como autor principal da mencionada contenda.

O segundo artigo da série de Floro Bartolomeu ocupou praticamente as duas primeiras páginas da edição. Ao apresentar uma reconstituição dos fatos que antecederam o Movimento armado, o médico buscou provar a inocência do sacerdote, a partir de dados e depoimentos de personalidades políticas da região.

No primeiro momento, defendeu-se a hipótese da ausência do sacerdote no Cariri, o que impossibilitaria, na perspectiva de Floro, a sua participação naquela agitação política. Antes de eclodir o movimento, padre Cícero havia sido convocado pelo bispo diocesano de Fortaleza, Dom Joaquim, para um retiro de padres na capital cearense. Obedecendo ao chamado, Cícero dirigiu-se à Fortaleza em 21 de abril de 1909. Ao término do retiro, o religioso partiu para o Rio de Janeiro, em 16 de maio, para tratar de sua saúde.³¹⁸ Saindo da capital federal, foi convidado pelo Dr. José Simeão de Macedo, que o acompanhou durante a viagem, a realizarem uma pausa na estação D'água em Caxambú, Minas Gerais, a “bem dos seus encommodos [de saúde]”.

Para Floro, ao planejar aquelas viagens, padre Cícero “nem de leve suspeitara a possibilidade de algum movimento armado nesta zona durante sua ausência”.³¹⁹ E, caso o sacerdote soubesse da possibilidade de um conflito na região, o mesmo “não teria se ausentado, [e] deixando toda a sua família aqui, no Juazeiro, inclusive a sua respeitável mãe [Dona Quinô], uma creatura de oitenta e cinco anos de idade, cega e paralytica, entregues aos horrores dos cangaceiros desenfreados”.³²⁰

No segundo momento, Floro reconstruiu a ambientação de conflagração no Cariri em maio de 1909. Para compreender melhor aquela movimentação é preciso voltar um

³¹⁸ De acordo com Della Cava (1976) a viagem do padre Cícero ao Rio de Janeiro tinha como objetivo apresentar a Nunciatura Apostólica a candidatura de Juazeiro a sede do novo bispado cearense. Apesar de todo o esforço do sacerdote abrigar em Juazeiro a nova Diocese cearense, a mesma acaba ficando com o Crato. Em 20 de outubro de 1914, por intercessão da Nunciatura no Brasil, o papa Bento XV assinou o documento que autorizava a fundação da diocese do Crato.

³¹⁹ DE AGUA abaixo, não irá o Joazeiro II. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de janeiro de 1911, p. 1.

³²⁰ Idem.

pouco no tempo, mais precisamente ao ano de 1908. De acordo com Camurça (2011), em meados daquele ano, iniciou-se uma disputa jurídico-cartorial envolvendo de um lado os representantes do padre Cícero, os recém chegados ao Cariri, Floro Bartolomeu e o conde Adolpho van der Brule,³²¹ e do outro os coronéis Antônio Luiz e José Francisco Alves Teixeira. Ambos os grupos estavam interessados nas terras do Coxá, onde acreditava-se existir uma jazida de minérios.

Segundo Macedo (1990), padre Cícero havia adquirido as terras do Coxá no início do século XX. Porém, foi impedido de demarcá-las pois surgiram outros proprietários afirmando serem os donos do lugar. Por essa oposição, foi necessário recorrer às vias judiciais para dar início às demarcações. A priori,³²² Floro saiu vitorioso dos tribunais e marcou, para o dia 17 de dezembro de 1908, a primeira audiência de campo que daria início às demarcações por ordem judicial.

Contudo, na madrugada do dia 16 para 17, ocorreu no sítio Taveira, território integrante da área do Coxá, um ataque armado que ficou conhecido como o *fogo do Taveira*.³²³ O sítio foi completamente devastado e vários residentes foram à óbito. Enquanto uns consideraram uma tentativa de atentado³²⁴ à comitiva³²⁵ juazeirense que pernoitaria na localidade, fato não concretizado pelo atraso³²⁶ do conde Adolfo para integrar-se à equipe; outros responsabilizaram Antônio Leite Teixeira, chefe político de Aurora, como autor dos ataques, objetivando expulsar seus inimigos lá residentes.

Levando em consideração a segunda hipótese, os coronéis de Barbalha (Joca do Brejão), Barro (José Ignacio), Milagres (Domingos Furtado) e Missão Velha (Antônio Santana) uniram-se a favor do coronel Cândido Ribeiro Campos, o Pavão, e derrotaram o coronel Antônio Teixeira. Após a contenda, Cândido Ribeiro assumiu o poder da vila e

³²¹ Amigo de Floro Bartolomeu, pouco se tinha conhecimento sobre o conde Adolpho. Porém, de acordo com Della Cava (1976), sabia-se que o mesmo se apresentou ao padre Cícero como conde franco-belga, engenheiro de minas e empresário internacional.

³²² Floro conquistou a vitória nos tribunais barbalhenses. Porém ainda em 1909, saíra derrotado no Tribunal da Relação do Estado. A questão do Coxá se pendurou por décadas sendo alvo de litígio ainda na década de 1960 (MACEDO, 1990)

³²³ Mais detalhes do ataque ver: Ataque ao Coronel José Carlos – A deposição do Coronel José Maia – Doutor Floro no Cariri – A questão de 8 em Aurora. In: MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**. UFC, 1990, p. 89-104.

³²⁴ De acordo com Della Cava (1976), o ataque a casa onde possivelmente estaria a comitiva de Juazeiro, se estive no Taveira, foi de autoria do coronel José Alves Teixeira, rival de Floro, no imbróglio do Coxá.

³²⁵ Além de Floro Bartolomeu, integravam aquela comitiva o conde Adolfo Van den Brule, o padre Augusto de Menezes, chefe de São Pedro [Caririaçu] e o coronel Domingos Furtado, chefe de Milagres (MACEDO, 1990).

³²⁶ Com um imprevisto na Serra do Mato [território de Missão Velha], o conde Adolfo demorou à integrar-se a comitiva que dirigia-se ao sítio Taveira. Com o atraso, a equipe pernoitou na casa do José Ignacio de Sousa, na vila do Barro. Salvando-se, desse modo, da fatídica noite do Taveira (MACEDO, 1990).

aliou-se a Floro, que realizou a tão esperada demarcação do terreno do Coxá (MACEDO, 1990).

Já em maio de 1909, com as demarcações do Coxá homologadas judicialmente, o coronel Antônio Luiz, aliado com o José Alves Teixeira, contestou, judicialmente, as referidas demarcações. Com o impasse, uma nova conflagração no Cariri estaria a caminho. Os chefes políticos de Milagres e Missão Velha, aliados de Floro, uniram-se com o chefe barbalhense, vislumbrando a deposição do coronel Antônio Luiz. A tríplice aliança planejou atacar o Crato, naquele mês, em nome do Coxá e do padre Cícero (MACEDO, 1990; DELLA CAVA, 1976). Para se defender, Antônio Luiz recrutou força armada para proteger a cidade. Entretanto, “no momento em que cada facção se preparava [o] padre Cícero foi intimado a regressar com urgência. O conflito, porém, jamais eclodiu. Graças às iniciativas conciliadoras de três comerciantes de Barbalha, provavelmente instigados pelo governador Accioly” (DELLA CAVA, 1976, p. 167).

Voltemos ao artigo de Floro. Interessante notar que a possível emboscada dirigida à comitiva juazeirense não foi lembrada pelo médico. Sua descrição iniciou-se com a questão de Aurora,³²⁷ em maio de 1909, que presenciava uma longínqua disputa pela retomada do poder por parte da família Leite, derrotada, meses antes, pelas forças do coronel Candido Pavão.

Durante a contenda, por meio de uma carta anônima, dirigida ao coronel José Ignacio, afirmou-se que Antônio Luiz planejava auxiliar “os ataques ao Pavão e que todo interesse era a retomada de Aurora e invasão de Milagres”.³²⁸ Na mesma carta, foi anunciada a aliança entre o oligarca cratense com o advogado e chefe político de Iguatu, o coronel Belizário Alexandrino, que vislumbravam “mandar arrancar os marcos d’area Coxá”.³²⁹ Floro ainda citou uma publicação do *Correio*, de 06 de junho de 1909, intitulada *Villania*, “no qual eram atacados [com insultos e injurias] os chefes de Milagres e o sr. coronel José Ignacio”. O referido artigo “despertou a convicção da existência de um plano qualquer, conforme citava o autor da referida carta [enviada ao José Ignacio]”.³³⁰

De acordo com Macedo (1990), outras cartas anônimas informaram Antônio Luiz sobre um “espantoso movimento” de cangaceiros nas terras de José Ignacio, fato que o

³²⁷ Mais sobre o caso ler: MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte**: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri cearense (1990), p. 89 a 124.

³²⁸ DE AGUA abaixo, não irá o Joazeiro II. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de janeiro de 1911, p. 1.

³²⁹ Idem.

³³⁰ Idem.

levou a reunir cerca de mil homens como defesa. Os chefes coligados recuaram e o ataque não se concretizou. Todavia, para Floro, foi esse o contexto que “[determinou] o movimento armado [...] produzindo o armamento das duas localidades que se collocaram em hostile attitude”.³³¹ Concluindo sua defesa, em relação à questão do Movimento armado, Floro relatou que o retorno do sacerdote à região abrandou os ânimos dos conflitantes.

O reverendíssimo padre Cicero recebia telegrammas sollicitando a sua volta com urgência. De modo que nem pode fazer a estação de aguas em Caxambu, como desejava: veio rapidamente pela Bahia, fazendo uma viagem penosa por terra, de Petrolina até aqui, onde chegou às 4 horas da madrugada, caminhando á noite 4 legoas a pé, a 5 de julho. E sabem todos que depois da sua estada aqui nada mais houve.³³²

No terceiro e último momento daquele artigo, Floro refutou a representação dos jornalistas cratenses que consideravam o padre Cícero o *decantado anjo da paz, inimigo do coronel Antônio Luiz, e a espada de Damocle que ameaçou revolucionar o Cariri, caso o governo do Estado não o presenteasse com uma vila, no caso Juazeiro*.

Para Floro, o jornal foi irônico ao chamar o sacerdote de *anjo da paz* “(tanto assim que o disse em grypho), querendo talvez chamal-o, conforme pede o ódio, de Archanjo do extermínio”.³³³ Sobre querer, o padre, a vila de Juazeiro para si, o médico responde:

Que o padre Cícero d’esde o anno atrazado, quando de volta ao Rio de Janeiro teve conhecimento do occorrido aqui nesta localidade – resolveu interessar-se pela elevação do Juazeiro a município, é uma verdade; mas, para isso conseguir não empregou meios de violencia, nem tão pouco constituiu-se *espada de Damocle* sobre as cabeças dos habitantes do Crato.³³⁴

Para comprovar o modo pacífico que o sacerdote escolheu para elevar Juazeiro à categoria de vila e contrariar ser o mesmo *inimigo do coronel Antônio Luiz e da classe comercial cratense*, Floro transcreveu trechos de cartas escritas pelo padre e pela Comissão de Engrandecimento de Juazeiro, durante a solicitação de emancipação política do povoado.

³³¹ Idem.

³³² Idem.

³³³ Idem, p. 2.

³³⁴ Idem. p. 2. Grifos do jornal.

Na primeira carta, escrita pelo sacerdote e dirigida a Antônio Luiz, Floro buscou convencer das “boas intenções” do padre Cícero e o seu desejo de “manter intacta” a amizade com o oligarca cratense. Eis o trecho:

Eu [Padre Cícero] como cratense que o sou e de QUE MUITO ME HONRO, SENTIREI SEMPRE, em silencio, é verdade, os dissabores resultantes das INTERPRETAÇÕES INCONVENIENTES que choques imprevistas tem determinado; e por isso, NO INTUITO DE VÊ-LO IMPOR-SE Á REAL SIMPATIA DESTE POVO, para, deste modo, AMBOS CONSIGAMOS A DECIDIDA HARMONIA ENTRE TODOS, desejo, que realize esta aspiração [emancipação de Juazeiro].³³⁵

Para Floro, o fato de considerar-se cratense era “a prova evidente da amizade que o padre Cícero tem ao seu berço natal e aos seus patrícios, bem como do real interesse que tinha, pela conservação do prestígio pessoal e político do Ilmo. Sr. coronel Antônio Luiz, no Crato e aqui no Juazeiro”.³³⁶ Na mesma carta, Floro citou outro trecho para justificar o silêncio mantido pelo sacerdote, durante o embate travado entre os jornais das respectivas localidades: “Há emergências na vida publica meu amigo que a definição do pensamento e a justificativa da intenção tornam-se impossíveis; e muitas vezes, adiante mais, conclusões intempestivas são irreflectidamente tiradas do silencio a que a conveniência obriga”.³³⁷ O jornalista definiu a ação de Cícero como uma atitude sensata, a fim de evitar “quebrar a dignidade de nenhum dos amigos que se batiam”, no caso de Antônio Luiz ou padre Alencar Peixoto.

Na segunda carta, assinada pela Comissão de Engrandecimento e incentivada pelo padre Cícero, Floro demonstrou o compromisso do sacerdote junto à classe comercial local para com o oligarca cratense.

Não é, pôde V.S. sinceramente acreditar, que nós, tomando tal resolução, *queiramos distanciar-nos politicamente*, ou mesmo *enfraquecer a estima, consideração e respeito* que tributamos à v.s como político e como cidadão, nem que (veja bem o ilustre contendor) *interferências de outrem* tenham influído em nosso espirito, para assim resolvermos.... Reiteramos ainda que a nossa intenção, que é a do povo d’esta terra, é *estabelecer com V.s a união mais decidida, pessoal e politicamente* falando, e esforçarmo-nos o quanto poderem as nossas forças para que o Juazeiro e o Crato sejam *dois municípios unidos por laços mutuos de estima, consideração e respeito...*³³⁸

³³⁵ Idem, p. 2.

³³⁶ Idem, p. 2.

³³⁷ Idem, p. 2.

³³⁸ Idem, p. 2. Grifos do jornal.

Ao destacar “veja bem o ilustre contendor”, Floro demonstrou que o povoado estava decidido a “esquecer” o passado, de insultos e calúnias, e projetou a união entre os dois povos. Ao longo de duas páginas, o médico baiano desenvolveu sua defesa pautando-se de cartas e telegramas, típico método praticado pelos jornalistas ainda no século XIX, para reforçar sua opinião acerca dos fatos expostos (WOITOWICZ, 2015).

Se de um lado Floro mantinha um debate harmônico com a redação vizinha, sem a utilização de termos pejorativos, do outro, Peixoto incitava uma discussão mais virulenta. Naquela mesma edição, além de reiterar as palavras de Floro, do não envolvimento do padre Cícero no Movimento armado de 1909, o redator-chefe de *O Rebate* responsabilizou Antônio Luiz pelo início daquela contenda.

A razão principal de toda essa inimizade tamanha a rebentar-se, agora, mais do que nunca, em catadupas de insultos, calúnias e infâmias que, através d’um depravado... o fracalhão do Tubiba [Raul de Carvalho], são assacadas à personalidade de um sacerdote de Jesus Christo [padre Cícero], como se vê dos últimos números do Correio do Cariry; [...] é ter, como sabem todos os habitantes d’esta zona, o povo do Joazeiro proclamado a sua independência do município do Crato, e ter ele, o tal *Antônio Luiz Pequeno*, ficado sem a *mamata*, nunca menos de 30 contos de réis, que d’aqui annualmente corriam para o abysmo sem fundo de sua bolsa...

[...] Alludimos aqui ao espantoso movimento d’armas que se operara no Cariry, em maio de 1909; o movimento esse, á que esse *boca torta* [Antônio Luiz] dá como causa o Padre Cícero!!! Movimento esse, porém, de que fôra elle, esse esmolambado chefe de iniquidades, o verdadeiro auctor. [...] só tu mesmo, cachorro *guenzo e esfomeado*, só tu mesmo *espreitado* que estás com a perda do gordo *osso* do Joaseiro, só tu miserável *pequeno*, serias capaz de uma monstruosidade dessa natureza!!!³³⁹

Ao empregar a estratégia de narrativização, Peixoto buscou no passado o elemento principal que evidenciou a campanha cratense contra o povoado de Juazeiro, o não pagamento de impostos municipais. Identificou-se também o emprego de tropos linguísticos que agiram por meio da dissimulação da mensagem e da representação negativa do adversário (THOMPSON, 2011). Para confirmar a autoria do coronel cratense no movimento de armas, Peixoto transcreveu parte de um artigo publicado pelo jornal *União* de Barbalha, de 27 de junho de 1909, intitulado *Os últimos acontecimentos – Espantoso movimento D’armas*.

³³⁹ COMO CLASSIFICAR. *O Rebate*, Juazeiro, 22 de janeiro de 1911, p. 3. Grifos do jornal.

... o chefe (Antonio Luiz) da vizinha cidade, sentindo-se forte, estendeu as suas garras, julgando ferir-nos, mas felizmente foi em tempo descoberta a sua attitude delictuosa, chamando clandestinamente indivíduos de péssima fé de officio, para assumirem as gravíssimas responsabilidades dos tresloucados planos que ia executar, atacando os mais sagrados direitos humanos.

Ao que pareceu-nos, Antonio Leite Texeira Netto, Joaquim Vasques e Francisco Raseo, residentes na villa de Aurora, foram os scelerados que o Coronel Antônio Luiz convidou para tomarem à hombros a incumbência de acabamento, de destruição, fornecendo-lhes instrucções, conforme o pensamento geral, para arrancarem acintosamente os marcos da demarcação do Coxá, requerida pelo Revdmo. Sr. Padre Cícero, no termo de Milagres.

D'isto tendo conhecimento, a justiça d'alli mandou às pressas postar quatrocentos homes ao pé dos alludidos marcos, guardando-os ás investidas dos malfeitores, que pouco resistiram, sendo afinal batidos por aquella força, fugindo todos em debandada para o Crato, em cujas ruas se alojaram.³⁴⁰

O artigo barbalhense confirmou o teor das cartas anônimas chegadas a José Ignacio, citadas na publicação de Floro Bartolomeu na mesma edição. Peixoto, ao utilizar daquela fonte, ratificou sua teoria da participação de Antônio Luiz no Movimento armado de 1909. Por fim, acrescentou que o oligarca “não só pretendia arrancar acintosamente os marcos da demarcação do Coxá, como elle mesmo antes propalara, mas ainda mudar a feição politica de Milagres”.³⁴¹

Na sequência da edição, anunciou-se uma tentativa de acordo de paz entre as localidades. João Raymundo Macedo, político barbalhense, entrou em contato com a redação juazeirense a fim de encerrar aquele embate jornalístico.

Redacção Rebate, Joazeiro

Desejoso paz, bem estar correligionários partido republicano cearense, lamentando lucta estéril travada entre essa folha e Correio do Cariry, resolvi ir até ahí e Crato promover accordo. Haverá possibilidade? Agora mesmo telegrafei Crato mesmo sentido.

Saudações, João Macedo.³⁴²

Apesar de mostrar-se “disposto [a] ouvil-o para saber do que se tracta realmente”,³⁴³ Peixoto deixou claro que não pretendiam abandonar a ‘batalha’: “Nós que não queríamos, nem queremos paz com essa quadrilha de *tubiba, galinha d’agoa, napoleão dos alambiques coronel palhaçada, chico espavento*”.³⁴⁴ Segundo o redator-chefe, a redação cratense sequer chegou a receber o coronel barbalhense: “a resposta que essas *majestades de pés descalços* deram ao distincto e nobre amigo, ao que nos consta,

³⁴⁰ Artigo original do jornal União, publicado pelo **O Rebate** in: Como classificar, 22 de janeiro de 1911, p. 3.

³⁴¹ COMO classificar. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de janeiro de 1911, p. 3.

³⁴² HÃO de conhecer. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de janeiro de 1911, p. 3.

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem. Grifos do jornal.

foi que *estavam em seu posto de honra*, o que vale o mesmo que dizer, *não queremos aqui*".³⁴⁵ A “desastrada” resposta do *Correio*, alimentou a vontade dos articulistas juazeirenses em permanecer naquela refrega: “agora é que entramos deveras na luta provocada pelo Corsario d’esse totó chefe esmolambado do Crato. E como favor de Deus iremos muito adiante para mostrarmos a esse canalha e safado que ahí está, com quantos paus se faz uma cangalha”.³⁴⁶

O longo artigo de Floro Bartolomeu, ocupando duas laudas, provocou a exclusão da coluna de anúncios, veiculada na quarta e última página do jornal. Ao invés da publicidade, o jornal veiculou a segunda parte do abaixo-assinado contra o *Correio do Cariry* que já somava 448 assinaturas.

Acreditamos que uma das principais fontes de manutenção das atividades de *O Rebate* advinham dos anúncios, uma vez que havia uma constante reclamação, da redação juazeirense, pelo atraso do pagamento da assinatura da folha pelos seus assinantes.³⁴⁷ Porém, diferente dos periódicos dos grandes centros urbanos brasileiros à época, que obtiveram o impulso das agências de publicidades (BARBOSA, 2010), os anúncios veiculados pelo *Rebate* provinham, em sua maioria, dos comerciantes locais e integrantes da Comissão de Engrandecimento de Juazeiro. Tomando como base a última publicação do “*Commercio do Cariry*”, em 08 de janeiro, o *Rebate* adquiria só com a última página do seu jornal o valor de no mínimo 135 mil contos de reis.³⁴⁸ O fato de não publicar os anúncios, certamente não prejudicou a redação, uma vez que a independência local também era objetivo, da ampla maioria, dos seus anunciantes.

Como já elucidado, há uma dificuldade em realizar uma análise da difusão da imprensa nacional, pela imprecisão de informações sobre a circulação, tiragens, assinaturas, etc. Muito raramente alguns periódicos divulgavam esses dados.

Nos reclames de difusão desses periódicos na imprensa diária ou nas avaliações de época sobre o desenvolvimento da imprensa, obtém-se alguma informação

³⁴⁵ Idem. Grifos do jornal.

³⁴⁶ ATENÇÃO!! *O Rebate*, Juazeiro, 22 de janeiro de 1911, p. 3.

³⁴⁷ Durante o mês de novembro de 1910, *O Rebate* publicou em sua primeira página o aviso de cobrança: “fazemos ver os nossos assignantes, em atrazo, que vamos mandar proceder a cobrança de suas assignaturas do primeiro, como do segundo ano desta folha, devido as grandes difficuldades com que luctamos para sustental-a” (AVISO, *O Rebate*, 13 de novembro de 1910, p. 1).

³⁴⁸ O cálculo foi realizado levando em consideração a publicação do dia 16 de janeiro de 1910. No artigo *De vantagem* o jornal anunciou o início da publicação da página “COMMERCIO DO CARIRI, destinada aos anuncios de preços [...] não excedendo de 12 linhas, custarão apenas 5\$000 por um ano inteiro, si o anunciante for também assignante desta folha” (DE VANTAGEM. *O Rebate*, 16 de janeiro de 1910, p. 2).

isolada sobre a tiragem desse ou daquele jornal [...]. Mesmo na literatura mais recente sobre a imprensa no período, a questão do alcance e difusão das publicações periódicas é muito pouco discutida. Na verdade, na ausência de indicadores mais seguros sobre tiragens e circulação de tais publicações, a realização de análises quantitativas mais refinadas fica na dependência de um esforço coletivo de construção de séries e índices, que a historiografia brasileira ainda não conseguiu realizar (CRUZ, 2013, p. 85).

Diante da ausência dessas informações, buscamos pistas sobre a rotina produtiva e da dimensão do público leitor dos jornais analisados. Ainda na edição do dia 22 de janeiro, os editores juazeirenses comemoraram o crescimento do *Rebate*: “alarga-se demais a circulação d’esta nossa folha. Pedidos de assinaturas nos tem chegado, particularmente e pelo correio, de dentro e fora do estado”.³⁴⁹ De acordo com a nota, havia pedidos de pernambucanos para que o *Rebate* fosse distribuído no estado, fato que levou a redação a “criar agora um correio para Pernambuco”.³⁵⁰

Em outro dado publicado, na edição posterior (29/01/1911), consta que a edição do dia 22 de janeiro “esgotou-se rapidamente, chegando a dar um nº aqui em segunda mão até – 1500”.³⁵¹ Levando em consideração a análise de Cruz (2013, p. 86), *O Rebate* enquadrava-se como uma publicação de pequeno porte “com um grau razoável de organização editorial e financeira, que vinha a público como folha literária, noticiosa ou recreativa, [e] teria uma tiragem variando entre 500 e 2 mil exemplares”.

Podemos concluir, com esses dados, sobre o interesse das regiões circunvizinhas em acompanhar aquele imbróglio que poderia confirmar a emancipação política do povoado de Juazeiro. Apesar do *Correio do Cariry* não apresentar pistas, no período analisado, acerca da dimensão do seu público leitor, consideramos que ambos os jornais foram as “vozes” da produção e divulgação dos acontecimentos presenciados no Cariri.

Ainda naquele 22 de janeiro, o *Correio do Cariry* publicou novos escritos contrários aos padres Cícero e Alencar Peixoto. Diferente das três últimas edições, no qual publicou-se, na primeira página, as denúncias de plágio do padre Alencar Peixoto, o editorial, daquela data, marcou o início de um debate entre a redação cratense e Floro Bartolomeu. O artigo *Juazeiro Dagua abaixo* passou a ser publicado para refutar as considerações da série *De agua abaixo não irá o Joazeiro*.

³⁴⁹ O REBATE. *O Rebate*, Juazeiro, 22 de janeiro de 1911, Várias, p. 4.

³⁵⁰ Idem.

³⁵¹ O REBATE. *O Rebate*, Juazeiro, 29 de janeiro de 1911, Várias, p. 3.

Após duas semanas da publicação do primeiro artigo da série de Floro Bartolomeu, o *Correio* justificou o atraso em respondê-lo:

Não sabendo se a serie de artigos do ilustre sr. Dr. Floro Bartholomeu da Costa, iniciada no O Rebate de 8 do corrente, sob a epigraphe De agua abaixo, não irá o Juazeiro, tem de se prolongar bastante e para não tornar retardada a nossa contestação, e por consequência, inoportuna, tomamos o alvitre de não esperar pelo seu termino e ir logo escarpelando as partes conhecidas.³⁵²

A estrutura da série cratense seguiu as mesmas características do *Rebate*. Citava-se o que foi afirmado e comentado por Floro e, em seguida, emitia-se um parecer sobre o mesmo. Uma interação entre o discurso do adversário, evocada pela contestação das críticas, definida por Perelman e Tyteca (2005) como modalidade retórica da força dos argumentos.³⁵³

No primeiro momento, a redação cratense declinou do convite para *assinarem seus respectivos artigos*.

Para esta forma de proceder assistem-nos razões plausíveis e claras. É que escrevemos para um jornal que traz no seu frontispício, em letras bem visíveis, o nome do seu director, responsável único [...].
Alem do que acima ficou dito, acrescentamos que o Correio é o orgam de um *partido politico* do qual interpreta os sentimentos, e a serem assignados os seus artigos deveriam sel-o pela collectividade que representa, o que é desnecessário, e não por um de nós destacadamente.³⁵⁴

Ao apresentar-se como um jornal partidário, podemos considerar que o *Correio do Cariry* tornou-se o porta-voz e mobilizador das tensões que o próprio momento político manifestava. Vale lembrar que, nas primeiras décadas do século XX, foi comum um jornal representar os anseios de um partido, ao divulgar seus ideais e desqualificar seus adversários. De acordo com Ribeiro (2014, p. 53), “a defesa político-partidária era construída por meio de um caloroso jogo retórico, num continuo processo de construção/desconstrução argumentativa, com o intuito de validar e convencer a adesão à causa partidária”. Característica que assemelha-se ao presenciado pelo embate entre o *Correio do Cariry* e *O Rebate*.

³⁵² JUAZEIRO d'agua abaixo. *Correio do Cariry*, Crato, 22 de janeiro de 1911, p. 1.

³⁵³ Ver nota n. 230.

³⁵⁴ Idem. Grifos meus.

No decorrer do artigo, o enunciador ironizou o fato de Floro assinar seus artigos. Considerou que o jornalista só tomou essa atitude “primeiro, porque escreve em uma folha acephala, sem responsável declarado; e segundo para que não se confundam por uma falsa atribuição, os seus artigos com o resto da matéria que enche todo o jornal”.³⁵⁵ O articulista ainda negou outro convite solicitado por Floro, abandonar o campo do insulto e da injúria.

Não obstante a espera increpação que nos fez, convidando-nos para abandonar o terreno da injúria, não nos sentimos feridos, porque conhecemos perfeitamente que é uma hábil evasiva para encobrir o solemníssimo protesto que faz [...]. De outra forma não se explica que s.s nos fizesse tal increpação, porque jamais podem ser injuriosas referencias as factos indistructiveis, em se tratando de uma questão da natureza desta. Injuriosa só tem sido a linguagem da folha juazeirense a cerca do coronel Antonio Luiz. Se não esta de acordo é porque então só julgará injurioso aquillo que desagrada ao sr. Padre Cícero!³⁵⁶

O jornalista utilizou-se da argumentação *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005), para demonstrar que Floro Bartolomeu estava em contradição. Como o médico poderia cobrar o fim das publicações insultuosas, se a própria redação, a qual estava inserido, praticava dos mesmos atos? A narrativa possibilitou também compreendermos sobre as características do jornalismo-partidário, praticado nas primeiras décadas do regime republicano. De acordo com Fernandes (2004), àquela época, os adversários políticos sofriam fortes perseguições e os jornais, fortes mediadores e fomentadores da vingança e do combate, veiculavam um discurso mais injurioso e vulgar ao invés do debate conciliador. Características presentes nos jornais analisados. Se de um lado, Antônio Luiz e Raul de Carvalho sofriam censuras por parte da redação juazeirense; do outro, os padres Alencar Peixoto e Cícero Romão Batista sofriam as mesma retaliações da redação cratense.

Na sequência, uma nova rejeição: *provar, por meio de assinaturas dos habitantes do Crato, ser o padre Cícero o seu maior inimigo.*

Ora, sr. Dr. Floro sobre ser isto uma tolice incompatível comnosco, é por demais ridículo porque era necessário que nós regressassemos a idade em que se anda de camisa curta para procurarmos provas tão ingênuas, quando o senso está mostrando que falamos com a verdade inilludível dos factos. [...] No entanto,

³⁵⁵ Idem.

³⁵⁶ Idem.

permita nos dizer-lhe – provas desta ordem cabe tão somente ao nosso contendor procural-as.³⁵⁷

Após declinar de todos os convites requeridos por Floro, o jornalista passou a ‘rebater’ seus escritos publicados em 22 de janeiro. Para o articulista cratense, Floro inverteu o sentido da publicação do *simplesmente ironico*, ao afirmar que *o próprio Correio considerou que os cratenses perderiam o senso e brio ao perdoarem o padre Cícero*.

[...] Aproveitando duas phrases apenas, inverteu-lhes o sentido, esforçando-se para provar que havia contradicção, quando absolutamente não há. [...] Rigorosamente nada ficou afirmado; foram duas proposições condicionaes, que teriam logar, uma no caso desta população perder o senso e o brio condescendendo com o inimigo que a afrontou e a ofendeu e continua a affrontal-a e offendel-a; e a outra no caso do sr. Padre Cicero penitenciar-se, prosternando-se deante dela, arrependido de ter sido seu inimigo. O facto mesmo do sr. Padre Cicero ser um sacerdote filho desta terra repudiando o seu berço e tornando-se adverso dos seus irmãos é ainda um motivo poderosíssimo para não lhes merecer condescendência.³⁵⁸

O enunciador considerou que Floro agiu de “má fé”, colocando-os como “inverossímeis sophismas, em posição esquerda para com os nossos irmãos [Cratenses]”.³⁵⁹ Ainda para o articulista, nada adiantou o convite do médico para iniciarem uma discussão séria, pois “muito depressa enveredou por caminhos tortuosos, invertendo o sentido de nossas palavras – artificio que não esperávamos do cavalheiro de quem sempre temos feito o melhor conceito”.³⁶⁰

Por último, o jornalista contrariou a imagem criada pelo *Rebate* definindo o padre Cícero como o *elemento da paz e da ordem no Cariri*.

Não pode ser amigo da paz e da ordem quem se insurge contra as leis de um Estado, quem amotina, quem reúne malfeitores e faz periclitár a paz e alterar a ordem.
Elemento da paz e ordem só pode ser quem sacrifica interesse, orgulho e vaidade para vel-as de pé, inalteráveis.
Quem por um simples capricho bota tudo isto de aguas abaixo é desvairado, insurrecto e sedicioso.³⁶¹

³⁵⁷ Idem.

³⁵⁸ Idem.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ Idem.

³⁶¹ Idem.

Por meio da estratégia de racionalização (THOMPSON, 2011, p. 82), o jornalista contestou Floro Bartolomeu ao construir uma cadeia de raciocínios que validava sua opinião e invalidava a do adversário. Por meio desse recurso, o articulista buscou convencer a redação juazeirense e seus leitores dos reais interesses do padre Cícero. Na sequência, utilizou-se da modalidade interrogativa para encerrar seu raciocínio e provocar uma reflexão ao seu contendor e público (PERELMAN; TYTECA, 2005): “Poderá s.s por forma alguma provar que não seja o sr. Padre Cícero um fanatisador da massa ignara, um sementeiro da damninha semente de uma aberração religiosa que máus fructos já tem produzido? Jamais o conseguirá”.³⁶²

Além de contrapor a série juazeirense, os editores cratenses também contrariaram o abaixo-assinado veiculado no *Rebate*. “Quem deixará de assignar um protesto em abono das virtudes do sr. Padre Cícero, em juazeiro actualmente? Certamente ninguém”.³⁶³ Para o enunciador, ao invés de fazer protestos, o sacerdote deveria regenerar-se. E aconselhou:

Não era, porém dessa medida, por demais ridícula, de que devia lançar mão *sua santidade* para se lavar das acusações que lhe fazemos se é que a verdade dita e repetida pode merecer este nome. O meio único e viável era o da regeneração. Era *sua santidade* deixar-se dessas histórias de *milagres* e se tornar um sacerdote modelo, obediente aos seus superiores hierarchicos e um cidadão pacífico e ordeiro submetido as leis civis, que procurasse chegar aos fins pelos legítimos canaes.

Era despir essa capa de Tartufo; era alijar de si esse orgulho louco, essa philaucia sem termos e essa ambição sem limites, e se tornar acatador e respeitador daquilo que todo o homem, por uma lei natural respeita e acata e que sua revdma tanto menospresa e ridicularisa – a honra dos *homens de bem*.

Era deixar de iludir aos pobres e miseráveis com essa apparencia mendaz de thaumaturgo para apoderar-se do fructo amargo de seu trabalho, com avareza de judeu, e era, finalmente, expulsar dahi esse assalariado jornalista de esquina, esse destructor réles que pelas paginas do ‘Rebate’ nada edifica, mas que offende a moral, que não evangelisa o bem, mas que a semelhança dessa folha maléfica que apodrece nas margens do Ganges, espalha o germen do mal. Era esse, sim, o mais solemne protesto, o mais cabal desmentido que, *sua santidade* podia oferecer as nossas asserções acerca de sua personalidade.³⁶⁴

No discurso acima transpareceu a racionalização do argumento do jornalista (THOMPSON, 2011), ao desenvolver uma cadeia de raciocínios, propondo uma solução, um caminho a seguir para o padre Cícero. Percebem-se também traços da estratégia de Diferenciação (idem), no qual se enfatizou as características rejeitadas pelo jornalista que

³⁶² Idem.

³⁶³ PROTESTO. *Correio do Cariry*, Crato, 22 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁶⁴ Idem. Grifos do jornal.

os impedem de constituir lados de cumplicidade. O discurso evidenciou também uma diferença cultural, devido o sacerdote ridicularizar a honra dos *homens de bem*. De acordo com Barros (2015), homens de bem, independente da classificação pela posse de bens econômicos, são seguidores dos bons costumes, um homem de honra, cumpridor dos deveres, temente de Deus, respeitador do alheio. Um modelo indentitário totalmente oposto ao presenciado, segundo o jornal, na povoação de Juazeiro.

Aquela edição ainda dedicou quatro publicações contrárias ao padre Alencar Peixoto. Em todas, ridicularizou-se seus traços linguísticos e intelectuais. O primeiro, justificou³⁶⁵ a ausência dos artigos com os plágios de Peixoto, devido a publicação do *Juazeiro Dagua abaixo*; o segundo, a redação anunciou a ideia de “enfeixar em libreto todos os plágios do DEGENERADO padre Joaquim Peixoto, e distribuil-os depois [...] a toda a imprensa do paiz, a todos os centros litterarios”;³⁶⁶ o terceiro, ironizou o redator que perdeu o “posto de honra” na primeira página do *O Rebate*, assumido por Floro Bartolomeu: “O sr, padre Peixoto está sendo promovido, nas paginas do seu Re-doido, de cabo... para baixo.[...]. Na marcha em que vai brevemente estará dos annuncios de *burros sumidos* para diante”.³⁶⁷

Concluindo as publicações contra Peixoto, passou-se a divulgar um repto contra o religioso. Após três semanas veiculando as denúncias de plágios, o redator de *O Rebate*, até aquela data, não havia se pronunciado sobre o assunto.

Reptamos ao sem-vergonha e immoral plagiador padre Joaquim Peixoto a que se defenda dos indecentíssimos plágios que temos descoberto e publicado nesta folha, exuberantemente provados documentados.
Tenhamos um ceitil ao menos de sentimento e honra o relapso bandido e apareça em publico.
[...] Si não córa mais, si não tem sangue na fuça, esfregue-lhe urtiga ou então dê um tiro nos miolos, pois aceita este conselho, de nada serve neste mundo um bunifrâtes de sua laia – desmoralizado péssimo, nojento.
Mate-se, tenha coragem!³⁶⁸

Na construção dos quatros artigos acima referidos, o jornalista agregou o argumento de *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126), ao desqualificar a personalidade intelectual do padre Alencar Peixoto. Percebeu-se também o uso de tropos

³⁶⁵ OS PLAGIOS do padre Peixoto. *Correio do Cariry*, Crato, 22 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁶⁶ EXCELLENTE idéa. *Correio do Cariry*, Crato, 22 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁶⁷ QUE SORTE. *Correio do Cariry*, Crato, 22 de janeiro de 1911, p. 3.

³⁶⁸ PLAGIOS. *Correio do Cariry*, Crato, 22 de janeiro de 1911, p. 2.

linguísticos (THOMPSON, 2011), ao imprimir um sentido irônico e pejorativo à figura do mencionado sacerdote.

Concluindo a edição, o jornal desmentiu os boatos que Raul de Carvalho estaria saindo do Cariri. “Alguem desta cidade sahiu-se de seus cuidados, mandando dizer para o Juazeiro que o nosso interemerato collega dr. Raul de Souza Carvalho, para furta-se á lucta aberta entre este jornal o Rebate havia fugido daqui”.³⁶⁹ Como já explanado, o boato nem sempre é falso ou um informe inverídico, principalmente em uma sociedade marcada pela forte presença da oralidade, no qual por meio de falas e discursos novas “verdades” podem ser construídas. O juiz cratense estava de fato ausente da cidade, porém não por fuga...

Sua ausência desta cidade teve como fim principal ir a Serra Verde pegar em uma procuração de seus paes como padrinhos de um filhinho de nosso prestimoso amigo coronel Francisco Botelho, o qual foi levado à pia baptismal na capellinha dalli, e lá chegando resolveu o dr Raul demorar-se mais alguns dias, mantendo, todavia, relações diárias comnosco e dirigindo a nossa folha da mesma forma que se estivesse aqui.

Não desertou, não deserta e nem desertará jamais. Não temeu, não teme e nem temerá arreganhos e ameaças e nem rejeitará em toda e qualquer condição a luva do desafio, prompto e aparelhado sempre para desafivelar a mascara aos miseráveis.³⁷⁰

Uma semana depois (29/01/1911), *Correio do Cariry* e *O Rebate* publicaram suas novas edições, e, novamente, os editoriais de ambos trariam suas respectivas séries: *Dagua abaixo irá o Juazeiro* e *De agua abaixo, não irá o Joazeiro* (Figura 9).

³⁶⁹ DR. RAUL Carvalho. *Correio do Cariry*, Crato, 22 de janeiro de 1911, p. 3.

³⁷⁰ Idem.

Figura 9 – Edições do *Correio do Cariry* e *O Rebate* de 29 de janeiro de 1911



Fonte: *Correio do Cariry* [biblioteca do Instituto Cultural do Cariri – ICC (2016)] e *O Rebate* (Acervo digital do pesquisador Renato Casimiro).

Em Juazeiro, a série de artigos de Floro Bartolomeu chegava à sua terceira edição, com novos ‘rebates’ ao *Simplemente irônico*. Ao classificarem o padre Cícero como o maior adversário dos pequenos estancieiros do Cariri, por ser o sacerdote um grande fazendeiro e agricultor, Floro, novamente, considerou o discurso vizinho “um réo confesso de contradicções”.³⁷¹

Na construção do seu raciocínio, Floro usou da menção ao ridículo³⁷² (PERELMAN; TYTECA, 2005) para rebater a imprecisão de ideias do seu opositor por meio da ironia. Para o jornalista, “Si elle [padre Cícero] é GRANDE FAZENDEIRO E AGRICULTOR n’este município, é mais uma prova exuberante da sua utilidade n’estes sertões”.³⁷³ Acrescentou também que o padre não era fazendeiro, pois não tinha “fazenda de gado” e concordou na afirmativa de ser o sacerdote um “grande agricultor”. Porém, não seria o sacerdote o inimigo dos estancieiros, e sim “o maior amigo d’eles”.

³⁷¹ DE AGUA abaixo não irá o Juazeiro III... *O Rebate*, Juazeiro, 29 de janeiro de 1911, p. 1.

³⁷² O ridículo, na concepção de Perelman e Tyteca (2005, p. 234-235), atua no discurso por meio da ironia, ao pressupor que é aceita a tese do adversário, para em seguida demonstrar à incompatibilidade desta em relação a sua tese. A forma com que é construída a argumentação ridiculariza a posição e a opinião do adversário.

³⁷³ Idem.

De acordo com Barros (1988, p. 259), o padre Cícero encaminhou muitos romeiros aos campos inexplorados do Cariri, “recomendando-lhes que aforassem, arrendassem e comprassem aquelas terras e ali vivessem sob sua proteção espiritual”. Para a autora, foi a partir dessa ocupação das terras caririrenses que os romeiros afloraram à estrutura socioeconômica da região através da agricultura. Floro concluiu seu raciocínio ironizando: “O meu illustre articulista, tão somente preocupado em insultar ao Revdm padre Cícero, injuriando-o e calumniando-o, nem reflectiu que, o reconheceu como grande aggricultor que o é, o salientava como um homem superior, dedicado ao trabalho”.³⁷⁴

Ainda no artigo, Floro refutou ter o padre Cícero *inúmeras propriedades, adquiridas quase todas por presentes feitos à padroeira do Juazeiro*.

S.s devia ter citado minuciosamente quaes são as terras ou propriedades que o Padre Cícero possui em taes condições. E porque assim não o fez, peço, a bem da dignidade pessoal de s.s, o obsequio de cital-as afim de que o publico não suponha, como eu, que o meu illustre contendor preferiu a posição de calumniador, para satisfazer a um capricho.³⁷⁵

Finalizando sua defesa, Floro declinou do convite para *empregar seus brilhantes predicados com que Deus o dotou em uma obra de mais alto valor moral: ensinar o caminho da verdade e do dever aqueles que andavam transviados*. “S.s é quem merece ser guiado, a fim de poder corresponder as elevadas exigências da sociedade e melhor cumprir com os deveres que a moral obriga”.³⁷⁶ E concluiu:

[...] se defendo o Revdm. Padre Cícero é porque reconheço que é um sacerdote virtuoso e bom, amigo da paz e da ordem, portador dos sentimentos mais elevados, mas que s.s, apesar de tudo isso conhecer, tentará criminosamente arrastal-o para o abysmo do desconceito, por meio de injurias e calumnias, assaltando a sua dignidade que por ninguém tinha sido contestada.³⁷⁷

Ao longo de três edições, Floro rebateu todas as afirmações contrárias ao padre Cícero, publicadas no *Simplesmente Ironico*. O médico se pautou principalmente de documentos escritos, como cartas e telegramas, e depoimentos de personalidades da região para “fazer sua opinião” nas páginas do periódico. Foi comum nas três edições,

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ Idem, p. 2.

³⁷⁶ Idem, p. 2.

³⁷⁷ Idem, p. 2.

utilizar-se da força dos argumentos (PERELMAN; TYTECA, 2005), para interagir com a tese de seus opositores e contestar as críticas por eles proferidas. Esta prática discursiva permitiu, juntamente com os testemunhos escritos e falados, construir uma base que incriminava o adversário colocando-o em uma situação contraditória, ora com o argumento *ad hominem*, ora com o ridículo como argumento.

Enquanto Floro encerrava suas considerações acerca da publicação cratense, o padre Alencar Peixoto tomou a iniciativa para refutar o artigo *Juazeiro Dagua abaixo*. Ao declinar do convite do médico baiano, para assinar os textos do *Correio*, Peixoto comentou: “badajos de rua medrosos, como o são todos os cagarrões d’esse jaez do Tubiba, Zuza Gallinha d’Agua e Cia, não quiseram sahir de publico com receio de serem por todos apontados com o dedo – são esses os empreiteiros contra a honra!”³⁷⁸

Peixoto contrariou também o artigo *Não tem razão* que considerou o padre Cícero o responsável por insultar, ao longo de dois anos, o *filho do seu benfeitor, sem razão que o justificasse*. O benfeitor citado pelo *Correio* tratava-se do padrinho de Cícero, o rico comerciante cratense Antônio Luiz Alves Pequeno, pai do coronel Antônio Luiz, de mesmo nome. Peixoto considerou um ato de “profanação” usar o nome do comerciante durante a discussão, uma desonra “à memoria d’um pae que foi um homem de bem, um cidadão prestimoso, e que morreu sem pensar que tivesse um filho tão infame e tão miserável. Capaz de perturbar a sua alma com alegações por elle nunca feitas”³⁷⁹

Por fim, o jornal retomou a publicação da coluna *Commercio do Cariry* e publicou também a terceira parte do abaixo-assinado juazeirense. Em três edições, o protesto já havia veiculado 682 assinaturas.

No Crato, o *Correio do Cariry* circulou com o segundo artigo da série *Dagua abaixo irá o Juazeiro* e contestou a defesa de Floro Bartolomeu, no que diz respeito à participação do padre Cícero no Movimento armado de 1909. “Não constitue prova alguma que podesse destruir, ao menos em parte, o nosso juízo sobre a sua coparticipação no malogrado movimento a que nos vimos referindo”,³⁸⁰ publicou o *Correio*.

A justificativa dada por Floro para a não participação do padre Cícero no Movimento armado, *por estar o sacerdote em viagem ao Rio de Janeiro*, foi considerada

³⁷⁸ EXTREMA covardia. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁷⁹ QUE PUSTULA! **O Rebate**, Juazeiro, 29 de janeiro de 1911, p. 3.

³⁸⁰ DAGUA abaixo irá o Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 29 de janeiro de 1911, p. 1.

uma “farsa adrede preparada para encobrir sua responsabilidade na cilada que tinha deixado armada”.³⁸¹ O fato de ter deixado sua mãe no povoado também de nada valeu para o articulista cratense:

Não era a grande dificuldade o ter deixado elle a sr. sua mãe em Juazeiro, pois como é sabido não era aquelle o theatro da lucta, e realizada esta de modo sorrateiro por que se ia realisando – atacado o Crato de surpresa – não ficaria ella entregue a sanha de cangaceiros inimigos e sim daqueles que obedeciam ás ordens dos cabos de guerra de seu filho.³⁸²

Diferente de Floro que considerou o padre Cícero o responsável pela concórdia na região, o *Correio* apontou o coronel barbalhense Sebastião Sampaio como o primeiro a levantar a bandeira da paz durante a agitação. Contrariando a imagem de pacificador do sacerdote, o enunciador cratense noticiou que o referido coronel chegou a telegrafar para o padre Cícero “pedindo-lhe encarecidamente ao menos uma palavra aos seus amigos no sentido de pacificação. Não nos consta que até o presente esse digno cavalheiro tenha obtido resposta”.³⁸³ Concluindo seu raciocínio, acerca do Movimento armado, o jornalista confirmou que o sacerdote retornou pela Bahia, porém “não com a pressa com que s.s [Floro] afirma, mas com 13 dias de viagem de Petrolina aqui, quando tudo já estava acabado sem graves factos a lamentar, por mercê de Deus, mas nunca por diligencia delle”.³⁸⁴

Em seguida, a argumentação pautou-se pelo pedido de emancipação de Juazeiro, realizado pelo padre Cícero. O jornalista contrariou a “boa intenção” do sacerdote ao *pedir ao governador do Estado a elevação do povoado à categoria de vila independente e, como este lhe ordenou, pedisse também ao coronel Antônio Luiz.*

Ainda bem que s.s por suas próprias palavras confessa que o reverendo andou mal intencionado, quando diz que primeiro se dirigiu ao exm. Sr. Presidente do Estado, procedendo assim de acordo com as *conclusões intempestivas* que já tiravam do seu *conveniente silencio*. Sabia elle que o dr. Antonio Pinto Nogueira Accioly, por coherencia politica, não costuma resolver questões da natureza dessa, contra a expectativa do respectivo chefe da localidade, por que pela mesma razão que elle deve manter-se sem quebra de dignidade perante o Estado, não deve concorrer para o desrespeito aos seus representantes nos municípios. Foi simplesmente por julgar-se poderoso e com direito a ser atendido pelo dr. Nogueira Accioly, que assim procedeu, com o intuito declarado de anular a

³⁸¹ Idem.

³⁸² Idem.

³⁸³ Idem.

³⁸⁴ Idem.

figura do coronel Antonio Luiz, quando, se tivesse andado com certa cordura, não tinha razões para desconfiar da não aquiescência deste, ao seu pedido.³⁸⁵

Ao utilizar da menção ao ridículo (PERELMAN; TYTECA, 2005), o jornalista não escondeu a ironia do seu discurso, ao responder o rival a partir dos seus próprios argumentos, de modo a demonstrar que o mesmo estava equivocado em sua explanação. Nessa perspectiva, o enunciador cratense demonstrou que ao anular a figura do coronel Antônio Luiz, dirigindo-se primeiramente ao governador do Estado, padre Cícero agiu de má fé, julgando-se, na perspectiva do *Correio*, o todo poderoso. Na sequência, justificou-se o porquê da negativa do coronel cratense ao pedido de emancipação entre 1909 e 1910.

Naufragando o orgulho e a vaidade do sr. Padre Cicero de encontro á rocha dos genuínos princípios de disciplinas na partidária que sabe manter o benemérito chefe do Estado, resolveu então, em fins de julho do anno atrazado, entender-se com o coronel Antonio Luiz sobre a criação da villa do Juazeiro. O nosso chefe com a franqueza que lhe é peculiar, *declarou que não podia annuir ao seu pedido em vista da attitude hostile do 'O Rebate' e os boatos que corriam de seu apoio ás idéas daquela folha*: mas que pozesse um paradeiro na marcha desse negócios que não duvidaria satisfazer-lhe no anno seguinte. Instando ainda o referido sacerdote, objectou-lhe o nosso chefe que se lhe tinha alguma amizade não lhe exigisse que commettesse uma baixeza, deante do que elle se calou, retirando se comprometido em pôr termo aos desatinos do padre Peixoto.³⁸⁶

No enunciado acima foi empregado a estratégia de narrativização (THOMPSON, 2011), ao buscar no passado os elementos que justificaram a negativa do coronel. Outro aspecto nesse trecho foi a utilização de elementos que denotam sentido de comunhão com os leitores, na colocação “nosso chefe”. Como já assinalado, o uso da primeira pessoa do plural caracteriza-se pela figura de comunhão, relativa às condições que vinculam e aproximam os sujeitos em um determinado acontecimento (PERELMAN, TYTECA, 2005).

Ressaltamos também que antes do anúncio da negativa³⁸⁷ de Antônio Luiz, ao pedido de emancipação em 1909, *O Rebate* havia publicado apenas quatro edições – 18 e 25 de julho e 01 e 08 de agosto. Até aquele momento, os jornalistas juazeirenses não haviam encetado uma campanha contra o chefe político do Crato. Porém, na segunda edição, o periódico publicou o artigo barbalhense *Espantoso movimento de armas*, veiculado no jornal *União*, onde afirmou-se o envolvimento de Antônio Luiz na contenda

³⁸⁵ Idem, p. 2. Grifos do jornal.

³⁸⁶ Idem, p. 2. Grifos do jornal.

³⁸⁷ A resposta negativa do coronel foi publicada na 5ª edição de *O Rebate*, em 15 de agosto de 1909.

de 1909. O artigo foi publicado na coluna “inedictoriaes” que, de acordo com o *Rebate*,³⁸⁸ não representava a opinião do jornal. Porém, acreditamos que a “atitude hostil”, citada pelo *Correio*, tratava-se dessa publicação.

Ao argumentar os trâmites do debate de 1910, o jornalista contestou a ideia, defendida por Floro, de querer o padre Cícero, durante as solicitações pela elevação de Juazeiro, *conservar o prestígio pessoal e político do coronel Antônio Luiz, bem como manter sua amizade com o oligarca.*

Para o enunciador, o sacerdote tinha ciência que Antônio Luiz não consentiria a elevação do povoado naquele ano, porém, “ainda contra a vontade do chefe deste município, e desenganado de que por este modo nada conseguia, faltando apenas 15 ou 20 dias para o fechamento da Assembleia, apellou novamente para o coronel Antonio Luiz”.³⁸⁹ Ao receber o telegrama do sacerdote, o oligarca respondeu negando mais uma vez o pedido, alegando “não vim preparado para tal fim, pois, não estou a par limites que devo dar, além disto circunstancias se deram que me impossibilitam dar meu consentimento”.³⁹⁰

Deante desta resposta, única que podia dar o nosso chefe depois de ter sofrido insultos por mais de um anno, o sr. Padre cícero, *o elemento de paz e ordem*, amotinou os romeiros e proclamou a *independência do Juazeiro*. Não eram, portanto, protestos de amizade sincera que continha a referida carta: era a revelação de um disfarce. Não um pedido: era uma ordem formal.³⁹¹

A narrativa empregou a dissimulação do argumento, por meio do tropos linguísticos (THOMPSON, 2011), ao denominar o padre Cícero como o elemento da *paz e da ordem*, numa clara ironia ao *revolucionário* que *amotinou os romeiros* pela independência de Juazeiro. O jornalista finalizou o artigo utilizando o dispositivo de interação com os leitores, por meio de questionamentos sobre o processo.

Quem é que diante de uma retractilidade desta, por mais bem intencionado que seja a respeito do reverendo, não veja ressaltar a sua condemnável ingerência em taes factos?

Somente quem se obstina em persistir no engano, por que mais claro que isto sá a luz meridiana.

[...] Pode refrel-o ou não? Era, ou não, do seu dever, como homem de intenções puras, amigo do seu amigo e que sabe guardar decoro à moralidade, impor-lhe silencio?

³⁸⁸ EXPEDIENTE. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de julho de 1909, p. 1.

³⁸⁹ DAGUA abaixo irá o Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 29 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁹⁰ Idem.

³⁹¹ Idem. Grifos do jornal.

S.s ainda terá coragem de sustentar que não seja elle quem, alternativamente, aperta e afrouxa o botão electrico do infame combate de embustes?³⁹²

A partir dessas indagações e reflexões, o jornalista questionou seu contendor e os leitores sobre a atuação do padre Cícero, e do próprio Floro, durante os trâmites políticos acerca da problemática em torno da emancipação de Juazeiro. Consequentemente, a comunhão com o público (PERELMAN, TYTECA, 2005) foi evocada no sentido de convencê-los a acreditarem nas verdades expostas pelo jornal.

Na sequência, foi a vez do padre Alencar Peixoto entrar em cena nas páginas do *Correio do Cariry*, com quatro artigos destinados a refutar ou criticar o redator vizinho. Primeiramente, exaltou-se novamente o protesto do Tiro Cratense, contrariado por Peixoto na folha juazeirense.

Na impossibilidade de defender-se da pancada na fuça que lhe applicou o nobre povo cratense com o protesto veemente que o Tiro em desaggravo dos insultos que o pardavasco assacou contra o presidente dessa valente sociedade, escrevinha o marôto no seu papel que dito protesto não foi expontaneo, nasceu de uma coação.

[...] O protesto do Tiro firmaram-no homens independentes e, o único mobil destes assim o calumniador relapso, si é que fazia mistério pelas infâmias que engendrará contra um moço estimado de todos, descendente da honrada estirpe que o Ceará todo conhece. Como protecção, nunca, que o nosso amigo não necessita de quem o proteja com piedade, nem em se tratando de uma pugna seria, mormente quando é protagonista um sapo da marca Joaquim Peixoto, cuja baba nauseabunda não pega e nem mata.³⁹³

Seguindo com as publicações, a redação ainda respondeu à acusação de *não querer receber coronel João Raymundo de Macedo*, disposto a propor um acordo de paz entre Crato e Juazeiro, veiculado em *Hão de conhecer do Rebate*. O enunciador utilizou o próprio discurso de Peixoto para contrapô-lo, desenvolvendo-a a partir da argumentação de *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126) que consiste em colocar o rival em contradição com suas próprias palavras.

Para que o publico, que aliás já o conhece faça uma idea mais completa de quanto é infame e mentiroso esse Joaquim *cururu*, basta lebrar-mos aos leitores que o desavergonhado pasquinheiro disse no final do mesmo artigo, que nós havíamos espalhado que contávamos com a Barbalha.

Se nós nem ao menos queríamos ouvil-o, segundo affirmou o biltre, como pois espalhar que contávamos com o município do qual é chefe do coronel Macedo? Vejam os nossos leitores como se desmente um patife com suas próprias palavras. Isto é que é ser sem vergonha sem regra.³⁹⁴

³⁹² Idem.

³⁹³ UM POR todos. *Correio do Cariry*, Crato, 29 de janeiro de 1911, p. 2.

³⁹⁴ MENTIROSO. *Correio do Cariry*, Crato, 29 de janeiro de 1911, p. 3. Grifos do jornal.

Assim como *O Rebate*, o *Correio* também estava disposto a continuar com o conflito impresso: “A nós é que cabe o direito de declarar peremptoriamente que não queremos [...] paz como esse *lazarento* [Peixoto], que além de exalar a catíngia própria de seu sangue, mesmo de longe e de muito longe incommoda sua podridão moral”.³⁹⁵

Concluindo aquela edição, o *Correio* voltou a publicar um novo *repto* contra o padre Alencar Peixoto.

Reptamos ao cynico plagiário padre Joaquim Marques Peixoto para que se defenda dos roubos litterarios de que o temos denunciado como autor, sob pena de reunir aos títulos de mentiroso, calumniador e pasquineiro, que já são seus por direitos adquiridos mais este de – maior ladrão de letras até hoje conhecido.³⁹⁶

O pedido de paz, iniciada pelo coronel barbalhense João Raymundo de Macedo, falhou e ambos os jornais continuaram o confronto impresso durante o mês de fevereiro. Enquanto os representantes de Juazeiro resgataram antigas alianças municipais, o lado cratense continuou a ‘atacar’ os padres vizinhos. Porém, a partir de uma ameaça de morte, publicada em primeira página, novos ‘cavaleiros da paz’ entraram em cena a fim de evitar o uso do bacamarte.

6.3 Das ameaças ao acordo de paz

Após cinco meses do grito de independência de Juazeiro, o clima de instabilidade continuou entre o distrito e a cidade do Crato. O ambiente hostil, fomentado pelos jornalistas locais, continuou com a publicação de mais escritos virulentos nos jornais das respectivas localidades.

Em 05 de fevereiro, *O Rebate* publicou o quarto artigo da série *De agua abaixo, não irá o Joazeiro*. Naquela edição, Floro Bartolomeu comentou o artigo cratense *Juazeiro Dagua abaixo*, publicado em 22 de janeiro. De início, o articulista comentou a negativa dos adversários em subscrever seus textos jornalísticos.

³⁹⁵ CURURU. *Correio do Cariry*, Crato, 29 de janeiro de 1911, p. 3. Grifos do jornal.

³⁹⁶ REPTO. *Correio do Cariry*, Crato, 29 de janeiro de 1911, p. 3

Eu [Floro] bem sabia que o illmo. Sr. Coronel Antonio Luiz era o director politico do Correio do Cariry; *mas ignorava que elle assumisse*, como tal, isto é, como *simples* director politico, *a responsabilidade de toda e qualquer outra questão sustentada pelo referido jornal*, máxime, referente a dignidade do Revdm. Padre Cícero, e com a maior gravidade de ser por meio de insultos, injurias e até de calumnias.³⁹⁷

A justificava do *Correio* foi utilizada para rebater a teoria dos cratenses que considerava o padre Cícero o responsável pelo *O Rebate*. Por meio do argumento *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 126), Floro construiu seu raciocínio visando colocar o jornalista cratense em contradição.

Si o illmo, sr. Coronel Antonio Luiz, como simples ‘director politico’ do Correio do Cariry é o responsável por tudo quanto se tem publicado, porque motivos, porém, s.s, sabendo que o redactor-chefe do O Rebate é o revdm. Padre Peixoto, o único responsável, insiste e racalcitra, com teimosia de menino, que a responsabilidade das publicações d’este jornal cabe ao Revdm. Padre Cícero, e sobre elle lança insultuosamente todos os epithetos injuriosos? Porventura s.s não reconhecerá que assim externando-se cahe em contradição? Não perceberá que está trilhando em um terreno falso?³⁹⁸

A interrogação utilizada na narrativa não buscou um resposta, mas encerrar seu raciocínio e incutir a reflexão ao público e ao próprio articulista opositor (PERELMAN; TYTECA, 2005). Na sequência, Floro comentou a justificativa que levou os editores cratenses a não assinarem suas publicações: *por ser o Correio do Cariry um órgão de um partido político, as assinaturas do conteúdo divulgado pela folha deveria ser pela coletividade, e não apenas por um único indivíduo.*

Si fosse uma questão politica, me não assistia o direito de exigir a assignatura de nenhum dos eleitores do partido republicano cratense, porque o director politico bem sei, é o ilustre chefe do Crato; mas, como a discussão não é politica, nem como politica se parece, pois é tão somente uma *catilinária* de insultos a dignidade do Revdm. Padre Cícero, exigi que o seu autor se subscrevesse.³⁹⁹

Para Floro aquela discussão não se tratava de uma questão política, pois, o *Correio do Cariry*, pautava-se apenas de “insultos” e “calúnias” para “atacar a honra alheia”. Na defesa pelo padre Cícero, o médico concordou com os redatores cratenses ao considerar a linguagem empregada por Peixoto como virulenta.

³⁹⁷ DE AGUA abaixo não irá o Joazeiro IV. *O Rebate*, Juazeiro, 05 de fevereiro de 1911, p. 1. Grifos do jornal.

³⁹⁸ Idem.

³⁹⁹ Idem. Grifos do jornal.

[...] Que seja porque o Revdm. Padre Peixoto tem discutido certas questões no Rebate usando de uma linguagem forte e enérgica... Em tal caso, porém, tão somente elle, como redactor-chefe do jornal, é o único credor da reacção, nunca o Padre Cicero [...] e o Padre Peixoto declara com toda a franqueza que elle assim escreve sem obedecer a orientação de quem quer que seja, unicamente porque julga-se com tal direito, não tem razão o meu illustre contendor de, *confundindo uma cousa com outra*, teimosamente insistir que o venerado sacerdote que defendo, seja digno da accusação que lhe faz o Correio do Cariry.⁴⁰⁰

Floro ainda contrariou o *Correio* que considerou: *injuriosa só tem sido a linguagem da folha juazeirense acerca do coronel Antônio Luiz*.

[...] Si o Correio do Cariry repugnava esse terreno que reprovo, resolvendo entrar na lucta, não deveria terçar as armas que diz condemnar; deveria muito ao contrario chamar a questão para o terreno serio [...] mas, d'esde que assim não o fez, tendo-se porem revelado lettrado na arte de insultar e usar da mesma linguagem que acha reprovável, acho que ambos andam parallelamente, e assim não poderá dizer que – *injuriosa só tem sido a linguagem do O Rebate*.⁴⁰¹

Novamente o jornalista desenvolveu suas críticas com base na argumentação *ad hominem* (PERELMAN; TYTECA, 2005) que consistiu em colocar o jornalista cratense em contradição, tratando-se de um mecanismo de desqualificação, configurando-se na discordância existente entre o dito no passado e o dito no presente.

Na mesma edição, *O Rebate* acusou Antônio Luiz de estar pagando os jornalistas cratenses para “insultar” as personalidades e habitantes de Juazeiro. Segundo a redação, as cartas e telegramas publicados pelo *Correio*, com conteúdo insultuoso contra o povo de Juazeiro, eram de autoria dos próprios articulistas do periódico cratense.

É, mais uma vez, é obra d'esses descarados e sem vergonha; produziu n'a a secreção da bÍlis e não do cérebro d'esses jornalistas muchibas, empreiteiros contra a honra, assalariados (como o tal Zuza Galinha d'agua, que está percebendo sessenta mil reis mensais), por esse cacique estúpido, perverso e safado – Antonio Luiz pequeno.⁴⁰²

Segundo o enunciador, os jornalistas cratenses propagaram a mentira e a discórdia, ao publicar relatos de pessoas fora do Crato, para prejudicar a imagem de

⁴⁰⁰ Idem. Grifos do jornal.

⁴⁰¹ Idem. Grifos do jornal.

⁴⁰² PARA QUE mais? **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fevereiro de 1911, p. 2.

Juazeiro e de suas personalidades perante seus leitores. Com a acusação, vislumbrou-se a tentativa de pôr o *Correio do Cariry* em descrédito com o público.

Aquele 05 de fevereiro marcou o fim do silêncio de *O Rebate*, perante as acusações de ser o padre Alencar Peixoto um plagiário.

Nunca vimos critica tão baixa e tão vil e tão nojenta como a que fizeram e prometeram continuar ainda a fazer dos escriptos do nosso destemido redactor-chefe esses bandarras que, não contestes com a transição da baiuca à arena da imprensa, arvoraram-se em oráculos do Templo de sabedoria, capazes mesmo de julgarem da própria divindade.

[...] Eis o que bem podemos applicar á esses escrevinhadores réles, a esses críticos *cherelos*, mas que se julgaram aparelhados para fazer a critica dos escriptos de nosso Redactor; *críticos cherelos* que bem que os deixam ver d'aquellas meigengras pachuchadas de *mané* do bispo.

Attendendo ao que diz Chateaubriand, como diz, que 'quando a critica for justa, devemos corrigir-nos; quando mordaz, rir-nos; quando, porém, pasquinheira, calar-nos'; nada devíamos responder a esses canalhas; mas como queremos confundi-los, si é que são susceptíveis disto n'esse estado em que se acham de impassibilidade budhica, e que não permittirá absolutamente *oto phenomenon*, pedimos-lhes que publiquem o resto dos Plagios indecentissimos de nosso Redactor-chefe; publiquem, como prometeram.⁴⁰³

Na perspectiva de Orlandi (1997, p. 75), o jornalista utilizou-se da política do silêncio para tratar da acusação. A política do silêncio “produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz”. Ou seja, há uma relação entre dito/não-dito, no qual os sentidos são controlados e interditados no discurso. Ao não responder propriamente sobre os plágios, o jornalista cala e silencia-se, instaurando a interdição do dizer na relação de interlocução com seu contendor.

Concluindo aquela edição, o periódico deixou de veicular novamente a coluna *Commercio do Cariry*, na página quatro, para noticiar novos protestos contra o *Correio do Cariry*. Além de Juazeiro, a vila de Missão Velha se pronunciou, por meio de abaixo-assinado, contra os escritos do jornal cratense.

Agora levanta-se a villa de Missão Velha cheia dos mesmos gazes da indignação e da revolução que se vão por alma em fora d'este nobre povo altivo, brioso e heroico que não faz, nem fará distincção entre a vida e a morte n'esta terrível questão vigente [...] protestando também energicamente contra taes miserias, taes iniquidades...e não será só a villa de Missão velha... o Cariry todo há de levantar-se do mesmo modo protestando contra essa desgraçada campanha de insultos e injurias e calumnias [...] e o Cariry assim precedendo, cumprirá por certo um dever sagrado, dever esse que lhe impõe o sentimento da gratidão para

⁴⁰³ PUBLIQUEM. *O Rebate*, Juazeiro, 05 de fevereiro de 1911, p. 3. Grifos do jornal.

com o insigne e virtuoso levita que tem sido até hoje a sua paz, a sua tranquilidade, o seu bem estar.⁴⁰⁴

Semelhante ao protesto realizado pelos habitantes de Juazeiro, a vila de Missão também repudiou os artigos divulgados pelo Correio contra o padre Cícero: *Simplemente irônico e Juazeiro Dagua abaixo ou combate ao embuste*.

Nós abaixo assignados habitantes do Termo de Missão Velha, em nosso nome e de nossas famílias, cumprindo um dever de consciencia e justiça protestamos contra as referencias injuriosas feitas ao virtuosíssimo Sacerdote o Remo. Padre Cicero Romão Baptista, pela Redacção do Correio do Cariry nos dais 25 de dezembro e 1º de Janeiro do corrente.

Só podemos attribuir com causa de revoltantes injurias ao despeito e ao capricho pessoal; pois de outro modo não poderíamos Redactores d'um jornal reconhecer a nobresa de sentimentos num verdadeiro amigo do povo o nosso respeitável amigo o Venerado Padre Cicero.

Julgavamos inútil tal protesto si não fosse a inverdade d'esses Redactores dizerem, que estamos de acordo com elles neste momento de pensar, contra o venerado Padre Cícero, que pelas virtudes que possui, só tem sabido soffrer as injustiças com a resignação de martyr.

Eis portanto o nosso protesto que o fazemos de accordo com a nossa dignidade.⁴⁰⁵

Após o manifesto, datado do dia 15 de janeiro de 1911, foram publicadas as assinaturas dos participantes da referida vila, ao todo foram expostas 118 assinaturas. Na ocasião, publicou-se também a quarta parte do *Protesto* juazeirense, que já somava 885 assinaturas entre os habitantes de Juazeiro. A insistência da publicação desses protestos, e a adesão da vila de Missão Velha à causa, pode inferir a construção de um apelo argumentativo que aproximam aqueles assinantes a um interesse comum, podendo ser caracterizado como estratégia de universalização (THOMPSON, 2011).

No mesmo dia 05 de fevereiro, os novos escritos do *Correio do Cariry* tiveram como protagonismo o padre Alencar Peixoto. Foram oito publicações contra o redator-chefe de *O Rebate*, duas delas republicações.⁴⁰⁶ Além de confirmar o retorno da série de denúncias de plágios para edição seguinte, “que só por si vale por uma derradeira pá de cal atirada sobre o cadáver intellectual do infame garatujador”.⁴⁰⁷ A redação voltou a ridicularizar a escrita do jornalista juazeirense:

⁴⁰⁴ MAIS um Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fevereiro de 1911, p. 3.

⁴⁰⁵ MISSÃO Velha protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fevereiro de 1911, p. 4.

⁴⁰⁶ Os artigos republicados foram *Repto* e *Uma por todas*, ambas publicadas em 29 de janeiro de 1911.

⁴⁰⁷ OS PLÁGIOS de Peixoto. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 2.

Os seus escriptos são verdadeiras xaropadas impossíveis de se engulirem. Não tem nexos algum, verdadeira babuzeira, sem eira nem beira. Até os portugueses chapa não mastiga mais; erra na concordância do sujeito como o verbo, no emprego das preposições, na syntaxe, afinal até na orthographia das mais simples palavras.⁴⁰⁸

Além dos recorrentes artigos rebaixando o porte intelectual de Peixoto, frequentemente era ridicularizada também sua aparência física. Servindo-se dos tropos linguísticos (THOMPSON, 2011), o jornalista noticiou o desenvolvimento de um poema sobre os traços físicos do “padre sapo [Peixoto]” e o convidou a dar sua contribuição pessoal à ‘obra’: “mire-se em um espelho e descreva pelas páginas de seu re-doido os seus traços phisicos [...]. Esperamos que sendo sua illustradissima pessoa um amigo também das Musas, não se furtará á occasião de prestar o seu valioso concurso a mais este harpejo de lyra [...]”.⁴⁰⁹

Após ridicularizarem o porte intelectual e aparência física do padre Peixoto, o periódico divulgou o nome de vinte e nove “vítimas” do sacerdote, “para que possam melhor ajuizar os nossos leitores de como é insultador vezeiro esse Joaquim Peixoto, vulgo padre Cururú”.⁴¹⁰ Entre as vítimas encontrava-se bispos, entre eles Dom Joaquim, responsável por emitir a punição ao padre Cícero, padres, comerciantes, políticos, entre eles o coronel Antônio Luiz, juizes, incluindo Raul de Carvalho, e uma instituição, Tiro Cratenses. As vítimas teriam, segundo a publicação, sofrido insultos verbalmente ou por meio dos escritos jornalísticos de Peixoto. A construção desse discurso pode ser definida como *ad persona*, que se caracteriza pelo julgamento do adversário, na perspectiva de desqualificá-lo moralmente (PERELMAN; TYTECA, 2005).

Em resposta ao artigo *Que Pustula* que rememorou a relação de Cícero com a família Pequeno e dirigiu alguns insultos ao oligarca cratense, *considerando-o uma desonra para seu falecido pai*. O *Correio do Cariry* também voltou ao passado ao relatar um fato familiar considerado uma “desonra” para a família Peixoto. O irmão do redator-chefe juazeirense, Francisco Peixoto, quando soldado em Fortaleza, haveria sofrido um castigo de 400 vergastadas, após o mesmo ter roubado uma “bodega em Fortaleza, a qual

⁴⁰⁸ PLAGIADOR. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 1.

⁴⁰⁹ UM PEDIDO. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 2.

⁴¹⁰ AS VÍCTIMAS delle. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 1.

o tratante arrombou em uma noite em que (admirem!) COMO SOLDADO, fazia guarda à cidade”.⁴¹¹

O jornalista cratense “previu” que o mesmo castigo do irmão seria destinado ao padre Peixoto “pelas intrigas sem numero que tem creado e continua a crear, um dia [...] há de achar dois cabras possantes que lhe levantem a batina e os lombos lhe cortem com um nó de bôa peia, até voarem pelos ares os saiotes e as anquinhas [do] malandro effeminado”.⁴¹²

No decorrer daquela edição, justificou-se a ausência da publicação da série *Dagua abaixo irá o Joazeiro*: “por absoluta falta de espaço [porém] sahirá no próximo numero desta folha, para o qual chamamos, desde já, a attenção dos nossos leitores”.⁴¹³ Entretanto, o debate entre a folha cratense e o médico juazeirense permaneceu no artigo *Jocoso*, ao questionar a “*atitude sensata*” do padre Cícero, perante seu silêncio ao embate virulento entre Antônio Luiz e padre Peixoto.

Refutando as considerações de Floro Bartolomeu, de 22 de janeiro, o enunciador relembrou do silêncio mantido por Peixoto, durante as sessões da Assembleia Legislativa do Estado, entre julho e agosto de 1910, “coincidentemente” no mesmo período em que o padre Cícero e a Comissão de Engrandecimento de Juazeiro telegrafaram ao governador Accioly e ao coronel Antônio Luiz apresentando o projeto de elevar Juazeiro à categoria de vila independente.

Porque naquelle tempo o santarrão podia calar o sapo e não o podia anteriormente e posteriormente?

Ora, a verdade é palpitante: Peixoto não é mais do que um lacaio ou um badameco, um títere, nas mãos do sr. Cicero. Quando convem a s. *santidade* silencioso, cala-o incontinenti; quando não, dá lhes cordas, açula o cão para latir e morder. Não poudé tampar-lhe a boca em agosto do anno passado, somento por que o caso falara ao seu interesse?

Porque também não procedeu identicamente antes e depois daquelle tempo, quando o coronel Antonio Luiz de quem se dizia tão amigo era calumniado, insultado tão atrozmente por *cururu!*⁴¹⁴

A presença dos questionamentos no discurso não significou a busca por uma resposta, mas encerrar seu raciocínio. Dessa maneira, o jornalista pretendeu afirmar que o padre Cícero poderia ter evitado os ‘ataques insultuosos’ contra o coronel Antônio Luiz.

⁴¹¹ 400 VERGASTADAS. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 2.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ JUAZEIRO *dagua abaixo*. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 3.

⁴¹⁴ JOCOSO. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 2. Grifos do jornal.

Como assim não procedeu, o mesmo poderia ser considerado responsável pela animosidade frequente entre cratenses e juazeirenses.

Na semana seguinte, o embate entre as redações aproximou-se do seu ponto máximo. Uma suposta ameaça de morte, dirigida ao padre Alencar Peixoto pelo pai de Raul de Carvalho, foi comentada pelo *O Rebate* na edição do dia 12 de fevereiro. A ameaça chegou ao conhecimento do periódico juazeirense através do comerciante João Francisco Gonsalves, que esteve em Fortaleza para tratar de negócios comerciais com o senhor Souza Carvalho.

Ao saber que João Francisco era residente de Juazeiro, seu Carvalho haveria comunicado: “Como vae aquelle diabo do Padre Peixoto? ...Diga-lhe que si elle pensa que meu filho é o que elle mandou cortar a orelha, esteja enganado! [...] Diga a esse Padre Peixoto que elle leva balla n’estes dias, lá mesmo!!!”.⁴¹⁵ Ao ser informado daquela ameaça, Peixoto “sorriu bastante” e telegrafou para o sr. Souza Carvalho: “Recebi o recado de ameaça que sr. mandou pelo sr. João Francisco Gonsalves. Estou ciente”.⁴¹⁶

O jornal ainda noticiou uma outra ameaça de morte dirigida a Peixoto, dessa vez, a informação teria partido de pessoas da “alta confiança” da redação. “*Antonio Luiz em conluio com seus chupa caldos*, já tinha assentado assassinar o nosso Redactor-Chefe e o seu irmão Jesus de Alencar Peixoto”.⁴¹⁷ Diante daquelas ameaças, a família Peixoto resolveu emitir um comunicado aos ameaçadores. Residentes na cidade do Crato, os familiares de Peixoto declararam “não abandonar absolutamente a terra onde foi creada e onde há de morrer”; e, apresentaram-se “disposta, para em caso de realizar-se o plano ou mesmo a tentativa, a menor agressão, emfim, mostrar à esses covardes assassinos como se vingam a morte ou a tentativa de morte d’esses parentes por elles condemnados”.⁴¹⁸

Por fim, a família concluiu:

Pensa o Sr. Souza Carvalho que, mandando assassinar ao Padre Peixoto conforme garantiu ao sr. João Francisco, fica *palitando os dentes, de mãos nos bolsos em seu escriptorio*, em Fortaleza?

Não!... si isso acontecer, pode ficar certo de que morrerá, ahi mesmo, como o coronel Labatú, em plena luz do dia, cercado de que garantias fôr...

O padre Peixoto não é um cão sem dono, nem o acanhado chefe do Crato, Antonio Luiz, o LADRÃO das joias do sr. José Belem, tem elementos para garantil-o...

⁴¹⁵ RESPOSTA. *O Rebate*, Juazeiro, 12 de fevereiro de 1911, p. 1.

⁴¹⁶ Idem.

⁴¹⁷ Idem. Grifos do jornal.

⁴¹⁸ Idem.

Está, portanto, aberta a lucta pessoal no terreno mais escabroso que pode haver. E ella resume-se no seguinte: a morte do qualquer dos membros da familia Peixoto, implicará a dos responsáveis e co-responsaveis... dê isso agora no que dér!⁴¹⁹

O assunto, que ocupou metade da primeira página, voltou a ser comentado na terceira. Sob a justificativa da chegada de um novo telegrama “quando O Rebate já se achava quase prompto”, ou seja, próxima de ser impresso, o articulista deixou de veicular, na primeira página, a resposta do pai de Raul de Carvalho ao telegrama enviado por Peixoto.

Pe. J. de Alencar Peixoto, Juazeiro
 Não lhe mandamos recado.
 Soubemos suas ameaças contra Dr. Raul e o responsabilizamos por qualquer ofensa que venha elle sofrer. Isto cumprimos fique certo
 Familia Souza Carvalho.⁴²⁰

Assim como no suposto recado dado pelo comerciante juazeirense, Peixoto “riu-se bastante à custa de tal telegramma” e respondeu: “Recebi seu telegramma negando recado ameaça. Estou sciente”.⁴²¹

O jornal também publicou um artigo resposta ao texto *400 vergastadas* do *Correio*. Em *Que 400 vergastadas, canalhas!!!* O articulista juazeirense comunicou desconhecer o castigo sofrido por Francisco Peixoto, irmão do padre Alencar Peixoto, como relatado na edição anterior do periódico cratense. Segundo o jornal, Francisco não teria participado do citado roubo, porém, como não havia comunicado ao seu comandante, o delito de seus companheiros, todos acabaram presos. “Esse castigo [...] 400 vergastadas, como affimam esses morpheticos do Correio do Cariry para nós é desconhecido, visto como não nos consta que no Batalhão de policia de nosso Estado d’elle se use”.⁴²² Mesmo contrariando a versão exposta pelo *Correio*, o enunciador questionou:

Que tem esse facto com as surras do rôto chefe esmolambado do Crato e de seus parentes que, de foscos e covardes e pusillanimes em todo o sentido d’estes adjetivos, tem o respectivo talão? [...] Mesmo, que o Francisco fosse ladrão [...] que culpa teria o nosso Redactor-Chefe?
 Quererão com isso negar que esse marrano não é ladrão do erário publico [?]
 Quererão com isso negar que o fracalhão desse Porreta e Cia não furtaram o gado

⁴¹⁹ Idem. Grifos do jornal.

⁴²⁰ PELO TELEGRAPHO. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fevereiro de 1911, p. 3.

⁴²¹ Idem.

⁴²² QUE 400 vergastadas, canalhas!!! **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fevereiro de 1911, p. 2.

do sr. Belém, mandando-o vir da Serra Verde e fazendo abatel-o ahi no Crato para o consumo dos cangaceiros [?]
 Repare bem o publico que esses infames, esses miseráveis ainda não poderam, nem poderão ainda defender-se do que até agora os temos por demais accusado justamente.⁴²³

Nesse enunciado, a interrogação atuou como dispositivo de interação com os leitores, como explicitado no “repare bem o público”, de modo a levá-los a refletir sobre as posturas dos jornalistas cratenses que, até então, não haviam defendido Antônio Luiz das acusações de roubo publicadas pelo periódico juazeirense. Dessa maneira, afastavam-se do debate publicando fatos que não diziam respeito aos expostos pelo *Rebate*.

Além de refutar a notícia descrita pelo *Correio*, o mesmo artigo noticiou queixas, vindas de Fortaleza, pela presença de cangaceiros em Juazeiro. De acordo com *O Rebate*, as autoridades do Crato comunicaram ao poder estadual que o Juazeiro estava...

[...] cheio de cangaceiros, convidados pelo venerável Padre Cicero, e transformado em um antro de banditismo; que se tem dado assassinatos e roubos em casas commerciaes aqui; que cangaceiros d'aqui querem roubar a villa de S. Pedro [...]; que aqui não há mais segurança para honra das famílias; que, finalmente o Padre Cícero quer, macomuncado com os inimigos que o agonisante d'esse miserável chefe em rapos e farropos tem em maioria alli no Crato, depol-o da chefia.⁴²⁴

Percebe-se o modelo de estética social pautado pelos representantes cratenses, criando uma imagem de terror acerca do Juazeiro. Processo denominado por Bhabha (1998, p.147) como “paranoia do poder”, um desejo de legitimar seu poder frente ao povoado, por sua diferença cultural, e por medo que Juazeiro ocupasse seu lugar de hegemonia na região. Mesmo antes do grito de emancipação de Juazeiro, em agosto de 1910, de acordo com Barros (1988, p. 229), “o Crato ficou apreensivo com o crescimento do povoado vizinho, que prometia uma expansão maior ainda. Recusando-se a fazer qualquer beneficiamento no lugar, dele apenas auferia os impostos”.

Porém, o jornal era enfático! “O Joazeiro não será dominado pelo Crato, seja esse ou outro qualquer chefe; esta é que é a verdade nua e crua!”.⁴²⁵ Acreditava-se que aqueles “boatos” projetaram indispor o governo estadual contra o povoado, com a finalidade de prejudicar a sua oficialização como vila independente. Como resposta, um novo abaixo-

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Idem.

⁴²⁵ Idem.

assinado foi publicado pelo periódico, dessa vez, sob a organização da classe comercial local, que recolheu 30 assinaturas, a maioria integrante da Comissão de Engrandecimento.

É uma calumniosa mentira, esta, que, sem o menor esforço, e em poucos palavras, a desfazemos.

É com efeito, mais uma mentira, esta, calumniosa como tantas outras de que homens menos que homens e mais que selvagens lançam mão para nos ferir e ao florescente commercio d'esta terra, sem motivo outro mais que o ódio que rouqueja de mãos dadas com o despeito que mais e mais o acirra.

Como um ponto final a esta protesto, fazemos ver ao publico ao longe que desde 30 de agosto do anno passado a esta parte, a inda não se deu aqui, no Joazeiro, graças à Deus, um facto que nos desabonasse.

Joazeiro do Padre Cícero, 9 de fevereiro de 1911.⁴²⁶

As recorrentes críticas aos romeiros, por parte dos jornalistas cratenses, e as recentes informações vindas de Fortaleza, podem ter levado *O Rebate* a noticiar um fato envolvendo uma família de romeiros do povoado. O artigo *Pelos Macacos* narrou uma confusão entre os romeiros Luiz José de França e seu filho (o jornal não cita o nome) e Raymundo Coimbra. O atrito teria iniciado após os citados romeiros irem buscar lenha no Sítio Macacos, localizada aos arredores de Juazeiro. Porém, ambos teriam sido impedidos por Raymundo Coimbra.

De acordo com a descrição, Raymundo Coimbra, que estava acompanhado de mais dois rapazes, tentou tomar o machado das mãos do romeiro Luiz. Como este resistiu, um dos rapazes, que acompanhava Coimbra, “deu-lhe forte bordado com o olho d’um machado que trazia”.⁴²⁷ Ao ver seu pai ferido, o filho de Luiz “sacou d’uma pequena facca e investiu-se contra um dos taes cabras que, ferido, lançou mão d’uma pistola mauser e descarregou-a no velho [Luiz], atingindo um dos projectis ao braço”.⁴²⁸ Segundo a publicação, “os ferimentos d’um e outro foram leves” e as autoridades locais tiveram conhecimento do ocorrido. Porém, nada se publicou sobre as providências tomadas pelas mesmas.

Acreditamos que o periódico se adiantou em publicar o ocorrido temendo uma possível versão mais “virulenta” por parte dos cratenses, tanto é que, ao final do artigo, comunicaram: “Eis ahi o facto. Como não o virá, porém, historiando a lutulenta folha cratense, esse Correio do Cariry que tantos insultos, tantas injurias, tantas infâmias, tantas

⁴²⁶ PROTESTO. *O Rebate*, Juazeiro, 12 de fevereiro de 1911, p. 2.

⁴²⁷ PELOS macacos. *O Rebate*, Juazeiro, 12 de fevereiro de 1911, p. 3.

⁴²⁸ Idem.

calumnias e tantas miserias tem publicado contra o povo d'esta terra".⁴²⁹ Como já assinalado, com o jornalismo doutrinário vigente no interior do país, os jornais serviram-se como munição de batalhas políticas, o que fomentou os relatos jornalísticos serem marcados pelo olhar parcial dos articulistas. Característica que contribuiu para circulação de diferentes versões de um mesmo acontecimento durante os conflitos jornalísticos.

Nas últimas páginas, *O Rebate* voltou a publicar novos protestos realizados nas cidades carienses. Após Missão Velha, foi a vez da vila de Milagres emergir a favor do padre Cícero.

Como o Joazeiro, como a villa de Missão Velha [...] levanta-se também por sua vez Milagres, protestando valentemente contra esses agalhões de insultos e injurias e infâmias e calumnias e miserias que esse rôto chefe esmolambado – *Antonio Luis* tem mandado assacar, do tremedal de sua imprensa, por seus fâmulos e alugados, a personalidade augusta do respeitável ancião e venerado sacerdote, padre Cícero.

[...] O Cariry levantando-se como vae cumpre um dever de justiça e de gratidão a um tempo para com o padre Cícero que tem sido, em verdade, a sua paz, a sua tranquilidade, o seu bem estar.⁴³⁰

Assim como os anteriores, o protesto organizado em Milagres também contou com um abaixo-assinado. Ao todo foram veiculadas 216 assinaturas dos habitantes locais.

Cumprimos o imperioso dever de protestar contra o assalto a immaculada honra do Egregio Padre cicero Romão Baptista, pelas columnas do jornal Correio do Cariry, em mais de um dos seus intempestivos artigos.

E não nos seria, certamente, dignos silenciar tão profunda magoa que invadio os nossos corações, não só pelo respeito, amisade e admiração que tributamos ao venerando injuriado como porque também nos causou espasmódica convulsão de espirito a terrível andacia posta em acção.

Quem, no Ceará, quiçá no Brazil inteiro, desconhece a honorabilidade do Padre Cícero... a vida pura que elle, aos olhos do mundo, tem sabido, inquebrantavelmente, levar; as virtudes peregrinas que têm sido o apanágio de sua irreprehensível e exemplar conducta, quer como sacerdote, quer homem civil a grandeza de sua alma, sempre disposta para o bem, para perdoar, e nunca, mil vezes nunca, para o exercicio de baixas vinganças; a caridade de um Vicente de Paulo, porque maior nenhum beneficente a teve; o severo escrúpulo com que age em seus negócios financeiros, em cujo character prefere perder, que haver lucros indecentes; o mais assinalado dos homens, de cordura e de abnegação stoica – que entre nós já existio?!!!

[...] Milagres, 24 de janeiro de 1911.⁴³¹

Na mesma edição foi publicado a quinta parte do protesto assinado pelos juazeirenses. A publicação contou com apenas 38 assinaturas, totalizando 923 ao longo

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ MAIS UM outro protesto. *O Rebate*, Juazeiro, 12 de fevereiro de 1911, p. 3.

⁴³¹ MILAGRES protesto. *O Rebate*, Juazeiro, 12 de fevereiro de 1911, p. 3.

de cinco edições. Somando os abaixo-assinados de Juazeiro, Missão Velha e Milagres, foram veiculados 1.257 assinaturas contra as publicações do *Correio do Cariry*.

É interessante destacar que os protestos publicados em nome das vilas de Missão Velha e Milagres são, coincidentemente, as mesmas localidades que participaram da coligação que objetivou a deposição do coronel Antônio Luiz, em maio de 1909. Devido ao acordo de paz, que será discutido posteriormente, os protestos chegaram ao fim. Não saberemos com isso, se a cidade de Barbalha também protestaria contra os jornalistas cratenses, o que poderia significar uma clara tentativa de enfraquecer o poderio cratense na região em favor do padre Cícero e do povoado de Juazeiro.

Ainda em 12 de fevereiro, o *Correio do Cariry* publicou novas apreciações contra os padre Alencar e Cícero Romão Batista. O jornal voltou a veicular os plágios cometidos pelo religioso, ao comparar um artigo publicado pelo jornalista, em junho de 1902 pelo *Cidade do Crato*, homenageando o ex-presidente da República Floriano Peixoto, com um discurso proferido e publicado por Alves Mendes.⁴³²

Diferente das denúncias anteriores, o jornalista não comentou sobre o plágio publicado. A justificava se deu pela publicação do artigo *Publiquem*, do *Rebate*.

O sr. Padre Peixoto, na impossibilidade de defender-se dos indecentíssimos plágios de que é autor e que vimos há longo tempo publicados nesta folha, fartamente provados, sahiu-se com uma de cabo de esquadra, que demonstra à sociedade o seu cynismo e sem vergonhez sem balisas.

Fugindo miseravelmente do assumpto, isto é, eximindo-se por completo de defeza, torceu ridiculamente a cousa fingindo tomar a nuvem por Juno ou seja, vendo critica onde há tão somente uma seria de publicação de plágios. Não criticamos absolutamente!

[...] Todos enxergam que não fizemos nem fazemos nenhuma critica aos seus escriptos; apenas mostramos e provamos a quem nos lê que são todos furtados, surrupitados escandalosamente aos outros.⁴³³

O enunciador justificou que não havia críticas em suas denúncias, fato justificado pelo *O Rebate* para não rebater aquelas acusações. Para ele, “criticar Peixoto era pois criticar os citados autores [Alves Mendes, Émile Zola, Antônio Vieira e tantos outros]”. Julgando está fugindo de sua responsabilidade, o jornalista aconselhou Peixoto “provar, que taes artigos não eram seus”. Porém, como não era capaz, acrescentou:

⁴³² NOVOS PLAGIOS. *Correio do Cariry*, Crato, 12 de fevereiro de 1911, p. 1.

⁴³³ OS PLAGIOS. *Correio do Cariry*, Crato, 12 de fevereiro de 1911, p. 1.

Terminando, damos-lhe este conselho que pedimos de aceitar: quebre sua penna; *s rvma* não sabe escrever; deixe esse systema ignóbil de plagiar. Quem não pode com o porte não pega na rodilha. Melhor seria que deixasse vida tão inglória e fosse para as casernas. Lá, quem sabe, poderia até desempenhar-se muito bem do officio da fachina. Quem é tão versado numa termologia tão fedorenta, pornographica, immoral é muito *proveitável*. Vá. Seus plágios estão de pé, nada fez; antes pelo contrario, confessou-os. Defenda-se pois, si é capaz pegue no repto do Correio.⁴³⁴

As denúncias de plágio haviam chegada ao conhecimento do público de Fortaleza. Por meio de telegramas, vindos da capital, o periódico anunciou as impressões de fora acerca dessas acusações:

Fortaleza, s.

Tem causado aqui sensacional escândalo a publicação que o Correio do Cariry tem feito de vários plágios do padre Joaquim Peixoto que nesta capital era tido como moço hábil e preparado. A descoberta de taes plágios tem sido assumpto obrigado das roda litteraria.⁴³⁵

Novamente com a publicações de telegramas vindos de fora da região, o *Correio* apropriou-se da mensagem visando legitimar aquelas denúncias, pois tratavam-se de apreciações de pessoas de fora, que nada tinham com a situação política entre as cidades antagonistas. A narrativa poder ser enquadrada na estratégia de universalização (THOMPSON, 2011).

O artigo *Juazeiro Dagua abaixo*, não foi publicado como prometido na edição anterior, porém o debate com Floro Bartolomeu continuou no artigo *Muito Obrigados!* O jornal ironizou o jornalista vizinho que considerou a *linguagem (insultuosa) entre Peixoto e os articulistas do Correio semelhantes*.

O sr. Floro não podia ser mais cruel.

Egualar-se um christão a padre Peixoto é o mesmo que chamal-o mentiroso, calumniador, infame, semvergonha, desbriado, cobarde, assassino, patife, maluco, degenerado, desvirginador e sobretudo plagiador, numa palavra tudo quanto um homem pode ter de ruim e de safado neste mundo.

Mas consola-nos a certeza que s.s fez o paralelo dos dentes para fora, conhecedor que é de nossas pessoas e de seu malfadado companheiro. Contudo muito ressentidos ficamos com o sr. Dr. Floro pelo seu gracejo de máu gosto. Muito obrigado!⁴³⁶

⁴³⁴ Idem. Grifos do jornal.

⁴³⁵ ULTIMA HORA. *Correio do Cariry*, Crato, 12 de fevereiro de 1911, p. 2.

⁴³⁶ MUITO OBRIGADO. *Correio do Cariry*, Crato, 12 de fevereiro de 1911, p. 2.

Através do argumento *ad persona*, o enunciador emitiu uma série de críticas ao padre Peixoto, a partir de valores morais e éticos, com a finalidade de desqualificar sua imagem pública perante os leitores.

Na sequência daquela edição, comentou-se também sobre o “progresso” do povoado de Juazeiro para tornar-se uma nova Sodoma.

O Juazeiro trabalha inegavelmente para accentuar dia a dia os foros de uma segunda Sodoma.

Como a velha cidade da Palestina que as lavras enguliram pelas torpezas, iniquidades, corrupção e desregramento de seus habitantes, a *villa* do sr. Cícero, caminhando *pari-passu* para o mesmo fim, parece desde já lançar um desafio à triste história da sua, mais triste ainda, similar.

Não é de hoje nem de hontem a somma incalculável dos crimes de que é cenário aquella terra, appellidada Terra Santa, para mais facilmente engordar a boa fé dos homens que a olhavam como um latibulo de fanático, nunca como um velhocouto de bandidos.⁴³⁷

O articulista buscou deslegitimar a ideia de emancipação de Juazeiro, mostrando-a como uma sociedade atrasada. Através da estratégia simbólica de deslocamento (THOMPSON, 2011, p. 83), transmitiu-se os sentidos negativos da lenda judaica das cidades de Sodoma e Gamorra para criar um efeito psicológico desmoralizador, desarticulador e até amedrontador para a região e o povoado. O enunciado propôs retratar o povoado de Juazeiro como um lugarejo que prejudicava a estabilidade social do Cariri e, por esse motivo, não poderia conquistar sua emancipação política.

O jornalista reforçou sua argumentação descrevendo os “atos imorais” ocorridos no povoado. De acordo com o *Correio*, durante a última semana de janeiro, “6 virgens mergulharam no mar profundo da prostituição por entre as lagrimas das mães que viram desfolhadas pelos rufiões da concupiscência as coroas mais belas que tanto faziam as delicias de seus corações!”⁴³⁸ Ao estruturar seu discurso na modalidade operacional de fragmentação, a partir das estratégias simbólicas de diferenciação e de expurgo do outro (THOMPSON, 2011), o jornalista enfatizou as diferenças entre as localidades e responsabilizou o padre Cícero pelo desenvolvimento da barbárie em Juazeiro. Criando um ambiente amedrontador que colocava em risco a estabilidade social da região.

⁴³⁷ NOVA Sodoma. *Correio do Cariry*, Crato, 12 de fevereiro de 1911, p. 1. Grifos do jornal.

⁴³⁸ *Idem*.

sr. Cicero que repoltroneado em ricas ottomanas, *impera, vive e reina* com todo o absolutismo de um mandarim ou de um Nero. [...] além de chamar a si, sem causa que o justifique, essas hordas de maltrapilhos dos Estados vizinhos e alimentar-lhes a cegueira fanática impingindo-se SANTO, DEUS, quando péssimo mortal é apenas neste mundo, quebrou a chancela da lei, desrespeitou as autoridades, armando criminosamente o seu braço que um dia há de cair no peso de tanta vaidade e orgulho sem força mais, ao menos, para estirar-se e reverberar as engordas que lhe dão para a padroeira de sua terra a quem, claramente lesa, mettendo tudo em seu bissaco.⁴³⁹

O discurso cratense se fundamentou, novamente, na apresentação da diferença cultural e na legitimação de estereótipos⁴⁴⁰ para com o ‘povo romeiro’, desenvolvendo uma forma de antagonismo social. Uma argumentação baseada na ameaça iminente dos vizinhos que transformaram o outrora povoado de Juazeiro na “mystica Ciceropolis [igualando-se] a Sodoma, [e] tendo já ultrapassado os limites de uma Gomorra que na devassidão dos costumes moraes esteve sempre muito aquém de sua irmã de castigo”.⁴⁴¹

Como previsto pelo *O Rebate*, na edição do mesmo dia, o *Correio* comentou o caso ocorrido nos *sítio Macacos*, envolvendo romeiros de Juazeiro. A introdução da descrição do fato assemelha-se com o noticiado pelo jornal vizinho. A diferença está em algumas palavras utilizadas pelos jornalistas. Enquanto *O Rebate* veiculou que os romeiros estavam “buscando” lenha no local, o *Correio* noticiou que os mesmos estariam “roubando”.

No decorrer do artigo, encontramos outra diferença na descrição da agressão entre os envolvidos. Enquanto *O Rebate* noticiou que os ferimentos sofridos foram leves, sendo eles o romeiro Luiz José e um dos parceiros de Raymundo Coimbra, o *Correio* veiculou que Raymundo também foi agredido e “subjugado por estes [romeiros], escapando de morrer nas mãos desses ferros, graças a intervenção de um de seus companheiros, que devido a sua coragem saíu gravemente ferido”.⁴⁴²

Na sequência, o *Correio do Cariry* noticiou uma parte da história que não ficou esclarecida no periódico vizinho: qual as atitudes tomadas pelas autoridades locais no caso? Segundo o artigo, Raymundo dirigiu-se a Juazeiro “onde reside e tem casa

⁴³⁹ Idem.

⁴⁴⁰ De acordo com Bhabha (1998, p. 117), O estereótipo é uma falsa representação de uma dada realidade. Uma forma presa fixa, de representação que, ao negar o jogo do diferença, constitui um problema para a representação do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais. Em seu discurso, o *Correio* habitou-se em representar os romeiros de Juazeiro como forasteiros maltrapilhos, esfomeados e alimentados pela cegueira do fanatismo.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² DESORDENS em Juazeiro. *Correio do Cariry*, Crato, 12 de fevereiro de 1911, p. 3.

comercial levar ao conhecimento sr padre Cicero que enfeixa em si todo o poder civil naquella terra o qual prestou pouca attenção ao referido moço, manifestando antes pesar pelo que acontecera aos seus *afilhados*”.⁴⁴³

Como não houve nenhuma atitude por parte das autoridades, Raymundo “receioso de que pudesse sofrer alguma cousa não tendo a quem pedir providencia não pernoitou em casa”.⁴⁴⁴ Na noite do dia da agressão, segundo o *Correio*, “armados de rifles, chefiados por um tal Cassiano, genro do ladrão ferido, vieram os romeiros a casa comercial do referido moço, dentro da povoação do Juazeiro supondo que elle estivesse dentro, fizeram repetidas descargas, deixando as portas crivadas de balas”.⁴⁴⁵

Por fim, concluiu-se o artigo com considerações da aliança do padre Cícero e seus romeiros, através do emprego de um elemento que denota o sentido de comunhão com os leitores, o uso da terceiro pessoa do plural.

Um romeiro só pesa mais na balança do sr. Padre Cicero do que dez naturaes e sendo o sr. Raymundo Coimbra filho daquella terra, não quis s. santidade cercal-o das garantias que o caso exigia se achando sua vida e seus bens correndo o mais sério perigo.

Relatamos mais este acontecimento para que os leitores possam aferir o que vai pela terra santa e quanta responsabilidade está pesando sobre os hombros do sr. Padre Cicero, não admittindo a lei nem a intervenção das autoridades legalmente constituídas.⁴⁴⁶

O fanatismo, a ignorância e o perigo foram algumas das imagens construídas pelo *Correio do Cariry* na representação do povo romeiro residente em Juazeiro. Foi comum também a associação dos romeiros com o padre Cícero, apresentando-os com um só, um elo que ameaça as “pessoas honestas”, os “naturais [de Juazeiro]” e a região do Cariri.

As publicação veiculadas no dia 12 de fevereiro não seriam refutadas por nenhum dos jornalistas. As promessas de novas publicações por parte dos jornais, como *torpe iniquidade do Dr. Tubiba*, de *O Rebate*, contra Raul de Sousa Carvalho; e, *crucifixo de ouro pisado aos pés pelo degenerado e crapuloso padre Joaquim Peixoto*, do *Correio*, foram engavetadas. Os protestos, séries jornalísticas e ameaças receberam um ponto final brusco. Uma comitiva cratense entrou em cena para fincar a bandeira da paz entre as

⁴⁴³ Idem.

⁴⁴⁴ Idem.

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ Idem.

localidades. Por uma semana as redações jornalísticas citadas calaram-se para ouvir os dizeres dos ‘cavaleiros da paz’.

6.4 Os cavaleiros da paz e a oficialização da independência de Juazeiro

A incansável investida entre *Correio do Cariry* e *O Rebate* estabeleceu um novo parâmetro político no Cariri. Todos serviram de alvo, Antônio Luiz, padre Cícero, bispos, sacerdotes, bacharéis e políticos, ao vitupério político promovido pelos jornalistas dos mencionados periódicos. A discursão pública entre importantes personalidades de Crato e Juazeiro havia chegado ao ponto máximo. O ambiente de forte hostilidade preocupou alguns cidadãos cratenses que buscaram colocar um ponto final naquele imbróglio.

A semana entre 13 e 19 de fevereiro foi decisiva para ambas localidades. As edições do *Correio do Cariry* e *O Rebate*, previstas para serem publicadas no dia 19 daquele mês, não circularam. O motivo? Importantes cidadãos do Crato iniciaram um debate na busca de promover a paz entre os conflitantes. O primeiro a fomentar a bandeira da paz foi o padre João Carlos Augusto que se dirigiu a Juazeiro no dia 15 de fevereiro, em “nome do commercio e da população cratense, intervindo para uma pacificação entre ambas as localidades”.⁴⁴⁷ Porém, adoecendo, vitimado por uma queda, não pôde concluir definitivamente o acordo. Em 18 de fevereiro, uma nova delegação dirigiu-se ao povoado a fim de promover a paz, foram eles: os coronéis Abdon de França Alencar, presidente da câmara do Crato, Diogenes de Oliveira Frazão, Francisco José de Britto e Pedro Gomes de Mattos, comerciantes cratenses.

Percebe-se que a maior representação da comissão não é de políticos, mas de comerciantes do Crato. Esse fato pode sugerir que a classe comercial cratense foi a principal prejudicada pela peleja entre as duas localidades. Uma vez que, Juazeiro deixou de pagar os impostos municipais à cidade e participar da feira cratense, “local de maior escoamento de tudo que era produzido pelo romeiro, se tornou menor com a ausência deste [...] por conta da greve decretada de que nem um juazeirense iria trabalhar no Crato” (DANTAS, 2011, p. 84). Vale lembrar que, o próprio *O Rebate* já havia elucidado sobre a crise comercial cratense como fruto do boicote de Juazeiro no artigo *Entre a parede e a espada*, de 16 de outubro de 1910.

⁴⁴⁷ ULTIMA palavra. **O Rebate**. Juazeiro. 26 de fevereiro de 1911, p. 1.

Ambos os jornais veicularam em suas páginas os tramites da conciliação. Utilizamos a versão publicada pelo *Correio do Cariry* para contextualizar o episódio, por apresentar maiores detalhes sobre o assunto. A Comissão cratense, ao chegar ao povoado juazeirense, foi recebida pelo coronel José André de Figueiredo em sua residência. Após a recepção, se dirigiram à casa do padre Cícero, onde iniciaram o debate.

Presentes áquella reunião achavam-se o coronel José André e o dr. Floro Bartholomeu da Costa.

Depois de ouvir-nos atentamente, o rvmo padre Cicero fez algumas considerações sobre o assumpto, não ferindo, porém, a pessoa alguma.

Em seguida o dr. Floro tomando a palavra louvou a nossa intervenção, congratulando-se alegremente com todos pelo fecundo resultado de nossa missão.

Eis qual foi o acordo estabelecido: ***pagar o Juazeiro os impostos a quem tem direito a Camara do Crato***, o que o fará depois de elevado á Villa, por ser inteiramente impossível antes, visto não ter sido arrecadado imposto algum até o presente, não sendo isto porém, absolutamente, uma clausa de imposição; ***calem-se os jornaes Rebate e Correio do Cariry e não se oppor mais o coronel Antonio Luiz á criação da Villa.***

Depois de assentadas as bases do accordo compareceu á reunião o padre Joaquim de Alencar Peixoto o qual, comunicando-lhe o padre Cicero o resultado de nossa entrevista, approvou também o que se tinha firmado.⁴⁴⁸

Percebe-se que o padre Alencar Peixoto não chegou a participar ativamente do debate, apenas adentrou à reunião para tomar conhecimento do que foi decidido por ambas as partes. Outro fato interessante é que, ao que tudo indica, o coronel Antônio Luiz não estava ciente dos trâmites de paz entre as localidades, como exposto no trecho abaixo.

Logo que foram lançadas as bases do acordo que o rvmo. Padre Cicero aceitou, fizemos ver a s. rvma bem como aos demais cavalheiros presentes que nada, porem, ficava definitivamente resolvido visto como não tínhamos ainda ouvido sobre o assumpto ao distincto chefe do Crato, Antonio Luiz Alves Pequeno que de tudo ignorava e de cuja aceitação dependia o vigor do acordo. E assim despedindo-nos da distincta assemblea para regressarmos a esta cidade onde vinhamos nos entender com o coronel Antonio Luiz, comprometemos-nos com o rvd. Padre Cícero a telegrafar-lhe o resultado da resposta do referido chefe desta localidade.⁴⁴⁹

Retornando à cidade do Crato, a Comissão foi ao encontro do coronel Antônio Luiz e expôs os acordos lançados em Juazeiro. “Pedimos-lhe de acceital-as ao que elle depois de algumas ponderações annuiu dizendo não poder deixar de acceder aos desejos

⁴⁴⁸ EXPLICAÇÃO necessária. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de março de 1911, p. 1.

⁴⁴⁹ Idem.

de amigos criteriosos e correctos como eram aqueles que comunham a comissão”.⁴⁵⁰ Com o “sim” de Antônio Luiz, os ‘cavaleiros’ enviaram um telegrama ao padre Cícero firmando, enfim, o acordo de paz entre as localidades:

Padre Cícero
Accordo acceto. Correio suspende discussão.
Saudações.⁴⁵¹

O acordo assinado entre Crato e Juazeiro demonstrou o real protagonismo do jornalismo no imbrólio político entre as localidades. Tanto é que uma das cláusulas impostas para acordo foi calar os jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate*. Percebe-se o peso que as publicações de ambos os jornais tiveram naquela refrega política, figurando como mediadoras e impulsionadoras dos acontecimentos da vida pública entre as localidades. Além disso, lembremos que as tentativas de acordo de paz anteriores também foram dirigidas às redações jornalísticas e não os representantes políticos locais.

Assinado o acordo, o embate editorial entre ambos os semanários chegou ao fim. As hostilidades, calúnias e infâmias que por meses pautaram os jornais cessaram. Floro Bartolomeu foi o responsável por apresentar, no *Rebate*, o acordo entre Crato e Juazeiro.

Os povos quanto mais se esforçam pela sua elevação, evoluindo para o progresso, tanto mais se expõem aos accidentes moraes...
E o abalo por elles produzido ao envez de esmorecel-os muito mais despertalhes a idea do esforço para a realização dos seus desejos.
As energias se reforçam e o espirito fortalecido pela convicção não recúa deante do perigo...
[...] Ansiosos de conquista, e no delírio da paixão momentânea, nenhum reflecte sobre a incoherencia gerada pela futilidade da causa, nem tão pouco sobre a gravidade da consequencia da estéril lucta em má hora travada.
O entusiasmo dos combatentes enfurecidos se dissemina de modo rápido no espirito dos que os cercam, contemplando sorrindo o pugilato e, sem tardança os enfurecem também...
[...] A circumspecção nos assaltos, o escrúpulo na defesa, o receio do juízo deprimente, o prazer do leal combate, a convicção do ideal, a esperança do glorioso triumpho, tudo emfim desaparece quando a peleja atinge ao grão máximo, porque o rancor se extrema, o ódio se acirra, pervertendo a intenção primitiva.
E quando chega a tal ponto, as opiniões que desordenadas se agitam estimulando os combatentes, como que vão pouco a pouco esmorecendo, refreidas pelo temor que inspira o perigo da derriça.
[...] É neste momento que avulta como padrão de maior nobreza a acção reconciliadora dos que promovem a reconciliação, bem como a dos que sabem acceital-a, convictos da pratica de um acto digno.
Applicando estas pequenas considerações a questão entre o Joazeiro e o Crato, - duas localidade dignas uma da outra pelas suas aspirações, pela importância

⁴⁵⁰ Idem.

⁴⁵¹ Idem.

moral dos seus filhos, pelo esforço dos seus habitantes, - por causa que estão no domínio publico chocaram-se... e pelos seus órgãos jornalísticos travaram pugna renhida.

[...] Assim realizada a pacificação politica entre o Joaseiro e o Crato, eu [Floro], que, ainda fracamente procurei defender o Revdm. Padre Cicero e o povo d'esta terra, pela convicção do real merecimento de ambos, regozijado por tão elevado certame, congratulo-me com estes dois povos pela felicidade do acontecimento e aproveito o ensejo para felicitar aos distinctos e conspícuos cavalheiros Revdm. Padre João Carlos, Coroneis Abdon da Franca, Pedro Gomes, Francisco de Britto e Diogenes Frazão, pelo patriotismo que tão claramente souberam demonstrar.⁴⁵²

No Crato, a responsabilidade, para noticiar o acordo, ficou para Raul de Carvalho.

A paz constituiu e constituiu sempre em todos os tempos a melhor garantia da felicidade, o maior propulsor do engrandecimento, do progresso material e moral de um povo.

Quando ella foge, abandona os lares, deserta do espirito tudo retrocede, tudo se esbarata, se amesquinha, se aniquila.

Sem a paz não pode haver ventura alguma – tudo sofre ao guante dessa asphyxia moral que, espancando a tranquillidade, distende seu sudario luctulento por todo o raio de seu domínio.

O commercio, que é a fonte primordial da vida publica, perturba-se [...] a lavoura, à mingua de braços, fica ao abandono [...] o trabalho morre, o crime vive, o lar chora, canta a desgraça, enfim, tudo se transforma, e, onde estava o trabalho surge a inercia, a virtude de foge açoitada pelo vicio, o mal desthrona as boas acções, a miséria invade sorrateiramente todas as habitações, [...]. Nada prospeta a sombra dessa época amorfa que como a mancenilha do deserto fulmina todos que de si se approximam, não poupando um só as seu tributo de morte

Bem haja, bem haja sempre a quem deseja e a quem ama a amisade das gentes – a luz que conduz o espirito ao goso da Fraternidade que, sendo filha de Jesus, abre os pórticos da Felicidade e o seio da Bonança aos homens e ás cousas.

A distincta commissão que, agindo de modo próprio, na mira exclusiva de pacificar dois povos irmãos, conseguiu emendar as cadeias da amisade entre Crato e Juazeiro, lançando as bases de um honroso accordo que ambas acceitaram, o parabéns sincero dos cratenses que almejam sua heroica terra, comtando que digna, mergulhada na fruição de dias calmos donde só querem vel-a surgir na contingencia derradeira.

Gloria, louvores mil, á patriótica commissão, - aos nossos beneméritos amigos coronéis Abdon da França Alencar, Diogenes de Oliveira Frazão, Francisco José de Britto e Pedro Gomes de Mattos que tudo fizeram no escopo de um bem servirá terra de seu berço e restituir a tranquillidade de antanho aos seus irmãos de Juazeiro.

Applausos ao valente chefe republicano cratense, coronel Antonio Luiz, que com honra e galhardia soube conquistar mais um louro dos sympathias de seus conterrâneos e mais um respeito do povo juazeirense, que viram, ambos, mais uma vez bem esquadrihado no seu robusto character de homem publico, o padrão dignificante da ordem e da magnanimidade, collocando acima de tudo o bem estar de sua terra e a bôa marcha de todos os departamentos da vida social.

Honra, muita honra ao chefe querido que – sendo accessivel ao pedido dos amigos que negociaram a paz, fez jus a gratidão e amor imperecíveis do valente partido que dirige.

⁴⁵² ULTIMA palavra. **O Rebate**, Juazeiro, 26 de fevereiro de 1911, p. 1.

Aos juazeirenses, hosanas. E que a paz voltando a doirar de novo a sua terra seja o vestíbulo que os conduza ao progresso, o marco miliário de uma nova phase pejada de venturas e muitas prosperidades.⁴⁵³

Após o termino do embate político, os semanários assumiram uma linha editorial mesclando literatura, política e religião. *O Rebate*, caracterizou-se por assumir uma linha mais literária. Porém, temas como religião e homenagens às suas personalidades ganharam uma relevância maior, comparando com os demais assuntos, assumindo, em sua maioria, a primeira página do jornal. Enquanto isso, o *Correio do Cariry* retornou a sua linha editorial de outrora, pautando-se entre a literatura e a política, sendo a última a ocupar o espaço privilegiado na primeira página.

Cinco meses depois do acordo de paz firmado entre os dois povos, em 22 de julho de 1911, foi votado e aprovado pela Assembleia Legislativa do Ceará, por meio da Lei 1.028, o projeto que elevou Juazeiro à categoria de vila independente. O acontecimento não chegou a ser veiculado pelo *O Rebate*, principal veículo propagador da campanha emancipatória de Juazeiro. Dias antes, em 18 de julho, o periódico comemorou sua centésima edição e aniversário de dois anos de fundação, um número marcado com mensagens de populares e personalidades da região congratulando-os pelos dois anos de história. Porém, nada citou sobre a Assembleia Legislativa e a votação que oficializaria Juazeiro como vila independente.

A notícia, porém, foi veiculada pelo antigo antagonista. O *Correio do Cariry* estampou em sua primeira página, em 23 de julho, a conquista juazeirense.

Conforme era esperado foi elevada à categoria de villa no atual período legislativo de nossa Assembleia Estadoal, a povoação do Juazeiro. [...] Foi, indubitavelmente, mais um vigoroso impulsionamento para o Cariry a criação dessa nova villa o que atesta exuberantemente o seu portentoso progresso material.⁴⁵⁴

Na mesma edição, o jornal publicou a troca de telegramas entre padre Cícero e o coronel Antônio Luiz.

Juazeiro, 20
Coronel Antonio Luiz.

⁴⁵³ O EPILOGO. *Correio do Cariry*, Crato, 05 de março de 1911, p. 1.

⁴⁵⁴ VILLA Juazeiro. *Correio do Cariry*, Crato, 23 de julho de 1911, p. 1.

Juazeiro em delírio por sua elevação à villa agradece no meu nome a V. Exc. O concurso que lhe prestou para sua independência e felicito pelo seu regresso seio da família e amigos.

Cordeaes saudações, Padre Cícero

Crato, 20

Sciente, congratulo-me sinceramente com o povo juazeirense pesso V. Rvma facto elevação merecida Juazeiro á villa e agradeço votos bôa vinda me dirigiu. Cordeaes saudações, Antônio Luiz.⁴⁵⁵

Após a oficialização da emancipação de Juazeiro, organizou-se sua primeira eleição municipal. Após polêmicas e dúvidas de quem seria o primeiro prefeito, o padre Cícero foi o eleito pelo povo.

Coronel Antonio Luiz, Crato.

Povo e commercio do Juazeiro acclamaram o Rvmo. Padre Cicero chefe politico deste município que acceitou e já communicaram ao dr. Accioly. Regosijo geral. Saudações. Povo e commercio.

Povo e Commercio, Juazeiro.

Sciente. Felicito povo e commercio juazeirense acertada acclamação do Rvmo. Padre Cicero seu director politico, fazendo votos prosperidade novo município. Saudações. Antonio Luiz.⁴⁵⁶

A escolha do padre Cícero com prefeito também não foi noticiada pelo *O Rebate*, o jornal sequer circulou durante aquela semana. O periódico ficou quase um mês sem atividades editoriais, entre meados de julho e agosto, justificada pelo “descanso [dos] empregados das oficinas”.⁴⁵⁷ A escolha do padre Cícero como prefeito, certamente não deixou o padre Alencar Peixoto satisfeito.

Desde sua inserção na campanha emancipatória de Juazeiro, o padre Alencar Peixoto vislumbrou ser o primeiro prefeito de Juazeiro, porém, nunca admitiu publicamente (DELLA CAVA, 1976). O *Correio do Cariry* chegou a publicar, durante o imbróglio com *O Rebate*, o desejo de Peixoto assumir a prefeitura de Juazeiro,⁴⁵⁸ fato negado pelo religioso. Após o acordo de paz entre as localidades, Peixoto candidatou-se para o cargo, porém não recebeu o apoio do padre Cícero que, de acordo com Della Cava (1976), temeu que o mesmo não tivesse equilíbrio necessário para conciliar interesses divergentes ao seu, podendo entrar novamente em conflito com o coronel Antônio Luiz.

⁴⁵⁵ Idem.

⁴⁵⁶ JUAZEIRO. *Correio do Cariry*, Crato, 06 de agosto de 1911, p. 1.

⁴⁵⁷ O REBATE. *O Rebate*. Juazeiro. 13 de agosto de 1911, Varias, p. 3.

⁴⁵⁸ ROMEIROS. *Correio do Cariry*, 12 de junho de 1910.

O próprio governador do estado, Nogueira Accioly, “ficou horrorizado com a ideia de o Pe. Peixoto vir a ser o prefeito de Joazeiro” (DELLA CAVA, 1976, p.189).

Provavelmente a derrota de Alencar Peixoto, na tentativa de assumir a prefeitura de Juazeiro, fez *O Rebate* se calar diante daqueles acontecimentos (oficialização da emancipação de Juazeiro e a escolha de Cícero Romão Batista como prefeito). Ressentido, Peixoto desfez sua amizade com padre Cícero que, segundo o redator, havia “[garantido], e por mais d’uma vez que eu [padre Peixoto] seria o chefe político d’este município a inaugurar-se”.⁴⁵⁹ Rompeu também sua amizade com Floro Bartolomeu, a quem chamou de “garimpeiro político”.⁴⁶⁰

Após a tentativa frustrante de tornar-se prefeito e romper o elo de amizade com seus antigos aliados, padre Alencar Peixoto encerrou as atividades de *O Rebate*, em 03 de setembro de 1911, e se retirou da cidade e da região do Cariri. A saída de Peixoto do Cariri foi noticiada pelo *jornal do Ceará*. De acordo com o periódico, o sacerdote vendeu *O Rebate* a fim de adquirir recursos financeiros para realizar sua mudança à região norte do país.

Do Joazeiro, onde redigiu por mais de três annos o - O Rebate – sacrificando as suas energias, sua bolsa e o seu sacerdócio, em beneficio daquella terra, sahiu desgosto, sem nenhum vitem, mas sem nada dever a pessoa alguma. Foi preciso para empreender essa viagem ao norte da Republica, que vendesse o prelo do Rebate pois não tinha nem mesmo absolutamente sufficiente para fazer as despesas necessárias á sua retirada daquelas zonas.⁴⁶¹

O jornal que auxiliou a conquista emancipatória da cidade não pôde noticiar sua primeira eleição, realizada em 17 de setembro de 1911. Ficou novamente na responsabilidade do *Correio do Cariry*, publicar as considerações do novo momento político de Juazeiro. Com o título *Eleição municipal: Villa de Juazeiro*, o jornal noticiou que “o pleito correu calma e normalmente”⁴⁶² e resultou na vitória dos seguintes candidatos à câmara de vereadores: Major Fenelon Gonçalves Pinta; João Bezerra de Menezes; José Eleutherio de Figueiredo; Raymundo N. de Oliveira; Manoel Victorino da Silva; Coronel Fausto da C. Guimarães; Cel. Cincinato José da Silva e Francisco da Cruz e Neves. Todos antigos integrantes da Comissão de Engrandecimento de Juazeiro.

⁴⁵⁹ AO PUBLICO. *O Rebate*, Juazeiro, 27 de agosto de 1911, p. 1.

⁴⁶⁰ Idem.

⁴⁶¹ PADRE Peixoto. *Jornal do Ceará*. Fortaleza, 18 de outubro de 1911, p. 1.

⁴⁶² ELEIÇÃO municipal. Villa de Juazeiro. *Correio do Cariry*, Crato, 24 de setembro de 1911, p. 1.

O período de hostilidade entre os dois municípios havia ficado no passado e na história das páginas dos jornais combatentes. Os recém-eleitos, para a câmara de vereadores de Juazeiro, foram convidados pelo presidente da câmara cratense, Abdon da Franca Alencar, para tomarem posse do cargo na Assembleia Legislativa do Município do Crato. Após a solenidade, “vieram todos para a residência do nosso ilustre director coronel Antônio Luiz, onde servindo profuso copo de cerveja, bebeu à saúde [e] brindou o Juazeiro na pessoa de seus dignos representantes”.⁴⁶³

A inauguração oficial da vila de Juazeiro ocorreu no dia 04 de outubro com a presença de dezessete coronéis⁴⁶⁴ das cidades do Cariri. “Nunca se viram – nem jamais se voltaria a ver – tantos coronéis sertanejos reunidos em um mesmo lugar” (NETO, 2009, p. 331). Naquela data foi assinado o chamado *Pacto dos coronéis*, os dezessete chefes políticos assinaram o documento, registrado em cartório, objetivando estabelecer “definitivamente uma solidariedade política entre todos, a bem da organização do partido [Republicano Conservador]⁴⁶⁵, os adversários se reconciliassem e ao mesmo tempo lavrassem um pacto de harmonia política” (FACÓ, 2009, p. 167).

A intenção do pacto era manter *o status quo* no Cariri, prevenindo-se de futuras deposições, além de renovar e fortalecer os laços políticos entre os chefes caririrenses. As nove cláusulas, apresentadas abaixo, foram intituladas, pelo padre Cícero, como “artigos de fé políticas”.

Art. 1. Nenhum chefe protegerá criminosos do seu município, nem dará apoio nem guarida aos dos municípios vizinhos [...]. Art. 2. Nenhum chefe procurará depor outro chefe, seja qual for a hypothese. Art. 3. Havendo em qualquer dos municípios [...] tentativas contra o chefe oficialmente reconhecido, com o fim de depol-o [...] nenhum dos chefes dos outros municípios intervirá [...]. Art. 4. Em caso taes, só poderão interferir por ordem do governo para manter o chefe, e nunca o depor. Art. 5. Toda e qualquer contrariedade ou desintelligencia entre os chefes presentes, será resolvida amigavelmente por um accordo [...] nunca [pela] deposição [...]. Art. 6. [...] ouvir-se-á o governo, cuja ordem e decusão será respeitada e restrictamente obedecida. Art. 7. Cada chefe [...] terminará, por completo, a proteção à cangaceiros, não podendo protegel-os [...]. Art. 8. Manterem todos os chefes aqui presentes inquebrantável solidariedade, não só pessoal como politica, de modo que haja harmonia [...]. Art. 9. Manterem todos

⁴⁶³ CAMARA do Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 01 de outubro de 1911, p. 1.

⁴⁶⁴ Antônio Luiz Alves Pequeno; Antônio Joaquim de Sant’Anna, Domingos Leite Furtado, Coroneis João Raymundo de Macedo, Raymundo Cardoso dos santos, Romão Pereira Figueiras, Roque Pereira de Alencar, Pedro Silvinho de Alencar, Antonio Mendes Bezerra, Antonio Correia Lima, Joaquim Fernandes (representado pelo coronel José Pimentel); coroneis Raymundo Beto de Sousa Baleco, Candido Ribeiro, Manoel Ignacio de Lucena, Gustavo Lime, Padre Augusto Barbosa e padre Cícero.

⁴⁶⁵ Tratava-se do Partido Republicano Conservador, cujo chefe era então, no Ceará, o presidente do estado, Nogueira Accioly (FACÓ, 2009, p.168).

os chefes incondicional solidariedade politica com o Excellentissimo Senhor Doutor Antonio Pinto Nogueira Accioly [...].⁴⁶⁶

Estava fundado o próspero município de Juazeiro do Norte. O pequeno distrito transformou-se em cidade; o chamado “centro fanático” tornou-se palco de importantes decisões políticas; e, em um futuro próximo, se tornaria um importante centro econômico estadual e nacional. Foram muitos os personagens e fatores que contribuíram para o processo de emancipação política de Juazeiro. No entanto, o embate entre os jornais *Correio do Cariry*, do Crato, e *O Rebate*, de Juazeiro, merece destaque. A troca de farpas pública entre os semanários mostrou claramente a disputa ideológica entre cidade sede e distrito, encerrada, apenas, após um acordo firmado entre representantes de ambas as localidades que garantiu a autonomia político-administrativa de Juazeiro e ordenava que a guerra editorial entre *Correio do Cariry* e *O Rebate* chegasse ao fim.

⁴⁶⁶ CONVENIO politico. *Correio do Cariry*, cidade do Crato, 29 de outubro de 1911, p. 1.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso pelas falas do *Correio do Cariry* e *O Rebate* possibilitou traçarmos a dinâmica da interação entre a linguagem, acontecimentos e produção dos sentidos durante o período de discursão em torno da campanha emancipacionista do até então povoado de Juazeiro, entre setembro de 1910 e fevereiro de 1911. Esses jornais atuaram diretamente no debate político entre Crato e Juazeiro, ao construir um discurso de si, do grupo que representavam, e do outro, do grupo opositor.

Os discursos ideológicos propagados, por seus respectivos jornalistas e articulistas, nos proporcionou elementos para compreender a presença, participação e interferência desses jornais, na instituição de significados, durante o debate em torno da emancipação de Juazeiro. Ao tornarem-se porta-vozes dos seus superiores, os jornais propagaram determinadas estratégias simbólicas, retóricas e ideológicas para conquistar adeptos e legitimar suas respectivas campanhas.

Ao defrontarmos com os jornais, percebemos que os textos mantinham irrestritas relações com o contexto sociopolítico em que atuavam. Por isso, pareceu-nos indispensável o tratamento de questões relevantes ao cenário político e social da época: como a religiosidade (Milagre da hóstia de 1889 e as romarias presenciadas em Juazeiro); a política (advento do regime Republicano e o coronelismo no Cariri cearense); e, questões sociais (a partir da migração de sertanejos ao povoado de Juazeiro). Cada um desses cenários, foram trabalhados pelos periódicos a partir de enfoques e motivações específicas, constituindo uma maneira particular de “dizer” e “construir” a realidade.

É a partir dessa relação entre falas, pensamentos e contexto que os discursos jornalísticos foram constituídos e significados. Desse modo, analisamos comparativamente os textos dos *Correio do Cariry* e *O Rebate*, a fim de identificar e interpretar como os jornais construíram seus argumentos para persuadir os leitores e, principalmente, invalidar os argumentos do seus adversários, durante o conflito impresso.

A pesquisa possibilitou discorrer sobre uma série de questões que parecem comuns ao jornalismo praticado nas primeiras décadas da República no Brasil – em termos de forma, conteúdos e modos de dizer – que proporcionaram reflexões importantes sobre as implicações dos processos midiáticos na vida social. Entre essas formas, destacamos: o enaltecimento da imagem dos seus líderes e o depreciar a imagem dos

adversários (SODRÉ,1999); e, recorrer a fontes externas (WOITOWICZ, 2015) para reforçar os argumentos construídos pelos jornais, possibilitando traçar um espaço para construir a realidade e fazer a opinião diante dos acontecimentos.

É interessante notar também que o embate entre *Correio* e *Rebate* aliou os traços das primeiras discursões políticas impressas do país. Assim como o jornalismo praticado no Brasil Império, a refrega entre Crato e Juazeiro, desenvolvida pelos jornais mencionados, elevou a campanha emancipatória, seja contra ou a favor de Juazeiro, para o campo insultuoso. Palavrões, ataques pessoais, ameaças de mortes e descrições deturpadas de aspectos morais ou físicos e da vida privada dos personagens, envolvidos na discursão, constituíram uma verdadeira artilharia verbal entre os jornais antagônicos.

Ressaltamos que o jornalismo brasileiro estava vivenciando sua fase de transição, saindo do caráter político para o informativo. Porém, essa mudança editorial foi presenciada apenas nas principais capitais do país. As cidades interioranas não seguiram os passos de modernização das grandes cidades e permaneceram com as características do jornalismo partidário, divulgando os anseios e ideais de um partido ou grupo político. Foi nesse contexto que analisamos o *Correio* e o *Rebate*, que tornaram-se mobilizadores das tensões do momento político vigente no Cariri na primeira década do século XX.

Após o manifesto popular que culminou no grito de independência de Juazeiro, mesmo de forma não oficiosa, em 30 de agosto de 1910, *O Rebate* se tornou o porta-voz de um Juazeiro ‘emancipado’ e buscou legitimar aquele ato político perante a região e o Estado. No primeiro momento, seus jornalistas se pautaram da estratégia simbólica de racionalização, operado no módulo de legitimação (THOMPSON, 2011), para construir uma cadeia de raciocínios que validasse o manifesto, fixado especialmente na ideia de pujança econômica, a fim de convencer seus opositores e leitores que o “grito de independência” era legítimo. Ao assumir a fala do povo e instigar o orgulho e autoestima dos juazeirenses, até então, feridos pelas autoridades cratenses, *O Rebate* imprimiu um sentimento de pertencer àquela sociedade a partir de figuras de comunhão que apareceram em seus discursos (PERELMAN; TYTECA, 2005).

Diante do crescimento e fortalecimento do movimento político em Juazeiro, o *Correio do Cariry*, que acompanhou passivamente os dois primeiros meses do comunicado emitido pelos juazeirenses, pautou suas estratégias a partir do

estabelecimento da oposição nós/eles, principalmente pela marcação da diferença cultural e social, com intuito de legitimar seu poder frente ao povoado.

É a partir da quebra de silêncio do *Correio do Cariry* que o campo do debate ficou mais hostil. Ao compararmos o discurso dos jornais analisados foi possível perceber a semelhança na linguagem empregada pelos articulistas opositores. Uma similaridade presente na postura discursiva e na forma de interagir com os interlocutores e leitores, pois utilizaram dos mesmos recursos retóricos e ideológicos para se defenderem, atacar os adversários e persuadir o público leitor.

Com objetivo de aproximar os leitores e envolvê-los na narrativa, os jornais formaram mecanismos persuasivos através de uma linguagem dotada de significado, exaltação e indignação. Nesse processo, os articulistas utilizaram-se das estratégias ideológicas: tropos linguísticos e racionalização (THOMPSON, 2011); e, das figuras retóricas: interrogação, comunhão e pragmática (PERELMAN; TYTECA, 2005).

No campo da disputa discursiva, tanto *Correio do Cariry* quanto *O Rebate* se preocuparam em enaltecê-los a imagem de seus líderes, principalmente pelo fato dos mesmos serem constantemente atacados por seus opositores. Antônio Luiz Alves Pequeno, intendente cratense, e padre Cícero Romão Batista, considerado o “patriarca de Juazeiro”, foram os principais alvos de insultos por parte dos seus respectivos adversários. Com o propósito de conquistar a simpatia dos leitores e, conseqüentemente, deslegitimar os argumentos do opositor, os jornais constituíram a imagem dos seus líderes por meio da construção do *ethos* de credibilidade e virtude (CHARAUDEAU, 2006).

No combate aos adversários, novamente mais semelhanças, os jornais empregaram a mesma estratégia retórica, o argumento *ad persona* (PERELMAN; TYTECA, 2005), e ideológica, os tropos linguísticos (THOMPSON, 2011), para desmoralizar e ridicularizar seus oponentes.

A partir de janeiro de 1911 o embate entre os jornais assumiu características distintas. Em sua maior parte, os jornalistas de *O Rebate* pautaram seu discurso a partir da contra-argumentação dos discursos emitidos pelo *Correio* que, por sua vez, praticou mais o ataque aos seus adversários.

Uma das principais estratégias do *Rebate* foi colocar os jornalistas do *Correio do Cariry* em contradição com suas próprias palavras, de modo a imprimir aos leitores um

descrédito e desconfiança perante o jornal cratense. Em sua maioria, os articulistas contrargumentavam as acusações e críticas do adversário, valendo-se da força dos argumentos (PERELMAN; TYTECA, 2005), para interagir com suas teses e contestar às críticas por eles proferidas. Uma prática discursiva que permitiu construir uma base que incriminava o adversário, colocando-o em posição de contradição, ora como o argumento *ad hominem*, ora com o ridículo como argumento (Idem).

As defesas discursivas dos jornais foram construídas por meio de um caloroso jogo retórico, um contínuo processo de construção/desconstrução argumentativa, com intuito de validar e convencer a adesão à causa política que defendiam. Uma estrutura discursiva que assemelha-se à construção de uma narrativa folhetinesca, semelhante à literatura, que utilizava os periódicos para ir construindo os “capítulos” do romance, aqui debate, gerando uma “expectativa” no público leitor, que esperava pelo “desenrolar” da trama.

Ao assumir uma posição de ataque, o *Correio do Cariry* articulou uma rejeição para com os padres de Juazeiro, Alencar Peixoto e Cícero Romão Batista, apontando-os como responsáveis pelas mazelas existentes no povoado. A partir da estratégia simbólica de expurgo do outro (THOMPSON, 2011), os jornalistas criaram um ambiente amedrontador no Cariri, ao considerar aqueles sujeitos ameaçadores da estabilidade política e social da região. Por isso, precisavam ser combatidos.

O *Correio do Cariry* fomentou também uma rejeição para com os romeiros residentes em Juazeiro. Ao projetá-los como indivíduos maus, perigosos e ameaçadores da honra e da moral, os jornalistas criaram uma espécie de divisão entre as populações, um ambiente de segregação que os impediam de constituir afetos entre si.

A partir dessa diferenciação, o *Correio do Cariry* construiu uma representação imagética de Juazeiro a partir de suas ideologias. Tomando como base os conceitos de Woodward (2007) e Bhabha (1998), o marco fundador da diferença entre Crato e Juazeiro surge com o sangramento da hóstia de 1889. A eclosão do fenômeno religioso em Juazeiro, em torno da figura do padre Cícero, e as questões sócio-religiosas e políticas que se seguiram, alimentaram a lógica de contrastes entre as duas localidades vizinhas – Crato e Juazeiro – atribuindo-se à primeira o foro da civilidade e à segunda o foro da barbárie. Ao presenciar a construção da dita comunidade fanática, em um dos seus

distritos, fizeram surgir na intelectualidade cratense, pautada nos cânones da civilização e do cientificismo, um imaginário de terror acerca de Juazeiro.

Os jornais foram os catalisadores na construção identitária do povoado de Juazeiro. Expuseram a ideologia de seus superiores e protagonizaram um embate que foi muito além do cunho político. A imagem social e política criada pelo *Correio do Cariry* e *O Rebate* ao distrito de Juazeiro representou uma constante disputa pelo poder. Um embate discursivo entre a identidade hegemônica, dita culta, e a subalterna, dita fanática, que apresentou uma Juazeiro por olhares distintos. Olhares, estes, que perduraram por décadas e, ainda hoje, permanecem na centenária Juazeiro do Norte, onde fé/religião e trabalho/desenvolvimento urbano constituem sua identidade.

Dessa forma, através da leitura, análise e interpretação dos discursos publicados pelo *Correio do Cariry* e *O Rebate* foi possível identificar as estratégias empregadas por seus redatores. Os conceitos de Perelman, Tyteca e Thompson, possibilitaram compreender o sentido do emprego das estratégias retóricas e ideológicas do discurso político desses jornais na problemática em torno da independência política do povoado de Juazeiro, durante os anos de 1910 e 1911.

A realização desta pesquisa nos possibilitou traçarmos os acontecimentos, que culminaram na emancipação política de Juazeiro, sob a perspectiva de dois jornais impressos, do início do século XX, com ideais opostos. Ao fazerem parte do mesmo contexto discursivo, os jornais empregaram as mesmas estratégias retóricas, adaptando-as a partir da perspectiva dos seus líderes. *O Rebate* concentrou seu discurso na defesa pela emancipação de Juazeiro da cidade do Crato. Articulou a ideia de desenvolvimento econômico local e exaltou a força de seu principal líder, o padre Cícero, para fortalecer a campanha política já ‘oficializada’ pelo ‘grito popular’. O *Correio do Cariry* defendeu a manutenção de Juazeiro como distrito cratense, ao criar um imaginário do terror acerca do povoado e de rejeição ao seu “patriarca”.

Foi nesse completo bate e rebate, entre a imprensa cratense e juazeirense, que configurou-se a disputa pela verdade e autoridade discursiva. Tanto *O Rebate* quanto *Correio do Cariry* utilizaram-se de determinados elementos discursivos para articular suas campanhas e construir a imagem do outro na narrativa. Esses elementos de aproximação, interação e de pertencimento buscaram contestar a oposição e persuadir os leitores a aderirem à causa que defendiam naquele contexto entre Crato e Juazeiro.

Chegado ao fim desse percurso, nos resta pensar nas possibilidades de pesquisas abertas aos pesquisadores que se interessem na análise do discurso ou conteúdo dos jornais *Correio do Cariry* e *O Rebate* ou sobre o processo de emancipação de Juazeiro.

Seria interessante pensar um estudo sobre a cobertura feita pelos jornais de Fortaleza ao processo de emancipação de Juazeiro. Após o manifesto de 30 de agosto de 1910, *O Rebate* emitiu comunicado aos jornais *Republica*, *Unitário* e *Jornal do Ceará*, todos da capital cearense, afirmando sobre a independência local. Como a imprensa da capital cearense tratou aquele ato político?

O próprio percurso pelas folhas do *Correio do Cariry* e *O Rebate* permitiria reconduzir a leitura para outras possibilidades de análises dos mesmos discursos. Abrimos possibilidades, portanto, àqueles historiadores, pesquisadores e jornalistas que se interessarem em aprofundar os estudos acerca dos jornais aqui analisados, trazendo novas possibilidades de análise, desvendando outros sentidos e sugerindo ângulos e olhares diferentes, a fim de que lacunas deixadas, neste trabalho, possam ser preenchidas.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, P. e TERROU, F. **História da imprensa**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALENCAR PEIXOTO, Joaquim de (Pe.). **Joazeiro do Cariry**. Fortaleza: editora IMEPH, 2011
- ALVES, Maria Daniele. **Desejos de civilização**: representações liberais no jornal *O Araripe* 1855 -1864. 2010. 149 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em História e Culturas - MAHIS, Fortaleza (CE), 2010.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa: Brasil 1800 – 1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **A terra da mãe de Deus**. Rio de Janeiro: Francisco Alves/INL, 1988.
- BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Pelos sertões do Nordeste**: coletânea. Maceió: Eduneal, 2015.
- BAUMAM, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2004.
- BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca. **A Rebelião de Joaquim Pinto Madeira**: fatores políticos e sociais. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Mestrado Acadêmico em História. Florianópolis (SC), 1979.
- CAMURÇA, Marcelo A. Cronologia da História Política do Juazeiro. In: **Padre Cicero Romão Baptista e os dados do Joazeiro: autonomia político-administrativa**. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, organizadora. – Fortaleza: Editora Senac Ceará, 2012.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos** - conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CASIMIRO, Renato. **Antes qu'eu m'esqueça**. Fortaleza: Ed. AFAJ/IPESC/ICVC, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. [trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz]. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHARTIER, Roger. **A História cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 2002

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. **A construção da “cidade da cultura”**: Crato (1889-1960). 2000. 211 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

COURTINE, Jean-Jacques. **Metamorfoses do discurso político**: as derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana 1890-1915. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

DAMATTA, Roberto. Nação e região: em torno do significado cultural de uma permanente dualidade brasileira. SCHÜLER, Fernando Luís; BORDINI, Maria da Gloria (Org.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 19-30.

DANTAS, Renato. Os romeiros e o Espaço sagrado de Juazeiro em busca da autonomia política. In: **Padre Cícero Romão Baptista e os dados do Joazeiro: autonomia político-administrativa**. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros, organizadora. – Fortaleza: Editora Senac Ceará, 2012.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e fanáticos**: gênese e lutas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FARIAS, Alberto. **Padre Cícero e a invenção do Juazeiro**. Fortaleza: Pouchain Ramos, 2008.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta**: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais *Cearense*, *Pedro II* e *Constituição* na segunda metade do século XIX. 2004. 206 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE, 2004.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universidade, 2008

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006

GUIMARÃES, Hugo Victor. **Deputados provinciais e estaduais do Ceará**: Assembleias Legislativas, 1835-1947. Fortaleza: Jurídica, 1952.

HALL, Stuart. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (Org.) **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1999, p. 224-248.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv (Org.). Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 103-133.

HURLBURT, Allen. **Layout**: o design da página impressa. São Paulo: Nobel, 2002.

IÑGUEZ, Lupicínio (cordenador). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2005.

KAPFERER, Jean-Noël. **Boatos**: o mais antigo mídia do mundo. Tradução de Ivone S. R. Maya. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 149 – 175.

LUSTOSA, Isabel. **Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na independência (1821-1823)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LUSTOSA, Isabel. **O nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MACEDO, Joaryvar. **Império do Bacamarte: uma abordagem sobre o coronelismo no Cariri Cearense**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1990.

MACHADO, Paulo. **A marcha da insurreição: Joaseiro do Cariry 1907-1911**. São Paulo: Schoba, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos em comunicação**. São Paulo: Cortez, 2011

MAINGUENEAU, Dominique. **Termos-chave da análise do discurso**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. Ed. Campinas: Pontes, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MARQUES DE MELO, José. **Jornalismo Opinativo**. 3. ed. Campos do Jordão - SP: Mantiqueira de Ciência e Arte Ltda, 2003.

MEDEIROS, Bruno Franco. **Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX**. 2011. 184 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo, SP, 2011.

MOREL, Marco. Prefácio. In: BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

MOUILLAUD, M e PORTO, S. D (org). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Paralelo 15, 1997.

NASCIMENTO, Francisco de Sousa. **Crato: lampejos políticos e culturais**. Fortaleza: Casa de José de Alencar/Programa Editorial. UFC. 1998.

NETO, Lira. **Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NOBRE, Edianne S. **O teatro de Deus: a construção do espaço sagrado de Juazeiro a partir de narrativas femininas (Ceará, 1889-1898)**. Fortaleza, CE: IMEPH/UFC, 2011.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à História do Jornalismo Cearense**. Edição fac-similar. Fortaleza: Nudoc, 2006.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **O Padre Cícero que eu conheci: verdadeira história de Juazeiro do Norte**. Fortaleza – Ceará: Premium, 2001.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1996.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **As formas do silêncio**. Campinas. Editora da Unicamp, 2007

PACHECO, Rodrigo Schoenacher. **Design de jornal impresso: a relação entre formato e usabilidade**. 2011. 213 f. Dissertação (Mestrado) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Escola Superior de Desenho Industrial, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica a afirmação do óbvio**. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1995

PÊCHEUX, Michel. **Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 3ª ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PERELMAN, Chaim. & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. [trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira]. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. **O jornal e a leitura no Oitocentos brasileiro**. In: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, Universidade do Estado do Rio de Janeiro - 5 a 9 de setembro de 2005.

PINHEIRO, Irineu. **Efemérides do Cariri**. Coedições Secult/Edições URCA – Fortaleza: Edições UFC, 2010.

PINHEIRO, Irineu. **Joaseiro do padre Cícero e revolução de 1914**. 2 ed. Editora IMEPH, 2011.

PINHEIRO, Lidiane Santos de Lima. **A construção do acontecimento histórico: o discurso do jornal o Estado de São Paulo sobre a Guerra de Canudos e sobre as comemorações do seu centenário**. 2012. 417 f. Tese (Doutorado em Comunicação e culturas contemporâneas) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Comunicação, Salvador – BA, 2012.

PRADO, Marco A. **Movimentos sociais e massa: identidades coletivas no espaço contemporâneo**. Revista Ciências Humanas, v. 37, Florianópolis: EDUFSC, 2005, p. 47-67.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O meio do mundo: território sagrado em Juazeiro do Padre Cícero**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **A imprensa da independência e do primeiro reinado: alguns apontamentos**. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), 5., Universidade Federal de Sergipe - 15 a 17 de novembro de 2007.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. **Discurso político-partidário: o antagonismo entre A Federação e o Correio do Sul (1922)**. 2014. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria – RS, 2014.

SEABRA, Roberto. Jornalismo político: história e processo. In: SEABRA, Roberto; SOUZA, Vivaldo de (org.). **Jornalismo político: teoria, história e técnicas**. Rio de Janeiro: Record, 2006. P. 109-140.

SIMONETTI jr, João Carlos. **Jornalismo e Identidade: uma abordagem discursiva**. Texto apresentado no XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Campo Grande/MS, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 73-102.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Lícia Soares de. **Introdução às teorias semióticas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

STRELOW, Aline. Reflexões sobre métodos de pesquisa em Jornalismo e uma proposta oriunda do campo. In: BRAGA, José Luiz, *et. al* (orgs.). **Pesquisa empírica em comunicação**. São Paulo: Paulus, 2010.

STUDART, Barão de. **Para a história do jornalismo cearense - 1824 / 1924**. Fortaleza, Gráfica Urânia, 1924

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **O Estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2001.

VERÓN, Eliseo. **A produção e sentido**. São Paulo: Cultrix, 1980.

VERÓN, Eliseo. **Fragments de um tecido**. Tradução Vanise Dresch. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

WALKER, Daniel. **História da Independência de Juazeiro do Norte**. Juazeiro do Norte: HB Editora, 2010.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Imagem contestada**: a guerra do contestado pela escrita do diário da tarde (1912-1916). Ponta Grossa: Editora UEPG, 2015.

WOODWARD, Kaathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 7-72.

JORNAIS HISTÓRICOS

Periódico: *Correio do Cariry* (Crato – CE)

Arquivo: Biblioteca Instituto Cultura do Cariri (Crato – CE)

CORREIO DO CARIRY. Simples reflexões. **Correio do Cariry**, Crato, 20 de nov. de 1904, p.1.

CORREIO DO CARIRY. Bases e aspirações. **Correio do Cariry**, Crato, 11 de set. de 1904, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. A alma cratense. **Correio do Cariry**, Crato, 18 de set. de 1904, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Os acontecimentos do Crato. **Correio do Cariry**, Crato, 25 de set. de 1904, p. 3.

- CORREIO DO CARIRY. Editorial. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de fev. de 1905. p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Dr. Soriano de Albuquerque. **Correio do Cariry**, Crato, 26 de mar. de 1905, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Imprensa no Cariry. **Correio do Cariry**, Crato, 11 de set. de 1905. p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Os Milagres do Joaseiro. **Correio do Cariry**, Crato, 06 de nov. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Milagres do Joaseiro. **Correio do Cariry**, Crato, 20 de nov. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Luz no quadro. **Correio do Cariry**, cidade do Crato, 04 de dez. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. O Malho. **Correio do Cariry**, Crato, 11 de dez. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Juazeiro dagua abaixo. **Correio do Cariry**, Crato, 11 de dez. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Correio do Cariry... **Correio do Cariry**, Crato, 11 de dez. de 1910, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Coronel Antonio Luiz. **Correio do Cariry**, Crato, 16 de dez. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. A Guisa de prevenção. **Correio do Cariry**, Crato, 16 de dez. de 1910, p.1.
- CORREIO DO CARIRY. Na Corrente. **Correio do Cariry**, Crato, 16 de dez. de 1910, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Insultos e covardia. **Correio do Cariry**, Crato, 16 de dez. de 1910, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Desesperado. **Correio do Cariry**, Crato, 16 de dez. de 1910, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Julgamento Moral o celeberrimo Padre Joaquim Peixoto julgado pelo povo de sua própria terra PARA QUE MAIS? **Correio do Cariry**, Crato, 25 de dez. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Boletim: Tiro Cratense Protesto Vehemente! **Correio do Cariry**, Crato, 25 de dez. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Explicação necessária. **Correio do Cariry**, Crato, 25 de dez. de 1910, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Simplesmente ironico. **Correio do Cariry**, Crato, 25 de dez. de 1910, p. 2 e 3.

CORREIO DO CARIRY. Plagios Indecentíssimos o celeberrimo Padre Joaquim de Alencar Peixoto, o Ladrão das letras PARA QUE MAIS? **Correio do Cariry**, Crato, 1º de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Juazeiro dagua abaixo ou Combate ao embuste. **Correio do Cariry**, Crato, 1º de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Interessante! **Correio do Cariry**, Crato, 1º de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. Barbaridade. **Correio do Cariry**, Crato, 1º de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. Plagiario. **Correio do Cariry**, Crato, 1º de jan. de 1911, p. 3.

CORREIO DO CARIRY. Novos plágios. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Injusto. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Padre Penca. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. O publico de Fortaleza julgando as coisas do Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Degolamento. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. Mata-sete. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. Ultima hora. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. Alea Jacta Est. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. Pasquim. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. O Rebate fora do Cariry. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. O Rebate. **Correio do Cariry**, Crato, 08 de jan. de 1911, p. 3.

CORREIO DO CARIRY. Mais Plagios: A onça Nanhã: o celeberrimo Padre Joaquim Peixoto, o ladrão das letras. Para que mais? **Correio do Cariry**, Crato, 15 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Aranzel que não adianta. **Correio do Cariry**, Crato, 15 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Dom Quixote. **Correio do Cariry**, 15 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Não tem razão. **Correio do Cariry**, Crato, 15 de jan. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Juazeiro dagua abaixo. **Correio do Cariry**, Crato, 22 de jan. de 1911, p. 1-2.

CORREIO DO CARIRY. Protesto. **Correio do Cariry**, Crato, 22 de jan. de 1911, p. 2.

CORREIO DO CARIRY. Os Plagios do padre Peixoto. **Correio do Cariry**, Crato, 22 de jan. de 1911, p. 2.

- CORREIO DO CARIRY. Excelente idéa. **Correio do Cariry**, Crato, 22 de jan. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Plagios. **Correio do Cariry**, Crato, 22 de jan. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Que Sorte. **Correio do Cariry**, Crato, 22 de jan. de 1911, p. 3.
- CORREIO DO CARIRY. Dr. Raul Carvalho. **Correio do Cariry**, Crato, 22 de jan. de 1911, p. 3.
- CORREIO DO CARIRY. Dagua abaixo irá o Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 29 de jan. de 1911, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Um por todos. **Correio do Cariry**, Crato, 29 de jan. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Mentiroso. **Correio do Cariry**, Crato, 29 de jan. de 1911, p. 3.
- CORREIO DO CARIRY. Cururu. **Correio do Cariry**, Crato, 29 de jan. de 1911, p. 3.
- CORREIO DO CARIRY. Repto. **Correio do Cariry**, Crato, 29 de jan. de 1911, p. 3.
- CORREIO DO CARIRY. Plagiador. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de janeiro de 1911, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. As victimas delle. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de fev. de 1911, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Os plágios de Peixoto. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de fev. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Um pedido. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de fev. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. 400 vergastadas. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de fev. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Jocosos. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de fev. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Juazeiro dagua abaixo. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de fev. de 1911, p. 3.
- CORREIO DO CARIRY. Os plagios. **Correio do Cariry**, Crato, 12 de fev. de 1911, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Novos plagios. **Correio do Cariry**, Crato, 12 de fev. de 1911, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Nova Sodoma. **Correio do Cariry**, Crato, 12 de fev. de 1911, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. Ultima hora. **Correio do Cariry**, Crato, 12 de fev. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Muito obrigado. **Correio do Cariry**, Crato, 12 de fev. de 1911, p. 2.
- CORREIO DO CARIRY. Desordens em Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 12 de fev. de 1911, p. 3.
- CORREIO DO CARIRY. Explicação necessária. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de mar. de 1911, p. 1.
- CORREIO DO CARIRY. O epilogo. **Correio do Cariry**, Crato, 05 de mar. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Villa Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 23 de jul. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 06 de ago. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Eleição municipal: Villa de Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 24 de set. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Camara do Juazeiro. **Correio do Cariry**, Crato, 01 de out. de 1911, p. 1.

CORREIO DO CARIRY. Convenio político. **Correio do Cariry**, cidade do Crato, 29 de out. de 1911, p. 1.

Periódico: *O Rebate* (Juazeiro do Norte – CE)

Arquivo: Acervo digital do pesquisador Renato Casimiro (Juazeiro do Norte – CE)

O REBATE. Nossa Missão. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de jul. de 1909, p. 1.

O REBATE. Expediente. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de jul. de 1909, p. 1.

O REBATE. O Rebate. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de jul. de 1909, p. 1.

O REBATE. Pelo Joaseiro. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de jul. de 1909, Várias, p. 2.

O REBATE. Aula noturna Pe. Cícero. **O Rebate**, Juazeiro, 25 de jul. de 1909, p. 2.

O REBATE. Telegramma. **O Rebate**, Juazeiro, 25 de jul. de 1909, Telegramma, p. 2.

O REBATE. Olho por olho – dente por dente. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de set. de 1909, p. 1.

O REBATE. Efeitos da imprudência. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de set. de 1909, p. 1.

O REBATE. Justa defesa. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de set. de 1909, p. 3.

O REBATE. O Estilo é o homem. **O Rebate**. Juazeiro. 14 de nov. de 1909, p. 2.

O REBATE. Abaixo a intriga. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de dez. de 1909, p. 1

O REBATE. De Vantagem. **O Rebate**, 16 de jan. de 1910, p. 2

O REBATE. Joaseiro. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de maio de 1910, p.1

O REBATE. Infames e covardes. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de jun. de 1910, p. 1.

O REBATE. A nossa aspiração. **O Rebate**, Juazeiro, 03 de jul. de 1910, p. 1.

O REBATE. Em beneficio de todos. **O Rebate**, Juazeiro, 14 de ago. de 1910, p. 1.

O REBATE. Beneficiencia Publica José Marrocos. **O Rebate**, Juazeiro, 28 de ago. de 1910, p. 1

O REBATE. A Questão do Joazeiro - Como o Sr. Antonio Luiz abusou da prudência do povo do Joazeiro. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de set. de 1910, p. 1.

- O REBATE. Telegrammas. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de set. de 1910, p. 2.
- O REBATE. Atitude do povo do Joazeiro, qualquer que seja a solução. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de set. de 1910, Boletim, p. 2.
- O REBATE. Ao Público. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de set. de 1910, Boletim, p. 2.
- O REBATE. O Povo. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de set. de 1910, Boletim, p. 2.
- O REBATE. Independencia do Joazeiro passeiats e discursos. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de set. de 1910, p. 3.
- O REBATE. A Questão do Joazeiro - Como o Sr. Antonio Luiz abusou da prudência do povo do Joazeiro. **O Rebate**, Juazeiro, 11 de set. de 1910, p. 1 – 2.
- O REBATE. Percam o receio. **O Rebate**, Juazeiro, 11 de set. de 1910, Boletim p. 2.
- O REBATE. Esplendida festividade. **O Rebate**, Juazeiro, 11 de set. de 1910, p. 2.
- O REBATE. A Questão do Joazeiro - Como o Sr. Antonio Luiz abusou da prudência do povo do Joazeiro. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de set. de 1910, p. 1.
- O REBATE. Entre a parede e a espada. **O Rebate**, Juazeiro, 16 de out. de 1910, p. 1.
- O REBATE. Joazeiro em festas. **O Rebate**, Juazeiro, 16 de out. de 1910, p. 1.
- O REBATE. O Rebate, 16 out. 1910, várias, p. 2
- O REBATE. Fatuidade? Estupidez ou loucura? **O Rebate**, Juazeiro, 30 de out. de 1910, p. 1.
- O REBATE. Melhoramento. **O Rebate**, Juazeiro, 06 de nov. de 1910, p. 1.
- O REBATE. Atenção! **O Rebate**, Juazeiro, 13 de nov. de 1910, p. 1.
- O REBATE. Aviso. **O Rebate**, Juazeiro, 13 de nov. de 1910, p. 1.
- O REBATE. Felismino P. de Alencar. **O Rebate**, Juazeiro, 20 de nov. de 1910, Várias, p. 2.
- O REBATE. Incoherencias da circular do Exmo. snr. Bispo de Olinda... **O Rebate**, Juazeiro, 27 de nov. de 1910, p.1.
- O REBATE. Sempre o mesmo covarde e safado! **O Rebate**, Juazeiro, 27 de nov. de 1910, p. 2.
- O REBATE. PE. Cícero. **O Rebate**, Juazeiro, 04 de dez. de 1910, p. 1.
- O REBATE. Só mesmo assim. **O Rebate**, Juazeiro, 11 de dez. de 1910, p. 2.
- O REBATE. Arreda, cachorro! **O Rebate**, Juazeiro, 11 de dez. de 1910, p. 3.
- O REBATE. Safadesa ou Tubibada? **O Rebate**, Juazeiro, 11 de dez. de 1910, p. 3.
- O REBATE. Que sem vergonha. **O Rebate**, Juazeiro, 18 de dez. de 1910, p. 2.
- O REBATE. Entrega o furto ladrão. **O Rebate**, Juazeiro, 25 de dez. de 1910, p. 2.

- O REBATE. Como se desmascara... **O Rebate**, Juazeiro, 25 de dez. de 1910, p. 1-2
- O REBATE. De agua abaixo, não irá o Joazeiro. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de jan. de 1911, p. 1.
- O REBATE. Em face de cynismo. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de jan. de 1911, p. 2.
- O REBATE. Como é perverso e miserável! **O Rebate**, Juazeiro, 08 de jan. de 1911, p. 2.
- O REBATE. Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de jan. de 1911, p. 3.
- O REBATE. O Rebate. **O Rebate**, Juazeiro, 08 de jan. de 1911, Várias, p. 3.
- O REBATE. De agua abaixo, não irá o Joazeiro II. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de jan. de 1911, p.1-2.
- O REBATE. Como classificar. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de jan. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Hão de conhecer. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de jan. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Atenção!! **O Rebate**, Juazeiro, 22 de jan. de 1911, p. 3.
- O REBATE. O Rebate. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de jan. de 1911, Várias, p. 4.
- O REBATE. Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 22 de jan. de 1911, p. 4.
- O REBATE. De agua abaixo não irá o Joazeiro III... **O Rebate**, Juazeiro, 29 de jan. de 1911, p. 1.
- O REBATE. Extrema covardia. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de jan. de 1911, p. 2.
- O REBATE. O Rebate. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de jan. de 1911, Várias, p. 3.
- O REBATE. Que pústula! **O Rebate**, Juazeiro, 29 de jan. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 29 de jan. de 1911, p. 3.
- O REBATE. De agua abaixo, não irá o Joazeiro IV. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fev. de 1911, p. 1.
- O REBATE. Para que mais? **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fev. de 1911, p. 2.
- O REBATE. Publiquem. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fev. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Mais um Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fev. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Missão Velha protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fev. de 1911, p. 4.
- O REBATE. Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 05 de fev. de 1911, p. 4.
- O REBATE. Resposta. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 1.
- O REBATE. Que 400 vergastadas, canalhas!!! **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 2.
- O REBATE. Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 2.

- O REBATE. Pelos macacos. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Pelo telegrapho. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Mais um outro protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Milagres protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 3.
- O REBATE. Protesto. **O Rebate**, Juazeiro, 12 de fev. de 1911, p. 4.
- O REBATE. Ultima palavra. **O Rebate**. Juazeiro. 26 de fev. de 1911, p. 1.
- O REBATE. Padre Joaquim de Alencar Peixoto. **O Rebate**, Juazeiro, 26 de abr. de 1911, p. 4.
- O REBATE. O Rebate. **O Rebate**. Juazeiro. 13 de ago. de 1911, Varias, p. 3.
- O REBATE. Ao Publico. **O Rebate**, Juazeiro, 27 de ago. de 1911, p. 1.

Periódico: *Jornal do Ceará* (Fortaleza – CE)
Arquivo: Acervo digital da Biblioteca Nacional

JORNAL DO CEARÁ. Padre Peixoto. **Jornal do Ceará**. Fortaleza, 18 de out. de 1911, p. 1

Periódico: *O povo* (Fortaleza – CE)
Arquivo: Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel - Espaço Estação (Fortaleza – CE)

CARVALHO, Raul de. Um capítulo inédito sobre o padre Cícero. **O Povo**, Fortaleza, 22 de jul. de 1961, p. 20.